

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Josiane Caleffi Estivalet

**REFLEXOS DA METABOLIZAÇÃO DOS CONFLITOS A PARTIR DA
IMPLEMENTAÇÃO DA MEDIAÇÃO ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, NO TOCANTE
AOS SERVIDORES MEDIADORES**

Santa Cruz do Sul

2015

Josiane Caleffi Estivalet

**REFLEXOS DA METABOLIZAÇÃO DOS CONFLITOS A PARTIR DA
IMPLEMENTAÇÃO DA MEDIAÇÃO ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, NO TOCANTE
AOS SERVIDORES MEDIADORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Direito – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em
Demandas Sociais e Políticas Públicas, Linha de Pesquisa em
Políticas Públicas de Inclusão Social, Universidade de Santa
Cruz do Sul – UNISC.

Orientadora: Prof. Pós-Doutora Fabiana Marion Spengler.

Santa Cruz do Sul

2015

Para o amor da minha vida, André e para
os frutos da união das nossas almas,
Luiza e Miguel.

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente aos professores e coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNISC, pela compreensão, estímulo e pelas grandes oportunidades de reflexão que me foram oportunizadas ao longo do mestrado.

À Professora Pós-Doutora Fabiana Marion Spengler, minha orientadora, agradeço de modo muito especial, pelo crédito depositado no meu trabalho, pelos ensinamentos e experiências compartilhadas, pela qualificada escuta e pela condução segura ao longo desta jornada.

Ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, por ter-me oportunizado este investimento na qualificação profissional.

Aos amigos magistrados e especialmente às Desembargadoras Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak e Genacéia da Silva Alberton, profissionais que são referência no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul pela sua coragem e dedicação à Justiça.

Aos servidores mediadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, meu profundo reconhecimento. Encontrei em vocês a inspiração para este trabalho e, a partir dele, constatei a energia e o entusiasmo com que se dedicam à mediação. Obrigada por buscarem, concretamente, todos os dias, construir um mundo melhor e mais justo e, sobretudo, uma justiça mais humana.

Aos familiares, com quem agora retomo valiosa e intensa convivência, agradeço a imensa paciência.

Muito obrigada!

"Não existem chaves para abrir a porta,
quando o que se pede é a própria porta".

(Luís Alberto Warat)

RESUMO

A mediação, enquanto ferramenta que trabalha os conflitos de forma complementar à jurisdição convencional, foi institucionalizada e uniformizada, no âmbito do Poder Judiciário brasileiro, pela Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça, de 29 de novembro de 2010. Desde então, vêm sendo instalados, no país, Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCS), nos quais atuam, como mediadores, servidores do Poder Judiciário que exercem atividades típicas das carreiras de Estado. A presente pesquisa limita-se ao estudo da implementação da mediação, enquanto política pública, restrita a Justiça Estadual do Estado do Rio Grande do Sul, a partir da edição da Resolução nº 125 do CNJ, no tocante aos efeitos da medida sobre os servidores mediadores da justiça estadual. O marco temporal é determinado pela data da edição da Resolução nº 125 do CNJ, 29 de novembro de 2010. Vincula-se à linha de pesquisa Políticas Públicas de inclusão social do Mestrado em Direito da UNISC, já que a utilização da mediação pelo Judiciário é recente e exige contínuo estudo e aperfeiçoamento, pois estimula a inclusão social, não só do jurisdicionado, como também do servidor do Poder Judiciário na participação política da cidadania e, tem como consequência, a pacificação social. Além da pesquisa bibliográfica, foi empregado estudo de caso. Os servidores voluntários ativos do TJRS, que fizeram a formação para atuar como mediadores junto aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, foram convidados a responder a um questionário formulado a partir de uma série de afirmações sobre os objetivos do presente trabalho. Trata-se, portanto, de um estudo tanto de diagnóstico como propositivo da experiência do Estado do Rio Grande do Sul. De diagnóstico, pois as entrevistas permitiram traçar um perfil e apontar os desafios, benefícios e pontos negativos dessa implementação. Verificou-se se o desempenho das atividades de mediador tem se mostrado vantajoso no tocante à inclusão dos mesmos, que, muitas vezes, restringiam-se a um serviço burocrático e tem feito com que se sintam, em certa medida, mais atuantes junto à estrutura judiciária. Também possibilitou verificar se as técnicas empregadas na mediação, que estimulam, difundem e educam os cidadãos sobre as formas de melhor resolverem seus conflitos, especialmente por meio do diálogo, afetam o servidor mediador nas suas atividades diárias, no âmbito profissional, bem como se, efetivamente, os mesmos têm conseguido realizar as mediações para a qual foram

preparados e quais os óbices que enfrentam esses servidores na atuação junto aos CEJUSCS. Propositivo, pois a partir dos dados coletados, será possível pensar formas de gerar mais eficácia da Resolução nº 125, mediante a inclusão desses servidores mediadores na colaboração dos serviços junto à estrutura judiciária e na concretização de um novo paradigma, não binário, em que há possibilidade de ganhar x ganhar, ao invés de ganhar x perder.

Palavras-chave: Conflito. Resolução 125 do CNJ. Poder Judiciário. Servidores. Mediação. Políticas Públicas. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Pesquisa. Atividades do mediador. Institucionalização da mediação.

ABSTRACT

Mediation, as a tool that deals with conflicts in a manner complementary to conventional jurisdiction, was institutionalized and unified, under the Brazilian Judiciary, by Resolution No. 125 of the National Council of Justice, on November 29th, 2010. Since then, Judicial Centres of Conflict Resolution and Citizenship (CEJUSCS) have been installed in the country in which act, as mediators, servers of the Judiciary who perform typical activities of State careers. The present research proposal is limited to the study of implementation of mediation, as public policy, within the framework of the State Court of Rio Grande do Sul, from the issue of Resolution No. 125 of CNJ, regarding the effects of the measure on the State Court mediator servers. The time frame is determined by the date of issue of CNJ's Resolution No. 125, on November 29th, 2010. It links itself to the line of research Public Policy of social inclusion of UNISC's Master of Laws, since the use of mediation by the Judiciary is recent and requires continuous study and improvement, because it stimulates social inclusion, not only of the defendant, but also of the Judiciary server on the citizenship political participation and, has as a consequence, the social pacification. Besides the bibliographic research, a case study was used. The active volunteer servers of TJRS, who trained to act as mediators in the Judicial Centres of Conflict Resolution and Citizenship, were asked to answer a questionnaire formulated from a series of statements about the goals of this study. Therefore, it is a study of both diagnosis and constructive from the experience of Rio Grande do Sul. Diagnosis because the interviews enabled profiling and pointing out the challenges, benefits and bad points of this implementation. It was verified if the performance of the activities of mediator has been beneficial with regard to the inclusion of themselves, who were often restricted to a bureaucratic job and has made them feel, to a certain extent, more active by the judicial structure. It also made it possible to verify if the techniques used in the mediation, which stimulate, propagate and educate citizens on ways to better resolve their conflicts, especially through dialogue, affect the mediator server in his daily activities, in the professional range, as well as, effectively, they have managed themselves to carry out mediations for which they were prepared and what are the obstacles facing these servers in the performance by the CEJUSCS. Constructive, because from the data collected, it will be possible to think about ways to generate more efficiency of the Resolution No. 125, by including

these mediator servers in collaboration of services by the judicial structure and achievement of a new paradigm, not binary, in which there is possibility to win x win, rather than win x lose.

Keywords: Conflict. Resolution No. 125 of CNJ. Brazilian Judiciary. Servers. Mediation. Public Policies. State Court of Rio Grande do Sul. Research, Mediator activities. Institutionalization of mediation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Relação de comarcas e CEJUSCS existentes dez. 2014.....	89
Gráfico 2 – Variação etária dos servidores.....	91
Gráfico 3 – Tempo dos entrevistados como servidores do Poder Judiciário.....	92
Gráfico 4 – Diversidade de cargos ocupados.....	94
Gráfico 5 – Grau de escolaridade.....	95
Gráfico 6 – Lotação dos servidores no Poder Judiciário.....	96
Gráfico 7 – Elementos motivadores.....	99
Gráfico 8 – Tempo de conclusão do estágio prático cível.....	101
Gráfico 9 – Dificuldades apontadas para finalização do estágio prático.....	102
Gráfico 10 – Horas semanais dedicadas à mediação.....	107
Gráfico 11 – Horas semanais que gostariam que fossem dedicadas.....	108
Gráfico 12 – Opinião sobre a atuação como mediadores.....	110
Gráfico 13 – Motivos para continuar atuando como mediador.....	111
Gráfico 14 – Habilidades despertadas pela mediação.....	112

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	O CONFLITO COMO EVENTO HUMANO FISIOLÓGICO.....	18
2.1	Origens, limites e tipologia do conflito.....	20
2.2	A naturalização do conflito.....	26
2.3	A percepção do conflito a partir do modelo contratualista.....	30
2.4	O conflito e as intempéries do contratualismo.....	38
2.5	O Poder Judiciário enquanto depositário das conflitivas sociais....	42
3	A RESOLUÇÃO 125 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COMO INSTRUMENTO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEDIAÇÃO, ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA COMPLEMENTAR À JURISDIÇÃO.....	49
3.1	Conceito de Políticas Públicas e sua importância dentro da Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça.....	54
3.2	A mediação enquanto política pública complementar proposta na Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça e a atuação dos mediadores.....	59
3.3	Do perde x ganha para muito além do ganha x ganha: a mediação como prática complementar à jurisdição geradora de um novo paradigma social.....	65
3.4	Princípios fundamentais, regras e procedimentos a serem observados pelos mediadores de acordo com a Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça.....	71
4	A IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 125 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA JUNTO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: OS NOVOS PAPÉIS DO JUDICIÁRIO.....	81
4.1	Histórico sobre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.....	83
4.2	A implementação da mediação no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul: a criação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCS).....	87

4.3	Quem são e como atuam os servidores mediadores dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.....	90
4.4	A mediação e o servidor mediador: o desempenho dos múltiplos papéis desenvolvidos pelos entrevistados no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.....	100
5	CONCLUSÃO.....	116
	REFERÊNCIAS.....	124
	ANEXO A – Resultados.....	134
	ANEXO B – Gráficos da pesquisa.....	172
	ANEXO C – Roteiro de entrevista.....	197
	ANEXO D – Resolução CNJ n. 125.....	207

1 INTRODUÇÃO

A partir da edição da Resolução nº 125, do Conselho Nacional de Justiça o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul vem implementando, no Primeiro e Segundo Grau de jurisdição a mediação como prática de metabolização¹ de conflitos. Tem-se possibilitado que servidores voluntários façam a formação teórico-prática e atuem como mediadores nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCS) em tempo parcial. A maioria destes servidores cumulam funções na medida em que mantêm suas atividades nos setores de origem onde realizam atividades de rotina.

O potencial de transformação social da mediação realizada pelo Poder Judiciário é conhecido face os resultados de satisfação dos usuários que se submetem a mesma. Como exemplo podemos citar os resultados do projeto intitulado “A crise da jurisdição e a cultura da paz: a mediação como meio democrático, autônomo e consensuado de tratar os conflitos”, desenvolvido pela Universidade de Santa Cruz do Sul em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, coordenado pela prof^a Pós-Dr^a Fabiana Marion Spengler. O projeto teve início em março de 2009 e encerrou no final de 2010. Foram realizadas 282 sessões de mediações, sendo que em 74% obtiveram-se acordos (65% acordos totais e 9% acordos parciais). Segundo 90% dos entrevistados a mediação ocorreu em tempo aceitável, mesmo índice obtido no questionamento relativo à percepção de justiça com relação ao acordado. No que diz respeito à possibilidade de voltar a fazer uso da mediação, no futuro, obteve-se 94% de repostas favoráveis.

Porém, nada se sabe quanto ao grau de satisfação do servidor quando atua como mediador. Também se desconhece se as técnicas empregadas na mediação,

¹ Opta-se por utilizar os verbos manejar, metabolizar e equivalentes, sem vinculação a teoria biológica de Humberto Maturana. Concorde-se com Spengler (2010, p. 26), no sentido de que “os conflitos sociais não podem ser ‘solucionados’ pelo Judiciário, no sentido de resolvê-los, suprimi-los, elucidá-los ou esclarecê-los”. Partindo do conceito de Bobbio, Matteucci e Pasquino (2010, p. 228), que excluiu do seu enfoque os aspectos psicológicos do conflito e declara ser o mesmo ínsito a toda sociedade, portanto ineliminável, tem-se como “uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010, p. 225). “O processo o tentativa mais frequente é o do proceder à *regulamentação* dos Conflitos, isto é, à formulação de regras aceitas pelos participantes que estabelecem determinados limites aos Conflitos. A tentativa consiste não em por fim aos Conflitos, mas em regulamentar suas formas de modo que suas manifestações sejam menos destrutíveis para todos os atores envolvidos.” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010, p. 228). O presente trabalho não está vinculado a teoria biológica de Humberto Maturana.

que estimulam, difundem e educam os cidadãos sobre as formas de melhor resolver os seus conflitos, especialmente por meio do diálogo, afetam o servidor mediador, especialmente nas suas atividades diárias, no âmbito profissional. Diante de tais iniciativas, questiona-se:

Diante de tais iniciativas objetiva-se analisar, no presente trabalho, a genealogia do conflito enquanto fenômeno social e a mediação, como política pública e democrática, implementada em razão da Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça, mediante a formação e atuação dos servidores mediadores voluntários no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul.

Parte-se da premissa investigatória relacionada a possibilidade conferida aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul de desempenhar atividades inerentes à função de mediador. Questiona-se se ela tem se mostrado vantajosa no tocante a inclusão destes servidores, que muitas vezes se restringem a execução de um serviço burocrático. Também indaga-se se as técnicas empregadas na mediação, que estimulam, difundem e educam os cidadãos sobre as formas de melhor metabolizar os seus conflitos, especialmente por meio do diálogo, afetam o servidor-mediador nas suas atividades diárias, no espaço profissional. Ainda, busca-se verificar se os mesmos tem conseguido realizar as mediações para a qual foram preparados e quais os óbices que enfrentam esses servidores na atuação junto aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCS).

As hipóteses do presente trabalho estão relacionadas a eficácia quanto a forma como a Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça vem sendo implantada no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, contando com servidores mediadores que não se dedicam exclusivamente a mediação, no que diz respeito ao e administração dos conflitos judiciais. Também estão relacionadas ao incentivo que é dado aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, que vêm recebendo a formação para atuar como mediadores quanto ao desempenhar das suas novas funções nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, estruturados para a realização da mediação dentro dos Fóruns e do Tribunal de Justiça do Estado. Por fim, reflete-se quanto aos reflexos das aprendizagens obtidas na formação e no exercício da mediação, nas atividades burocráticas cotidianas, pois os servidores mediadores encontram oportunidade de empregar as mesmas nos seus setores de origem.

O presente trabalho está vinculado diretamente à linha de pesquisa de Políticas Públicas, pois busca descobrir como vem ocorrendo, no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, a implementação de uma política pública específica para lidar com os conflitos, qual seja, a mediação. Além disso, conecta-se à linha de estudo da professora orientadora, aos seus projetos de pesquisa e de extensão vigentes, bem como a disciplina por ela ministrada junto ao Mestrado em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul.

Com relação ao método empregado, destaca-se que além da pesquisa monográfica, com a coleta de informações junto a livros e textos, foi empregado o estudo de caso, tendo em vista que todos os servidores voluntários ativos do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul que fizeram a formação para atuar como mediadores junto aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, até 1º de dezembro de 2014 foram convidados a responder a um questionário formulado a partir de uma série de afirmações sobre os objetivos do presente trabalho. O escopo do questionário foi o de pesquisar os atores (servidores) dentro do contexto social em que atuam (Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul), as suas faculdades, desafios e motivações em agregar novas funções para além daquelas que compõe suas rotinas.

A metodologia empregada consiste na revisão bibliográfica da literatura sobre a matéria, elucidação minuciosa das atividades desenvolvidas ao longo da elaboração do presente estudo e estudo de caso para fins de análise da mediação no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Ele está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “O conflito como evento humano fisiológico” são investigadas as origens, limites e tipologia do conflito. Valendo-se principalmente das ideias dos sociólogos Georg Simmel, Ralf Dahrendorf e Julien Freund, é traçado um olhar sociológico sobre o conflito. Na sequência ingressa-se na naturalização do conflito, para, em seguida abordar-se o conflito a partir do modelo contratualista e suas intempéries. Neste subitem são acrescentadas as ideias de autores clássicos como Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau e John Locke. Por fim, trata-se do Poder Judiciário enquanto depositário das conflitivas sociais. Não se pode deixar de mencionar que todo o capítulo está permeado pelas ideias de Boaventura de Souza Santos.

No capítulo seguinte, nominado de “A Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça como instrumento de institucionalização da mediação, enquanto política

pública complementar à jurisdição” é abordado o conceito de políticas públicas e sua importância dentro da mencionada resolução. Também se analisa a mediação enquanto política pública complementar à jurisdição para, na sequência, verificar se ela se constituiu em prática geradora de um novo paradigma social. O último subitem do segundo capítulo é dedicado ao estudo dos princípios fundamentais, regras e procedimentos a serem observados pelos mediadores, tendo-se por linha mestra a Resolução nº 125 do CNJ. Aqui são trazidos ensinamentos de autores como Fabiana Marion Spengler, Luis Alberto Warat, Carlos Wolkmer e, em especial, dos autores Robert A. Baruch Bush e Joseph P. Folger.

Com o objetivo de aprofundar o estudo da mediação no âmbito do solo gaúcho, o terceiro e último capítulo, “A implementação da Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul: os novos papéis do Judiciário” faz uma digressão histórica sobre a justiça local, desde a ocupação do espaço territorial do que hoje conhecemos por Estado do Rio Grande do Sul, no século XVIII até a atualidade. A criação do Tribunal de Justiça deve-se às reivindicações feitas no contexto de uma das revoluções mais longas e sangrentas da História do Brasil, a Revolução Farroupilha. Portanto, a história do judiciário gaúcho precisa ser vista sob uma perspectiva de conquistas políticas, cujas peculiaridades estão ligadas ao seu povo, hábitos e costumes que por vezes a diferencia das demais. Nesse contexto, foram analisados os processos de criação das comarcas e, em razão de o presente trabalho estar focado na implementação da mediação a partir da Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça, foram geograficamente identificados onde estão sendo criados os Centros judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, também conhecidos por CEJUSCS.

Na sequência, com o objetivo de apurar qual o perfil dos mediadores judiciais e como agem dentro do contexto social em que atuam, as suas faculdades, desafios e motivações para a prática da mediação foi realizada uma pesquisa², com aprovação do Comitê de Ética da Universidade de Santa Cruz do Sul que se encontra registrada na Plataforma Brasil sob o nº 37901214.8.0000.5343.

Todos os servidores da justiça estadual que participaram de cursos de formação em mediação foram convidados a responder, entre os dias 1º e 15 de

² Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade de Santa Cruz do Sul, em 17/11/2014, registrada na Plataforma Brasil sob o nº 37901214.8.0000.5343.

dezembro de 2014,³ um amplo questionário utilizado como instrumento investigativo. Em razão das distâncias físicas entre as comarcas onde estão lotados os entrevistados a aplicação das perguntas foi feita com a utilização do software LimeSurvey⁴, desenvolvido com o objetivo de preparar, publicar e coletar respostas de questionários. As questões foram mostradas aos entrevistados por meio de um sistema de padrões (*templates*). Em razão da capacidade de gerar *tokens* individualizados (chaves) do LimeSurvey, apenas a pessoa que recebeu um *token* teve acesso ao questionário. Assim, evitou-se o contato direto do entrevistado com o entrevistador e preservou-se a confidencialidade da entrevista⁵.

Além de identificar os múltiplos papéis e funções que os servidores mediadores desenvolvem dentro da estrutura do Poder Judiciário, pretendeu-se com o questionário averiguar se há efetiva participação desses sujeitos nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania e, em caso positivo, quais os reflexos, para estes servidores, no que diz respeito ao sentimento de cidadania e inclusão como coadjuvantes na administração dos conflitos. Às pesquisas que contam com coletas de dados na área das ciências sociais, segundo Boni e Quaresma (2005) trabalham com “significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas”. Assim, os dados quantitativos e os qualitativos acabam se complementando dentro de uma pesquisa (MINAYO, 2001).

Portanto, para a realização deste trabalho foi empregado o estudo de caso, pois, além da entrevista mencionada são utilizados, como instrumentos de investigação, pesquisa bibliográfica e documental, valendo-se da contribuição da bibliografia publicada como livros, artigos científicos, entre outros. Foi organizado um relatório de diagnóstico, ordenado e crítico da implantação da mediação para avaliá-la de forma analítica a fim de ser apurado o caráter transformador da mediação.

Por fim, destaca-se a contemporaneidade e importância do presente trabalho, seja no seu aspecto científico, acadêmico ou social, face o reduzido número de publicações acerca do tema. A amplitude a proposta, de análise da mediação realizada dentro do Poder Judiciário, sob a perspectiva dos servidores mediadores, se dirige a análise da possibilidade de mudança de um paradigma de manejo dos

³ Disponível em: <<https://www.limesurvey.org/pt/>>. Acesso em: 20 out. 2014.

⁴ Disponível em: <<https://www.limesurvey.org/pt/>>. Acesso em: 15 out. 2014.

⁵ Fonte das informações: <<http://www.ambientelivre.com.br/pesquisas-online-limesurvey.html>>. Acesso em: 15 out. 2014.

conflitos, de cunho interno e externo. Interno, pois reserva um novo papel a atores jurídicos que, formalmente, não dispõem do poder de decisão e externo em razão de alcançar o jurisdicionado de uma forma diferenciada. Ou seja, os conflitos são manejados numa perspectiva centrada no ser humano e, com base na alteridade, cooperação mútua, solidariedade, busca-se promover o entendimento através da (re) abertura dos canais dialogais.

2 O CONFLITO COMO EVENTO HUMANO FISIOLÓGICO

“Se vis pacem para bellum” (Se quiser paz, prepare-se para a guerra) provérbio latino atribuído a Publius Flavius Vegetius Renatus.

As sociedades, assim como os indivíduos, servem-se de espelhos para construir as suas identidades⁶. Os espelhos utilizados pelas sociedades não são físicos, eles estão situados no campo das ideias. Trata-se de “conjuntos de instituições, normatividades, ideologias que estabelecem correspondências e hierarquias entre campos infinitamente vastos de práticas sociais” (SANTOS, 2013, p. 48). As reiteradas identificações das correspondências e hierarquias entre estas instituições, normatividades e ideologias, com as práticas sociais, intensificam-se até o ponto de se transformarem em identidades sociais. A sociedade contemporânea tem nas áreas da ciência, do direito, da educação, da informação e da religião os seus mais importantes espelhos. Os espelhos produzidos pela sociedade são considerados tão importantes por Santos (2013, p. 48), a ponto de afirmar que: “o que eles refletem é o que as sociedades são. Por detrás ou para além deles, não há nada”.

Outra característica dos espelhos sociais, apontada por Santos (2013), diz respeito a sua funcionalidade, enquanto reprodutor de imagens. Quanto mais utilizado o espelho e quanto mais importante for o seu uso, maiores são as chances de que ele desenvolva vida própria.

Quando isto acontece, em vez de a sociedade se ver refletida no espelho, é o espelho a pretender que a sociedade o reflita. De objeto do olhar, passa a ser, ele próprio olhar. Um olhar imperial e imprescritível, porque se, por um lado, a sociedade deixa de se reconhecer nele, por outro não entende sequer o que o espelho pretende reconhecer nela. É como se o espelho passasse de objeto trivial a enigmático supersujeito, de espelho passasse a estátua. Perante a estátua, a sociedade pode, quando muito, imaginar-se como foi ou, pelo contrário, como nunca foi. Deixa, no entanto, de ver nela uma imagem credível do que imagina ser quando olha. A atualidade do olhar deixa de corresponder à atualidade da imagem. (SANTOS, 2013, p. 48).

⁶ “As sociedades são a imagem que têm de si vistas nos espelhos que constroem para reproduzir as identificações dominantes num dado momento histórico. São os espelhos que, ao criar sistemas e práticas de semelhança, correspondência e identidade, asseguram as rotinas que sustentam a vida em sociedade. Uma sociedade sem espelhos é uma sociedade aterrorizada pelo seu próprio terror.” (SANTOS, 2013, p. 47).

Esta passagem, de espelho para estátua, acontece com a ciência e com o direito, em razão da importância que ambos adquiriram na sociedade contemporânea. De um lado, a sociedade não reconhece como sua nenhuma das imagens que vê refletida no espelho e, do outro lado, o espelho tornado estátua, “parece atrair o olhar da sociedade, não para que este veja, mas para que seja vigiado” (SANTOS, 2013, p. 48).⁷

O direito, enquanto reflexo da sociedade, justifica a sua existência a partir das formas com que administra o conflito, tendo em vista que a presença deste é uma constante nas relações humanas. Dentro deste contexto, tem-se como tema central do presente capítulo o estudo dos conflitos, limitados, face à complexidade e multiplicidade de dimensões, aos nascidos na sociedade e que são submetidos à apreciação do Estado-Juiz⁸.

Inicialmente, serão abordadas as origens, os limites e a tipologia do conflito numa ótica jurídico⁹-sociológica. Justifica-se a escolha dessa perspectiva em razão de a sociologia ocupar-se do estudo da natureza da própria sociedade, em um prisma que vislumbra os aspectos positivos e negativos do conflito. Em seguida, será analisada a naturalização do conflito¹⁰, para, na sequência, ingressar na administração do conflito do ponto de vista do modelo contratualista e as suas intempéries. Ao final, será abordado o Poder Judiciário¹¹ enquanto depositário das conflitivas sociais.

⁷ O processo em que tal ocorreu é o resultado da combinação entre dois processos históricos distintos: o paradigma da modernidade ocidental e o capitalismo (SANTOS, 2013, p. 48).

⁸ A perspectiva de *supressão* dos conflitos, assim como a plena resolução dos mesmos é, na concepção de Bobbio, Matteucci e Pasquino (2010, p. 228), senão rara, impossível, pois implica na “eliminação das causas, das tensões, dos contrastes que originaram os Conflitos (quase por definição, um conflito social não pode ser “resolvido”).”

⁹ Adota-se, para fins do presente trabalho, a concepção de Weber (2000, p. 208), segundo o qual, “a consideração jurídica ou, mais precisamente, a dogmática jurídica, propõe-se a tarefa de investigar o sentido correto de normas cujo conteúdo apresenta-se como uma ordem que pretende ser determinante para o comportamento de um círculo de pessoas de alguma forma definido, isto é, de investigar as situações efetivas sujeitas a essa ordem e o modo como isso ocorre. Para esse fim, assim procede: partindo da vigência empírica indubitável daquelas normas, procura classificá-las de modo a encaixá-las num sistema sem contradição lógica interna. Esse sistema é a ordem jurídica no sentido jurídico da palavra”.

¹⁰ Segundo Boudon (1995, p. 259), “é Simmel quem tem seu nome ligado à teoria dos conflitos e que inspira nos dias de hoje a maior parte dos trabalhos que dizem respeito a esta noção”.

¹¹ Neste presente trabalho adota-se o conceito de jurisdição de Arruda Alvim (1990, p. 60): “Consiste a jurisdição: 1) especificamente, numa atividade ontológica e intencionalmente preordenada, à aplicação da lei, quando haja solicitação nos casos concretos controvertidos, submetidos ao Judiciário, constituindo-se a declaração *lato sensu* do Direito, o seu objetivo imediato; mediatamente, do global dessa atividade há de resultar a *paz social*, na medida em que esta daquela dependa; compreende essa função a mera controvérsia sobre a validade (= constitucionalidade) de uma lei; 2)

2.1 Origens, limites e tipologia do conflito

Várias áreas do conhecimento lançam atualmente olhares sobre o conflito, tais como a Psicologia, a Economia e a História. Interessa, no presente trabalho, como já mencionado, ater-se ao olhar jurídico sociológico.

O papel do conflito nas sociedades foi reconhecido como fenômeno social a partir do momento em que a sociologia começou a se desenvolver como ciência, ligada à observação e ao estudo metódico dos processos que interligam o indivíduo ao meio.¹²

“O olhar sociológico sobre o conflito é feito a partir da abstração das formas de relação da complexidade da vida real” (SIMMEL, 1983, p. 128), o que significa que a sociologia analisa os fatos sociais de forma independente das demais áreas do conhecimento, inclusive da filosofia.¹³ Não toma partido entre as hipóteses que dividem os metafísicos, embora tenha nascido de doutrinas filosóficas. Seu objetivo é a compreensão da realidade social, das manifestações das necessidades que

é atividade secundária, porquanto ocorre nas hipóteses em que os litigantes não hajam realizado a atividade primária que deveriam ter realizado, para que não tivesse havido ilicitude e, assim, opera tal atividade no lugar da do litigante, a qual incorreu, ou ocorreu incompletamente, salientando-se que decide finalisticamente sobre atividade alheia e não própria; 3) como atividade secundária, é, também, substitutiva do dos litigantes e, por isso mesmo, haverá de valer definitivamente, em lugar dos desejos dos litigantes, sendo que, para tal substitutividade realmente ocorrer, as decisões do Poder Judiciário têm que eficazmente submeter os litigantes; para isto se verificar na plenitude do necessário, tal eficácia nem mesmo por lei nova poderá ser alterada (coisa julgada, garante contra lei retroativa, entre nós); 4) é atividade desinteressada do conflito, equidistante das partes, e exclusivamente subordinada à lei; daí serem os juízes, de um lado submissos só à lei e, de outro, independentes, para que possam ser imparciais, bem como não de obedecer a regras preestabelecidas (processo e procedimento preestabelecidos) asseguradoras da imparcialidade, *tudo com o fim da aplicação precisa da Lei*; 5) atua no presente, tendo em vista o futuro (segundo alguns, com a criação de norma individual pela sentença), geralmente à luz de fatos já verificados, antes do início do processo”.

¹² O surgimento da sociologia ocorreu no século XVIII, como disciplina de estudo sobre as consequências da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, que provocaram mudanças econômicas, políticas e culturais na sociedade. O termo sociologia foi utilizado primeiramente por Auguste Comte no seu Curso de Filosofia Positiva, em 1838, quando pretendia unificar os estudos relativos ao homem, como a História, a Psicologia e a Economia. Foi seguido por Émile Durkheim. Sobre o assunto, vide o texto O estudo dos fatos sociais e o método da sociologia, de Émile Durkheim disponível em Textos básicos de Sociologia, Celso Castro (2014).

¹³ A sociologia não possui como objeto algo que já não tenha sido tratado antes em uma das ciências existentes, na medida em que entende o ser humano como ser social e a sociedade como portadora dos eventos históricos. “Possuirá um caminho comum a todas elas, um método da ciência que, justamente em razão de sua aplicabilidade à totalidade dos problemas, não é uma ciência com um conteúdo que lhe seja próprio. Justamente porque esse método possui tal universalidade, ele forma um fundamento comum para todos os grupos de problemas que antes careciam de alguns esclarecimentos que cada um só poderia receber de outro, a generalidade do ser socializado, que permite que as forças dos indivíduos se determinem mutuamente, corresponde à generalidade do modo sociológico de conhecimento, graças ao qual se torna viável resolver e aprofundar um problema em uma região do conhecimento cujo conteúdo seja totalmente heterogêneo.” (SIMMEL, 2006, p. 22-23).

operam a sociedade. Para Durkheim (2007, p. 148) a sociologia é a única ciência que pode “aprender a tratar com respeito, porém, sem fetichismo, as instituições históricas mais díspares, fazendo-nos perceber o que elas têm, ao mesmo tempo, de necessário e de provisório, sua força de resistência e sua infinita variabilidade”.

Segundo Freund (1995, p. 44), deve-se aos fundadores da sociologia, como Max Weber, Simmel, Pareto e Durkheim, o abandono do sonho escatológico da paz concebida como sendo o objetivo único das relações sociais. Neste aspecto, refletir sobre o conflito é refletir sobre a natureza da própria sociedade, numa perspectiva que não vislumbra unicamente os seus aspectos negativos, mas como evento vital que impede a estagnação social (SPENGLER, 2010, p. 245). Assim, com base em Spengler (2010), pode-se afirmar que as alterações estruturais que ocorreram ao longo da história tiveram como origem, meio ou finalidade, os conflitos sociais e as suas eventuais decorrências.

As teorias clássicas do conflito, que o percebem como inerente à sociedade, têm origem nas ideias de Weber (1999). Na mesma linha interacionista,¹⁴ Simmel (1983, p. 123) identifica

Todas as formas sociais aparecem sob nova luz quando vistos pelo ângulo do caráter sociologicamente positivo do conflito. Torna-se logo evidente que, as relações entre os homens (mais que aquilo que o indivíduo é para si mesmo e em suas relações com os objetos) constituem a matéria subjetiva de uma ciência especial, a Sociologia, nesse caso os tópicos tradicionais desta ciência cobrem apenas uma de suas subdivisões: ela é mais abrangente e mais verdadeiramente definida por um princípio. Parece que antigamente havia só duas questões subjetivas compatíveis com a ciência do homem: a unidade do indivíduo e a unidade formada pelos indivíduos, a sociedade; uma terceira parecia logicamente excluída. Nesta concepção, o próprio conflito – sem considerar suas contribuições a estas unidades sociais imediatas – não encontraria lugar próprio para estudo. É o conflito um fato *sui generis* e sua inclusão sob o conceito de unidade teria sido tão arbitrária quanto inútil, uma vez que o conflito significa a negação da unidade.

Como aponta Spengler (2010), o conflito está e se fará presente na sociedade, de forma permanente. Conceituá-lo é um desafio que vem sendo enfrentado ao longo do tempo:

De fato, a noção de conflito não é unânime. Derivado do antigo latim, a palavra conflito tem como raiz etimológica a ideia de choque, ou a ação de chocar, de contrapor ideias, palavras, ideologias, valores ou armas. Por

¹⁴ A perspectiva interacionista é uma das grandes perspectivas teóricas da sociologia e concentra-se nos detalhes concretos do que acontece entre indivíduos na vida diária. (JOHNSON, 1997, p. 174).

isso, para que haja conflito é preciso, em primeiro lugar, que as forças confrontantes sejam dinâmicas, contendo em si o sentido da ação, reagindo umas sobre as outras. (SPENGLER, 2010, p. 242).

Não há como, para Freund (1995, p. 58), eliminar o conflito de forma definitiva das relações sociais, pois ele não é um fenômeno anormal ou patológico. Conceitua-o como sendo o enfrentamento entre dois seres ou grupos da mesma espécie que manifestam, uns a respeito dos outros, uma intenção hostil, geralmente com relação a um direito. Para manter esse direito, afirmá-lo ou restabelecê-lo, muitas vezes lança-se mão da violência, o que pode trazer como resultado o aniquilamento de um dos conflitantes.¹⁵

Há necessidade de aprofundamento de definições, a fim de que possam ser compreendidas as implicações do conceito de Freund (1995) sobre o conflito, já que o mesmo afirma que, assim como o conflito, o enfrentamento e o choque são, via de regra, intencionais. Destaca-se que, para esse autor, apesar de voluntário, o conflito pode ter origens e desdobramentos que extrapolam o domínio consciente dos indivíduos. Restam excluídos do conceito os acidentes, como no exemplo do homem que tropeça numa pedra. A distinção entre colisão e conflito é explicada através do exemplo prático: o choque involuntário entre ciclistas não pode ser considerado conflito, pois se trata de uma colisão, embora essa situação seja capaz de gerar um conflito por que pode provocar uma manifestação agressiva em pelo menos uma das partes envolvidas. A “intenção conflitiva” pode se manifestar de forma individual ou coletiva, desimportando, para fins conceituais, o tamanho do grupo ou coletividade envolvida.

Como se observa em Lorenz (2001), só haverá conflito quando este for de natureza intraespecífica, ou seja, quando envolver unicamente seres humanos ou grupos de seres humanos, nos polos adversários¹⁶. No que diz respeito à voluntariedade, o autor busca a historicidade dos conflitos e aponta:

¹⁵ “El conflicto consiste en un enfrentamiento por choque intencionado, entre dos seres o grupos de la misma especie que manifiestan, los unos respecto a los otros, una intención hostil, en general a propósito de un derecho, y que para mantener, afirmar o reestablecer el derecho, tratan de romper la resistencia del otro eventualmente por el recurso a la violencia, la que puede, llegado el caso, tender al aniquilamiento físico del otro.” (FREUND, 1995, p. 58).

¹⁶ “O homem não é verdadeiramente mau de nascença, como afirma o Génesis. Pode mesmo agir muito razoavelmente, quando a situação é tensa, com a condição de situações semelhantes se terem apresentado suficientes vezes na época paleolítica para terem criado normas sociais, filogeneticamente adaptadas, que lhes correspondam. Amar o próximo como a nós mesmos e arriscar a vida para salvar a dele é normal se o nosso amigo é o nosso melhor amigo e já nos salvou a nossa muitas vezes: até o fazemos sem prensa. Mas a situação é completamente diferente se a pessoa

Mal a humanidade atingiu uma fase em que, graças às suas armas, vestuário e organização social, se encontrava quase em estado de dominar os perigos e ameaças do exterior (morrer de frio, ser comido pelas feras, etc.) estes deixaram de ser os factores essenciais da seleção; foi nessa altura que começou uma seleção intraespecífica prejudicial. O factor seletivo passou a ser a guerra entre hordas vizinhas de homens inimigos. Esta guerra deve ter provocado uma seleção extrema de todas as pretensas 'virtudes guerreiras' que, infelizmente, para muitos de nos parecem representar um ideal invejável (LORENZ, 2001, p. 60).

A intenção deliberada de prejudicar o outro, considerado inimigo, ou por que assim se quer que o seja, é tida por Freund (1995, p. 60) como "intencionalidade conflitiva"¹⁷. Ou seja, a hostilidade pode ter início a partir de um fato simples e vir a ter desdobramentos que justifiquem guerras, o que leva a conclusão de que o conflito pode ser previamente organizado ou simplesmente surgir de forma espontânea.

Agressividade e hostilidade, não são, para Lorenz (2001), sinônimas. A hostilidade seria de ordem emocional, de natureza transitória, que pode variar entre uma simples ameaça inspiradora de medo a golpes de violência física propriamente dita. Antagonistas podem não experimentar o sentimento de hostilidade. A agressividade, espécie de instinto natural, estaria a serviço da preservação da vida, seja ela individual ou da espécie, por outro lado, viável a existência de agressividade sem hostilidade, sem conflito. A falta de agressividade equivaleria, do ponto de vista de Freund (1995, p. 60), à indolência. Assim, o mencionado autor aponta que, tanto a agressividade quanto a indolência podem conduzir, em certas circunstâncias, ao conflito. No caso da primeira (agressividade), quando se desdobra em típica ofensiva. A indolência leva à polarização dos grupos quando, em razão dela, não são solucionadas as dificuldades, não são ultrapassados os obstáculos que se acumulam somados à falta de um regulamento satisfatório. Em suma, do ponto de vista do autor, praticamente não existe conflito ou guerra que não busque se legitimar. O sentimento de justiça, assim como o poder político, via de regra, estão

pela qual é suposto arriscarmos a nossa vida ou fazermos outros sacrifícios é um contemporâneo anônimo que nunca vimos sequer. Neste caso, não é o amor por outro ser humano que activa, em tal circunstância o nosso comportamento de abnegação, mas o amor de uma norma tradicional de comportamento social evoluída com a cultura." (LORENZ, 2001, p. 281).

¹⁷ "La hostilidad puede consistir en una simple malevolencia o tomar aspectos más brutales de una pelea de proporciones diversas, según el número de participantes, desde la riña hasta la guerra" (FREUND, 1995, p. 60).

no centro da discórdia o que o leva a concluir que o objeto do conflito, em geral, está ligado à ideia de reivindicação do que seja justo.¹⁸

A qualidade dos participantes, com suas características e relações prévias de um para com o outro interfere no desenvolvimento da disputa. Podem ganhar relevância aspectos como força, meios de cognição e personalidade. Segundo Entelman (2002, p. 47) as pessoas que se relacionam entre si não realizam apenas condutas recíprocas, que levam em conta os demais membros do grupo. Realizam também atos independentes, a partir de condutas próprias, que são concebidas e resolvidas sem levar em conta as condutas dos demais integrantes do grupo. Assim, para o Autor, tais condutas tidas por independentes, não definem a existência de uma relação social¹⁹.

No confronto de vontades, como se observa em Spengler (2010, p. 243) imperam atitudes que buscam romper a residência do adversário mediante o domínio. A intenção do oponente é de impor sobre o outro a solução que julgar mais adequada. Ultrapassada a fronteira da confrontação de ideias e interesses (embora possam aí residir as fontes do conflito), os antagonistas podem passar a se comportar como verdadeiros inimigos.

Para tanto, fazem uso dos mais diversos meios que lhes são disponíveis, entre os quais, muitas vezes, figura a chantagem, a intimidação, a violência direta e/ou indireta.²⁰ Com a finalidade de impor a sua vontade sobre os demais, os oponentes podem ainda fazer uso

de ameaças, de intimidação, de meios mais agressivos ou repressivos, capazes de atentar contra a integridade física ou moral do outro, contra os seus bens materiais ou contra as suas ideias mais preciosas, sugerindo a aniquilação física em caso de resistência suposta, deliberada ou persistente. (SPENGLER, 2010, p. 249).

¹⁸ “Ocurre que un enfrentamiento nace espontaneamente por razones que difícilmente se pueden descubrir, y en apariencia fuera de todo derecho, por ejemplo en el caso de un motín. Sin embargo, cuando esta situación se prolonga suscita inevitablemente una protesta en nombre de un derecho que se estima lesionado, desconocido o despreciado. Incluso en el caso de un motín espontáneo, por ejemplo en caso de escasez o de otra estrechez, los manifestantes están animados por así decirlo inconscientemente por el sentimiento de ser víctimas de una injusticia”. (FREUND, 1995, p. 60-61).

¹⁹ Livre tradução da autora. No original: “Para entender bien este concepto, hay que advertir que en realidad los miembros de una relación social no sólo realizan conductas recíprocas que de alguna manera tienen en cuenta a los otros miembros. También ejecutan conductas independientes, que son concebidas y resueltas sin tomar en cuenta las conductas de los demás integrantes del grupo. Por ello, tales conductas que llamo independientes no definen la existencia de una relación social”. (ENTELMAN, 2002, p. 47).

²⁰ Así, el conflicto es una manera de tener razón independientemente de los argumentos racionales, o incluso razonables, salvo si ambas partes han aceptado el arbitraje de un tercero (FREUND, 1995, p. 61).

Não raras vezes, a violência está à espreita no conflito. Ou seja, há o risco permanente de enfrentamento. As forças que estão em jogo podem ingressar em uma escalada e ascender à aniquilação do outro, especialmente quando houver emprego de força física e, eventualmente, armas. Em geral a escalada é impulsionada pelos instintos obscuros do ser, das suas pulsões, paixões e exaltações não controladas que suscitam o desenvolvimento da luta (FREUND, 1995, p. 62). Nessas situações extremadas, o conflito tende a voltar-se para o lado desumano, desproporcional ao que estava inicialmente em jogo.

O contraponto ao uso da violência é feita por Muller (2009). Refere que existem formas de reagir eficazmente contra a violência de maneira não violenta, havendo, para tanto, necessidade de desvincular a ideia de eficácia como efeito da violência²¹. Em sendo a não violência uma atitude do homem racional, ela se justifica, na medida em que alimenta um projeto de construção da civilização. Explica:

O princípio da não violência leva-nos a operar uma revolução copernicana na nossa maneira de pensar a eficácia da luta contra a violência. Desde há séculos que estamos habituados a pensar a eficácia como sendo essencialmente o efeito da violência. Mais ou menos conscientemente, acabamos por identificar a eficácia com a violência. Mas só queremos perceber a eficácia da violência e recusamo-nos a ver a violência da eficácia, isto é, ocultamos aos nossos próprios olhos a violência da violência (MULLER, 2009, p. 234).

Não obstante as reações que o conflito venha a suscitar, constatada a sua inevitabilidade, emerge a necessidade de perquirir a sua naturalização, ponto abordado na sequência do presente trabalho.

²¹ A ideia dominante que prevaleceu até ao presente nas sociedades é que só é possível lutar eficazmente contra a violência opondo-lhe uma contraviolência. Se tantos filósofos, tendo afirmado a exigência ética da não violência, não souberam fazer outra coisa senão reconhecer a necessidade e a legitimidade da contraviolência, é porque não estiveram em posição de conceber uma ação não violenta contra a violência. Na atual cultura, tudo leva a pensar a relação com a violência através do par violência/contraviolência e não através do par violência/não violência. A convicção que funda a opção pela não violência é que a contraviolência não é eficaz para combater o sistema da violência porque, na realidade, ela própria faz parte dela, e mais não faz do que mantê-la e perpetuá-la. (MULLER, 2009).

2.2 A naturalização do conflito

Quanto à naturalização do conflito, ganham especial relevância as ideias Simmel, na medida em que é atribuída a ele a autoria da teoria sociológica clássica do conflito²². Partindo da premissa que o conflito é uma das formas primárias de interação humana, Simmel (1983, p. 122) percebe os fatores de dissociação, a exemplo da inveja, do ódio, das necessidades e dos desejos, como causas do conflito, posto que “destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes”, já que as situações conflitivas não se resumem à esfera individual. Na mesma esteira, Freund (1995) reconhece que podem acontecer conflitos também entre grupos, organizações e coletividades. Há a possibilidade que ganhem diversas expressões, tais como: social, política, familiar, étnica, religiosa, dentre outras, que os afastam da concepção do conflito como algo patológico.

O argumento de Simmel (1983, p. 123) é o de que o conflito é, sobretudo, “uma sociação, ou seja, uma das mais vívidas formas de interação entre os homens”, cujos aspectos positivos e negativos estão interligados. Pode-se admitir uma separação conceitual, mas não empírica,²³ posto que na dinâmica da vida real existam correntes convergentes e divergentes, que operam de forma inseparável, entrelaçadas nas unidades sociais, conforme se pode concluir da transcrição que segue:

Assim como o universo precisa de amor e ódio, isto é, de forças de atração e de forças de repulsão, para que tenha uma forma qualquer, assim também a sociedade, para alcançar uma determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associações e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis (SIMMEL, 1983, p. 124).

A partir da constatação de que nenhuma sociedade é homogênea, tem-se que o conflito, além de vital, exerce uma força integradora do grupo. Cada ser humano

²² Segundo Boudon (1995, p. 256), Simmel é o autor que se aprofunda no tema conflito e nas formas básicas de convívio humano.

²³ “O indivíduo não alcança a unidade de sua personalidade exclusivamente através de uma harmonização exaustiva – segundo normas lógicas, objetivas, religiosas ou éticas – dos conteúdos de sua personalidade. A contradição e o conflito, ao contrário, não só precedem esta unidade como operam em cada momento de sua existência. É claro que provavelmente não existe unidade social, onde correntes convergentes e divergentes não estão inseparavelmente entrelaçadas. Um grupo absolutamente centrípeto e harmonioso, uma união pura (*vereinigung*) não só é empiricamente irreal, como não poderia mostrar um processo de vida real.” (SIMMEL, 1983, p. 123).

ocupa um papel social, renunciando assim a sua individualidade. O fenômeno sociedade²⁴, para Spengler (2010, p. 259) é adjetivado como “irritante” na medida em que não há como furtar-se da coletividade. Ou seja, “a sociedade possui atributos e modos de comportamento aos quais o portador deve se adequar”.

Partindo-se da ideia de que o termo unidade pode designar consenso e concordância entre indivíduos em contraposição à discordância, Simmel (1983, p. 125) também nomina de ‘unidade’ a reunião total do grupo de pessoas incluindo as energias e formas de relacionarem-se, sendo que esta totalidade pode abranger as relações duais e as unitárias. A associação do termo discordância a um caráter negativo e destrutivo entre indivíduos particulares pode levar à equivocada ideia de que o efeito seria o mesmo sobre os grupos. Explica:

Na realidade, todavia, algo que é negativo e prejudicial entre indivíduos, se considerado isoladamente e visando uma direção particular, não tem necessariamente o mesmo efeito no relacionamento total desses indivíduos, pois surge um quadro muito diferente quando visualizamos o conflito associado a outras interações não afetadas por ele. Os elementos negativos e duais jogam um papel inteiramente positivo nesse quadro mais abrangente, apesar da destruição que podem causar em relações particulares (SIMMEL, 1983, p. 126).

Em grupos pequenos, mas ilimitados em relação às relações vitais entre seus membros “certa quantidade de discordância interna e controvérsia externa estão organicamente vinculadas aos próprios elementos que, em última instância, mantém o grupo ligado” (SIMMEL, 1983, p. 126). Pode-se ilustrar essa noção com o exemplo de um casal; no entanto, o vínculo conjugal não deve ser tido como de maior ou de menor intensidade pela quantidade de conflitos que contém²⁵.

Nas estruturas que preservam nítida divisão hierárquica e gradações sociais, o antagonismo pode ter um papel positivo e integrador. As adversidades, além de preservarem os limites no interior do grupo, podem ser propositalmente alimentadas para assegurar condições de sobrevivência, conforme se pode concluir da transcrição que segue:

²⁴ Para fins do presente trabalho, sociedade é tida como um produto da civilização e não da natureza, necessária para que as pessoas, por mais diferentes que sejam, possam criar instituições comuns que assegurem a sobrevivência e a qualidade de vida (DAHRENDORF, 1992).

²⁵ O desaparecimento de energias de repulsão (e, isoladamente consideradas, de destruição) não resulta sempre, em absoluto, em uma vida social mais rica e mais plena (assim como o desaparecimento de responsabilidades não resulta em maior propriedade), mas em um fenômeno tão diferente e irrealizável quanto se um grupo fosse privado das forças de cooperação, afeição, ajuda mútua e convergência de interesses (SIMMEL, 1983, p. 127).

O grupo se baseia nas atitudes de seus membros. A oposição de um membro do grupo a um companheiro, por exemplo, não é um fator social puramente negativo, quando muitas vezes tal oposição pode tornar a vida ao menos possível com as pessoas realmente insuportáveis. Se não temos nem mesmo o poder e o direito de nos rebelarmos contra a tirania, a arbitrariedade, o mau-humor e a falta de tato, não poderíamos suportar relação alguma com pessoas cujo temperamento assim toleramos. Nós nos sentiríamos impelidos a dar passos desesperados – e estes realmente acabariam com a relação, mas não constituiriam, talvez, um “conflito”; não só pelo fato (embora seja essencial aqui) de que a opressão costuma aumentar quando é suportada calmamente e sem protestos, mas também porque a oposição nos dá satisfação íntima, distração, alívio, assim como, sob condições psicológicas diferentes, nos dá humildade e paciência. Nossa oposição nos faz sentir que não somos completamente vítimas das circunstâncias. Permite-nos colocar nossa força à prova conscientemente e só dessa maneira dá vitalidade e reciprocidade às condições das quais, sem esse corretivo, nos afastaríamos a todo custo. (SIMMEL, 1983, p. 127).

Portanto, a oposição, além de ser um elemento próprio das relações humanas, intrinsecamente relacionada com a existência das mesmas, é uma das funções que a constituem e que pode ser satisfeita pelo conflito na forma latente, pela animosidade e por sentimentos de repulsa mútua capazes de se transformar em ódio e luta. O que, em um primeiro momento pode parecer desassociação (motivo de afastamento e rompimento) pode ser, na verdade, forma elementar de socialização e integração.

Assim, o conflito, como forma de interação entre os homens está com muito mais razão presente nos grupos sociais, constituídos e mantidos a partir de múltiplas relações²⁶. As forças unificadoras em cooperação com as relações de conflito produzem uma estrutura social, um grupo enquanto unidade viva e concreta. Assim, o conflito não se diferencia de qualquer outra forma de relação que a sociologia abstrai da complexidade da vida real.

²⁶ Simmel (2006, p. 47-51) refere que o grupo, no sentido de unidade coletiva (massa), não é a soma de existências individuais, “e sim um novo fenômeno que surge não da individualidade plena de cada um de seus participantes”, mas dos fragmentos de cada um que corresponde com os dos demais. Isso explica por que individualmente cada ser pode ser visto como inteligente, sagaz, pacífico e, quando *in corpore* as decisões sejam tolas, violentas, cruéis. Os traços comuns são os estratos situados nas dimensões da personalidade mais inferiores, sensorialmente primitivas e sólidas. Isso também faz com que o indivíduo não se sinta atingido pelas referências de desprezo que se faz sobre a massa ou o povo, pois, individualmente, ele possui qualidades muito superiores àquelas da unidade coletiva. Segundo Simmel (1983, p. 131), há uma “mistura de correntes convergentes e divergentes no interior de um grupo, isto é, a estrutura pode ser *sui generis*, sua motivação e sua forma inteiramente coerentes consigo mesmas e apenas para conseguirmos descrevê-las e compreendê-las nós as mostramos, *post factum*, em duas tendências, uma monista, outra antagonista. Ou também as duas de fato existem mas somente, por assim dizer, antes de se originar a própria relação, pois na relação mesma elas se fundiram numa unidade orgânica, onde nenhuma delas se faz sentir como seu poder próprio isolado”.

A essência da alma humana não permite que um indivíduo se ligue a outro por um elo apenas, ainda que a análise científica não se dê por satisfeita enquanto não determina o específico poder de coesão de unidades elementares (SIMMEL, 1983, p. 128).

Assim, conclui-se pela impossibilidade de uma vida sem conflitos. Ele serve como modelador dos constantes processos individuais e sociais (enquanto responsável pela integração social) e opera de forma dinâmica e múltipla (SALES, 2010). Fruto do choque de aspirações, desejos e vontades, o conflito faz parte do cotidiano da vida em sociedade e, seja em razão da dinamicidade ou da multiplicidade de papéis sociais, impõe sua presença constante e permanente. Assim, naturalmente, enfrentam-se conflitos nos mais variados momentos da vida e, por vezes, estes sequer são identificados. Sejam eles genuínos ou não, necessários ou dispensáveis, as reações que geram - químicas²⁷ e psíquicas²⁸ refletem na forma com que se identificam e se responde a eles. Ou seja, podem gerar reações violentas, agressivas ou ainda paralisar o indivíduo e despertar a sua compaixão, turvando a percepção que o ser humano tem da situação em que está inserido.

Ocorre que, numa sociedade em que os interesses individuais se sobrepõem ao coletivo, observa-se a perda gradual da capacidade de diálogo e com isso, de manejo direto dos conflitos. Mesmo que não tenham sido totalmente bloqueados os canais dialogais, por vezes, a comunicação que se estabelece segue “padrões de defesa, recuo ou ataque diante de julgamentos e críticas” (ROSENBERG, 2006, p. 22). Igualmente, ainda segundo Marshall Rosenberg (2006) alerta, estabelece-se por vezes, uma comunicação alienante na medida em que se encontra disseminada uma cultura de negação de responsabilidades. Ou seja, imputa-se sempre a um terceiro as frustrações ocorridas, desimportando as reais motivações ou fatos que deram origem aos insucessos experimentados.

Todos estes fatores, associados à confusão ideológica entre acesso a justiça e exercício de direitos, resulta na crença de que é mais fácil atribuir-se a um terceiro a responsabilidade pela tomada de decisões, especialmente as relacionadas às situações conflituosas experimentadas. Desimporta a natureza do conflito, mesmo que este não seja sequer jurídico, ele acaba por ser levado ao Poder Judiciário. A partir daí experimenta-se uma série satisfações e decepções. As satisfações estão

²⁷ Ex. sudoreses, taquicardia, ruborização, etc.

²⁸ Ex. nervosismo, descontrole emocional, hostilidade, etc.

relacionadas ao grau de importância que conflitante consegue atrair para si e para o seu suposto problema, tornando-se assim, do seu ponto de vista, o centro das atenções dos mais diversos operadores do direito (advogados, promotores, juízes). Reforçado pela crença de que a máquina judiciária dispõe de capacidade de resolução rápida e irrestrita de conflitos, as decepções se originam no momento em que as limitações do sistema jurídico passam a ser percebidas pelos conflitantes. No mais das vezes a solução jurídica apontada pode resolver o problema unicamente sob a perspectiva do direito, não resolve a chamada lide subjacente ou sociológica.

Ao se demitir do gerenciamento de sua própria existência e atribuir a um terceiro a responsabilidade pelas decisões relativas aos mais diversos aspectos da vida experimenta-se uma dependência para com o terceiro, semelhante a da criança com o adulto.

Fato inquestionável é que, independentemente das capacidades pessoas de cada um lidar com seus conflitos e com os conflitos sociais, o acesso ao judiciário precisa ser garantido. A forma com que o conflito será então metabolizado constitui um dos pontos centrais do presente trabalho. Por esse motivo, será abordado, na sequência, como poder e conflito interagem a partir da concepção de Hobbes, Locke e Rousseau, posto que a inserção dos mesmos, no contexto social, desafia os mais diversos questionamentos. Pode-se, por exemplo, perquirir se todo o conflito implica no reconhecimento da existência de um perdedor e um vencedor ou se haveria a possibilidade de um resultado diferente, em que não coexistissem as duas figuras. Nesta mesma linha, questiona-se se seria possível, a partir do conflito, haver a união e fortalecimento do grupo. Enfim, são perguntas cujas respostas serão buscadas ao longo de toda a presente dissertação, em especial a partir dos próximos itens a serem trabalhados.

2.3 A percepção do conflito a partir do modelo contratualista

As múltiplas fontes de conflito, os problemas relativos aos fundamentos da ordem e a concepção de sociedade natural encontram-se sedimentas em Hobbes. Ele parte do pressuposto de que, embora possam existir diferenças entre os homens, elas são sutis e não são “suficientemente consideráveis para que qualquer

um possa com base nelas reclamar qualquer benefício a que outro não possa também aspirar²⁹ (HOBBS, 1985, p. 183).

O conflito surge a partir do momento em que dois seres, dotados de igualdade quanto as suas capacidades, tenham um mesmo objetivo, impossível de ser usufruído por ambos³⁰ (HOBBS, 1985, p. 184). Dentro desse contexto, o autor conclui ser imprescindível a existência de um poder capaz de manter a todos o respeito, pois somente assim poderão usufruir da companhia uns dos outros, compartilhar experiências, trocar conhecimentos (HOBBS, 1985, p. 184). Caso contrário, imperará a guerra de todos contra todos, na qual cada um governaria a si próprio, de acordo com a sua própria razão e teria como fim último a preservação da sua própria vida.

Vale lembrar que o estado de guerra a que Hobbes se refere não se resume ao momento da batalha, mas todo o lapso temporal em que há a intenção de lutar e/ou de se travarem batalhas, o que modifica inclusive a noção de tempo. O autor estabelece um paralelo entre o tempo de guerra e o tempo da natureza, no sentido de que as intempéries naturais, via de regra, duram vários dias, assim como a disposição para a guerra ou o período em que não há garantia de paz³¹.

Nesse período, de intencionalidade de luta, o homem embruteceria e viveria na escassez e no isolamento. A sensação de insegurança permanente conduziria a celebração do pacto para evitar a guerra, que importa no esforço contínuo pela paz, enquanto houvesse esperança de consegui-la. Do contrário, caso ela não venha a ser alcançada, há que se usar “todas as ajudas e vantagens da guerra”³² (HOBBS, 1985, p. 190).

²⁹ “Nature hath made men so equall, in the faculties of body, and mind; as that though there be found one man sometimes manifestly stronger in body, or of quicker mind then another; yet when all is reckoned together, the difference between man, and man, is not so considerable, as that one man can thereupon claim to himself any benefit, to which another may not pretend, as well as he.” (HOBBS, 1985, p. 183).

³⁰ “And therefore if any two men desire the same thing, which nevertheless they cannot both enjoy, they become enemies; and in the way to their End, (which is principally their own conservation, and sometimes their delectation only) endeavour to destroy or subdue one and other.” (HOBBS, 1985, p. 184).

³¹ Hereby it is manifest, that during the time men live without a common power to keep them all in awe, they are in that condition which is called war; and such a war, as is of every man, against every man. For ‘war’, consisteth not in battle only, or the act of fighting but in a tract. (HOBBS, 1985, p. 185).

³² “Rule of reason: that every man, ought to endeavour Peace, as far as he has hope of obtaining it; and when he cannot obtain it, that he may seek, and use, all helps, and advantages of War.” (HOBBS, 1985, p. 190).

Assim, tem-se que Hobbes parte da ideia de que, antes da formação da sociedade política organizada, imperava uma situação de caos e desordem entre os homens, que impossibilitava a própria existência.

O homem, embrutecido, irracional e egoísta, viveria num estado de natureza, caótico e desorganizado, no qual haveria a predominância de disputas constantes pelo poder. Nesse contexto não haveria espaço para a sociedade civil. Ele o percebe como estado de guerra, em que a competição travada pelo ganho, assim como a desconfiança que conduz a permanente luta por segurança e o desejo idealizado de uma boa reputação levariam os homens ao conflito constante. Adágios como a “guerra de todos contra todos”; “o homem lobo do homem” são frequentemente utilizados para expressar o que seria o estado de natureza para Thomas Hobbes (STRECK; MORAIS, 2000, p. 35).

O contrato social surge, para Hobbes, como um pacto em favor de terceiro, firmado entre os indivíduos que, com o intuito de preservação de suas vidas, transferem a outrem não partícipe (homem ou assembleia) todos os seus poderes. Há que se ter em mente que Hobbes reconhece nos homens a capacidade de conter suas paixões para “construírem juntos uma ordem social em que se abandona ao poder absoluto do Leviatã, instaurando também entre eles uma paz civil, só ela suscetível de aumentar sua prosperidade coletiva” (BOUDON, 1995, p. 250). Não há aqui a ideia de direitos, pois esses somente surgirão a partir do Estado, em troca de segurança.

O autor descreve o Estado³³ como um “deus mortal” a quem os indivíduos devem a paz e a defesa de suas vidas. Um terceiro (homem ou uma assembleia de homens) seria aceito e reconhecido como legitimado a deliberar sobre a segurança.

³³ O único caminho para erigir um poder comum que alcance defender os homens das agressões estrangeiras e das injúrias recíprocas – assegurando-se assim a que possam alimentar-se e viver satisfeitos com sua própria indústria e com os frutos da terra – reside em conferir todos os seus poderes e toda a sua força a um homem ou a uma assembleia de homens que possa reduzir todas as suas vontades mediante a pluralidade das vozes a uma só vontade; isto equivale a designar a um homem ou a uma assembleia de homens para que represente a sua pessoa, de modo que cada um aceite e se reconheça a si mesmo como autor de tudo aquilo que defende o representante de sua pessoa, do que possua ou do que cause, naquelas coisas que concernem à paz e à segurança comuns, submetendo todas as suas vontades à vontade dele, e todos os seus juízos ao juízo dele. Isto é mais do que um consentimento ou concordância; é uma unidade real de todos em uma só e mesma pessoa realizada mediante o pacto de cada homem com todos os demais, de uma forma que implique que cada homem diga a todos os outros: “*Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações. Feito isso, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado, em latim civitas*” (STRECK; MORAIS, 2000, p. 37). (Grifo próprio).

Todos, considerados súditos, se submeteriam ao juízo daquele terceiro, que seria o soberano, através de um pacto recíproco, de forma que estaria autorizado a fazer uso da força e/ou de quaisquer outros recursos, mesmo que pertencente a todos, para assegurar a paz e a defesa comum.

Para Hobbes, na passagem do estado de natureza para o estado contratualista, o homem se despoja de todos os seus direitos, pois o Estado é a fonte do direito, o poder exercido pelo soberano é ilimitado, sem nenhum referencial no estado de natureza. “O príncipe tudo pode ou tudo deve fazer, pecando unicamente por fraqueza” (STRECK; MORAIS, 2000, p. 38).

A partir das ideias de Hobbes, a respeito da formação do Estado contratualista, pode-se concluir que existem conflitos tanto no estado de natureza quanto no Estado propriamente dito. A diferença reside na administração do conflito. Essa diferença recai principalmente sobre dois aspectos. Primeiro, sobre quem administra o conflito, mediante uso da força quando necessário, e segundo, sobre os resultados alcançados.

No estado de natureza, os homens fazem a sua própria justiça, sendo administradores dos seus próprios conflitos. Já, no Estado, o administrador é um terceiro, alheio aos interesses dos envolvidos. Quanto aos resultados obtidos, Hobbes enfatiza o caos, a desorganização e a prevalência da vontade do mais forte, como resultados inequívocos da administração dos conflitos pelos indivíduos, típico do estado de natureza. Por isso, o Estado contratualista prevalece, porque em seu modelo estabelece uma obrigação política vertical entre cidadão e Estado e os resultados da administração do conflito são a segurança e a paz social. A prevalência da vontade do Leviatã é um subproduto deste modelo, um mal necessário, capaz de eliminar um mal infinitamente superior (SANTOS, 2011a, p. 50).

Outro filósofo político clássico que merece destaque é Locke. Considerado delineador do Liberalismo, ele acreditava que, na vida em natureza havia certo domínio racional das paixões e dos interesses:

Assim, no estado de natureza, um homem adquire um poder sobre o outro; mas não um poder absoluto ou arbitrário para tratar um criminoso segundo as exaltações apaixonadas ou a extravagância ilimitada de sua própria vontade quando está em seu poder; mas apenas para infringir-lhe, na medida em que a tranquilidade e a consciência o exigem, a pena proporcional a sua transgressão, que seja bastante para assegurar a reparação e a prevenção. Pois estas são as únicas duas razões por que um

homem pode legalmente ferir outro, o que chamamos de punição (LOCKE, 1994, p. 85).

O contrato social é firmado a partir do reconhecimento de que existem direitos pré-sociais, ou direitos naturais, a serem reforçados no estado contratualista e que estabelecem os limites da ação do soberano. Assim, o conteúdo do contrato social de Locke difere do de Hobbes. Para o primeiro,

a existência-permanência dos direitos naturais circunscreve os limites da convenção. O “pacto do consentimento” que se estabelece serve para preservar e consolidar os direitos já existentes no estado de natureza. O convênio é firmado no intuito de resguardar a emersão e generalização do conflito. Através dele, os indivíduos dão seu consentimento unânime para a entrada no estado civil e, posteriormente, para a formação do governo, quando, então se assume o princípio da maioria. (STRECK; MORAIS, 2000, p. 38).

Haveria um duplo contrato, o de associação, quando se funda a sociedade civil e o de submissão, instituidor do poder político, que não pode, no entanto, violar direitos naturais. Além disso, o Estado³⁴ deve oportunizar que os cidadãos usufruam da melhor forma possível, dos direitos naturais fundamentais, levando-se em conta que o conceito de propriedade, para Locke, é amplo e inclui, além de bens materiais, a vida, o corpo, a liberdade (SANTOS, 2011a, p. 135). Ou seja, Locke preserva e consolida tais direitos. Ao soberano não é facultado o cometimento de excessos.³⁵ (STRECK; MORAIS, 2000).

Assim, o homem é retirado do estado de natureza³⁶ e colocado na sociedade, sob o jugo de um “juiz terreno com autoridade para decidir todas as controvérsias e para castigar as injúrias que posam afetar a qualquer membro do Estado” (LEAL, 2001, p. 82). Ele reconhece que os cidadãos não são contemplados da mesma forma, ou com os mesmos direitos, na medida em que nem todos são proprietários

³⁴ “Em outras palavras, algumas situações estão consumadas na ordem do mundo, já que a lei natural proporciona um sistema completo de direitos e deveres, como o trabalho gerador da riqueza, preexistindo ao Estado, e, portanto, estando este impedido de alterar ou inovar neste campo.” (LEAL, 2001, p. 82).

³⁵ “Em Locke, ainda encontramos o controle do Executivo pelo Legislativo e o controle do governo pela sociedade, cernes do pensamento liberal”. (STRECK; MORAIS, 2000, p. 39).

³⁶ Santos (2011a, p. 134) explica que “As características que distinguem a concepção de sociedade civil em Hobbes da concepção de Locke correspondem às que distinguem as suas concepções do estado de natureza. O estado de natureza de Locke é muito menos sinistro e violento do que o de Hobbes. Trata-se, de fato, de um estado de perfeita liberdade, igualdade e independência, sendo, de modo geral, um estado de paz, de boa vontade e auxílio mútuo. Numa situação destas, a urgência em abandonar o estado de natureza não é tão grande como no caso de Hobbes: o que deixamos não é assim tão terrível, e o que ganhamos não é, obviamente, muito melhor”.

de terras³⁷. A autoridade governante deve ter clareza com relação ao seu campo de atuação e responsabilidades, inclusive a de proteger as propriedades. Existem, portanto, diferenças econômicas e sociais com relação aos cidadãos, não obstante a vida ser reconhecidamente um direito garantido a todos, assim como a liberdade jurídica previamente estipulada pela lei³⁸.

Então, ao contrário de Hobbes, que acreditava que as diferenças entre os homens são mínimas a ponto de poderem ser ignoradas, Locke argumenta que as diferenças não só existem e são relevantes, como também é imperativo ao Estado preservá-las. As diferenças entre os homens, na obra de Locke, se devem ao mérito, seja resultante do esforço e do trabalho individual, seja por obra e graça divina. A administração dos conflitos no Estado contratualista de Locke, portanto, não gera como subproduto a vontade irrestrita do Leviatã, mas sim a manutenção das diferenças entre os homens. Para Locke, o direito à vida, à liberdade e à propriedade são anteriores ao estado civil. E o estado civil foi criado com o intuito primordial de garantir a manutenção desses direitos naturais. A partir dessa noção de formação do Estado, a quantidade de conflitos a serem administrados é mais significativa, tendo em vista o dualismo decorrente das liberdades atribuídas aos indivíduos e dos rigorosos limites impostos à vontade do soberano.

Já para Rousseau, o homem transforma-se ao passar do estado de natureza³⁹ para o estado social. No estado de natureza, o homem é solitário, independente, ocioso, seus sentidos limitam-se às suas necessidades, não tem consciência da sua natureza humana até que o instinto venha a ser substituído pelo sentimento de justiça,

somente assim, quando a voz do dever substitui o impulso físico, e o direito substitui o apetite, o homem, que até então se havia limitado a contemplar-se a si mesmo, se vê obrigado a atuar segundo outros princípios, consultando com sua razão antes de escutar as suas inclinações (STRECK; MORAIS, 2000, p. 42).

³⁷ Locke instituiu entre governantes e governados um *trust* (fideicomisso) fazendo do Poder um depósito confiado em custódia aos governantes que têm “por função deixar claro que todas as ações dos governantes têm como limite a finalidade do governo, que é promover o bem dos governados” (LEAL, 2001, p. 83).

³⁸ “As leis civis, agora, serão o único texto que devo consultar para saber o que é meu e o teu, o bem e o mal, o útil e o inútil. E, à exceção do direito de defender-me, elas darão a medida de todos os demais direitos, no momento mesmo em que limitam minha liberdade natural”. (LEAL, 2001, p. 84).

³⁹ Para Rousseau, “o homem natural não é nem sociável e dotado de razão, nem impelido por um egoísmo ativo”. [...] “o homem natural é desprovido de todas as características do homem social, e nada nesse estado de natureza indica que dele deva sair: é um estado de felicidade e de equilíbrio que se basta a si mesmo, imutável e sem história”. (LEAL, 2001, p. 87-88).

Privar-se das vantagens da natureza conduz o homem ao desenvolvimento de suas faculdades intelectuais, ao enobrecimento de seus sentimentos e à elevação de sua alma.

Rousseau (1995) acredita na construção de um vínculo entre os homens, na medida em que cada um renuncia aos seus interesses próprios em favor da coletividade. Quanto ao surgimento da sociedade e das leis, Rousseau afasta-se da concepção hobbesiana⁴⁰. Para ele, os costumes que atuam como reguladores da sociedade, com o passar do tempo, tornam-se insuficientes, já não garantem a paz desejada. Nesse momento surge a necessidade de ir além das convenções e costumes herdados culturalmente para que seja firmado o contrato social. E, ao firmar o contrato social, cria-se a lei. O homem passa por uma sucessão de perdas, a iniciar pelo “direito ilimitado a tudo o que tenta e pode alcançar, o que ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui” (ROUSSEAU, 1995, p. 34).

Assim, a soberania não estaria com o monarca, mas sim com o povo. “A vontade geral incorpora um conteúdo de moralidade ao mesmo, permitindo que se entenda a obediência como exercício de liberdade e a soberania como a ação do povo que dita a vontade geral, cuja expressão é a lei” (STRECK; MORAIS, 2000, p. 43).

A lei encerra um imperativo moral que vincula o Estado e cidadão. É fruto da vontade geral, surge na vida do corpo político como um instrumento apropriado para assegurar as liberdades públicas e a autoridade do governo.

Pelo pacto social demos existência ao corpo político; trata-se agora de lhe dar o movimento e a vontade por meio da legislação. Porque o ato primitivo, pelo qual esse corpo se forma e se une não determina o que ele deve fazer para se conservar [...] as leis não são propriamente senão as condições de associação civil. O povo, submetido às leis, deve ser o autor das mesmas, compete unicamente aos que se associam regulamentar as condições de sociedade. (ROUSSEAU, 1995, p. 47).

Para Rousseau, segundo Santos (2011a, p. 130) a única solução possível é observar a vontade geral como um “exercício essencial de soberania inalienável e indivisível”⁴¹.

⁴⁰ “O povo, de si mesmo, sempre deseja o bem, mas nem sempre o vê, de si mesmo. A vontade geral é sempre reta, mas o julgamento que a dirige nem sempre é esclarecido.” (ROUSSEAU, 1995, p. 49).

⁴¹ Em razão da importância do tema, vale transcrever o ponto de vista de Santos (2011a, p. 131) acerca do tema: “Assim, ao contrário de Hobbes, Rousseau concebe o direito, simultaneamente,

De acordo com a noção de Rousseau de Estado contratualista, a administração dos conflitos não deve obedecer aos desígnios do Leviatã (como em Hobbes), nem mesmo se pautado por rigorosos limites (como em Locke), mas sim segundo os princípios e regras estabelecidos pela vontade geral. A vontade geral não é simplesmente a vontade da maioria, ela é o que a maioria genuinamente considera como sendo o melhor para todos. Portanto, se comparada à vontade individual, a vontade geral é mais abstrata e de maior dificuldade de interpretação. Cabe ao soberano (seja ele um homem ou uma assembleia), identificar e interpretar o conteúdo da vontade geral no momento de administrar conflitos. O contrato social, então, adquire legitimidade não só por garantir os direitos naturais dos homens (vida, liberdade, propriedade), mas também por buscar os valores morais presentes na vontade geral.

Segundo Santos (2011a, p. 136), a diferença entre Locke e Rousseau reside na concepção da igualdade. Enquanto que Locke admite a propriedade de forma desigual (princípio do mercado), Rousseau entende que o Estado deve intervir para garantir não só a liberdade como também a igualdade.

No entanto, as convergências entre as ideias de Hobbes, Locke e Rousseau ocorrem principalmente em dois momentos. Primeiro, quando eles comungam que abandonar o estado de natureza⁴², a partir da construção da sociedade civil, e, para tanto, estabelecer o contrato social, é um caminho sem volta (SANTOS, 2002, p. 6). E segundo, quando eles argumentam que a administração dos conflitos em um Estado contratualista, traz benefícios à sociedade, em oposição ao modelo do estado de natureza, em que os conflitos são administrados de forma pulverizada pelas partes envolvidas. Segundo Santos (2011a), as divergências estariam

como um princípio ético incondicional e um eficaz instrumento 'positivo' de ordenação e transformação social. Esta pluralidade de dimensões do direito corresponde a uma pluralidade de dimensões do Estado. Por um lado, o Estado é todo-poderoso, porque é potenciado por um princípio absoluto de legitimidade: a vontade geral; mas por outro lado, o Estado é indistinguível dos cidadãos, na medida em que eles têm o direito inalienável de decretar as leis pelas quais serão regulados. Assim, temos de concluir que a teoria política de Rousseau conduz, em última instância, à abolição ou ao desaparecimento do Estado.”.

⁴² Segundo Santos (2002, p. 6), o contrato social possui no seu âmago três critérios de inclusão: 1. A inclusão está restrita aos homens e associações. Via de consequência, a natureza está excluída do seu contexto. O seja, o que está antes ou o fora dele é o “estado de natureza”. “A única natureza que conta é a humana e mesmo esta apenas para ser domesticada pelas leis do Estado e pelas regras de convivência da sociedade civil. Toda a outra natureza ou é ameaça ou é recurso”; 2. Cria-se a ideia de cidadania territorial. Os não cidadãos (mulheres, estrangeiros, imigrantes, minorias e às vezes maiorias étnicas) são excluídos do contrato social. “vivem no estado de natureza mesmo quando vivem na casa dos cidadãos”; 3. Também são excluídos do contrato assuntos que dizem respeito à vida privada, interesses relativos à intimidade e ao espaço doméstico. Há, nas palavras de Santos (2002, p. 7), um “comércio público de interesses”.

centradas no fato de que Hobbes privilegia o princípio do Estado, Locke o do mercado e Rousseau o da comunidade.

Aliada a teoria Weberiana, aponta Spengler (2010, p. 279), que “o contrato social que fez nascer a República e com ela a democracia determinou o surgimento de regras de racionalização das disputas, objetivando cessar a violência e o caos”. Dentro deste contexto, o Estado apropria-se do monopólio da violência legítima e, através do sistema judiciário, assume a responsabilidade, ou o poder/dever de “resolver” os conflitos.

Com a intenção de aprofundar as questões relativas à administração do conflito, que se encontra atualmente monopolizadas pelos sistemas de justiça, se analisará, no próximo subitem, a expansão do Poder Judiciário.

A matéria ganha relevo na medida em que provoca questionamentos e pode ser responsável por alterações aos termos do contrato social e, via de consequência, na forma com que os conflitos são administrados nas sociedades. Quando essas alterações são profundas a ponto de romper com paradigmas sociais ou estruturas políticas, chamam-se revoluções. Nos demais casos, em que normalmente forças subjugadas reivindicam melhores condições de vida, ampliação de direitos, ou maior participação nos processos de tomada de decisão, obtendo ou não êxito como resultado final, sem alterar significativamente, porém, as estruturas de poder e/ou os paradigmas sociais estabelecidos, chamam-se de lutas sociais.

2.4 O conflito e as intempéries do contratualismo

O contrato social, segundo Dahrendorf (1992), não é um esqueleto imutável do corpo político, mas sim escrito e reescrito por cada geração, passível de constante aperfeiçoamento, a fim de que o poder possa ser equilibrado e as desigualdades possam ser minimizadas, o que contribui para conquista da liberdade. Afinal, sociedade e poder são indissociáveis, na medida em que, onde há sociedade há poder⁴³.

⁴³ Na verdade, fica patenteado desde o berço da civilização, que tanto o poder político como as leis que regem as relações sociais, são forjados pelo espírito objetivo humano – medida de todas as coisas – (e não por Deus ou seus representantes na Terra), que se corporifica, com o passar dos tempos na figura do cidadão (ser que vive nos limites territoriais da cidade/Estado e, dentro dele, tem direitos e obrigações). De qualquer sorte, o ordenamento jurídico, enquanto somatório de tradições, usos e costumes, arbítrio deste ou daquele tirano, exprimirá uma certa síntese valorativa, condicionamento de todo o Direito, que, por isto mesmo, se apresenta como variável no espaço e no

Os filósofos políticos clássicos, abordados no subitem anterior, preocupavam-se, sobretudo com a legitimidade do Estado. Nesse sentido, Santos (2002), no trecho abaixo transcrito, resume o intento comum de Hobbes, Locke e Rousseau, e chama atenção para a utilização dos argumentos desses mesmos autores como matriz ideológica de lutas sociais e revoluções.

a ideia do contrato social e seus princípios reguladores são o fundamento ideológico e político da contratualidade real que organiza a sociabilidade e a política nas sociedades modernas [...]. O contrato social visa criar um paradigma sociopolítico que produz de maneira normal, constante e consistente quatro bens públicos: legitimidade da governação, bem-estar econômico e social, segurança e identidade coletiva. O ideal é que estes bens estejam ao alcance de todos e sejam passíveis de concretização em conjunto, o que vem motivando lutas sociais e revoluções ao longo da história (SANTOS, 2002, p. 11).

Na constante busca de legitimidade da governação, bem-estar econômico e social, segurança e identidade coletiva operam-se as mudanças sociais, o que vem transformando os padrões de desigualdade e os conflitos. As diferenças políticas qualitativas entre os homens, segundo Dahrendorf (1992), tornaram-se diferenças econômicas quantitativas. A cidadania⁴⁴ mudou a qualidade do conflito social moderno.

O conflito social moderno diz respeito ao ataque às desigualdades que restringem a participação cívica integral por meios políticos, econômicos ou sociais, e ao estabelecimento de prerrogativas que constituam um *status* rico e integral de cidadania. (DAHRENDORF, 1992, p. 52).

Como visto anteriormente, nas sociedades monárquicas havia uma relação vertical do soberano para com seus súditos, era facultado a uma minoria muito específica estabelecer a lei e regular a situação da maioria. A história mostra que, gradualmente, a verticalidade foi sendo substituída pela horizontalidade das relações, na medida em que se construíram oportunidades para que um número

tempo, refletindo sempre o *ethos* e político vigente em cada *polis*. (LEAL, 2006, p. 16).

⁴⁴ Adota-se o termo cidadania na concepção de Thomas H. Marshall, para quem “cidadania é uma situação social que inclui três tipos distintos de direitos, especialmente em relação ao Estado: 1) direitos civis, que incluem o direito de livre expressão, de ser informado sobre o que está acontecendo, de reunir-se, organizar-se, locomover-se sem restrição e receber igual tratamento perante a lei; 2) direitos políticos, que incluem o direito de votar e disputar cargos em eleições livres; 3) direitos socioeconômicos, que incluem o direito ao bem-estar e à segurança social, a sindicalizar-se e participar de negociações coletivas com empregadores e mesmo o de ter um emprego”. (JOHNSON, 1997, p. 34).

maior de pessoas participasse na elaboração das leis. No entanto, inicialmente a administração do Estado era extremamente restrita.

Um grau de democracia era a característica de certas ilhas de associação nos oceanos da dominação. Muitas vezes elas eram coextensivas com cidades, desde a *polis* grega até o burgo medieval. A ascensão da modernidade pode ser descrita também como a disseminação gradual de tais experiências. À medida que o poder de poucos foi colocado sob o controle de mais pessoas, e, finalmente, de muitas, as desigualdades perderam seu caráter inexorável e determinista, e as posições sociais tornaram-se, pelo menos em princípio, alcançáveis, como também passíveis de serem deixadas de lado. A estrada do *status* para o contrato foi também a do status para a classe. (DAHRENDORF, 1992, p. 42).

A constante repactuação do contrato social tem caráter transformador, pois é capaz de metamorfosear desigualdades em avanços, fomentada pelo conflito. Dessa forma, a administração dos conflitos transpassou épocas tempestuosas do contratualismo, como nos casos de lutas sociais e revoluções, acompanhou processos históricos e sofreu alterações substanciais, desde o absolutismo monárquico, em que prevalecia a vontade do soberano.

No centro da busca da nova formatação do contrato social encontra-se, no Estado contemporâneo, o Poder Judiciário.

Para que se possam compreender os multifatores do protagonismo do judiciário, há que se diferenciar “estado polêmico” e “estado agonal”. Segundo Freund (1995, p. 72), no estado “polêmico” a hostilidade intencional, independentemente da sua origem, impõe sua presença constante. Pode ser transitório, porém, alcança rapidamente seu desiderato anárquico, até que uma das partes triunfe sobre a outra. O estado polêmico supõe conflitos abertos, bem como provocações e intimidações que podem evoluir para a violência física, dependendo das circunstâncias e causas que deram origem aos conflitos, pois os opositores comportam-se como inimigos.

O “estado agonal” inaugura uma ordem reconhecida por todos em que as pessoas não estão sob o jugo discricionário do vencedor (FREUND, 1995). É o resultado de forças dinâmicas e heterogêneas que se neutralizam, sem se anularem. Os conflitos são substituídos por outra forma de rivalidade, conhecida como competição ou concurso, não limitada a simples jogos.

A característica essencial é que os rivais não se comportam como inimigos, mas como adversários. Refere Freund (1995, p. 73) que em um primeiro momento,

no estado agonal, a violência e a intenção hostil estão excluídas, pois a vontade de um não é imposta sobre o outro. Há renúncia ao ataque à integridade física ou moral do outro. Os meios mais utilizados perpassam pela utilização de um regramento formal e mediante a prévia interação e renúncia dos competidores a todo tipo de agressão.

Reforça Spengler (2010) que, no estado agonal, a vida submete-se à regulamentação e ao Direito na medida em que ele aproxima o conflito à concepção de jogo. Explica:

No estado agonal, os meios de jogar são definidos de antemão e ademais ambos os competidores renunciam ao ataque da integridade física recíproca. Os meios de definir tais regras circulam desde o estabelecimento de instituições até a criação do Direito. Tais regras servem para impor condutas e proibições aos rivais, bem como determinar as condições de vitória. Em resumo, o estado agonal é o fundador de uma ordem reconhecida por todos, que não está na vontade discricionária do vencedor, como ocorre ao acabem um conflito violento (SPENGLER, 2010, p. 282).

O estado agonal é tido como o “estado dos juízes” (FREUND, 1995, p. 66) em razão de que o Poder Judiciário, enquanto prestador de serviços, é reconhecido como único legitimado a punir a brutalidade. Pode também impor regras e administrar os conflitos, racionalizar a vingança e buscar meios de prevenir a violência. Não cabe ao Poder Judiciário a tarefa de erradicar os conflitos, na medida em que se trata de elementos ínsitos à própria sociedade, como visto nos subitens anteriores.

No mesmo sentido, Santos (2011b, p. 21) identifica que se experimenta uma “expansão global do poder judiciário”. Diante do que o autor chama de *primado do direito*, o poder judiciário, a partir do Século XX, vem assumindo um protagonismo social e político nunca antes visto. As origens deste protagonismo estariam, para Santos, associadas à derrocada do Estado intervencionista e a execução deficiente ou inexistente de políticas públicas. No caso específico da América Latina, Santos (2011b, p. 21) explica:

Na maior parte do século XX, nos países latino-americanos, o judiciário não figurou como tema importante da agenda política, cabendo ao juiz a figura inanimada de aplicador da letra da lei emprestada do modelo europeu. A construção do Estado latino-americano ocupou-se mais com o crescimento do executivo e da sua burocracia, procurando converter o judiciário numa parte do aparato burocrático do Estado – um órgão para o poder político

controlar – de fato, uma instituição sem poderes para deter a expansão do Estado e seus mecanismos reguladores.

Fato é que, ao concentrar o monopólio da jurisdição, mediante a delegação de tarefas ao Poder Judiciário, adota-se o modelo hobbesiano de transferência de direitos e prerrogativas.⁴⁵ Ou seja, ao mesmo tempo em que o cidadão perde a autonomia com relação ao enfrentamento do conflito, tem garantida a paz, pois a vingança e a violência privada e ilegítima são contidas e/ou detidas.

Ocorre que esta sistemática acaba por transformar os conflitantes em meros espectadores, como explica Spengler (2010, p. 284):

Da mesma forma que o cidadão de outrora, que esperava pelo Leviatã para que este fizesse a guerra em busca da paz, resolvesse os litígios e trouxesse segurança ao encerrar a luta de todos contra todos, atualmente vemos o tratamento e a regulação dos litígios serem transferidos ao Judiciário, esquecidos de que o conflito é um mecanismo complexo que deriva de uma multiplicidade de fatores, que nem sempre estão definidos na sua regulamentação, portanto, não é só normatividade e decisão.

As consequências desta passividade e seus desdobramentos, assim como as formas de atuação do Poder Judiciário constituem o tema do subitem seguinte.

2.5 O Poder Judiciário enquanto depositário das conflitivas sociais

Como visto, o conflito é inerente às sociedades e qualquer tentativa de ocultá-lo ou impedi-lo por meios artificiais ou autoritários constitui-se como uma meta infundada. Ele contém, no seu âmago, segundo Freund (1995, p. 77), a essência da liberdade.

A perspectiva de *supressão* dos conflitos, assim como a plena resolução dos mesmos é, na concepção de Bobbio, Matteucci e Pasquino (2010, p. 228), senão rara, impossível, pois implica na “eliminação das causas, das tensões, dos contrastes que originaram os Conflitos (quase por definição, um conflito social não pode ser “resolvido”).”

⁴⁵ “No mesmo momento em que o Sistema Judiciário (ou estado agonal, com quer Freund) passa a reinar absoluto como único meio de impor regras de tratamento de conflitos, dissimula – e ao mesmo tempo revela – a mesma vingança avistada nos sacrifícios religiosos, diferenciando-se somente pelo fato de que a vingança judicial não será seguida de outra, rompendo assim, a cadeia vingativa” (SPENGLER, 2010, p. 282-283).

As sociedades⁴⁶, segundo Freund (1995, p. 45), estão obrigadas a produzir regras e procedimentos, a ter um aparato judicial para conter os conflitos, regularizá-los e também ritualizá-los, com a finalidade de conjurar seus possíveis efeitos perniciosos, ao invés de percebê-los com lentes de aumento. O conflito, como parte da vida humana, pode ser administrado, pode produzir e oportunizar mudanças, melhoria em relacionamentos.

Durante o processamento do conflito social não são eliminadas as relações sociais,

Não cabe ao Judiciário eliminar o próprio manancial de conflitos sociais, mas sobre eles decidir, se lhe for demandado. Assim, ele funcionaliza os conflitos sociais, mas não a própria vida. O que se espera é que decida os conflitos que lhe chegam, dados os graves riscos para a sua funcionalidade e para a própria sociedade (SPENGLER; LUCAS, 2011, p. 287).

Pela forma tradicional de administração de conflitos, a judicialização do litígio perpassa a produção de um processo formal em que os envolvidos se expressam através de interlocutores permanentes, que são seus advogados.

Trata-se de um ritual carregado de um repertório de palavras, gestos, fórmulas e discursos, de tempos e locais consagrados, destinados a acolher o conflito através do qual, como aponta Spengler (2010), busca-se a verdade em uma história que a lei prevê como delito/ilícito, havendo a garantia de que o acusado/requerido possa se defender da acusação que lhe é feita, cuja temporalidade vem definida como um procedimento ordenado, de modo a propiciar a cada um o seu lugar e a ocorrência de cada coisa em seu tempo. Contudo, o processo judicial não decorre em tempo real, na medida em que tudo nele é recriado.

Além da questão temporal, não podem ser ignoradas as concepções mutantes do ser humano sobre si mesmo. Hall (2011) estabelece critérios de distinção entre o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O primeiro baseava-se “numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação”

⁴⁶ Para fins do presente trabalho, toma-se o conceito de sociedade como “um tipo especial de sistema social que, como todos os sistemas sociais, distinguem-se por suas características culturais, estruturais e demográficas/ecológicas. Especificamente, é um sistema definido por um território geográfico (que poderá ou não coincidir com as fronteiras de nações-estados), dentro do qual uma população compartilhada de uma cultura e estilo de vida comuns, em condições de autonomia, independência e autossuficiência relativas.” (JOHNSON, 1997, p. 213).

(HALL, 2011, p. 11). O ser humano do Iluminismo era individualista⁴⁷, elaborado a partir do seu núcleo interior, que surgia no seu nascimento e desenvolvia-se ao longo da sua existência.

A concepção sociológica⁴⁸, por sua vez, é reflexa da “crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente” (HALL, 2011, p. 11). Na medida em que há o reconhecimento da influência da cultura e dos demais indivíduos, enquanto intercessores de valores, sentidos e símbolos, o núcleo, identificado no sujeito do Iluminismo, sofre modificações, “num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2011, p. 12).

A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e previsíveis. [...] O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. (HALL, 2011, p. 13).

Este ambiente de variáveis, provisoriedades e diversidades culturais produz o sujeito pós-moderno, “conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente” (HALL, 2011, p. 13). A identidade una, completa, total, absoluta é uma fantasia. O sujeito adquire diferentes identidades, que não podem ser unificadas, posto que mudam de acordo com os momentos e ambientes vivenciados, transformando-se de forma contínua.

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda história sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu” (HALL, 2011, p. 13).

⁴⁷ Morais (1996, p. 33) refere que a ideia inicial de individualismo liberal surge em John Locke, para quem, num estágio pré-social e político dos homens haveria “a construção de um estado de natureza virtuoso, individualista, onde interesses e experiências pessoais são um valor em si mesmos, sendo o conjunto de desenvolvimentos individuais a melhor alternativa para a sociedade”.

⁴⁸ “A sociologia é o estudo da vida e do comportamento social, sobretudo em relação a sistemas sociais, como eles funcionam, como mudam, as consequências que produzem e sua relação complexa com a vida de indivíduos. O termo foi usado pela primeira vez por Auguste Comte”. (JOHNSON, 1997, p. 217).

Ocorre que o direito e, como corolário natural, o Poder Judiciário, não foram concebidos para o indivíduo pós-moderno. Porém, como alerta Garapon (1996, p. 147), a justiça é permanentemente convocada para apaziguar o mal-estar deste indivíduo, em constante sofrimento.

Como consequência, judicializam-se as relações afetivas, profissionais e sociais e cria-se a expectativa não por uma decisão jurídica: espera-se que o Judiciário intervenha nos assuntos privados do cidadão (GARAPON, 1996, p. 160).

A transposição dos problemas humanos e sociais em termos jurídicos não deixa de lesar o laço social. Aquilo que era regrado espontânea e implicitamente pelos costumes deve hoje sê-lo formal e explicitamente pelo juiz. Por isso esta judicialização das relações sociais. Para justificar, por sua vez, toda a intervenção, a justiça deve lançar-se num processo infinito de *enunciação* da norma social. O direito pela voz do juiz envolve-se num trabalho de nomeação e de explicação das normas sociais que transforma em obrigações positivas aquilo que era ainda ontem da ordem do implícito, do espontâneo, da obrigação social (GARAPON, 1996, p. 160).

Além das questões privadas, no entendimento de Santos (2011b), espera-se que o Judiciário também atue na metabolização dos problemas que não são enfrentados pelo sistema político, o que importa num verdadeiro “deslocamento da legitimidade do Estado: do poder executivo e do poder legislativo para o judiciário” (SANTOS, 2011b, p. 30).

No Brasil, esta percepção de que todo e qualquer conflito desafia uma decisão por parte do Poder Judiciário pode ser constatada no Relatório Índice de Confiança na Justiça no Brasil (ICJ Brasil) da Fundação Getúlio Vargas (2014, p. 14) referente ao 2º trimestre de 2013 e ao 1º trimestre de 2014. Embora a população entenda o Poder Judiciário como “lento, caro e difícil de utilizar”, a maioria declarou que “certamente” procuraria o Judiciário para resolver suas demandas.

Nos casos hipotéticos relativos ao direito do consumidor, 91% dos entrevistados disseram que se adquirissem um produto com defeito e o fornecedor não reparasse iriam ao Judiciário para solucionar o conflito. As situações envolvendo o Poder Público aparecem em segundo lugar, com 90% dos entrevistados dizendo que buscariam o Judiciário para solucionar, por exemplo, danos causados a sua residência em decorrência de obras realizadas pelo Estado (como obras de saneamento, asfaltamento, etc.). Em terceiro lugar, ambos com 88% das respostas, estão os conflitos envolvendo direito de família e relações de trabalho. Em seguida, 85% dos entrevistados afirmaram que buscariam o Judiciário para resolver os problemas decorrentes da prestação de serviços por um particular, como médicos, por exemplo. (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2014, p. 14).

Bobbio (2007) adverte ser preciso adequar a teoria geral do direito às transformações da sociedade contemporânea e ao crescimento do Estado Social, a fim de descrever com exatidão a passagem do Estado "garantista" para o estado "dirigista", e, por conseguinte, a transformação do direito como mero instrumento de "controle social" a um mecanismo de "direção social". A análise simplesmente estrutural (teoria estruturalista) do ordenamento jurídico não é mais suficiente para explicar os fenômenos atuais, devendo, a teoria do direito, ser complementada por uma análise funcional do direito, com destaque para a função promocional, ou seja, a ação que o direito desenvolve pelo instrumento das sanções positivas, destinadas a promover a realização de atos socialmente desejáveis.

Neste mesmo sentido, Feitosa (2008, p. 5), ao discorrer sobre o novo papel dos operadores do direito, aponta:

As múltiplas abordagens sobre as transformações do direito e do Judiciário encontram como ponto de convergência a crise do modelo positivista legalista e da orientação liberal dos sistemas jurídicos. O apego ao formalismo e a aplicação da lei por mera subsunção dos fatos às normas parecem destinadas a um papel cada vez mais secundário no panorama internacional. Esse tipo de formação, responsável pela construção das estruturas jurídicas no ocidente e que guiou diversas gerações de bacharéis, cria hoje um conflito com as expectativas projetadas sobre a Justiça e mesmo com as práticas empreendidas pelo operadores do direito.

Assim, questiona-se se o Poder Judiciário, estruturado sobre estes pilares conseguirá ou não corresponder às expectativas sociais atuais, do indivíduo pós-moderno⁴⁹. Segundo Spengler (2014, p. 26), ele (Poder Judiciário) vive também uma dupla crise: de identidade social e de eficiência, decorrente da crise de Estado e suas relações com o Direito enquanto produtor/produto desta mesma crise. A crise de identidade social, do Poder Judiciário, surgiria da limitação imposta pelo aparato judicial, que serve como linha mestra de atuação dos magistrados e, por mais das vezes, não apresenta remédios suficientemente eficazes para gerir conflitos complexos que ultrapassem as individualidades.

A crise de eficiência, ligada à crise de identidade, revela-se quando o Poder Judiciário encontra-se "impossibilitado de responder de modo eficiente à complexidade social e litigiosa com a qual se depara" (SPENGLER, 2014, p. 27). A frustração decorrente da desarmonia entre a oferta e a procura, seja em razão da

⁴⁹ "A sociedade de massas impõe uma saída da passividade pública e uma reversão do sentido negativo da atividade jurídico-política estatal para uma atitude promocional positiva". (MORAIS, 1996, p. 18).

morosidade ou da ineficiência dos serviços judiciais, acaba por gerar descrédito. As consequências, segundo Spengler (2014, p. 27), resultam no desprestígio dos membros da sociedade pela justiça:

O que se verifica então é a desconexão entre o aparelho judicial e o sistema político e social, distanciando-se a lei (por conseguinte sua interpretação e sua aplicação) da sociedade na qual se encontra inserida, não correspondendo, assim, a expectativa de tratamento adequado aos conflitos.

Da mesma forma, Grinover (2007, p. 2) observa que

a morosidade dos processos, seu custo, a burocratização na gestão dos processos, certa complicação procedimental; a mentalidade do juiz que nem sempre lança mão dos poderes que os códigos lhe atribuem; a falta de informação e de orientação para os detentores dos interesses em conflito; as deficiências do patrocínio gratuito, tudo leva à obstrução das vias de acesso à justiça e ao distanciamento entre o Judiciário e seus usuários. O que não acarreta apenas o descrédito na magistratura e nos demais operadores do direito, mas tem como preocupante consequência a de incentivar a litigiosidade latente, que frequentemente explode em conflitos sociais, ou de buscar vias alternativas violentas ou de qualquer modo inadequadas (desde a justiça de mão própria, passando por intermediações arbitrárias e de prepotência, para chegar até os "justiceiros")⁵⁰.

Já, a crise de identidade social dos indivíduos que compõem a sociedade estaria ligada à ideia de permanente transformação social associada à libertação de apoios, como tradição e estruturas, que eram aparentemente estáveis (HALL, 2011, p. 25). Apesar de inegável a existência de descompassos entre o indivíduo pós-moderno e o modelo atual de jurisdição, como alerta Spengler (2010), é necessário transcender a concepção de que a prestação jurisdicional tradicional, prestada na esfera do sistema jurídico estatal é a única via de manejo de conflitos quando, na verdade, trata-se de espécie do gênero Direito.

Por outro lado, Santos (2011b, p. 49) defende a ideia de que se vive um “período de transição paradigmática”, ou seja, um momento de passagens entre paradigmas⁵¹ em que se questiona a concepção elitista do direito, a sua prática

⁵⁰ Disponível em: <http://wwwh.cnj.jus.br/portal/images/programas/movimento-pela-conciliacao/arquivos/cnj_%20portal_artigo_%20ada_mediacao_%20e_%20conciliacao_fundamentos1.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2014.

⁵¹ Mesmo antes de o capitalismo ter se transformado no modo de produção industrial dominante, consolidou-se o paradigma sociocultural da modernidade. “O paradigma da modernidade está sedimentado em dois pilares, o da regulação e o da emancipação. O pilar da regulação é constituído pelo princípio do Estado, formulado essencialmente por Hobbes e pelo princípio do mercado desenvolvido, sobretudo por Locke e por Adam Smith e pelo princípio da comunidade, que domina

conservadora e o seu papel de dominação. Para o autor mencionado, uma transição paradigmática se caracteriza por contradições internas do modelo dominante e não podem ser superadas pelo direito moderno, havendo necessidade de ajustamento estrutural. Explica:

A transição actual não é apenas (e não tanto) uma transição entre modos de produção estreitamente definidos, mas entre formas de sociabilidade no sentido mais lato, incluindo as dimensões económica, social, política e cultural. (SANTOS, 2011b, p. 168).

A questão que surge a partir de tudo o que foi exposto está relacionada à prestação jurisdicional. Poderá ela ir além do modelo hobbesiano? Existe espaço para que ela não se reduza a um monólogo limitado à aplicação da lei no caso concreto? Dentro deste contexto surge a proposta da mediação, como via complementar da prestação jurisdicional que será abordada no capítulo seguinte.

toda a teoria social e política de Rousseau. O princípio do Estado consiste na obrigação política vertical entre cidadãos e Estado. O princípio do mercado consiste na obrigação política horizontal individualista entre membros da comunidade e entre associações. O pilar da emancipação é constituído pelas três lógicas de racionalidade definidas por Weber a racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura, a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da tecnologia e a racionalidade moral-prática da ética e do direito". (SANTOS, 2011b, p. 50).

3 A RESOLUÇÃO 125 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COMO INSTRUMENTO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEDIAÇÃO, ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA COMPLEMENTAR À JURISDIÇÃO

Conforme analisado no capítulo anterior, atribui-se a expansão e o protagonismo social e político do poder judiciário a vários fatores⁵², dentre os quais se destaca a atual “apatia ou incapacidade dos poderes políticos em resolver os conflitos ou em atender às demandas dos grupos sociais” (SANTOS, 2011b, p. 29) e a associação feita entre exercício de cidadania e a possibilidade de litigar (SPENGLER, 2014, p. 33)⁵³. Por outro lado, o Relatório Justiça em Números 2014, ano-base 2013, dimensiona o crescente *deficit* operacional do sistema de Justiça:

Tramitam aproximadamente 95,14 milhões de processos na Justiça, sendo que, dentre eles, 70%, ou seja, 66,8 milhões já estavam pendentes desde o início de 2013, com ingresso no decorrer do ano de 28,3 milhões de casos novos (30%). É preocupante constatar o progressivo e constante aumento do acervo processual, que tem crescido a cada ano, a um percentual médio de 3,4%. Some-se a isto o aumento gradual dos casos novos, e se tem como resultado que o total de processos em tramitação cresceu, em números absolutos, em quase 12 milhões em relação ao observado em 2009 (variação no quinquênio de 13,9%). Apenas para que se tenha uma dimensão desse incremento de processos, a cifra acrescida no último quinquênio equivale a soma do acervo total existente, no início do ano de 2013, em dois dos três maiores tribunais da Justiça Estadual, quais sejam: TJRJ e TJMG. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2014, p. 34).

As causas da elevação da demanda⁵⁴ podem ainda ser atribuídas ao fato de existir, atualmente, um aumento de expectativa⁵⁵ com o teor das decisões judiciais,

⁵² Interessante reflexão feita por Boaventura: “Até muito recentemente, poucos de nós sabíamos os nomes dos juízes, mesmo dos juízes dos tribunais superiores de justiça ou constitucionais. Os tribunais eram, como dizia o professor da Universidade de Yale, Alexander Bickel, o “last dangerous branch” – o órgão de soberania menos perigoso ou mais fraco por não ter condições para aplicar as suas próprias sentenças. Viviam, pois, na obscuridade de um insuperável *low profile*” (SANTOS, 2011b, p. 19).

⁵³ Nas palavras elucidativas de Spengler (2014, p. 33): “Efetivamente o desenvolvimento cultural da sociedade levou a uma quase inércia em resolver os próprios problemas. Litigar passou a ser associado ao pleno exercício de cidadania de um povo que se encontra acobertado e seguro pelo manto do Estado-juiz.”

⁵⁴ Embora as causas de aumento da litigância não sejam o tema central do presente trabalho, importantes reflexões são feitas pela doutrina. Dentre elas pode ser destacado o fenômeno da globalização (SPENGLER, 2010); o crescimento do número de Cursos de Direito e, naturalmente, da quantidade de advogados em atividade no país (FACCHINI NETO, 2009); a expansão dos direitos fundamentais sociais (SANTOS, 2011b); a postura do Estado brasileiro (União, Estados e Municípios) que, dentro das suas esferas, buscavam protelar ao máximo o pagamento dos seus débitos. Conforme o relatório Justiça em Números.

⁵⁵ Conforme Clóvis Gorcevski (2006, p. 1551), o direito não resolve conflitos, não o verdadeiro conflito, aquele que geralmente é interior, que é o gerador do conflito externo. O que o direito faz é utilizar a técnica de substituição, transformando o conflito pessoal em jurídico.

na medida em que não é esperado que o Judiciário administre apenas o conflito jurídico mas que atenda a toda a gama de problemas sociais e políticos que os demais poderes não o fazem, conforme reflexões feitas no capítulo que precedeu ao presente, detalhadas nas obras de Garapon (1996) e Santos (2011b). Essa expectativa, inalcançável⁵⁶, está relacionada, de acordo com o que é pontuado por Spengler (2014, p. 35), “com uma ideia (o mito) de que o juiz dá conta de todos os problemas, que o Poder Judiciário encontra-se de portas abertas para o litígio de sorte que todos que demandarem encontrarão nele a resposta de seus anseios de justiça.”

Ocorre que, para além das causas do crescente número de ações ajuizadas, a incessante perseguição pela administração satisfatória dos conflitos gera angústias que se equivalem às relativas em busca do real significado de acesso à Justiça⁵⁷. Dentro deste contexto podem ser incluídas reflexões sobre a racionalização da distribuição da justiça, a desobstrução dos tribunais, o enfrentamento do problema relativo à demanda reprimida, dentre outros. Todos esses temas, embora não figurem como temas centrais do presente trabalho, justificam, no entender de Grinover (2007), o renascimento do interesse pelo estudo das formas heterocompositivas de administração dos conflitos.

Se é certo que, durante um longo período, a heterocomposição e a autocomposição foram considerados instrumentos próprios das sociedades primitivas e tribais, enquanto o *processo* jurisdicional representava insuperável conquista da civilização, ressurgiu hoje o interesse pelas vias alternativas ao processo, capazes de evitá-lo ou encurtá-lo, conquanto não o excluam necessariamente. (GRINOVER, 2007, p. 1).

Embora não possa ser ignorada a importância dos mais diversos instrumentos e métodos autocompositivos de manejo dos conflitos, como, por exemplo, a conciliação, que constitui objeto do presente trabalho, a ser enfrentado neste

⁵⁶ Interesse reflexão sobre o tema é feita por Rêgo (1995) que, na busca de pontos de convergência entre o pensamento de Hobbes e de Freud, conclui que o homem busca de forma incessante o poder *latu sensu* e, “é assustador constatar, entretanto, que os mecanismos e os desejos de dominação entre os homens pouco diferem dos da época em que Hobbes se inspirou para teorizar sobre o assunto”.

⁵⁷ Feitosa e Ary (2009, p. 1806) fazem referência à industrialização, que importou no crescimento populacional das cidades, especialmente no final do século XIX e ao longo de todo o século XX, o que levou a um aumento de trabalhadores pobres nos centros urbanos. “O crescimento das cidades, o esgarçamento das relações tradicionais de poder e convivência, associado à dinâmica própria da vida industrial nas metrópoles trouxe reflexos severos sobre a ordem pública e consequentemente sobre a atuação dos tribunais”.

capítulo o tema mediação. Mais especificamente a mediação judicial⁵⁸, enquanto política pública⁵⁹, capaz de impactar de forma quantitativa e qualitativa a prestação jurisdicional. Nesse compasso encontra-se a Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça⁶⁰, que faz alusão expressa à mediação como instrumento hábil na redução da litigiosidade, seja evitando o ingresso de novos processos⁶¹ através da prévia solução de conflitos de interesses, seja oportunizando a diminuição de recursos, cujo elevado número deve-se, em tese, à insatisfação das partes com as decisões judiciais. Esta resolução objetiva ainda reduzir o número de execuções de sentenças⁶².

A mencionada resolução foi publicada, segundo Grinover, Watanabe e Lagrasta Neto (2013, p. 3) com propósitos ligados “aos esforços no sentido de

⁵⁸ Para fins deste trabalho adota-se o entendimento de Spengler (2014, p. 50). Assim, a mediação judicial é toda aquela que ocorre no ambiente forense, inclusive na fase que antecede o ajuizamento de qualquer tipo de processo. Mediação endoprocessual é aquela que ocorre durante o curso do processo judicial, de forma incidental, independentemente da fase em que ele se encontre e grau de jurisdição que tramite.

⁵⁹ Adotando-se o conceito de Rodrigues (2013, p. 19) “podemos começar definindo políticas públicas como a intervenção do Estado no ordenamento da sociedade por meio de ações jurídicas, sociais e administrativas, sendo que as ações da administração pública se reportam também às atividades de auxílio imediato no exercício do governo”. No próximo subitem será aprofundado o conceito de políticas públicas.

⁶⁰ Íntegra da Resolução n. 125 disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/323-resolucoes/12243-resolucao-no-125-de-29-de-novembro-de-2010>>. Acesso em: 25 out. 2014. A mencionada resolução, desde a sua concepção, sofreu apenas uma emenda, a de nº 01/2013, disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/resolucoespresidencia/12243-resolucao-no-125-de-29-de-novembro-de-2010>>. Acesso em: 24 dez. 2014.

⁶¹ 100 maiores litigantes das Justiças Estadual, Federal e do Trabalho representaram, respectivamente, 36%, 91%, 12% do total de processos ingressados no 1º Grau em cada Justiça, conforme pesquisa Os 100 Maiores Litigantes – 2012, divulgada pelo Conselho Nacional de Justiça, disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/21877-orgaos-federais-e-estaduais-lideram-100-maiores-litigantes-da-justica>>.

⁶² A necessidade do manejo de ações de execução de sentença, assim como as de cumprimento de sentença, demonstra que a decisão judicial não foi implementada ou que num dos polos encontra-se a Fazenda Pública. Com o objetivo de mapear o grau de concentração das ações judiciais em determinados litigantes, a pesquisa Os 100 Maiores Litigantes – 2011, divulgada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revela que, no âmbito da Justiça Federal, o INSS figura como maior litigante (22,33% dos processos ativos em 2011) seguido pela CEF – Caixa Econômica Federal (8,50%) e Fazenda Nacional (7,45%). Na Justiça do Trabalho, a maior ligante é a União, com 16,73% dos processos ativos. Na sequência estão o INSS (6,41%) e a CEF – Caixa Econômica Federal (5,29%). Na justiça estadual, o Estado do Rio Grande do Sul ocupa o primeiro lugar (7,73%). Logo em seguida aparece o Banco do Brasil (7,12%) e o Banco Bradesco (6,70%). A conclusão de 2012 muito se assemelha a de 2011. Destaca-se que a leitura final do CNJ foi de que “mesmo que tenham sido realizadas ações de conciliação em massa entre 2010 e 2011, a exemplo das semanas da conciliação, pouco se viu em termos de mudanças no perfil dos litigantes contumazes”. A lista completa dos cem maiores litigantes do país encontra-se disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CCwQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.acessoajustica.gov.br%2Fpub%2F_downloads%2Fdownloads_100_maiores_litigantes.pdf&ei=VqquVPW1FIWwggTk0IP4CA&usq=AFQjCNGCj3rJFe29FWfi13PWa_L65ydOyA&sig2=d2X19uMWIEyKM57eLdnpLQ>. Acesso em: 16 out. 2014.

melhorar o desempenho e a funcionalidade da justiça, colocando-se, portanto numa dimensão inspirada em motivações que foram chamadas *eficientistas*⁶³.

Ocorre que, para Warat (2004), reduzir a mediação a uma via de descongestionamento processual⁶⁴ ou de gerenciamento de demandas é desconsiderar o quanto ela pode ser impulsionadora de mudanças sociais profundas, capazes de alterar não só a forma com que o direito atua nas relações sociais, mas também o modelo de prestação jurisdicional, sob a ótica do jurisdicionado e dos envolvidos na prestação jurisdicional, *latu sensu*⁶⁵.

Pinho (2014) convida à reflexão sobre o papel constitucional do Poder Judiciário ao questionar se estariam os magistrados, obrigatoriamente, comprometidos a intervir em todo e qualquer conflito. E o faz sem desconsiderar a regra insculpida no artigo 5º, inciso XXXV⁶⁶ da Constituição Federal, base do Princípio da Indelegabilidade da jurisdição. Conclui que a prestação jurisdicional pode ir além e não se reduzir a uma resposta impositiva, a um monólogo limitado à aplicação da lei no caso concreto. Exemplifica:

⁶³ Os movimentos eficientistas têm origem no direito penal. “O eficientismo constitui uma forma de direito penal de emergência. A polarização social, a competição entre grupos de poder e a impotência do Estado frente à estes fenômenos, fazem necessária a invenção de novas formas de disciplinamento e de legitimação dos equilíbrios de poder. É o sistema punitivo apropriando-se dos espaços políticos. O direito penal deixa de ser subsidiário, de constituir a ultima ratio de acordo com a concepção liberal clássica e se converte em uma prima ratio, uma panaceia com a qual querem enfrentar os mais diversos problemas sociais. De tal modo, o direito penal se transforma em um instrumento, ao mesmo tempo repressivo (com o aumento da população carcerária e a elevação qualitativa e quantitativa do nível da pena) e simbólico (através de leis inadequadas e sem chance de eficácia, feitas para satisfazer a opinião pública criando uma sorte de “direito penal mágico, cuja principal função é o exorcismo e não a solução de problemas) Em termos práticos, o eficientismo se caracteriza por uma expansão da propaganda moral através do direito penal que responde de forma violenta a problemas sociais e forma maiorias silenciosas. Estas por sua vez, se relacionam com as campanhas de lei e ordem, influenciando sobre os mecanismos de consenso e de legitimação do poder.” Disponível em: <<http://www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/resumos/criminologia/273-eficientismo-resumo>>. Acesso em 25 dez. 2014

⁶⁴ A conclusão de Facchini Neto (2009, p. 115) é no sentido de que, em longo prazo, a mediação poderá contribuir para a celeridade da justiça: “O fato é que a ADR não veio para substituir o processo judicial tradicional, mas sim para colocar-se como opção ao seu lado. Pode também haver uma interação, no sentido que o deslocamento momentâneo de certas causas para as técnicas de ADR acabará por diminuir o fluxo das demandas judiciais. Com uma menor carga de trabalho, os juízes tenderão a resolver mais rapidamente os processos ao seu encargo. E uma maior celeridade da justiça comum tornará novamente atraente a via judicial, chegando-se, destarte, a um novo ponto de equilíbrio.

⁶⁵ Tem-se, para fins deste trabalho, que os envolvidos na prestação jurisdicional *latu sensu* são os servidores que, embora não tenham, tecnicamente, poder de decisão, exercem atividades dentro da estrutura do Poder Judiciário.

⁶⁶ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

Pode ser que o juiz entenda que aquelas partes precisem ser submetidas a uma instância conciliatória, pacificadora, antes de uma decisão técnica, até mesmo para que possam ter a chance de amadurecer acerca das origens daquele conflito, sob monitoramento judicial (PINHO, 2014, p. 4).

Surgem as indagações, a partir das ideias expostas, sobre a existência de espaço, dentro da atual estrutura do Poder Judiciário, para a prestação de uma jurisdição aberta a novas construções dialogais, complementada pela atuação de terceiros, sejam eles conciliadores ou mediadores. Em outras palavras, como questionado no capítulo anterior, poderia a prestação jurisdicional ir além do modelo vertical, hobbesiano, por excelência? Facultar às partes o acesso a uma instância de natureza não judicial⁶⁷, mesmo que dentro da instância judicial, com finalidade pacificadora e/ou conciliatória, cujo objetivo é conduzi-las pelos caminhos da autonomia mediante o gerenciamento de seus próprios conflitos estaria dentre as atribuições do Poder Judiciário? Existe espaço, dentro do atual modelo de prestação jurisdicional, para práticas que ultrapassem os limites do ofício de aplicar a lei no caso concreto? Em caso positivo, como esse processo seria reinventado e quem assumiria os novos papéis a serem desenvolvidos por esta nova forma de prestação jurisdicional?

As respostas a estas questões serão buscadas a partir de então, a começar pelo estudo do conceito e evolução das políticas públicas, relacionadas à Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça, pois, através da mesma, o Poder Judiciário chamou para si a responsabilidade de suplantar meios complementares⁶⁸ de

⁶⁷ Alerta Ada Pelegrini Grinover (2007, p. 3): Nesse enfoque a mediação e a conciliação passam ao *status* de instrumentos utilizados no quadro da *política judiciária*. Deixa-se, assim, de lado o aspecto negocial envolvido no acordo, realçado em épocas anteriores, para se considerar essas vias como verdadeiras equivalentes jurisdicionais, o que acaba se refletindo em uma diversa terminologia. Disponível em: <http://wwwh.cnj.jus.br/portal/images/programas/movimento-pela-conciliacao/arquivos/cnj_%20portal_artigo_%20ada_mediacao_%20e_%20conciliacao_fundamentos1.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2014.

⁶⁸ Discute-se se a mediação seria uma forma alternativa ou complementar de enfrentamento das situações de conflito. A sigla utilizada em inglês, ADR que significa “Alternative Dispute Resolution” ou soluções alternativas de disputas ou conflitos, amplamente difundida no mundo acadêmico, remete ao uso do vocábulo *alternativo*. O termo *alternativo* sugere a faculdade de optar-se entre duas ou mais coisas, hipóteses, caminhos, escolhas. Ocorre que, nem a Resolução nº 125, nem o Projeto de Lei 7169/2004 excluem a possibilidade de os envolvidos no conflito valerem-se das vias judiciais tradicionais para o enfrentamento da contenda, caso não tenham alcançado a composição através da mediação. Os envolvidos no conflito, ao decidir pela mediação poderão 1) colocar fim na controvérsia através de um acordo; 2) dar início a mediação e, não desejando prosseguir por este caminho, na presença do conflito, procurar a via judicial para resolver a contenda e 3) submeter-se à mediação até seus ulteriores termos e, persistindo o conflito, socorrer-se do processo judicial. Assim, fica manifesto que não se trata de uma alternativa entre uma opção ou outra, pois se não obtidos os resultados pretendidos com a mediação, as partes sempre podem se valer do processo judicial. Taruffo (2009, p. 105) entende a mediação como complemento ao processo judicial condicionada a sua capacidade de

metabolização de conflitos, que vão além da decisão judicial propriamente dita. A mencionada Resolução faz referência aos serviços de conciliação e mediação, sendo que, como já referido, somente o último será objeto do presente estudo.

Também, a partir do que foi analisado no capítulo anterior, passa-se a discutir a concepção do que seja a mediação e, na sequência, procura-se responder a indagação sobre a existência da possibilidade de a prestação jurisdicional ir além do modelo hobbesiano. Parafraseando Spengler (2014, p. 85), será analisada a possibilidade de “mudarem-se as lentes⁶⁹” para que a mediação possa ser vista sob a ótica de uma prática geradora de um novo paradigma social. Ao final, serão pontuados aspectos relativos à operacionalidade dos mediadores, agentes desta forma complementar de prestação jurisdicional.

3.1 Conceito de Políticas Públicas e sua importância dentro da Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça

A Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça institui, no âmbito do Poder Judiciário, políticas públicas de enfrentamento aos conflitos de interesses visando, em especial, segundo disposto no artigo 2º⁷⁰, disseminar a cultura de

oferecer a mesma proteção aos direitos básicos que o cidadão tem no processo judicial. Em razão da importância da mediação como instrumento necessário a melhora do desempenho e da funcionalidade do Poder Judiciário, Grinover, Watanabe e Lagrasta Neto (2013, p. 2) refere-se a ela como “verdadeiro equivalente jurisdicional”, afastando-se da ideia de alternativa e complementaridade. Demarchi (2007) citado por Gabbay (2013, p. 19) vai além e afirma que a mediação deve ser tratada como ferramenta do próprio sistema processual para a consecução dos seus escopos, o que leva à reflexão quanto a sua assimilação pelo sistema jurídico brasileiro e o conceito de jurisdição. Para fins do presente trabalho, a mediação será concebida como forma complementar de enfrentamento de conflitos, pois apresenta características próprias, que a distinguem da jurisdição e não se contrapõem a ela, como sugere o termo alternativo. Vezzula (2012) citado por Braga Neto e Sales (2012, p. 62) alerta: “nos países latinos a palavra “alternativa” está ligada aos tipos de medicinas desprestigiadas pela medicina tradicional. Ligada ao esotérico”.

⁶⁹ Também há necessidade de serem “troçadas as lentes” quanto à percepção do conflito. Como afirma Warat (2004, p. 55): “A mudança de lentes traz uma nova concepção dos conflitos. As divergências começam a serem vistas como oportunidades alquímicas. As energias antagônicas são vistas como complementares, e o Direito, como solidariedade. As velhas lentes que fragmentavam, classificavam e geravam distancias e diferenças machineístas vão para a lixeira, ou ficam no porão das coisas que se guardam por apego movido pelo passado. Começamos a entender que cada homem não é uma mônada isolada, que não são fragmentos sem conexão. Cada um é interdependente e produto forçado de interações. A sociedade é unicamente produto da complexidade desses vínculos”.

⁷⁰ Art. 2º Na implementação da política Judiciária Nacional, com vista à boa qualidade dos serviços e à disseminação da cultura de pacificação social, serão observados: (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

I - centralização das estruturas judiciárias;

II - adequada formação e treinamento de servidores, conciliadores e mediadores;

III - acompanhamento estatístico específico.

pacificação social. A implementação, o incentivo e o aperfeiçoamento da mediação faz parte do arcabouço trazido pela Resolução na medida em que, como já mencionado, admite se tratar de instrumento de solução e prevenção de litígios (SPENGLER, 2014).

Para compreender a dimensão da proposta do Conselho Nacional de Justiça, especialmente no que diz respeito ao aprimoramento, estímulo, e difusão da sistematização da mediação, há necessidade de aprofundamento dos aspectos relacionados ao conceito e objetivos das políticas públicas.

Inicialmente, há que se fazer a distinção entre as expressões “política” e “política pública”. Bobbio, Matteucci e Pasquino (2010, p. 954) definem política:

Derivado do adjetivo originado de *polis* (pokitikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, o termo Política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada Política, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade.

Política pública, diferentemente de “política” é conceituada como um “processo pelo qual diversos grupos que compõem a sociedade, cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas que condicionam o conjunto desta sociedade” (RODRIGUES, 2013, p. 13)⁷¹. Pondera Spengler (2012, p. 229) que toda política pública evidencia um objetivo, “é uma forma de intervenção nas relações sociais, estando sempre condicionada pelos interesses e expectativas dos integrantes de tais relações”.

O estudo das políticas públicas, segundo Schmidt (2006), do ponto de vista prático, dos agentes políticos, permite compreender melhor o tema e fornece elementos para atuação qualificada enquanto que para o cidadão em geral, gera a compreensão das políticas públicas que o afetam e, dentre outros, dos espaços de participação de que dispõe (ou não). Rodrigues (2013) acrescenta que atualmente o cidadão perquire sobre os motivos pelos quais uma ou outra política pública está sendo adotada, por que o governo age de uma forma e não de outra, e até mesmo se há uma inação frente a determinados problemas. Assim, o estudo das políticas

⁷¹ Conforme Rodrigues (2013, p. 30), o debate sobre o que seriam políticas públicas remete ao século XIX.

públicas “pode ajudar a compreender melhor não só a sociedade em que vivemos, mas também as causas e consequências das decisões públicas” (RODRIGUES, 2013, p. 29).

Considerando que o público é uma dimensão ampla, que se divide em estatal e não estatal, Schmidt (2006, p. 2312) ressalta que “as políticas orientam a ação estatal, diminuindo os efeitos de um dos problemas constitutivos do regime democrático: a descontinuidade administrativa, decorrente da renovação periódica dos governantes.” Refere que há necessidade de transparência das políticas públicas na medida em que elas indicam as intenções governamentais em cada área de atuação do Estado. Não obstante o explicitado, os atores políticos das políticas públicas, segundo Rodrigues (2013, p. 21), “podem ser individuais ou coletivos e públicos ou privados”.

Foram identificadas, na década de 1960, por Theodor Lowi citado por Schmidt (2006) quatro tipos de políticas públicas: a) Políticas distributivas que consistem na distribuição de recursos da sociedade a regiões ou segmentos sociais específicos; b) Políticas redistributivas que importam redistribuição de renda, com o remanejo de recursos das camadas sociais mais abastadas para as camadas pobres, as políticas ‘Robin Hood’, bem como as políticas sociais universais, como a seguridade social; c) Políticas regulatórias que visam ordenar, reger, mediante ordens, proibições, decretos, portarias. Criam normas para o funcionamento de serviços e instalação de equipamentos públicos e produzem efeitos de longo prazo; e d) Políticas constitutivas ou estruturadoras: são as relacionadas a *polity*. “Definem procedimentos gerais da política; determinam as regras do jogo, as estruturas e os processos da política” (SCHMIDT, 2006, p. 2314).

Com a intenção de atingir suas finalidades e objetivos, as políticas públicas, conforme o pensamento de Spengler (2012, p. 230), são idealizadas a partir de um processo que envolve todo o procedimento de discussão, aprovação e execução das mesmas.

Especialmente nos sistemas democráticos, esses processos desenvolvem-se num cenário político no qual atuam diversos e distintos “atores políticos” (ou “jogadores, especificamente referindo-se à teoria dos jogos”). Entre o jogadores que participam desse “jogo” encontram-se atores estatais oficiais e políticos profissionais (presidentes, líderes de partidos, legisladores, juízes, governadores, burocratas), assim como grupos privados, sindicatos, meios de comunicação e outros membros da sociedade civil. Tais atores interagem em diversas “arenas”, que podem ser formais (como o

Legislativo), ou informais (“a rua”) e, podem ter distintos graus de transparência. (SPENGLER, 2012, p. 321).

Cinco fases ou ciclos das políticas públicas são identificados por Schmidt (2006). A primeira fase seria a de percepção e definição de problemas. Para que possa ser gerada uma política pública, refere Rodrigues (2013, p. 47), há necessidade de ser perquirido pelo governo, qual a “questão” a ser resolvida. Em seguida, o governo deve perguntar-se se o problema realmente existe e se cabe a ele envolver-se na sua resolução. Em caso positivo, indaga-se de que maneira pode ser resolvida a questão, levando-se em conta a existência de mobilização suficiente (em termos de capital social, econômico e político) para incluir o problema na agenda do governo.

Na segunda fase, que “envolve governo, congresso, partidos políticos e atores sociais” segundo Schmidt (2006, p. 2317), haverá a inserção na agenda política (agenda *setting*). Conforme explica Rodrigues (2013, p. 49):

Nesse momento, o problema (sobre o qual o governo decidiu agir) torna-se uma questão política (*issue*) – isto é, adquire status de “problema público” e as decisões sobre esse problema resultarão, efetivamente, no desenho de políticas ou programas que deverão ser implementados (na etapa seguinte). A pergunta que merece reflexão aqui é: afinal, por que alguns problemas ganham espaço na agenda política do governo e outros não?

A terceira fase, de formulação, seria o momento da definição quanto à maneira de solucionar o problema político e escolha das alternativas procedimentais, dentro da esfera do Legislativo e Executivo (SCHIMDT, 2006).

A implementação, ou quarto ciclo, está relacionado à efetiva aplicação das políticas públicas⁷². “É a fase da concretização da formulação, através de ações e atividades que materializam as diretrizes, programas e projetos”, geralmente a cargo da administração (SCHMIDT, 2006, p. 2318).

A avaliação “concentra-se nos efeitos gerados, além de oferecer subsídios que possibilitem perceber em que medida as metas foram, de fato, atingidas (ou não) e de orientar a tomada de decisões sobre o futuro dessas ações” (RODRIGUES, 2013, p. 52). Assim, esta fase tem por objetivo verificar os efeitos produzidos, as

⁷² Para Rodrigues (2013, p. 51) “Esta etapa refere-se também ao estágio de planejamento administrativo e de recursos humanos do processo político. Existem tempo e recursos (materiais e humanos) suficientes para colocar essas ações em prática? A relação causa-efeito/meios-fins é adequada? Os objetivos da política/programa estão claros? Há comunicação e coordenação perfeitas?”.

consequências e os resultados obtidos a partir da implementação da política pública. Para Schmidt (2006, p. 2319), “em política, a principal é a eleitoral”. Explica o autor que as políticas públicas nunca são neutras ou puramente técnicas, mas possibilitam que os eleitores exerçam controle sobre a ação governamental. Aspectos que são geralmente considerados dizem respeito à avaliação de efetividade, de eficácia, de eficiência, de legitimidade.

Entre a implementação e a avaliação, Rodrigues (2013) identifica uma outra fase que denomina de monitoramento. No decorrer do monitoramento, com o objetivo de potencializar o funcionamento da política pública, além de avaliar de forma pontual as ações relativas à mesma, visa-se corrigir o sentido e o alvo, “para que estas levem em conta se a relação meios-fins está adequada e se as metas previamente propostas têm, de fato, efetividade.” (RODRIGUES, 2013, p. 51).

Outro importante aspecto relacionado às políticas públicas que merece ser mencionado diz respeito à comparação entre empresa privada e Estado, que inicialmente foi feita por Max Weber, como apontado por Schmidt (2006). Há distinção entre políticos e funcionários públicos, na medida em que os primeiros governam (formulam políticas públicas), enquanto que os últimos “exercem a administração da máquina pública”, ou seja, limitam sua atuação às funções administrativas, sendo que se espera deles neutralidade (SCHMIDT, 2006, p. 2322).

As políticas públicas só são compreensíveis dentro do conjunto mais geral da vida política, pois, na prática, houve variações, especialmente na França, Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra que influenciaram boa parte dos países do ocidente. No entanto, “todos os elementos influenciam e são influenciados reciprocamente”, o que significa que não existe um único ‘sistema político’, cada país possui um sistema político peculiar” (SCHMIDT, 2006, p. 2325).

Observa Rodrigues (2013) um crescente interesse no estudo das políticas públicas e atribui este comportamento à maior conscientização, por parte dos cidadãos, do quanto elas afetam suas vidas nos mais diversos aspectos na medida em que, via de regra, são implementadas a partir do dinheiro obtido através dos tributos pagos pelos mesmos. Além disso, “regulam comportamentos e conflitos, organizam burocracias e mercados, e distribuem benefícios e uma variedade de serviços à população” (RODRIGUES, 2013, p. 29).

O descompasso entre o interesse geral por política e o incremento dos estudos a respeito das políticas públicas é explicado por Schmidt (2006, p. 2331) a partir da

abordagem sistêmica que “tem o grande mérito de evidenciar os estreitos liames das políticas com o conjunto dos componentes de um sistema político (instituições, processos, atores, arenas, lideranças, cultura política)”.

Com relação específica à mediação, enquanto política pública, pode-se dizer que está na fase de implementação, assim, no entender de Spengler (2014, p. 74), exige que seja observado se há alocação de meios necessários tais como “recursos humanos, treinamento adequado e estrutura por parte da administração pública”. Seja em razão da sua complexidade, do seu escopo de promoção de pacificação social e abandono da cultura do litígio, a mediação não pode ser reduzida a mero mecanismo de contenção da demanda processual.

3.2 A mediação enquanto política pública complementar proposta na Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça e a atuação dos mediadores

Para Calmon (2013) existe uma distinção entre mediação informal e formal. A primeira seria a que ocorre desde as sociedades primitivas até as atuais e caracteriza-se por restringir-se à simples interferência para auxiliar, facilitar e/ou incentivar a autocomposição:

A mediação informal ocorre no dia-a-dia em variadas situações, desde a interferência de parentes e amigos até a de líderes comunitários e religiosos. São mecanismos informais, sem estrutura, sem destinação exclusiva. Seguem métodos intuitivos, sem reflexão, baseados no bom senso e experiência de vida, fortalecidos pelo conhecimento que o mediador informal normalmente tem dos envolvidos e do próprio problema (embora esse conhecimento possa constituir-se em vício para a mediação, quando a aproximação quotidiana dos envolvidos com o mediador retira-lhe o caráter de imparcialidade. (CALMON, 2013, p. 114).

A mediação, como “mecanismo formal, estruturado, fortalecido por técnicas e teorias, estudado por inúmeras ciências” (CALMON, 2013, p. 114) vem surgindo gradualmente, na medida em que se aprofundam os estudos em negociação.

Dentro do universo da mediação formal, será objeto do presente trabalho a mediação judicial, ou seja, esta realizada no âmbito do sistema jurídico estatal, mais precisamente no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul.

A singularidade relativa à mediação, enquanto política pública, diz respeito a sua concepção e implementação. Nasceu por iniciativa do Conselho Nacional de

Justiça e vem sendo executada de forma paulatina, como será visto com maior profundidade no terceiro capítulo, na medida em que demanda recursos humanos qualificados (formação dos mediadores) e especialmente tempo para que as novas práticas sejam postas em ação e absorvidas, mormente, pelos operadores do direito. Traz no seu bojo a ideia de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, sem transformar o desafio da celeridade em um fim em si mesmo (SANTOS, 2011b, p. 44) como veremos na sequência⁷³.

O termo mediação ganhou notoriedade, especialmente entre os anos de 1980 e 1990. Em razão de ter sido empregado para as mais diversas finalidades restou banalizado, como adverte Spengler (2010, p. 316). Tem origem latina, na medida em que *mediatio* ou *meditationis* “evoca o significado de centro, de meio, de equilíbrio, compondo a ideia de um terceiro elemento que se encontra entre as duas partes” (SPENGLER, 2010, p. 318).

Embora existam conceitos e aspectos da mediação explorados pelas mais diversas áreas do conhecimento, tais como a Psicologia, a Sociologia e a Economia, interessa para o presente trabalho que a mediação seja analisada do ponto de vista jurídico, como forma complementar de lidar com os conflitos.

Segundo Nazareth (2009, p. 23), existem registros do uso da mediação que datam do ano 3.000 a.C., na Grécia antiga. Posteriormente, o Direito Romano também a incorporou, porém, em ambos os casos, ela sempre foi vista como uma cortesia e não como uma possibilidade legal. Há também notícias da prática da mediação há milênios na Ásia. Como exemplo, pode-se citar a China onde, desde a Antiguidade, funcionam os tradicionais Comitês Populares de Conciliação que proporcionam à população a prática da mediação (MOORE, 1998, p. 41). São prestadores de serviços institucionalizados criados pelo governo, sendo que os mediadores, em geral, “são líderes de aldeias afastadas e que gozam de prestígio elevado” (MOORE, 1998, p. 41). Também no Japão ela é largamente utilizada, pois o litígio judicial é considerado vergonhoso (NAZARETH, 2009, p. 27).

⁷³ Luis Alberto Warat (2004, p. 30-31) explica: “A mediação é um processo de sensibilidade que institui um novo tipo de temporalidade, de fazer do tempo um modo específico da autoalteração. O tempo instituído como tempo da significação, da alteridade que me reconstitui como singularidade em devir. Falo do tempo do devir fazer da singularidade, do tempo que nos aproxima do que realmente sentimos, que nos conduz rumo à nossa reserva selvagem, ao centro recalcado dos próprios afetos”.

Nos Estados Unidos, refere Braga Neto e Sales (2012, p. 140),⁷⁴ “o início dos estudos sistematizados da mediação e da sua prática ocorreu na década de 70, e tem passado por muitas mudanças desde então”. Os primeiros setores em que a mediação foi formalmente instituída na América do Norte, segundo identificado por Moore (1998, p. 34), foram os vinculados às relações trabalhistas⁷⁵.

A partir do início do século XX, houve crescimento da mediação em razão do reconhecimento mais amplo dos direitos humanos e da dignidade dos indivíduos, assim como a

expansão das aspirações pela participação democrática em todos os níveis sociais e políticos, à crença de que um indivíduo tem o direito de participar e de ter o controle das decisões que afetam sua própria vida, a um apoio ético aos acordos particulares e às tendências, em algumas regiões, para maior tolerância à diversidade (MOORE, 1998, p. 34).

A mediação tornou-se foco de discussão e interesse, para Spengler (2014, p. 44), em razão da necessidade de buscar-se resposta a um problema genuinamente atual, qual seja, a grande dificuldade de comunicação, “dificuldade essa paradoxal numa época em que a mídia conhece um extremo desenvolvimento”. A autora explica ainda que a mediação, enquanto figura de “comunicação mediada”, surge como uma forma de gerir conflitos na medida em que ela restabelece os canais dialogais rompidos pelo litígio⁷⁶ (SPENGLER, 2014, p. 45).

⁷⁴ Aspectos atuais sobre a mediação e outros métodos extra e judiciais de resolução de conflitos, GZ Editora.

⁷⁵ Na quarta edição da obra *The Mediation Process*, Moore (2014) vincula a origem da institucionalização formal da mediação ao momento histórico em que os trabalhadores passaram a se sindicalizar. Os direitos trabalhistas reivindicados através dos sindicatos eram, já naquela época, vistos como entraves à industrialização. Assim, em face da necessidade de flexibilidade e informalidade no trato dos conflitos entre empresários e sindicalizados, visando inclusive minimizar os custos decorrentes de eventual ajuizamento de demandas, das greves e manifestações que pudessem interferir na produtividade, as empresas optaram pelo uso da mediação. Nas palavras do autor: “The rationale for initiating mediation procedures in the industrial sector was to promote a “sound and stable industrial peace” and “the settlement of issues between employer and employees through collective bargaining” (LABOR MANAGEMENT RELATIONS ACT, 1947). It was expected that mediated settlements would prevent costly strikes and lockouts and that safety, welfare, and wealth of Americans would be improved.” (MOORE, 2014, p. 70).

⁷⁶ Interessantes aspectos do diálogo são abordados por Spengler (2012, p. 95) na obra *Fundamentos Políticos da Mediação Comunitária*, dos quais destaca-se: “Precisamos fugir da “comunicação alienante da vida”. Dentre essas formas de comunicação encontramos os julgamentos moralizadores que subentendem uma natureza errada ou maligna das pessoas e que não agem em consonância com nossos valores. O produto desses julgamentos são frases ou pensamentos rodeados de culpa, de insulto, de deprecição, de rotulação, de crítica... Essa forma de comunicação nos prende num mundo de ideias que dividem o certo e o errado, um mundo de julgamento e de classificação. Neste sentido, fazer comparações também é uma forma de comunicação alienante que julga o outro”.

No caso específico do Brasil, a mediação tem conquistado importantes espaços, dentro e fora da cena jurídica. Segundo Braga Neto e Sales (2012, p. 141), o fenômeno pode ser percebido nos últimos dez anos, quando foi ampliada a discussão, avaliação e questionamento do instituto, enquanto mecanismo adequado de lidar-se com os conflitos. A difusão da mediação, no meio jurídico e legal desafia a aprofundamento do estudo inclusive acerca das suas finalidades e conceito.

As finalidades da mediação, segundo Warat (2004), não estão relacionadas à obtenção do acordo. São muito mais amplas, pois enquanto mecanismo de metabolização do conflito,

visa principalmente, ajudar as partes a redimensionar o conflito, aqui entendido como conjunto de condições psicológicas, culturais e sociais que determinaram um choque de atitudes e interesses no relacionamento das pessoas envolvidas. O mediador exerce a função de ajudar as partes a reconstruírem simbolicamente a relação conflituosa. (WARAT, 2004, p. 60).

Assim, resta claro que o protagonismo, na mediação, é dos conflitantes, conforme frisa Spengler (2014, p. 85), pois cabe a eles descrever as origens das suas discórdias e seus objetivos, bem como arquitetar eventuais possibilidades de entendimento.

Embora os conflitantes ocupem o lugar central na mediação, ela difere, diametralmente, da negociação direta por não dispensar a figura de um terceiro, qual seja, do mediador. Nas palavras de Warat (2004, p. 57), trata-se de uma autocomposição assistida na qual se busca fazer

um trabalho de reconstrução simbólica, imaginária e sensível, com o outro do conflito; de produção com o outro das diferenças que nos permitam superar as divergências e formar identidades culturais. Isso exige, sempre, a presença de um terceiro que cumpra as funções de escuta e implicação.

Interessante registrar que o instituto da mediação não se confunde com a conciliação⁷⁷. Enquanto na última o conflito não é trabalhado⁷⁸, o processo mediativo proporciona que os litigantes mergulhem no mesmo (WARAT, 2004, p. 60), tanto

⁷⁷ A conciliação tornou-se conhecida em todo o país, “ganhou novo impulso e mais adeptos”, conforme Spengler (2014, p. 42) a partir do evento intitulado “Semana da Conciliação” instituída pelo Conselho Nacional de Justiça. Trata-se de eventual anual, que envolve todo o sistema judiciário brasileiro sob o título “Conciliar é legal”. Sua duração, assim como o número de audiências pautadas e acordos alcançados, difere a cada ano. A análise dos dados estatísticos relativos às semanas da conciliação realizadas entre os anos de 2008 a 2012 estão disponíveis em: <<http://www.esserenelmondo.com/pt/index.php>>. Acesso em: 20 out. 2014.

⁷⁸ Segundo Warat (2004, p. 60), a conciliação o “mercantiliza” o conflito.

que não há espaço para que o mediador faça sugestões aos conflitantes quanto ao seu gerenciamento, conforme explica Spengler (2014, p. 42)

A conciliação se apresenta, assim, como uma tentativa de se chegar voluntariamente a um acordo neutro, que conta com a participação de um terceiro que intervém entre as partes de forma oficiosa e estruturada, dirigindo a discussão e possuindo um papel ativo no sentido de sugerir hipóteses de composição.

A mediação afasta-se diametralmente da ideia de jurisdição, na qual o juiz está sobre as partes e detém poder decisório. Quem detém o saber, na mediação, não é o magistrado ou o mediador e sim as pessoas envolvidas no conflito, que devem decidir, de acordo com suas necessidades e projetos (SPENGLER, 2010). Ao priorizar a participação responsável e a escuta, a mediação vem mostrando o seu “melhor contributo, como proposta filosófica e sociológica de organização social cooperativa e de comunicação interpessoal respeitosa e solidária”. (VEZZULLA, 2014b, p. 22).

Outro aspecto importante que caracteriza a mediação e a distingue da prestação jurisdicional é apontado por Feitosa e Ary (2009, p. 1810), no sentido de que ela “aumenta a capacidade das partes chegarem a um consenso em comportamentos futuros, já que estão envolvidas mais diretamente na negociação e na elaboração do acordo”.

Também se diferencia a mediação da forma tradicional, jurisdicional de solução dos conflitos por ter um cariz democrático (SPENGLER, 2014, p. 45), que coloca a figura do mediador em patamar de igualdade àquele ocupado pelos envolvidos no dissenso⁷⁹, coordenando uma mesa redonda, auxiliando na edificação da paz ou, ao menos, na construção do diálogo, no mais das vezes congestionado, quando não perdido de todo. Ou seja, como já mencionado, os conflitantes têm a oportunidade de narrar, do seu ponto de vista, o conflito como um todo e não apenas seus aspectos jurídicos, como o fazem os operadores do direito (SPENGLER, 2010).

⁷⁹ O espaço de trabalho do mediador é perpassado por reflexões das relações de poder. Uma visão desse campo se baseia fundamentalmente em um poder do tipo horizontal, entre iguais, um pacto entre iguais, entendido como uma primeira concordância entre os indivíduos agrupados em um campo comum. Qual a importância disso? A percepção de que não há uma relação entre semelhantes, permite que as decisões sejam obtidas em função de acordos, sendo estes vistos como representações de interesses de unanimidade e não mais da maioria, deixando ao princípio majoritário decisões que digam respeito a interesses mais gerais (CARDOSO, 2006).

Morais e Spengler (2013, p. 147) falam da mediação como uma espécie do gênero justiça consensual, com feições ecológicas, na medida em que

o intuito de satisfação do desejo substitui a aplicação coercitiva e terceirizada de uma sanção legal. Trata-se de um processo no qual uma terceira pessoa – o mediador – auxilia os participantes na resolução de uma disputa. O acordo final trata o problema com uma proposta mutuamente aceitável e será estruturado de modo a manter a continuidade das relações das pessoas envolvidas no conflito⁸⁰.

Mais adiante, mostram a consistência do instituto:

Com o auxílio do mediador, os envolvidos buscarão compreender as fraquezas e fortalezas do seu problema, a fim de tratar o conflito de forma satisfatória. Na mediação, por constituir um mecanismo consensual, as partes apropriam-se do poder de gerir seus conflitos, diferentemente da Jurisdição estatal, na qual este poder é delegado aos profissionais do direito, com preponderância àqueles investidos das funções jurisdicionais. (MORAIS; SPENGLER, 2013, p. 134).

Dentro da ideia de que a mediação se constitui como um espaço democrático de metabolização de conflitos tem-se por relevante frisar que o acordo não constitui o objetivo central da mesma. É na verdade uma consequência da abertura dos canais dialogais (SPENGLER, citado por BRAGA NETO; SALES, 2012, p. 36), o que conduz os conflitantes a refletir sobre as suas divergências.

Visto o conceito e importância da mediação, enquanto política pública prevista Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça, voltam-se aos questionamentos anteriormente propostos. Ou seja, qual o significado e/ou os reflexos da implementação da mediação, enquanto forma complementar de manejo de conflitos, institucionalizada dentro do sistema judiciário atual, que detém o monopólio da metabolização dos conflitos? Pode ser a mediação uma prática geradora de um novo paradigma social. Este é ponto a ser explorado a partir de agora.

⁸⁰ O termo “mediação” procede do latim *mediare*, que significa mediar, intervir, dividir ao meio. Derivada da palavra *mediare* também a expressão *mediatone* e toda uma série de outras palavras. (MORAIS; SPENGLER, 2013, p. 147).

3.3 Do perde x ganha para muito além do ganha x ganha: a mediação como prática complementar à jurisdição geradora de um novo paradigma social

O paradigma⁸¹ científico que, segundo Schnitman e Littlejohn (1999), deu origem ao sistema jurídico atual, o qual foi concebido dentro de uma concepção de que existem verdades absolutas, vencedores e perdedores, ou seja, dentro da ideia de que

a ciência podia conduzir à certeza, ao previsível; por isso, impulsionou-se a busca de marcos universais unificadores, regularidades, visões inclusivas, sem espaço para os desenvolvimentos espontâneos, inesperados. Tudo o que acontecia devia, em princípio, ser explicável em termos de leis gerais e imutáveis. Nosso conhecimento era um reflexo da realidade preexistente. (SCHNITMAN; LITTLEJOHN, 1999, p. 19).

Ao se eleger o direito como ramo das ciências sociais e instrumento pacificador de conflitos, com ênfase na racionalização e na positivização, legitimador do monopólio jurisdicional, como explica Wolkmer (2001, p. 61), criou-se uma expectativa de segurança quase que absoluta:

toda sociedade tem apenas um único Direito, e que este “verdadeiro” Direito, instrumentalizado por regras neutras positivamente postas, só pode ser produzido através de órgãos de instituições reconhecidos e/ou oficializados pelo Estado. Constrói-se, assim, a segurança, a hierarquia e a certeza de um arcabouço de normatividade dogmática fundado no plano lógico da completude e de que só existe um Direito, o Direito Positivo do Estado.

Além desta concepção jurídica fornecida por Wolkmer (2001), cabe trazer a visão sociológica do que seja o direito, uma vez que a proposta do presente trabalho, como mencionado no primeiro capítulo, é visitar autores das duas áreas sociais para tentar responder aos múltiplos desafios que a implementação da mediação, dentro do Poder Judiciário, suscita.

A concepção ampla do Direito, fornecida por Santos⁸² (2011a, p. 290), leva a identificar várias ordens jurídicas circulando na sociedade a que ele denomina

⁸¹ Paradigma, para Johnson (1997, p. 175) é o “conjunto de suposições sobre a natureza das coisas que estão por trás de perguntas que fazemos e dos tipos de respostas a que, como resultado, chegamos. Como maneira de ver a vida humana, por exemplo, a sociologia baseia-se na suposição de que sistemas sociais, tais como sociedade e família, realmente existem, que cultura, estruturas sociais, status e papéis são reais. Em nossos trabalhos, nos esforçamos para compreender essas coisas e como elas funcionam, mas não duvidamos de sua existência concreta.”

⁸² “O direito é um corpo de procedimentos regularizadores e de padrões normativos, considerados

“constelações de juridicidades”. O autor elege as seis ordens jurídicas que, no seu entender, são mais relevantes: a ordem jurídica do (1) direito doméstico; a (2) do direito da produção ou do direito de fábrica; (3) o direito de troca; (4) o direito da comunidade; (5) o direito territorial ou direito estatal e (6) o direito sistêmico.

Por ordem jurídica do direito doméstico, o autor entende como o “conjunto de regras, de padrões normativos e de mecanismos de resolução de litígios que resultam da e na, sedimentação das relações sociais do agregado doméstico” (SANTOS, 2011a, p. 292). Este conjunto tem como características a informalidade, a oralidade, assentado em desigualdades alicerçadas nas relações da autoridade patriarcal. Refere ainda Santos (2011a, p. 293) que, neste ambiente, a burocracia é praticamente ausente. Opera nos campos sociais concretos e “as relações do espaço doméstico são juridicamente constituídas por combinações do direito doméstico e do direito territorial” num processo de constante “interação, negociação, compromisso, conflito, reforço e neutralização mútuos”.

O direito da produção, ou direito da fábrica, pode ser traduzido como “o conjunto de regulamentos e padrões normativos que organizam o quotidiano das relações do trabalho assalariado (relações de produção e relações na produção)” (SANTOS, 2011a, p. 295). Tanto pode ser imposto como resultar de negociações sindicais, mas sempre é “marcado pelas prerrogativas de poder inerentes a quem detém a propriedade dos meios de produção” (SANTOS, 2011a, p. 295).

O direito da troca, para Santos (2011a, p. 298), é aquele

do espaço do mercado, os costumes do comércio, as regras e padrões normativos que regulam as trocas comerciais entre produtores e comerciantes, entre comerciantes, e também entre produtores e comerciantes, por um lado, e consumidores por outro.

Apontado como uma das formas mais complexas de direito, o da comunidade abrange uma gama de situações muito diversificadas:

Pode ser invocado tanto pelos grupos hegemônicos como pelos grupos oprimidos, pode legitimar e reforçar identidades imperiais agressivas, ou pelo contrário, identidades defensivas subalternas, pode surgir de assimetrias de poder fixar e irreconciliáveis ou, pelo contrário, regular

justificáveis num dado grupo social, que contribui para a criação e prevenção de litígios, e para a sua resolução através de um discurso argumentativo, articulado com a ameaça de força” (SANTOS, 2011a, p. 290).

campos sociais em que essas assimetrias quase não existem ou são meramente circunstanciais. (SANTOS, 2011a, p. 298).

A constelação do direito sistêmico, para Santos (2011a, p. 299), tem um caráter mundial, tanto que definido como o “conjunto das regras e padrões normativos que organizam a hierarquia centro/periferia e as relações entre os Estados-nação no sistema interestatal”.

Por fim, o direito territorial ou direito estatal é por sua vez o que ocupa o papel central da maioria das constelações de ordens jurídicas. Constituído, nos últimos duzentos anos, pelo liberalismo político e pela ciência jurídica como “única forma de direito existe na sociedade” (SANTOS, 2011a, p. 299) é sustentado pelo poder do Estado. Tinha, inicialmente, um caráter arbitrário e foi no decorrer do tempo, “invadindo o conhecimento de senso comum e instalou-se nos costumes jurídicos dos indivíduos e dos grupos sociais” (SANTOS, 2011a, p. 299)

Embora existam articulações das constelações de direitos entre si, é no direito territorial ou estatal que

todas as outras formas de direito tendem a tomar a sua presença por garantida e a organizarem e maximizarem a sua própria intervenção e eficácia regulatória em redor dos limites, falhas e fraquezas do direito estatal” (SANTOS, 2011a, p. 299).

Outra característica do direito estatal, para Santos (2011a, p. 300), reside no fato de que, em razão de estar sustentado no poder do Estado, é altamente organizado e especializado, “movido por uma pretensão de monopólio e comandando vastos recursos em todos os componentes estruturais do direito (violência, burocracia e retórica).”.

Dentro deste contexto, percebe-se que tanto da perspectiva jurídica quanto da sociológica (neste caso, especialmente no enfoque do direito estatal) o sistema jurídico foi idealizado para que todos se sujeitem a ele em nome da paz, segundo a premissa hobbesiana (SPENGLER, 2014), centrado na ideia adversarial de ganhar x perder.

Retoma-se a Busch e Folger (1994, p. 15-16) para compreender no que a mediação pode influenciar para um novo paradigma⁸³, fundado na premissa de que

⁸³ Pode-se utilizar também como conceito de paradigma o fornecido por Warat (2004, p. 211) para quem o paradigma “é sempre uma dimensão inconsciente do saber, do que se pensa que aciona o pensamento explícito. O paradigma é uma formação unificada do imaginário”.

no manejo de um conflito poderá deixar de haver ganhadores e perdedores, passando a existir ganhadores x ganhadores⁸⁴.

Nas últimas décadas, segundo Busch e Folger (1994), surgiram concepções e histórias diferentes, com relação às origens e finalidades da mediação, que se identificam em quatro segmentos ou dimensões: a satisfatória, a da justiça social, a da opressão e a transformativa. Referem que, embora haja o consenso de que a mediação deva ser percebida como um movimento pluralístico, que possibilita a toda sociedade o alcance de ideais, há divergências com relação a qual ou quais desses ideais seriam os mais importantes⁸⁵. No presente estudo serão abordadas unicamente as perspectivas satisfatória e transformativa, pois estas se identificam com o tema abordado.

Para a concepção satisfatória⁸⁶, o objetivo do processo de mediação é servir como ferramenta que atenda às autênticas necessidades humanas em disputas individuais. Em razão da sua flexibilidade, informalidade, e consensualidade, a mediação permite que os envolvidos no conflito visualizem todas as dimensões dos seus problemas. Em razão de não estar limitada a categorias jurídicas ou rótulos, pode auxiliá-los a remoldurar uma disputa inicialmente percebida como contenciosa em um problema mútuo ou recíproco, passível de solução.

Com efeito, para os autores mencionados, dentro da concepção satisfatória, a mediação tem a capacidade de lidar com os desequilíbrios de poder, evitar que os conflitantes executem manobras estratégicas que não contribuam para o manejo do problema experimentado (BUSCH; FOLGER, 1994, p. 16). Os resultados dessas várias *nuances* de enfrentamento do conflito permite a avaliação dos problemas de forma colaborativa e integrativa, contrapondo-se ao modelo adversarial e distributivo. Produz o criativo “ganha-ganha” ou *win-win* que ultrapassa as formas tradicionais de

⁸⁴ Cabe aqui referir a perspectiva dos jogos de soma zero ou não zero. “Foram concebidos a partir da teoria dos jogos. “É a abordagem matemática moderna para conflitos de interesse, e geralmente é atribuída a John von Neumann em seus artigos de 1928 (“Zur Theorie der Gesellschaftsspiele”) e 1937 (“A Model of General Economic Equilibrium”), embora Emile Borel tenha publicado antes, entre 1921 e 1927, quatro notas introduzindo os conceitos de estratégias puras e mistas e a solução minimax, a qual é fundamental para a teoria dos jogos. Entretanto, Borel considerou que o teorema minimax era em geral falso, apesar de tê-lo comprovado para casos especiais. Von Neumann provou o teorema para condições gerais e ainda criou a teoria dos jogos com mais de dois jogadores.” Disponível em: <<http://www1.eeg.uminho.pt/economia/caac/pagina%20pessoal/Disciplinas/Disciplinas%2004/jogos.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

⁸⁵ “On a deeper level, the existence of divergent stories suggests that, while everyone sees the mediation movement as a means for achieving important societal goals, people differ over what goal is most important” (BUSCH; FOLGER, 1994, p. 16).

⁸⁶ Tradução livre do termo utilizado por Busch Folger “The satisfaction story”.

resolver os problemas e possibilita a satisfação das necessidades autênticas dos envolvidos em determinada situação (BUSCH; FOLGER, 1994, p. 17). Assim como no Brasil, na América do Norte a mediação ganhou espaço com a proposta de reduzir o congestionamento processual e promover maior qualidade da prestação jurisdicional nas disputas individuais. O movimento da mediação tem se valido da concepção satisfatória para evitar que muitos conflitos cheguem aos tribunais (o que seria chamado de mediação pré-processual) além de solucionar vários outros que já deram origem a processos jurídicos/contenciosos (mediação processual ou endoprocessual) (BUSCH; FOLGER, 1994, p. 16)⁸⁷.

Aqueles que percebem a mediação como movimento transformativo destacam a necessidade de dotar os conflitantes de conhecimentos que transcendam o conflito, munindo-os de ferramentas que possam ser utilizadas nas situações que sejam, aparentemente, muito diversas do contexto em que foram apresentadas (BUSCH; FOLGER, 1994, p. 17). A transformação da relação entre os envolvidos no conflito possibilita a reconstrução ou repaginação dos laços afetivos, o que pode conduzi-los ao acordo.

Um dos expoentes desta concepção transformadora da mediação na América Latina é Luis Alberto Warat. Para ele, ao longo de vários anos “foi se configurando uma concepção normativista do Direito que lhe foi outorgando a miragem de identidade jurídica aos sujeitos da modernidade” (WARAT, 2004, p. 298). Na transmodernidade esta identidade cultural mergulhou em crise. A razão instrumental, responsável pela transformação dos juristas em operadores do direito, reduziu o saber jurídico a “uma aplicação que se simula lógico-mecânica-instrumental, mas sustentada ideologicamente por certas crenças que conservam institucionalmente seu valor” (WARAT, 2004, p. 298). Do ponto de vista de Warat (2004, p. 299), o mesmo aconteceu com a cidadania e a democracia, que passaram a ser percebidas como “representações fantasmáticas, abstrações sem referência à vida das pessoas”. A solução, intui o autor, seria (re)humanizar o direito e o judiciário. Uma das propostas do autor é a de desvincular a imagem dos juízes à dos semideuses para que sejam (re)descobertos também eles como cidadãos, sensíveis aos

⁸⁷ Bush e Folger (1994, p. 19) mencionam que esta concepção se aplica se não em todos, em quase todos os contextos nos quais a mediação é utilizada. Exemplificam fazendo menção à mediação realizada nos bairros, que tem encorajado inquilinos a, por exemplo, resolver suas adversidades com proprietários, a fim de que identifiquem interesses em comum e articulem soluções, não se restringindo ao âmbito legal da contenda.

sofrimentos dos conflitantes (WARAT, 2004, p. 303). Dentro da mesma linha, o autor propõe utilizar-se a mediação para que os atores do conflito voltem a ser os protagonistas da relação e não os “fragmentos dos conflitos normativos” como acontece atualmente (WARAT, 2004, p. 304). Ou seja, a mediação recoloca o ser humano no centro e não o conflito, promove uma mudança de paradigma, substituindo a cultura da sentença pela cultura da pacificação social.

No espaço informal da mediação, conforme Spengler (2012), a memória e os sentimentos dos conflitantes não se encontram bloqueados. O espaço mediativo não tem por objetivo reconstruir uma verdade (como pretende o processo judicial), pois se reconstroem várias verdades possíveis. Assim, elas se modificam, na medida em que os atores se exprimem: as verdades se acomodam e se ajustam. De fato, na mediação, o objetivo não pode ser a verdade, uma vez que as verdades podem ser diversas. (SPENGLER, 2012, p. 143).

Esta seria, segundo Busch e Folger⁸⁸ (1994, p. 20), a promessa original da mediação:

a promessa original da mediação é a de transformar as características, tanto dos indivíduos disputantes quanto da sociedade como um todo. Por causa da sua informalidade e consensualidade, a mediação permite que as partes definam os problemas e metas em seus próprios termos, validando-os de acordo com a importância que eles têm nas suas vidas.

Embora o protagonismo seja dos conflitantes, pois cabe a eles o relato de seus problemas e de seus interesses, bem como eventuais sugestões/propostas de construção da decisão que deverá ser comum, neste espaço transformativo ganha importância a atuação dos mediadores, quando eles impulsionam os mediandos à reflexão, utilizando, para tanto, técnicas e artifícios próprios.

O conflito, conforme mencionado no primeiro capítulo, é tido como evento natural, inerente às relações humanas, importante para a formação do indivíduo e da

⁸⁸ “The unique promise of mediation lies in its capacity to transform the character of both individual disputants and society as a whole. Because of its informality and consensuality, mediation can allow parties to define problems and goals in their own terms, thus validating the importance of those problems and goals in the parties’ lives. Further, mediation can support the parties’ exercise of self-determination in deciding how or even whether, to settle a dispute, and it can help the parties mobilize their own resources to address problems and achieve their goals. The mediation movement has (at least to some extent) employed these capabilities of the process to help disputing parties strengthen their own capacity to handle adverse circumstances of all kinds, not only in the immediate case but in future situations. Participants in mediation have gained a greater sense of self-respect, self-reliance, and a self-confidence. This has been called the empowerment dimension of the mediation process”. (BUSCH; FOLGER, 1994, p. 20).

coletividade⁸⁹. Dentro deste contexto, da compreensão da importância do papel do mediador que se soma à percepção do conflito como algo que “não é necessariamente ruim, anormal ou disfuncional” e sim um fato da vida (MOORE, 1998, p. 5) propõe-se o estudo de como os mediadores devem conduzir o processo mediativo, porquanto, além de indispensáveis, agem de acordo com as diretrizes estipuladas na Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça e são os propulsores deste novo paradigma social.

3.4 Princípios fundamentais, regras e procedimentos a serem observados pelos mediadores de acordo com a Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça

No Brasil, a mediação vem sendo desenvolvida sem nenhuma base legal (SPENGLER, 2014, p. 44) que limite, regularize ou ainda estabeleça padrões e condições mínimas para o exercício da função de mediador. Enquanto não regulamentado, por lei, a atividade do mediador, dentro do Poder Judiciário, pode ser considerada como múnus público (SPENGLER, 2014, p. 50), ou seja, sem remuneração específica.⁹⁰

O tema mediação inspira vários Projetos de Lei, elencados por Spengler (2014, p. 98): Projetos de Lei nºs 517/11⁹¹, 434/13⁹², 405/13⁹³. Também o Projeto de Lei nº 8.046⁹⁴ de 2010, intitulado Projeto do novo Código de Processo Civil faz menção específica à mediação. Mesmo que de maneira tímida, como adverte Spengler

⁸⁹ A matriz teórica utilizada para a compreensão do conflito, dentro de uma concepção sociológica, no primeiro capítulo é a capitaneada por Georg Simmel (1858-1918), Ralf Dahrendorf (1929-2009) e Julien Freund (1921-1993). Para os sociólogos mencionados, o conflito é uma das formas básicas de interação humana. Não é visto como disfuncionalidade, mas como inevitável e construtivo.

⁹⁰ Quanto à remuneração dos mediadores, importante experiência foi compartilhada pela Dra. Helena Campos Refosco, juíza de direito da 7ª Vara de Família do Foro Central de São Paulo, na I Conferência Nacional de Mediação de Família e Práticas Colaborativas, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça ocorrido em 10 de dezembro de 2013, em Brasília - DF. Naquele juízo, os mediadores que não têm vínculo com o Poder Judiciário são equiparados aos peritos, nomeados e remunerados como “auxiliares do juízo”, na forma prevista no art. 145, do Código de Processo Civil. Detalhes disponíveis em: <<http://www.conjur.com.br/2013-dez-29/retrospectiva-2013-conciliacao-mediacao-boas-perspectivas-bom-ano>>. Acesso em: 14 dez. 14.

⁹¹ Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=101791>. Acesso em: 24 out. 2014.

⁹² Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=114908>. Acesso em: 24 out. 2014.

⁹³ Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=114637>. Acesso em: 24 out. 2014.

⁹⁴ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490267>>. Acesso em: 24 out. 2014.

(2014), insere a matéria de forma definitiva e incontestada no cenário jurídico nacional⁹⁵.

A Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça elenca os princípios fundamentais que regem a atuação de conciliadores e mediadores judiciais. São eles: confidencialidade, decisão informada, competência, imparcialidade, independência e autonomia, respeito à ordem e às leis vigentes, empoderamento e validação, que serão doravante analisados.

Como consequência do diálogo que permeia a mediação, no qual há espaço para que os envolvidos exponham sentimentos e emoções exsurge, para Spengler (2014, p. 87), a necessidade de confidencialidade. A atuação do mediador é descrita por Sales (2010, p. 5):

O mediador deve agir como protetor do processo de mediação, garantindo sua lisura e integridade. A confiança das partes nasce a partir do momento em que têm a certeza de que o mediador não revelará seus anseios e problemas para um terceiro.

O princípio da confidencialidade vincula-se ainda à garantia de que o mediador não atuará em eventual processo judicial no qual os conflitantes venham a se envolver ou se já estejam envolvidos, nem influenciará o magistrado que atuar no feito (SPENGLER, 2014, p. 87). Portanto, o mediador não poderá atuar nem como advogado, testemunha ou perito, o que garante aos litigantes a possibilidade de um diálogo franco, pois nada do que disserem no ambiente da mediação poderá ser utilizado contra eles⁹⁶.

⁹⁵ Merece destaque o projeto de Lei nº 7.169⁹⁵ de 2014, que trata da mediação entre particulares e sobre a composição de conflitos no âmbito da Administração Pública. Nasceu da tentativa de harmonização do projeto do novo Código de Processo Civil (Projeto de Lei nº 8046) e a Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça, segundo disposto no relatório pelo Deputado Sérgio Zveiter. Além de disciplinar os princípios da mediação (imparcialidade do mediador, isonomia entre as partes, oralidade, informalidade, autonomia da vontade, busca do consenso, confidencialidade e boa-fé) faz referência aos conflitos que podem se valer do instituto, excluindo apenas os que dizem respeito à filiação, à adoção, ao poder familiar, à invalidade do matrimônio, à interdição, à recuperação judicial e à falência. Estabelece ainda as regras para a escolha dos mediadores e o procedimento da mediação judicial e extrajudicial.

⁹⁶ Exceções a esta regra são trazidas pelo Projeto de Lei nº 7.169 de 2014 nos artigos 31 e 32. Ambos fazem referência à possibilidade de que as informações trazidas pelos litigantes à mediação sejam divulgadas, desde que haja expressado consentimento neste sentido, ou ainda quando houver uma exigência legal. Por fim, se necessária para fins de cumprimento de acordo obtido através da mediação: Artigo 31. Toda e qualquer informação relativa ao procedimento de mediação será confidencial em relação a terceiros, não podendo ser revelada sequer em processo arbitral ou judicial salvo se as partes expressamente decidirem de forma diversa ou quando sua divulgação for exigida por lei ou necessária para cumprimento de acordo obtido pela mediação.

Segundo a Resolução nº 125, entende-se por decisão informada aquela tomada por quem se submete ao processo mediativo, desde que plenamente informado quanto aos seus direitos e ao contexto fático no qual está inserido⁹⁷. Ou, como explica Spengler (2014, p. 88):

O princípio diz respeito ao direito de todos os participantes das sessões de mediação receberem informações quantitativas e qualitativas acerca da composição que estão realizando, de modo a não ser surpreendidos por qualquer consequência inesperada da direção ou proposta pela qual optaram.

O princípio da competência está relacionado não apenas as habilidades intrínsecas do mediador, mas também a necessidade de constante o aperfeiçoamento do mesmo, seja através do estudo das técnicas a serem utilizadas, dos exercícios práticos ou das supervisões.

Conforme a Resolução no. 125 do CNJ, os cursos de capacitação de mediadores são teórico-práticos, gratuitos, ministrados pelos instrutores treinados e certificados pelo Conselho Nacional de Justiça. As modalidades presenciais são: curso básico de mediação civil (40h), curso básico de mediação familiar (30h) e curso de formação de instrutores em mediação (32h). Além dos cursos teórico-práticos, constitui requisito indispensável à formação dos mediadores o estágio supervisionado e a participação em grupos estudos ou atividades afins.

§ 1º O dever de confidencialidade aplica-se ao mediador, às partes, a seus prepostos, advogados, assessores técnicos e a outras pessoas de sua confiança que tenham, direta ou indiretamente, participado do procedimento de mediação, alcançando: I – declaração, opinião, sugestão, promessa ou proposta formulada por uma parte à outra na busca de entendimento para o conflito;

II – reconhecimento de fato por qualquer das partes no curso do procedimento de mediação;

III – manifestação de aceitação de proposta de acordo apresentada pelo mediador;

IV – documento preparado unicamente para os fins do procedimento de mediação.

§ 2º A prova apresentada em desacordo com o disposto neste artigo não será admitida em processo arbitral ou judicial.

§ 3º Não está abrangida pela regra de confidencialidade a informação relativa à ocorrência de crime de ação pública.

§ 4º A regra da confidencialidade não afasta o dever das pessoas discriminadas no §1º prestarem informações à Administração Tributária após o termo final da mediação, aplicando-se aos seus servidores a obrigação de manter sigilo das informações compartilhadas nos termos do art. 198 da Lei n 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Art. 32. Será confidencial a informação prestada por uma parte em sessão privada, não podendo o mediador revelá-la às demais, exceto se expressamente autorizado.

⁹⁷ Integra da Resolução n. 125 disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/323-resolucoes/12243-resolucao-no-125-de-29-de-novembro-de-2010>>. Acesso em: 25 out. 2014

É fundamental, para fins de organização institucional, que os mediadores atuem de forma uniforme, seguindo o procedimento padrão, “sem os quais a qualidade do serviço prestado fica prejudicada” (SPENGLER, 2014, p. 88).

No caso específico dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, realizado o curso, os candidatos a mediador são dispensados de suas atividades rotineiras para realizar o curso por até três turnos por mês para atuar como mediadores, sem a necessidade de compensação de horário de expediente no seu órgão de lotação.⁹⁸

No que diz respeito ao princípio da **imparcialidade do mediador**, interessante retomar-se Freund (1995, p. 241), que aponta que uma das características fundamentais do conflito é a dualidade, amigo-inimigo ou a bipolaridade. Assim, o conflito se define como uma relação marcada pela exclusão do terceiro. Este terceiro, que não está envolvido no conflito, quando atua como mediador, é encarregado de, ocasionalmente e temporariamente, encontrar meios que produzam a aproximação dos conflitantes, o que poderá permitir eventual entendimento entre eles (FREUND, 1995, p. 242)⁹⁹.

Imparcialidade não pode ser confundida com neutralidade. O relacionamento ou comportamento entre o interventor e os disputantes é que está vinculado à ideia de neutralidade (MOORE, 1998, p. 55). Freund (1995, p. 249-250) identifica que a neutralidade tem sentido político-social. Neutro é aquele que decide se manter distante das hostilidades que estão em curso ou que sobrevierem, o que significa dizer que a neutralidade está relacionada unicamente ao conflito em si¹⁰⁰.

⁹⁸ Resolução nº 941/2013 – COMAG, disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/52057285/djrs-administrativa-e-judicial-15-03-2013-pg-4>>. Acesso em: 12 dez. 14

⁹⁹ “Una de las características fundamentales del conflicto es como hemos visto la aparición de la dualidad amigo-enemigo o la bipolaridad. Esto significa que se produce una disolución del tercero. En este sentido se puede definir el conflicto como la relación social marcada por la exclusión del tercero. O bien este se disgrega con la aparición del conflicto por una especie de explosión en el interior de las relaciones sociales, o bien se produce fuera de circuito y deja que los protagonistas se peleen entre sí. Por lo menos ES sorprendente que aparte de algunos raros autores esta noción del tercero casi no haya sido objeto de investigaciones sociológicas. Y sin embargo es capital para cualquier comprensión del tejido social, puesto que la sociedad es un conjunto de relaciones entre terceros, que tan pronto pueden formar una unidad coherente, por ejemplo un grupo, como continuar dispersos en una masa.” (FREUND, 1995, p. 241).

¹⁰⁰ Spengler (2014) aprofunda a matéria e explica que “estar neutro significa manter-se distante do conflito, atuando de maneira neutra no seu desenrolar”. De fato, o espaço da mediação e da conciliação está antes de tudo, *no meio*, entre dois extremos. Coincide com sua relação e com sua existência. Compartilham as distâncias e os avizinhamentos. Antes de ser ‘meio’ era, no mundo antigo, *mesotes*: espaço e virtude ao mesmo tempo. Era um estar no meio e, então, um assumir o problema, não distante de recusar o *ídios* (termo do qual surgiu idiota), que fecha os indivíduos no egoísmo vulgar do seu ponto de vista privado; *privado* justamente no sentido de carente de alguma coisa. Indica, sobretudo, um espaço comum, participativo, que pertence também aos extremos entre

Imparcialidade, para Moore (1998, p. 55) está ligada à ideia de “ausência de tendenciosidade ou preferência em favor de um ou mais negociadores, de seus interesses ou das soluções específicas que eles estão defendendo”. Embora o autor admita que ninguém pode ser inteiramente imparcial¹⁰¹, afirma que tanto a imparcialidade quanto a neutralidade significam que os mediadores devem ter a capacidade de “separar suas opiniões pessoais quanto ao resultado da disputa do desempenho de suas funções” Moore (1998, p. 56) concentrando-se no uso das técnicas necessárias para que as partes tomem suas próprias decisões sem favorecer indevidamente qualquer uma delas.

Não é facultado ao mediador despir-se do papel de facilitador do diálogo e, para atingir esta meta necessita conduzir a sessão de mediação de forma que não haja “favorecimentos, privilégios, preconceitos ou favoritismos” (SPENGLER, 2014, p. 88). Acrescenta a autora que, ao contrário dos envolvidos no conflito, que só percebem o seu ponto de vista, o mediador precisa ir além ver as dissonâncias e, a partir delas, agir objetivando a reconstrução dos canais dialogais entre os litigantes (SPENGLER, 2014, p. 90).

Ainda dentro deste enfoque, Almeida (2014, p. 248) propõe a “imparcialidade ativa” no sentido de que o mediador busque, a cada momento, de forma incessante, manter-se equidistante dos mediandos e das suas respectivas narrativas. Explica:

Preservar equidistância dos mediandos se traduz em cada uma das atitudes e intervenções de um mediador – dedicar igual tempo e qualidade de escuta a todos os envolvidos; oferecer-lhes intervenções semelhantes em número e em qualidade; dedicar-lhes tratamento pareado em termos de acolhimento, são exemplos. (ALMEIDA, 2014, p. 248-249).

O princípio da independência e autonomia está vinculado à ideia de emancipação do sujeito. Além de significar que os mediandos têm o poder de interromper o processo de mediativo, a qualquer momento, se assim desejarem (SPENGLER, 2014, p. 91), vincula-se à ideia de que a mediação tem objetivos para além da normatividade. Identifica-se, nesse contexto, um compromisso com a ética

os quais se define, mesmo os mais antagônicos e conflitantes; virtude distante da abstração de um *terzieta* e de uma neutralidade somente imaginárias, conforme Resta (2005), citado por Spengler, (2014, p. 89).

¹⁰¹ No mesmo sentido, Almeida (2014, p. 248) afirma que “em realidade, a imparcialidade do mediador não é passível de realização, visto que sua humanidade forçosamente o conduzirá a identificar maior razoabilidade em alguns discursos e não em outros, em algumas posturas e não em outras”.

da alteridade¹⁰². A alteridade, conforme explica Warat (2004), surge a partir de um ato de voluntário, que traduz genuinamente a vontade do mediando e, quando transformado em atitude, transmuta-se como comportamento. Nas exatas palavras do autor¹⁰³,

a mediação como ética da alteridade reivindica a recuperação do respeito e do reconhecimento da integridade e da totalidade de todos os espaços de privacidade do outro. Isto é, um respeito absoluto pelo espaço do outro, e uma ética que repudia o mínimo de movimento invasor em relação ao outro. É radicalmente não invasora, não dominadora, não aceitando dominação sequer nos mínimos gestos. (WARAT, 2004, p. 54).

O respeito à ordem pública e às leis vigentes significa que a informalidade não pode ser confundida com falta de técnica ou método ou abando aos princípios fundamentais da ordem jurídica e respeito aos bons costume (SPENGLER, 2014, p. 91). Informalidade, para Sales (2010, p. 4) significa ausência de “forma única premeditada de processo de mediação”.

Embora não existam formas rígidas de mediar, são empregados métodos com rigor científico, elaborados e permanentemente estudados (CALMON, 2013, p. 115). Uma das vantagens da mediação, identificada por Spengler (2014, p. 47), reside justamente no fato de não haver um rigor absoluto, ou “submissão a uma *lex praevia*, o que permitirá um grau maior de atenção ao caso concreto, favorecendo a identificação de uma pluralidade de caminhos condizentes com as características de cada conflito”. Refere ainda a autora que não há incompatibilidade entre a postura profissional do mediador e o princípio da informalidade na medida em que a sua autoridade é alcançada em razão dos vínculos que ele consegue estabelecer com os envolvidos no conflito. O diálogo torna-se mais produtivo na medida em que os mediadores não assumam uma postura dominadora e/ou impositiva.

¹⁰² “A ética da alteridade tem como fundamento prioritário um dever irrenunciável de confidencialidade. Não cumpri-lo atenta até a nossa própria dignidade como seres humanos. Ajudar o outro não é se meter sem permissão, em sua intimidade.” (WARAT, 2004, p. 54).

¹⁰³ Wolkmer (2001, p. 269-270) define “A ética da alteridade é uma ética antropológica da solidariedade que parte das necessidades dos segmentos humanos marginalizados e se propõe gerar uma prática pedagógica libertadora, capaz de emancipar os sujeitos históricos oprimidos, injustiçados, expropriados e excluídos. Por ser uma ética que traduz os valores emancipatórios de novas identidades coletivas que vão afirmando e refletindo uma práxis concreta comprometida com a dignidade do “outro”, encontra seus subsídios teóricos não só nas práticas sociais cotidianas e nas necessidades históricas reais, mas igualmente em alguns pressupostos da chamada Filosofia da Libertação”.

O princípio do empoderamento¹⁰⁴, para Busch e Folger (1994) está ligado à ideia de que, além de mobilizar seus próprios recursos, os mediadores são ensinados a empregar as potencialidades do processo de mediação para ajudar os conflitantes a desenvolver suas próprias capacidades para atuar nas mais diversas circunstâncias, não apenas no caso imediato, mas também nas situações futuras. Os mediandos ganham com isso um grande senso de autorrespeito e autoconfiança, o que, para os autores mencionados, representa o empoderamento do processo de mediação:¹⁰⁵

Embora o movimento da mediação tenha dado pouca atenção ao empoderamento e reconhecimento, a ênfase nestes aspectos, contribuiria poderosamente para que sentimentos egoísticos, defensivos, de medo transmudassem para confiança e empatia, e comesçassem a transformar a sociedade mudando os precários laços que nos unem como inimigos para a formássemos uma poderosa rede intercomunicativa de aliados. (BUSCH; FOLGER, 1994, p. 20).¹⁰⁶

Nesta mesma linha, Spengler (2014) aponta que o empoderamento está ligado ao caráter pedagógico da mediação no sentido de que ela desperta a capacidade individual dos mediandos de enfrentarem seus próprios conflitos, “a partir da experiência vivida do âmbito da mediação” (SPENGLER, 2014, p. 91).

¹⁰⁴ Maria da Glória Gohn (2004, p. 23), explica que “o significado da categoria “empowerment” ou empoderamento como tem sido traduzida no Brasil, não tem um caráter universal. Tanto poderá estar referindo-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades - no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social); como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal etc., em sistemas precários, que não contribuem para organizá-los – porque os atendem individualmente, numa ciranda interminável de projetos de ações sociais assistenciais.”

¹⁰⁵ No original: The unique promise of mediation lies in its capacity to transform the character of both individual disputants and society as a whole. Because of its informality and consensuality, mediation can allow parties to define problems and goals in their own terms, thus validating the importance of those problems and goals in the parties' lives. Further, mediation can support the parties' exercise of self-determination in deciding how or even whether, to settle a dispute, and it can help the parties mobilize their own resources to address problems and achieve their goals. The mediation movement has (at least to some extent) employed these capabilities of the process to help disputing parties strengthen their own capacity to handle adverse circumstances of all kinds, not only in the immediate case but in future situations. Participants in mediation have gained a greater sense of self-respect, self-reliance, and self-confidence. This has been called the empowerment dimension of the mediation process. (BUSCH; FOLGER, 1994, p. 20). Tradução livre da autora (livro ainda não traduzido para o português).

¹⁰⁶ While empowerment and recognition have been given only partial attention in the mediation movement thus far, a consistent and wider emphasis on these dimensions would contribute powerfully incrementally and over time – to the transformation of individuals from fearful, defensive, and self-centered beings into confident, empathetic, and considerate beings, and to the transformation of society from a shaky truce between enemies into a strong network of allies. (BUSCH; FOLGER, 1994, p. 21).

A certeza da privacidade e não julgamento, segundo Busch e Folger (1994, p. 20) levam os envolvidos no conflito a não temer as oportunidades de explicarem-se e humanizarem-se uns aos outros. Nesta cena, acompanhados de mediadores habilitados a melhorar a comunicação interpessoal, as partes frequentemente descobrem que podem sentir e expressar graus de compreensão e interesse pelo outro, sentimentos que vão além dos seus desentendimentos.

Por sua vez, o princípio da validação, segundo Spengler (2014, p. 92), significa “que existe o dever de estimular os interessados a perceberem-se reciprocamente como seres humanos merecedores de atenção e respeito.”

Além dos princípios fundamentais acima descritos que, segundo a Resolução nº 125, regem a atuação dos mediadores, existem ainda regras e procedimentos a serem observadas relativas à conduta dos mediadores. Estão estas elencadas no artigo 2º do anexo 1: Informação, autonomia da vontade, ausência de obrigação e resultado, desvinculação da profissão de origem e compreensão quanto à conciliação e a mediação.

A regra da informação significa que os mediandos deverão compreender como funciona e quais os objetivos da mediação. (SPENGLER, 2014, p. 92).

Com relação à regra da autonomia da vontade das partes, retoma-se Freund (1995, p. 242) para quem a atividade do mediador está restrita à criação de um clima favorável para a construção de uma eventual composição. Esta será sempre obra dos conflitantes. Eles são livres no sentido de que, a qualquer momento, podem optar por encerrar o processo mediativo. Ou seja, não podem se sentir influenciados e/ou pressionados por partes internas ou externas, seja para participar da mediação, seja para fazer qualquer tipo de acordo. Moore (1998, p. 31) alerta que

A presença voluntária não significa que não possa haver influência para se tentar a mediação. Outros disputantes ou figuras externas, com amigos, colegas de trabalho, constituintes, líderes em posição de autoridade ou juízes, podem exercer pressão significativa em um envolvido para tentar a negociação com a ajuda de um mediador.

Os mediadores, enquanto facilitadores, podem enfatizar a melhoria do relacionamento entre as partes (MOORE, 1998, p. 58), mas, como refere Sales (2010, p. 3), a liberdade dos envolvidos no conflito significa que “não podem estar sofrendo qualquer tipo de ameaça ou coação. Devem estar conscientes do que

significa esse procedimento e que não estão obrigadas a fazer acordos ou assinar qualquer documento”.

Na mediação, o poder de decidir como o conflito será solucionado cabe às pessoas envolvidas. Somente os indivíduos que estão vivenciando o problema são responsáveis por um possível acordo. O mediador somente facilitará o diálogo, não lhe competindo poder de decisão (SALES, 2010).

Falar de autonomia, de democracia e de cidadania, segundo Spengler (2014, p. 90), é

ocupar-se da capacidade das pessoas para se autodeterminarem em relação a si próprias e com os outros; autodeterminarem-se na produção da diferença (produção do tempo com o outro). A autonomia é uma forma de produzir diferenças e tomar decisões em relação à conflitividade que se determina e se configura em termos de identidade e cidadania; um trabalho de reconstrução simbólica dos processos conflitivos das diferenças que permite formar identidades culturais e integrar-se no conflito com o outro, com um sentimento de pertinência comum.

A regra da ausência de obrigação de resultado está ligada ao fato de que, os mediadores, segundo Moore (1998, p. 56) devem estar preocupados com um processo justo e não com um acordo em particular.

usualmente se distanciam de compromissos com resultados fundamentais específicos – a quantidade de dinheiro envolvida em um acordo, o tempo exato de realização e assim por diante – mas têm compromissos com padrões de procedimento como comunicação aberta, equidade e negociação justa, durabilidade de um acordo no correr do tempo o obrigatoriedade do acordo (MOORE, 1998, p. 56).

Como aponta Calmon (2013, p. 114), o papel do mediador é induzir as partes para que elas identifiquem quais os principais pontos de controvérsia, como podem “acomodar seus interesses aos da parte contrária” explorando assim as múltiplas fórmulas de ajuste que transcendem a disputa.

O consenso coaduna-se ao princípio da autonomia, como identifica Spengler (2014), que no que diz respeito à tomada de decisões. No processo mediativo compete exclusivamente aos envolvidos no conflito escolher a melhor forma de metabolizar o conflito (SPENGLER, 2014, p. 55).

Entretanto, se produzirem uma decisão totalmente injusta ou imoral é porque alguma falha ocorreu ao longo do procedimento. Não compete ao

mediador oferecer a solução do conflito, porém, são de sua competência a manutenção e a orientação do seu tratamento (SPENGLER, 2014, p. 55).

A obrigatoriedade de desvinculação da profissão de origem está relacionada à necessidade de que, no curso das sessões de mediação, sejam utilizados pelo mediadores apenas e tão somente os conhecimentos técnicos específicos, inerentes ao processo mediativo. Essa regra contribui para que não sejam trazidos para as sessões saberes de outras profissões específicas, especialmente conhecimentos jurídicos. Mesmo que o mediador seja bacharel em direito, deve ser reservada ao advogado a função de dirimir eventuais dúvidas do seu assistido, caso elas sejam de cunho jurídico (SPENGLER, 2014, p. 93).

O significado da regra da compreensão quanto à conciliação e à mediação está ligada ao nível de segurança quanto ao procedimento escolhido e, especialmente, dos termos e alcances de eventual acordo. Ou seja, caso os mediandos cheguem a um acordo, deverão compreender “perfeitamente as suas disposições, que devem ser exequíveis, gerando o comprometimento com seu cumprimento” (SPENGLER, 2014, p. 94). Mesmo que não alcançado o acordo a mediação será considerada positiva se a comunicação entre os conflitantes for restabelecida (SPENGLER, 2014, p. 108).

A partir dos princípios e parâmetros que determinam a conduta dos mediadores resta claro que a concepção de que o principal foco da mediação seja o acordo está equivocado. Martín (2011) elenca alguns objetivos da mediação que vão para muito além do mero consenso: facilitação de uma nova relação entre os envolvidos na disputa, aumento do respeito e da confiança; correção de percepções equivocadas e falsas informações que estejam relacionadas ao conflito e criação de um marco, um entorno, um conjunto de elementos que proporcionem a possibilidade de negociação entre as partes. Assim, o acordo acaba sendo uma consequência, uma decorrência natural da melhora dos canais dialogais.

Diante do que foi até agora exposto faz-se necessário analisar se existe espaço, dentro da estrutura do Poder Judiciário, para a prestação de uma jurisdição aberta a novas construções dialogais, complementada pela atuação de mediadores, objeto do próximo capítulo.

4 A IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 125 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA JUNTO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: OS NOVOS PAPÉIS DO JUDICIÁRIO

O Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul está organizado conforme a Constituição Federal. É formado pelo Tribunal de Justiça, por seus juízes de direito, pelo Tribunal do Júri e pelos juizados especiais cíveis e criminais, bem como pelas suas turmas recursais. Sob o aspecto administrativo está estruturado em dois graus de jurisdição¹⁰⁷.

Embora exista uma identificação de estrutura e composição entre as justiças estaduais brasileiras, a historicidade gaúcha guarda peculiaridades que faz com que a sua justiça estadual diferencie-se em vários aspectos das demais (FÉLIX, 2012, p. 19).

Assinalam-se as características próprias da justiça gaúcha a partir daquilo que particulariza o próprio Estado do Rio Grande do Sul, desde a sua origem. Destaca-se o fato de estar situado numa “região de fronteira, com lutas constantes, e que só foi integrada tardiamente ao império português” (FELIX, 2012, p. 20). Enquanto o Brasil sofre influência direta de Portugal¹⁰⁸ desde 1500, “o Rio Grande do Sul foi português duzentos anos depois dos outros Estados brasileiros” (FELIX, 2012, p. 33).

No presente capítulo será realizado um breve histórico da justiça gaúcha, sem perder de vista que o trabalho tem por objetivo o estudo da implementação da mediação, enquanto política pública, na Justiça Estadual do Estado do Rio Grande do Sul, a partir da edição da Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça no tocante aos efeitos da medida sobre os servidores mediadores da justiça estadual.

Consolidar a mediação está dentre os objetivos do Planejamento e Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário. Instituído pela Resolução nº 198 de 16 de junho de 2014 do CNJ, o planejamento faz referência expressa à necessidade de

¹⁰⁷ "O primeiro grau é composto pelos juízes de direito e pelos juizados especiais cíveis e criminais e de suas turmas recursais. O segundo grau é formado pelos 27 Tribunais de Justiça, com sede nas capitais dos estados e no Distrito Federal (no caso TJDF)". (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2014, p. 41).

¹⁰⁸ "A formação jurídica de Portugal alicerçava-se na tradição do Direito Romano tanto na composição de seus executores (juízes, escreventes, tabeliães, etc.) quando na própria configuração da lei e de sua consciência como elemento que assegurava a justiça. Essa era considerada a mais importante responsabilidade do rei diante de seus súditos e manifesta na grande maioria dos documentos reais portugueses" (FELIX, 2012, p. 23).

todos os órgãos do Poder Judiciário alinhar seus respectivos planos estratégicos à Estratégia Judiciária 2020. Dentre os macrodesafios do Poder Judiciário, segundo o Planejamento Estratégico Nacional do Poder Judiciário (Estratégia Judiciária 2020)¹⁰⁹, a mediação ocupa lugar de destaque, situando-se logo após o combate à corrupção e à improbidade administrativa e à celeridade na prestação jurisdicional¹¹⁰.

Assim, também integra este capítulo a análise das medidas concretas que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul vem adotando para implantar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania no Estado¹¹¹, mais especificamente com relação à mediação, identificando-se, geograficamente, onde eles estão sendo criados, no âmbito da justiça estadual do Rio Grande do Sul.

Além da identificação geográfica serão apresentados os resultados obtidos a partir de pesquisa¹¹², realizada com aprovação do Comitê de Ética da Universidade de Santa Cruz do Sul, registrada na Plataforma Brasil sob o nº 37901214.8.0000.5343.

Todos os servidores da justiça estadual que participaram de cursos de formação em mediação até 1º de dezembro de 2014, foram convidados a responder, entre os dias 1º e 15 de dezembro de 2014,¹¹³ um amplo questionário de 37 perguntas de múltipla escolha¹¹⁴. Formulado com a intenção de traçar o perfil dos mesmos, apurar quais as suas motivações e desafios para realizar a formação, bem como qual o impacto proporcionado pela mediação nas suas vidas profissionais, no questionário, foi reservado espaço para manifestações espontâneas dos servidores mediadores.

¹⁰⁹ Resolução nº 198 de 16 de junho de 2014 que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências, disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&ved=0CEIQFjAG&url=http%3A%2F%2Fwww.stj.jus.br%2Finternet_docs%2Fbiblioteca%2Fclippinglegislacao%2FRes_198_2014_CNJ2.pdf&ei=YS6XVOKRlo3DPK6ugNAO&usg=AFQjCNE6DQ9bhdgQCCb8mrXMUmR7iOdvSA>. Acesso em: 20 dez. 2014

¹¹⁰ Glossário dos macrodesafios do Poder Judiciário 2015-2020, item 3: “Adoção de soluções alternativas de conflito: Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para solução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a dirimir suas contendas sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem; à formação de agentes comunitários de justiça; e, ainda, à celebração de parcerias com a Defensoria Pública, Secretarias de Assistência Social, Conselhos Tutelares, Ministério Público e outras entidades afins”. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metlas>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

¹¹¹ Resolução nº 04/2012-OE - Institui o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos e as Coordenadorias de Conciliação e Mediação de 1º e 2º graus. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/export/processos/conciliacao/doc/Res_04_2012_OE.pdf>. Acesso em: 24 out. 2013.

¹¹² Aprovação obtida em 17/11/2014.

¹¹³ Disponível em: <<https://www.limesurvey.org/pt/>>. Acesso em: 20 out. 2014.

¹¹⁴ O questionário, na íntegra, encontra-se nos anexos.

Em razão das distâncias físicas entre as comarcas onde estão lotados os entrevistados a aplicação das perguntas foi feita com a utilização do *software* LimeSurvey¹¹⁵, desenvolvido com o objetivo de preparar, publicar e coletar respostas de questionários. As questões foram mostradas aos entrevistados por meio de um sistema de padrões (*templates*). Em razão da capacidade de gerar *tokens* individualizados (chaves) do LimeSurvey, apenas a pessoa que recebeu um *token* teve acesso ao questionário. Assim, evitou-se o contato direto do entrevistado com o entrevistador e preservou-se a confidencialidade da entrevista¹¹⁶.

Além de identificar os múltiplos papéis e funções que os servidores mediadores desenvolvem dentro da estrutura do Poder Judiciário, pretendeu-se com o questionário averiguar se há efetiva participação desses sujeitos nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania e, em caso positivo, quais os reflexos, para estes servidores, no que diz respeito ao sentimento de cidadania e inclusão como coadjuvantes na solução dos conflitos.

As pesquisas que contam com coletas de dados na área das ciências sociais, segundo Boni e Quaresma (2005, p. 65), trabalham com “significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas”. Assim, será objeto de análise no presente capítulo, além das respostas relativas aos dados quantitativos também os comentários feitos pelos entrevistados que justificaram, de forma espontânea, as suas respostas às questões objetivas.

Por fim, será avaliado se a mudança de paradigma, abordada no capítulo anterior, tem condições de se operacionalizar no âmago do Poder Judiciário de forma que a administração do conflito deixe de ser vista, internamente, sob o prisma do ganha x ganha e passe a ser abordada a partir da concepção de que é possível ganhar x ganhar.

4.1 Histórico sobre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

A ocupação do espaço territorial gaúcho ocorreu no século XVIII¹¹⁷ em razão de interesses econômicos, quando começou a ser exercida a justiça portuguesa no

¹¹⁵ Disponível em: <<https://www.limesurvey.org/pt/>>. Acesso em: 15 out. 2014.

¹¹⁶ Fonte das informações: <<http://www.ambientelivre.com.br/pesquisas-online-limesurvey.html>>. Acesso em: 15 out. 2014.

¹¹⁷ Ano 1701 a 1800.

que hoje conhecemos por Rio Grande do Sul. Em 1751 foi instalado o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro que exercia jurisdição desde o Rio de Janeiro até o Rio da Prata, o que incluía o Rio Grande do Sul.

Ocorre que a atual configuração do espaço geográfico do Rio Grande do Sul foi definida em 1801, quando houve a anexação dos Sete Povos das Missões e correspondentes tratados diplomáticos.

A autonomia judiciária aconteceu em 16 de dezembro de 1812, por alvará, quando foi criada a Comarca de São Pedro do Rio Grande e Santa Catarina e tinha Porto Alegre como sede. Em 12 de fevereiro de 1821 houve o desmembramento da jurisdição, dotando as então Províncias, de autonomia jurisdicional. O Rio Grande do Sul estava então “totalmente integrado ao governo Português e o exercício da Justiça seguia os mesmos moldes das demais capitanias” (FÉLIX, 2012, p. 35).

O primeiro fracionamento em comarcas ocorreu em 11 de março de 1833, quando houve a divisão judiciária em Missões, Piratini, Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo. Durante a Revolução Farroupilha (1835-1845) foi criada a Comarca de Abrilina, sediada em Vila Setembrina (Viamão), extinta quando da deposição dos Farroupilhas (FÉLIX, 2012, p. 45).

Os problemas para o exercício da jurisdição eram intensos em razão dos amplos espaços geográficos de cada comarca o que se somava às diversidades culturais locais¹¹⁸.

Fruto das exigências feitas em 1838 pelo líder dos revolucionários farroupilhas¹¹⁹, Bento Gonçalves da Silva, em 03 de fevereiro de 1874 foi instalado o Tribunal da Relação de Porto Alegre, que deu origem ao atual Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul¹²⁰.

¹¹⁸ “Em meados do século XIX, o Rio Grande do Sul já apresentava uma fisionomia própria, resultante de diferentes ocupações do espaço. Na área litorânea e em Porto Alegre, encontramos imigrantes açorianos; no Sul, a região mais antiga e tradicional, de ocupação da fronteira com o Prata, uma mistura de “bugres”, portugueses e castelhanos; a região missioneira com o predomínio de índios guaranis e “bugres”, e, na região da serra, dos vales dos rios dos Sinos, Caí e Taquari, com as primeiras ocupações de imigrantes alemães, chegados desde 1825.” (FÉLIX, 2012, p. 35).

¹¹⁹ A Revolução Farroupilha estendeu-se de 20 de setembro de 1835 a 1º de março de 1845. “Na República Rio-Grandense, proclamada em 11 de setembro de 1836, o Tribunal Popular (Tribunal do Júri) sofreu um colapso. As permanentes marchas e contramarchas das tropas e os consecutivos embates armados impossibilitavam a constituição do júri, que se via, a todo instante, sem número para formação do seu Conselho de Sentença”. A pena de morte, que deveri ser decidida por este Tribunal, era posta então em execução pelos Juizes de Direito. (FELIX, 2012, p. 22).

¹²⁰ Bento Gonçalves da Silva, como presidente da República Rio-Grandense, em seu manifesto de 05 de setembro de 1838, invocava a necessidade de um Tribunal de segunda instância na então província: “Tínhamos, alegou, rendimentos bastantes para instaurar um Tribunal de segunda e última instância, um Tribunal que nos era garantido pela Constituição do Estado e, entretanto, era preciso

A partir de 1850, durante o II Reinado¹²¹ as conformações das comarcas existentes sofreram alterações e foram sendo criadas novas comarcas e termos¹²², como decorrência da constante criação de novos municípios. “Essa divisão do território se fazia necessária devido à expansão econômica do Estado e suas consequências.” (FÉLIX, 2012, p. 45).

Os imigrantes italianos chegaram ao Estado a partir de 1875 e juntaram-se aos alemães, estabelecidos desde 1824. Embora ocupassem áreas geográficas diferentes, havida muito em comum entre eles. Suas vidas estavam voltadas para as sedes das colônias e ocupavam-se, sobretudo, na luta pela sobrevivência, tanto que “só participavam das atividades políticas quanto estas implicavam em questões relativas às suas condições de vida tais como: cobrança de impostos, construções de estradas, o auxílio em período de más colheitas, etc.” (FELIX, 2012, p. 48). Com relação à expansão do Poder Judiciário, experimentou-se um período de estagnação.

Entre 1875 e 1895, a relação ‘entre as colônias e o governo foi basicamente administrativa. Nessas colônias, o poder local estava pulverizado entre diversos indivíduos e instituições, situação que permaneceu por longo período, travando também a criação de comarcas nas áreas coloniais. (FELIX, 2012, p. 48).

A partir da proclamação da República (1889), o Rio Grande do Sul passou por uma recomposição política e, com a “complexificação das relações econômicas, políticas e socioculturais” (FELIX, 2012, p. 54). Em 1889 haviam 41 comarcas no Estado do Rio Grande do Sul.

Os dados relativos à criação de novas comarcas, durante o século XX, confirmam o que Boaventura de Souza Santos (2011b, p. 21) aponta, no sentido de

procurar na Corte os recursos judiciários naquela instância, com enormes sacrifícios. Em vão representamos para que aumentasse o número de nossos Deputados à Assembleia Geral e se criasse uma Relação em nossa Província.” (O Poder Judiciário no Rio Grande do Sul, 2014, tomo 1, p. 32).

¹²¹ O Segundo Reinado iniciou-se com a declaração de maioria de Dom Pedro II, realizada no dia 23 de julho de 1840. Na época, o jovem imperador tinha apenas quatorze anos de idade e só conseguiu ocupar o posto máximo do poder executivo nacional graças a um bem arquitetado golpe promovido pelos grupos políticos liberais. Até então, os conservadores (favoráveis à centralização política) dominaram o cenário político nacional. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiab/segundo-reinado.htm>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

¹²² Sobre a matéria, vide banco de dados das comarcas que sistematiza a trajetória administrativa do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, reunindo toda legislação sobre criação, modificação e extinção das Comarcas gaúchas, da Colônia aos dias atuais, disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/site/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/banco_de_dados/index.html>. Acesso em: 08 dez. 14.

que o Poder Judiciário, neste período, nos países latino-americanos “não figurou como tema importante da agenda política, cabendo ao juiz a figura inanimada de aplicador da lei emprestada do modelo europeu”.¹²³ O protagonismo dos Tribunais data do final da década de 1980, o que justifica que de lá para cá houve uma substancial elevação do número de comarcas criadas. Levou 125 anos para que a configuração atual fosse alcançada. Assim, conta-se atualmente com 164 ¹²⁴ comarcas no Estado do Rio Grande do Sul. Mais uma vez, retoma-se Santos (2011b, p. 22) que explica o fenômeno:

Este protagonismo dos tribunais em tempos mais recentes não se dirige necessariamente ao favorecimento de agendas ou forças políticas conservadoras ou progressistas, assentando-se antes num entendimento mais amplo e mais profundo do controle da legalidade, apostando por vezes, na constitucionalização do direito ordinário como estratégia hermenêutica de um garantismo mais ousado dos direitos dos cidadãos.

A ampliação do número de comarcas ganha singular importância, na medida em que, segundo Santos (2011b), no Brasil, muitas políticas sociais ou são inexistentes ou executadas de forma ineficiente, o que justifica parte da intensa busca pelo Poder Judiciário, como já visto nos capítulos precedentes.

Ocorre que, mesmo havendo o incremento do número de comarcas, de juízes, de servidores e de toda a estrutura judiciária correspondente, percebe-se, ao longo dos anos, o crescimento da conflituosidade, conforme apontado no segundo capítulo do presente trabalho.

Sensível a como esta situação foi instituída, no âmbito do primeiro grau de jurisdição, em 1993, uma equipe de mediação para atuar em processos de inventário e família especificamente nas Varas de Família e Sucessões de Porto Alegre¹²⁵. Em 12 de agosto de 2009 foram criadas as Centrais de Conciliação e de Mediação na Comarca de Porto Alegre, conforme Resolução nº 780 do Conselho da Magistratura¹²⁶. Havia a possibilidade de que os juízes de direito das varas cíveis da

¹²³ “A construção do Estado latino-americano ocupou-se mais com o crescimento do executivo e da sua burocracia, procurando converter o judiciário numa parte do aparato burocrático do Estado – um órgão para o poder político controlar – de fato, uma instituição sem poderes para deter a expansão do Estado e seus mecanismos reguladores” (SANTOS, 2011b, p. 21).

¹²⁴ Lista das comarcas do TJRS, disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/site/poder_judiciario/comarcas/>. Acesso em: 22 dez. 2014.

¹²⁵ Provimento no. 35/93 – CGJ, disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=resolu%C3%A7%C3%B5es&site=site&client=tjrs_index&output=xml_no_dtd&proxystylesheet=tjrs_index&aba=site&btnG=buscar>. Acesso em: 12 dez. 2014.

¹²⁶ Disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=resolu%C3%A7%C3%B5es&site=site&>>

capital remetessem processos que estavam sob a sua jurisdição para que fossem realizadas audiências de conciliação ou sessões de mediação por terceiros, conciliadores ou mediadores, nas centrais, quando houvesse manifestação das partes nesse sentido.

Ou seja, antes mesmo da criação da Política Judiciária Nacional de Tratamento de Conflitos instituída pelo CNJ, através da Resolução nº 125¹²⁷, o TJRS dava passos firmes na adoção de formas complementares de metabolização do conflito, com o objetivo de pacificação social.

Posteriormente, com o advento da Resolução nº 125 do CNJ, editada em 29 de novembro de 2010, foram intensificados os investimentos na mediação, tópico a ser abordado na sequência.

4.2 A implementação da mediação no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul: a criação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCS)

Atualmente, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, segundo dados do Relatório Justiça em Números 2014 do CNJ, é considerado o quarto maior tribunal do país em razão do número de demandas.¹²⁸ Tem o melhor desempenho, dentre os tribunais estaduais do país, segundo o CNJ, em razão da alta produtividade dos seus magistrados e servidores e baixa taxa de congestionamento (índice de produtividade de 97%) (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2014 p. 68). Ainda, conforme dados extraídos do Relatório Justiça em Números 2014, na correlação do volume processual com os habitantes dos estados, verifica-se que é um dos tribunais com maiores índices de acesso à justiça. Segundo esse critério, ingressam cerca de dezesseis mil casos novos, por cem mil habitantes, por ano

client=tjrs_index&output=xml_no_dtd&proxystylesheet=tjrs_index&aba=site&btnG=buscar>. Acesso em: 12 jan. 2014.

¹²⁷ Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça, texto obtido na página do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/323-resolucoes/12243-resolucao-no-125-de-29-de-novembro-de-2010>>. Acesso em: 24 out. 2014.

¹²⁸ Estão na sua frente São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cnj.jus.br%2Fprogramas-de-a-a-z%2Feficiencia-modernizacao-e-transparencia%2Fpj-justica-em-numeros%2Frelatorios&ei=NOK0VlufFcKINrf7geAl&usg=AFQjCNETZkBSw45tO7tBdUcPImEDrVqDnQ&bvm=bv.83339334,d.eXY>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

(CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2014, p. 50)¹²⁹. Mesmo tendo esta alta performance, o número de processos aumenta, de forma progressiva, a cada ano¹³⁰ o que justifica a adoção de medidas para conter a litigiosidade crescente.

A Resolução nº 125 institui a “Política Judiciária Nacional de Tratamento dos Conflitos de Interesses” e consolida a atuação do Conselho Nacional de Justiça como ator público diretamente comprometido com a produção e execução de políticas públicas de pacificação social, cuja implementação depende do seu acompanhamento, monitoramento e controle.

Extraí-se da mesma que, além de solidificar de forma permanente o incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos consensuais de metabolização de litígios, visa também uniformizar e normatizar, no Poder Judiciário brasileiro, a utilização da mediação, da conciliação e das práticas restaurativas enquanto ferramentas de pacificação social.

No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul foi criado em abril de 2012 o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), órgão deliberativo, vinculado à Primeira Vice-Presidência¹³¹ cujas atribuições são as previstas no artigo 7º da Resolução nº 125 do CNJ. Dentre outras, destacam-se a de planejar, de implementar, de manter e aperfeiçoar as ações voltadas ao cumprimento da política de manejo adequado dos conflitos de interesses, bem como promover a capacitação, treinamento e atualização permanente de magistrados, servidores, conciliadores e mediadores atuantes nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCS).

Atualmente, encontra-se instalado junto ao segundo grau de jurisdição o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Tribunal de Justiça do Estado (CEJUSC 2º Grau).

No âmbito do primeiro grau de jurisdição, até dezembro de 2014 haviam sido criados dezessete CEJUSCS¹³². Em Porto Alegre, no Foro Central e no Foro

¹²⁹ Extraí-se ainda do Relatório Justiça em Números 2014 que “o caso do TJRS merece especial destaque, pois possui alta demanda e volume de baixados, mas com pouca tramitação, o que indica que o acervo de pendentes é relativamente baixo diante da população local.” (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2014, p. 50).

¹³⁰ Em setembro de 2013 tramitavam 4,3 milhões de ações judiciais em andamento no estado.

¹³¹ Resolução nº 04/2012 do TJRS.

¹³² Os CEJUSCS de Passo Fundo, Santa Maria, Caxias do Sul e Pelotas foram inicialmente denominados de Centrais Judiciais de Conciliação e Mediação (Resoluções nºs 871, 872, 873 e 874, de 29 de março de 2011) Posteriormente houve alteração da nomenclatura para Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, Resolução nº 1026/2014 do COMAG disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br/site/>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

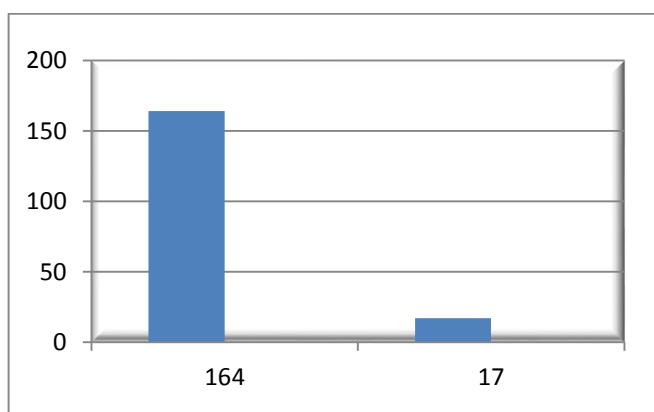
Regional do Partenon e nas comarcas de Passo Fundo, Pelotas, Santa Maria, Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Novo Hamburgo, Sapiranga, São Leopoldo, Canoas, Frederico Westphalen, Rio Grande e Santo Ângelo e Uruguaiana¹³³, todos sujeitos à Coordenadoria de Conciliação de Primeiro Grau, vinculada à Corregedoria Geral de Justiça.

Tratam-se de juízos especializados, coordenados por magistrados capacitados através de cursos ministrados e coordenados pelo Conselho Nacional de Justiça e que tenham, preferencialmente, experiência em resolução de conflitos complementares à jurisdição.

Nestes juízos utilizam-se exclusivamente práticas restaurativas e métodos autocompositivos como a conciliação e a mediação na prevenção e manejo de conflitos (processuais e pré-processuais). Assim, com exceção do CEJUSC do Foro Central de Porto Alegre, os juízes coordenadores dos demais CEJUSCS cumulam as atividades jurisdicionais da sua vara de origem com funções administrativas, porquanto não há juízo sem equipe (*staff*) cuja essencialidade correspondente à boa ordem do trabalho¹³⁴ que, em última análise, tem suas diretrizes traçadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

A proporção de CEJUSCS criados (17) até dezembro de 2014 em relação às comarcas existentes na mesma data (164) pode ser visualizada através do seguinte gráfico:

Gráfico 1 - Relação de comarcas e CEJUSCS existentes dez. 2014



Fonte: TJ/RS (<<http://www.tjrs.jus.br/site/>>).

¹³³ Lista completa disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br/site/processos/conciliacao/nucleo.html>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

¹³⁴ Disponível em: <<http://www.fecra.edu.br/admin/arquivos/ETICA.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 14.

A realização das conciliações e mediações das demandas processuais que estão em grau de recurso é de responsabilidade da coordenadoria de segundo grau, vinculada à Primeira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça¹³⁵.

4.3 Quem são e como atuam os servidores mediadores dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania

Visando traçar o perfil dos servidores mediadores¹³⁶ do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul aptos a mediar nos CEJUSCS e identificar os principais obstáculos e motivações no desempenho das suas atividades, passa-se a análise dos dados obtidos através da pesquisa¹³⁷ semiestruturada realizada, entre os dias 1º e 15 de dezembro de 2014.

A aplicação da pesquisa foi ampla, pois abrangeu todos os servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul que estão na ativa (concursados e não concursados), que fizeram a formação e/ou estão em processo de formação para atuar como mediadores judiciais. Assim, participaram da pesquisa, além dos servidores que atuam nas mais diversas comarcas do interior do Estado e na capital (primeiro grau de jurisdição), os que exercem suas atividades diretamente no Tribunal de Justiça (ou segundo grau de jurisdição).

Dos 132 entrevistados obtiveram-se 88 respostas, o que corresponde a 64% do total dos servidores que realizaram a formação cível para atuar como mediadores no âmbito da justiça do Estado do Rio Grande do Sul¹³⁸. Com já mencionado, a aplicação da pesquisa se deu através da internet, com uso do aplicativo LimeSurvey, face à distância física entre as comarcas em que estão lotados os servidores.

Interessante mencionar que a pesquisa foi dividida em cinco blocos. No primeiro bloco foram feitas perguntas objetivas sobre idade, sexo, grau de

¹³⁵ Facilita-se a visualização da organização interna da matéria através do fluxograma que se encontra no anexo.

¹³⁶ Os servidores mediadores são aqui considerados os funcionários públicos que “exercem a administração da máquina pública”, ou seja, limitam sua atuação às funções administrativas, sendo que se espera deles neutralidade (SCHMIDT, 2006, p. 2322).

¹³⁷ Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética da UNISC, disponível na Plataforma Brasil sob o título “Reflexos da metabolização dos conflitos a partir da implementação da mediação enquanto política pública no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no tocante aos servidores mediadores, Pesquisador: Josiane Caleffi Estivalet. CAAE: nº 37901214.8.0000.5343, disponível em: <<http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/visao/pesquisador/gerirPesquisa/detalharPesquisa.jsf>>

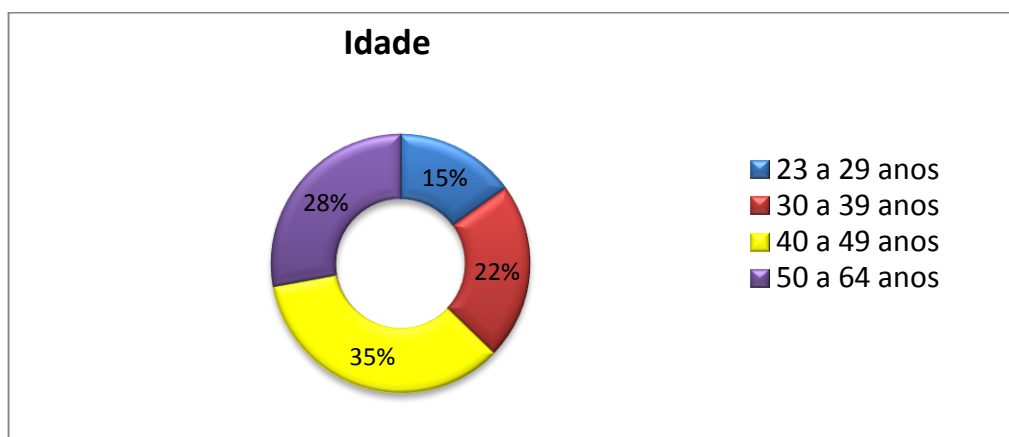
¹³⁸ Versão integral das perguntas e respostas obtidas no anexo, assim como gráficos elaborados a partir dos resultados da pesquisa.

escolaridade, tempo de pertencimento aos quadros do Poder Judiciário, cargo ocupado, grau de jurisdição de atuação e lotação.

Perguntas de cunho subjetivo formam o segundo, terceiro e quarto bloco. Os servidores mediadores foram inicialmente convidados a responder sobre as suas motivações para fazer a formação, obstáculos enfrentados, apoio recebido dos demais colegas e das respectivas chefias. Na sequência, foi oportunizado que manifestassem suas impressões sobre as mudanças proporcionadas pela mediação nas suas vidas profissionais e pessoais. Por fim, no quinto e último bloco, foram perquiridas se a mediação é capaz de mudar a imagem do Poder Judiciário perante a sociedade, os jurisdicionados e a comunidade jurídica. Com a intenção de dar voz aos servidores mediadores foi reservado um espaço para sugestões e comentários espontâneos. Dos 88 respondentes 50 expuseram, de forma direta, suas percepções a cerca da mediação. Ao longo deste capítulo serão transcritos muitos destes comentários, pois expressam, de forma particular e genuína, os sentimentos dos respondentes.

A partir dos dados coletados foi possível identificar que 72% dos servidores mediadores respondentes são do sexo feminino, enquanto que apenas 28% são do sexo masculino¹³⁹. Com relação à idade, percebe-se que há predominância de servidores com mais de 40 anos. A variação etária pode ser visualizada no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Variação etária dos servidores

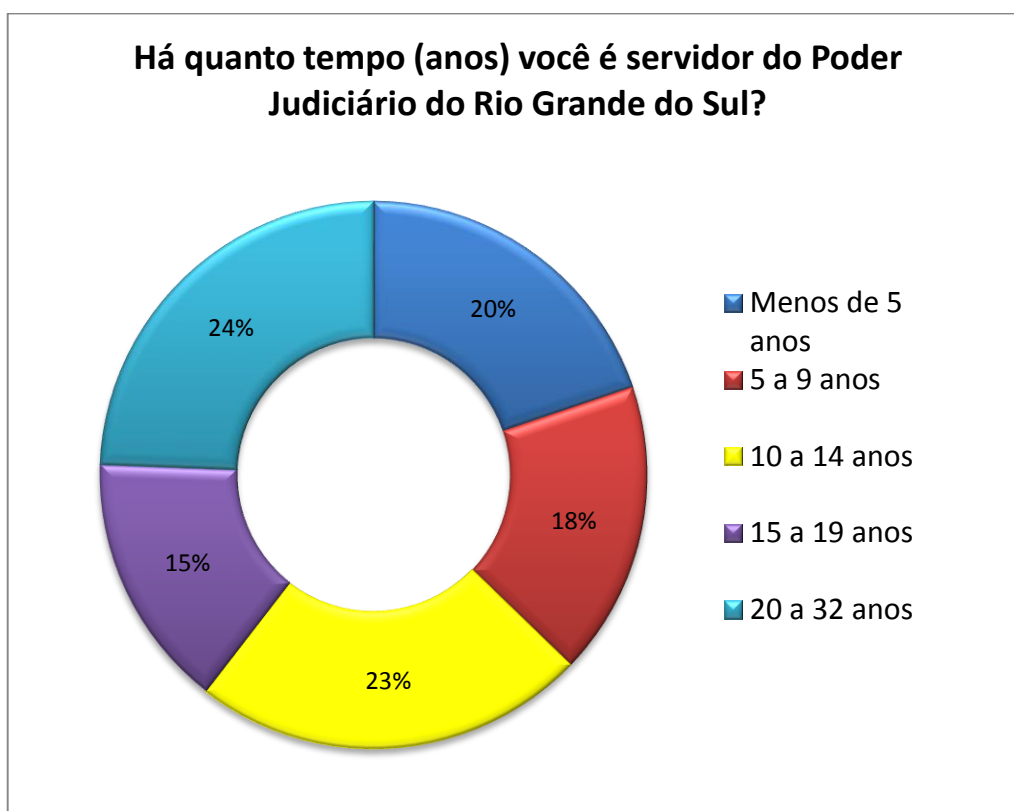


Fonte: Dados da pesquisa.

¹³⁹ Todos os gráficos elaborados a partir dos dados obtidos com a pesquisa mencionada encontram-se no anexo.

O tempo de vinculação aos quadros do Poder Judiciário é variável, com uma leve preponderância entre os servidores que tem mais de 20 anos de atividade, ou seja, tem amplos conhecimentos sobre a atuação e as limitações do Poder Judiciário. Também este dado justifica que a maioria dos mediadores tenha entre 40 e 49 anos de idade (35%) e sejam concursados¹⁴⁰ (69%) como se pode observar no gráfico que segue:

Gráfico 3 – Tempo dos entrevistados como servidores do Poder Judiciário



Fonte: Dados da pesquisa.

Os cursos de capacitação de mediadores são teórico-práticos, ministrados pelos instrutores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, vinculados ao NUPEMEC (Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos) certificados pelo Conselho Nacional de Justiça. São ofertados cursos básicos de mediação civil (40h), família (30h) e de formação de instrutores em mediação (32h), todos gratuitos.

Além do curso teórico-prático, constitui requisito indispensável para o exercício da função de mediador o estágio supervisionado e a formação continuada

¹⁴⁰ Gráfico no anexo.

consistente na participação em grupos estudos, palestras, *workshops* e demais atividades correlatas à matéria, que contribuam para o aperfeiçoamento do mediador.

Assim, logo após o curso de mediação civil inicia-se o estágio supervisionado. Quando considerado apto na formação básica, o candidato está habilitado a fazer a formação em família. Frequenta um novo curso e faz outro estágio supervisionado. Dependendo do interesse e habilidade do candidato, após a formação no curso básico (cível) e família, poderá fazer o curso para atuar como instrutor.

A supervisão, assim como a formação continuada é centralizada na capital e fica a cargo dos mediadores instrutores do NUPEMEC.

A implantação de uma plataforma de ensino à distância tem facilitado a supervisão dos servidores mediadores em formação, lotados no interior do Estado, o que atende ao determinado pelo parágrafo 2º do artigo 12 da Resolução 125 do CNJ que indica haver necessidade de “reciclagem permanente”.

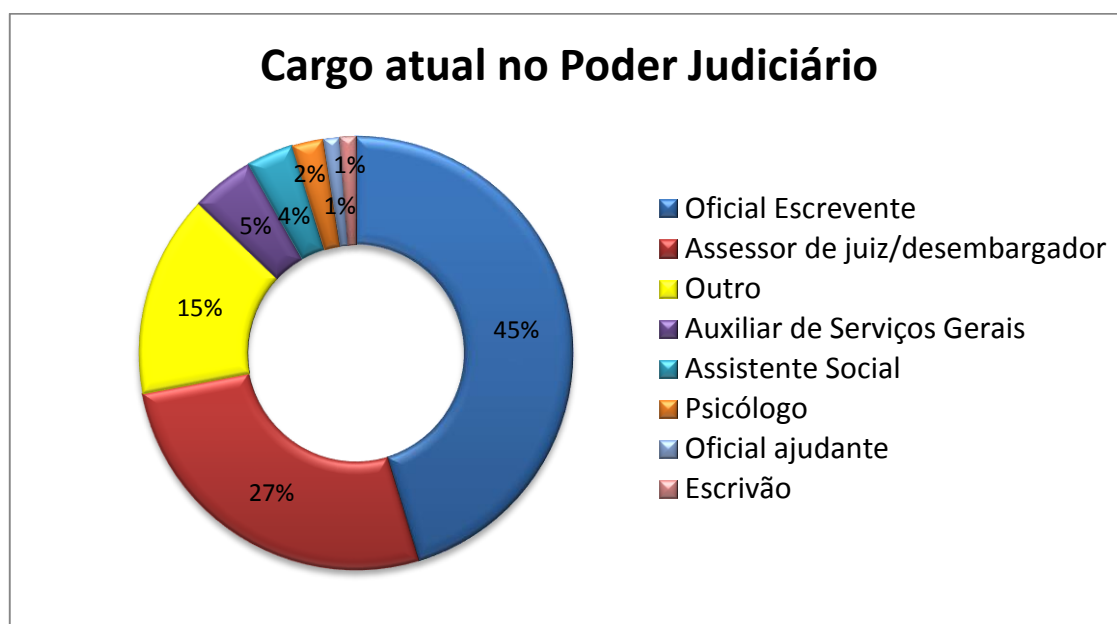
Não é exigido que os mediadores tenham formação em Direito. Incentiva-se a participação das mais variadas áreas do conhecimento humano em razão de que a mediação surge como espaço que valoriza o saber e a experiência não só dos mediadores como também dos mediandos.

Na linha de Santos (2013), é preciso reconhecer a existência de uma pluralidade de formas de conhecimento, além do científico.

em todo o mundo, não só existem diversas formas de conhecimento da matéria, sociedade, vida e espírito, como também muitos e diversos conceitos sobre o que conta como conhecimento e os critérios que podem ser usados para validá-lo (SANTOS, 2013, p. 54).

A pesquisa apontou que 77% dos servidores mediadores respondentes atuam no primeiro grau de jurisdição enquanto que 23% desenvolvem suas atividades no segundo grau e existe uma considerável diversidade com relação aos cargos ocupados, como se pode visualizar no gráfico que segue:

Gráfico 4 – Diversidade de cargos ocupados



Fonte: Dados da pesquisa.

Interessante ressaltar que a pesquisa demonstrou existirem ainda servidores mediadores que atuam nos cargos de assessor jurídico do departamento de informática, consultor de qualidade, estenotipista, oficial de transportes e psiquiatra judiciário.

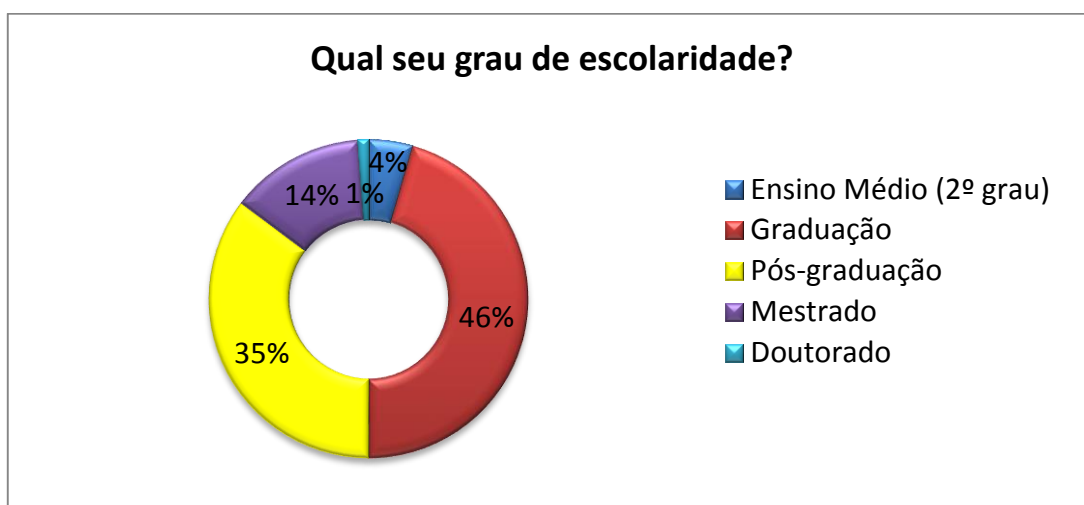
Pode-se afirmar que, embora grande parte dos servidores mediadores tenham originalmente prestado concurso para cargos de nível médio, como é o caso do cargo de oficial escrevente¹⁴¹ (45,5%), a maioria possui ou graduação (46%) e pós-graduação (35%).¹⁴² O percentual de servidores mediadores com mestrado é de 14%. Ou seja, trata-se de servidores altamente qualificados¹⁴³. Verificou-se ainda que 1% sustenta o título de doutor, conforme pode ser visualizado no quadro abaixo:

¹⁴¹ Edital do concurso para o cargo de oficial escrevente disponível em: <<http://www.faurgsconcursos.ufrgs.br/2013/TJRS1301/TJRS%20Edital%2039-2013.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

¹⁴² No entanto, o cargo de oficial escrevente só existe no primeiro grau de jurisdição, onde não há plano de carreira que incentive os servidores a aperfeiçoarem-se. Isto permite que se presuma que os servidores de primeiro grau, que fizeram um concurso cuja exigência é de nível médio, buscam aperfeiçoamento acadêmico por iniciativa própria, abrigados no genuíno desejo de se qualificar.

¹⁴³ Este dado justifica que em recente pesquisa feita pelo Conselho Nacional de Justiça (Censo do Poder Judiciário 2013) envolvendo os servidores do Poder Judiciário de todo o país foi destacado o fato de que 79,1% dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul acreditam ter potencial de trabalho maior que o exigido pelo trabalho no tribunal. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/30323:censo-divulga-opinioes-e-perfil-de-magistrados-e-servidores-em-relatorios-por-tribunal>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

Gráfico 5 – Grau de escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa.

Realizado o curso de formação de mediação cível, os servidores são dispensados de suas atividades rotineiras por até três turnos por mês para atuar como mediadores, sem a necessidade de compensação de horário no seu órgão de lotação, conforme Resolução nº 941/2013 – COMAG¹⁴⁴.

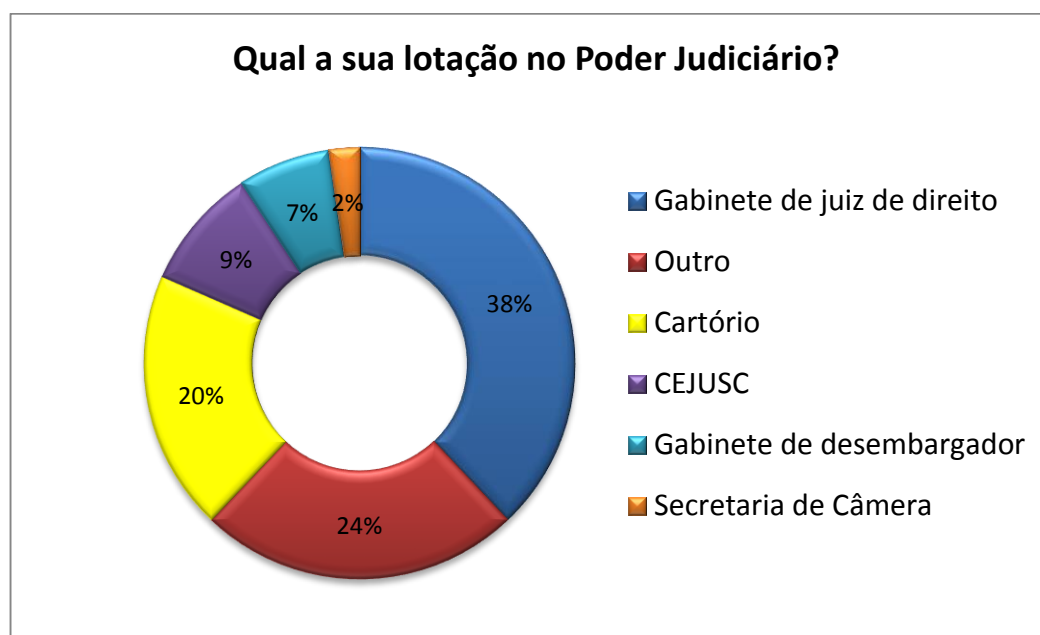
Além disso, o desempenho da novel função, de forma ininterrupta durante um ano, pode ser computado como exercício de atividade jurídica para fins de contagem de tempo à habilitação em concurso público para a magistratura¹⁴⁵ o que explicaria, em tese, o fato de a maioria dos servidores mediadores desenvolver suas atividades de rotina em gabinetes de juízes de primeiro grau (38%) como pode ser visto no quadro abaixo e terem tomado conhecimento da mediação através dos magistrados de primeiro e segundo grau (41%)¹⁴⁶.

¹⁴⁴ Resolução nº 941/2013 – COMAG, disponível em: <<http://www.tjrs.gov.br/>,<http://www1.tjrs.jus.br/site/processos/conciliacao/legislacao.html?print=true>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

¹⁴⁵ Artigo 59, IV e V da Resolução nº 75 de 12 de maio de 2009 do Conselho Nacional de Justiça.

¹⁴⁶ Gráfico no anexo “Como você tomou conhecimento da existência de projetos vinculados à mediação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul?”.

Gráfico 6 – Lotação dos servidores no Poder Judiciário



Fonte: Dados da pesquisa.

O potencial de transformação social da mediação realizada pelo Poder Judiciário é conhecido em face dos resultados de satisfação dos usuários que se submetem à mesma, conforme várias pesquisas já realizadas no Brasil, pelos mais diversos tribunais ^{147 148}. Porém, a proposta do presente trabalho, como já mencionado, é observar como a mediação pode operar mudanças estruturais sob o enfoque interno, corporativo das instituições como o Poder Judiciário. Esse prisma foi escolhido com fins de avaliar se a mudança de paradigma, abordada no capítulo

¹⁴⁷ Como exemplo, podem-se citar os resultados do projeto intitulado “A crise da jurisdição e a cultura da paz: a mediação como meio democrático, autônomo e consensuado de tratar os conflitos” desenvolvido pela Universidade de Santa Cruz do Sul em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, coordenado pela prof. Pós-Dr^a Fabiana Marion Spengler¹⁴⁷. O projeto teve início em março de 2009 e encerrou no final de 2010. Foram realizadas 282 sessões de mediações, sendo que em 74% obtiveram-se acordos (65% acordos totais e 9% acordos parciais). Segundo 90% dos entrevistados a mediação ocorreu em tempo aceitável, mesmo índice obtido no questionamento relativo a percepção de justiça com relação ao acordado. Com relação a possibilidade de voltar a fazer uso da mediação, no futuro, obteve-se 94% de repostas favoráveis.¹⁴⁷

¹⁴⁸ Outros exemplos: dados divulgados pelo Programa de Mediação Forense do Tribunal de Justiça do Distrito Federal demonstrando que 85% dos usuários acreditam que o processo do qual participaram os ajudará a resolver questões semelhantes no futuro. Este índice chegou a 100% entre aqueles que tiveram êxito na resolução do conflito. (AZEVEDO, 2004). Dados relativos ao ano de 2014 disponíveis em:

<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CCgQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.tjdft.jus.br%2Finstitucional%2F2a-vice-presidencia%2Fnupefec%2Fpesquisa-de-satisfacao%2Fcejusc-tag%2F2014%2FMediacao%25201o%2520TRIM%2520CEJUSC-TAG%2520divulgacao.pdf&ei=kJu3VODZCuTisASev4HoCg&usg=AFQjCNHGRvB7V0iqZ4BQID_5RPKVob641A&sig2=p883YAsZSWAKp5rwnNCnCA>. Acesso em: 12 jan. 2015.

anterior, tem condições de ocorrer dentro de estruturas como a do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Assim, quando os servidores mediadores foram questionados sobre como tomaram conhecimento a respeito da mediação, a grande maioria afirmou que foi através dos juízes e desembargadores (41%)¹⁴⁹ sendo que a motivação inicial, para participar do curso de formação de mediadores, segundo os respondentes, estava relacionada à qualificação profissional (28%).

A estrutura judicial seja em razão da sua morfologia ou das suas práticas burocráticas¹⁵⁰ (instituídas através dos códigos de processo, de ética, de conduta, etc.), reduz as oportunidades de contato direto entre juízes e jurisdicionados. Normalmente, estes contatos acabam se resumindo aos momentos em que se realizam audiências e/ou às visitas aos presídios e outras instituições totais,¹⁵¹ caso estejam dentro da competência e jurisdição do magistrado. Ocorre que, mesmo na presença dos magistrados, via de regra, as partes se comunicam (seja por escrito ou oralmente) através de interlocutores, que são os advogados.

A experiência mostra que, independentemente desta dinâmica, não raras vezes, os conflitantes buscam, pessoalmente, informações junto aos balcões e guichês dos fóruns. Nestes momentos são recebidos pelos servidores que, além de prestar informações objetivas sobre o andamento dos processos, acabam se tornando depositários das angústias dos jurisdicionados¹⁵².

Em razão do ato de julgar ser exclusivo do magistrado, esta escuta que o servidor faz pode ser intitulada de “passiva”, pois ele não tem a faculdade de decidir.¹⁵³ Ocorre que, dentro da lógica do sistema, no contexto do funcionamento

¹⁴⁹ Gráfico no anexo.

¹⁵⁰ Max Weber (1999, p. 233) dá o enfoque sociológico sobre burocracia na obra *Economia e Sociedade*, volume 2, do qual se extrai: “a estrutura burocrática é por toda parte um produto tardio do desenvolvimento. Quanto mais retrocedemos no processo de desenvolvimento, tanto mais típico é para as formas de dominação a ausência da burocracia e do funcionalismo, em geral. A burocracia é de caráter ‘racional’: regra, finalidade, meios, impessoalidade ‘objetiva’ dominam suas atitudes. Por isso, seu surgimento e sua divulgação tiveram por toda a parte efeito ‘revolucionário’ que caracteriza o avanço do racionalismo, em geral, em todas as áreas”.

¹⁵¹ Para fins deste trabalho adota-se o conceito de instituições totais de Erving Goffman (1961, p. 11): “uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada.

¹⁵² Dentre as funções dos oficiais escreventes e demais servidores do Poder Judiciário está a de auxiliar no atendimento ao público conforme Lei Estadual nº 7356 de 1990.

¹⁵³ Mais exemplos de atribuições dos oficiais escreventes: - substituir o Escrivão, quando designado, desde que não haja Oficial Ajudante ou quando este estiver impedido; atuar nas audiências, digitando os respectivos termos; digitar propostas de sentenças, decisões e despachos; operar, nos ofícios em que esteja lotado, os terminais de computação de dados; auxiliar no atendimento ao público; auxiliar

do Poder Judiciário, se exige não só do juiz como também do servidor, o atributo da autocontinência ¹. Como explica Zimerman (2002, p. 104), o atributo de autocontinência, significa a capacidade de “conter dentro de si as suas próprias angústias e sentimentos difíceis que lhe foram despertados pelo processo”, pois só assim o conflito poderá ser decodificado, refletido e elaborado de forma racional. Portanto, o servidor absorve as queixas dos jurisdicionados e, via de regra, não dispõe de técnicas para lidar com os sentimentos gerados a partir desta escuta, que pode então despertar o desejo de contribuir de forma efetiva, na busca de uma solução, para o problema exposto, que ultrapasse a esfera processual. Proporcionar melhor manejo do conflito trazido pelo jurisdicionado foi uma das muitas justificativas apresentadas pelos servidores mediadores no curso da pesquisa, como se analisa na sequência. Estas sensações, de desejo e impotência, experimentadas pelos servidores pode ser percebida nas palavras dos entrevistados que justificaram de forma espontânea, os motivos pelos quais buscaram fazer a formação em mediação:

“Difundir a mediação como forma de atender as pessoas com mais justiça.”

“Perceber a necessidade de mudança no quadro atual. Excesso de processos sem atender a necessidade do jurisdicionado.”

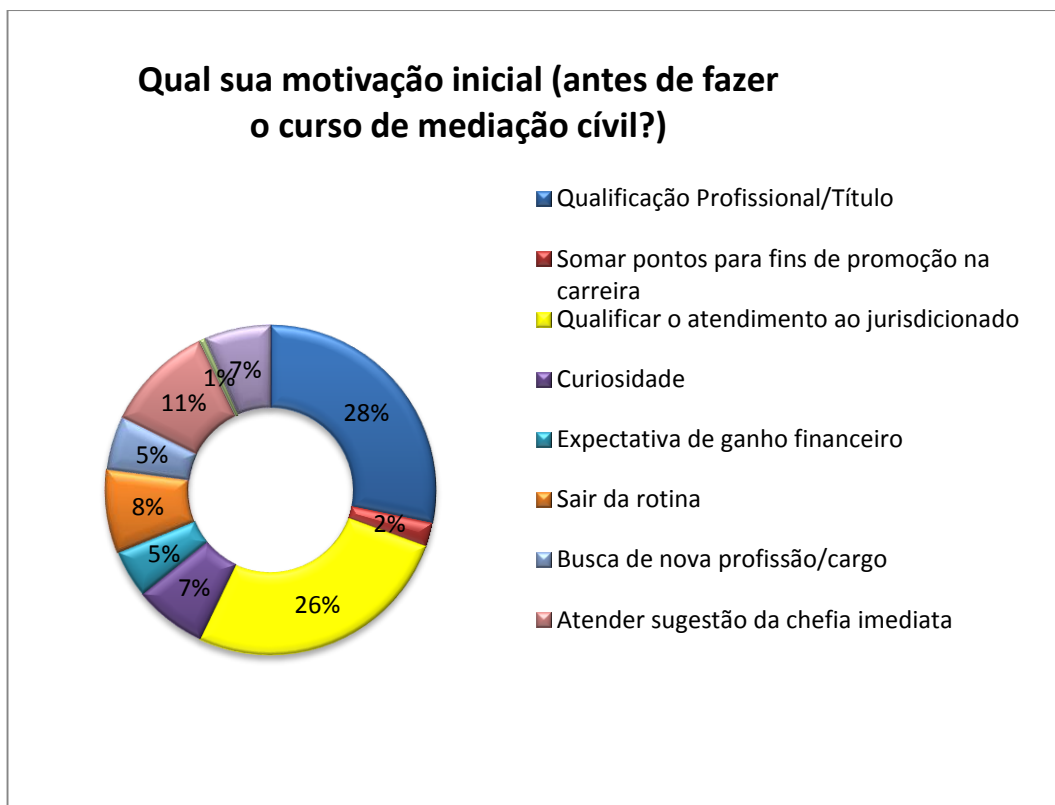
“Vivenciar uma experiência mais ‘humana’ com o direito, atuando diretamente com a pessoa do jurisdicionado”.

Assim, os motivos pelos quais 26% dos respondentes apontaram que o desejo de qualificar o atendimento ao jurisdicionado foi a mola propulsora para a realização do curso de formação de mediadores podem ser atribuídos a uma soma de fatores. A partir da percepção de que os servidores mantêm, via de regra, intenso contato pessoal com as partes e advogados, combinado com o fato de que a maioria esmagadora dos entrevistados pertence há mais de dez anos aos quadros do Poder Judiciário (62%), o que se soma ao alto índice de respondentes lotados nos gabinetes (27%), amplamente familiarizados com os limites da prestação jurisdicional, torna-se possível compreender o desejo de protagonismo destes servidores na concretização da justiça *latu sensu*.

o Juiz, inclusive realizando pesquisas de jurisprudência e doutrina; exercer outras atribuições compatíveis que lhe forem cometidas pelo Juiz ou pelo titular do ofício; exercer outras atribuições que, não definidas em lei, sejam especificadas em provimento da Corregedoria-Geral da Justiça. Fonte: Legislação que regula a profissão no Rio Grande do Sul - Lei nº 7.356 de 1990.

Outros elementos ainda foram apontados como motivadores, conforme se verifica no gráfico que segue:

Gráfico 7 – Elementos motivadores



Fonte: Dados da pesquisa.

Cabe ainda explicar o item “somar pontos para fins de promoção na carreira” apontado por um pequeno grupo de servidores (2%) como motivador para a realização do curso¹⁵⁴. Trata-se de prerrogativa exclusiva dos servidores de segundo grau, para os quais existe um plano de carreira baseado numa lógica de “soma de pontos e avaliação” que permite promoção e vantagens aos que realizam cursos relacionados às atividades exercidas, para ampliar seus conhecimentos e para que melhorem o seu desempenho.¹⁵⁵

¹⁵⁴ Este dado revela o motivo pelo qual no Censo do Poder Judiciário 2013 apenas 21,8% dos servidores disseram estar satisfeitos com as possibilidades de crescimento na carreira dentro do Tribunal. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/30323:censo-divulga-opinioes-e-perfil-de-magistrados-e-servidores-em-relatorios-por-tribunal>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

¹⁵⁵ Muitos são os projetos de criação do plano de carreira dos servidores do primeiro grau. Como exemplo pode-se citar o anteprojeto de lei complementar, disponível na íntegra em: <https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=plano+de+carreira+servidores+do+tjrs+primeiro+grau+pr+objetos>. Acesso em: 14 jan. 2015.

Esta constatação de que, para além da obtenção de títulos e/ou vantagens econômicas, existe um desejo, por parte dos servidores respondentes de contribuir de forma eficaz para o manejo propositivo dos conflitos ¹⁵⁶ que aportam cotidianamente ao Judiciário, demanda que se discutam, no próximo subitem, os múltiplos papéis desenvolvidos pelos servidores mediadores, dentro da estrutura forense.

4.4 A mediação e o servidor mediador: o desempenho dos múltiplos papéis desenvolvidos pelos entrevistados no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

Realizado o curso em mediação civil (40h), o servidor mediador passa para o estágio prático que exige a sua participação efetiva nas sessões de mediação, dentro dos CEJUSCS. Sua atuação deverá ocorrer com observância aos princípios, regras e diretrizes específicas do instituto, conforme abordado no segundo capítulo do presente trabalho. Como a grande maioria dos servidores cumula a função de mediador com as atribuições do cargo originalmente ocupado, segundo apontou a pesquisa, começam a surgir os obstáculos para a conclusão do estágio a partir do momento em que há necessidade de afastamento das atividades cotidianas e deslocamento até os CEJUSCS.

No caso específico dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, realizado o curso, os candidatos a mediador podem ser dispensados de suas atividades rotineiras para realizar as sessões de mediação por até três turnos por mês, em tese, sem a necessidade de compensação de horário no seu órgão de lotação.¹⁵⁷ Naturalmente há necessidade da concordância da respectiva chefia para os afastamentos, caso estes ocorram durante o expediente forense.

Com a pesquisa realizada foi possível perceber que, apesar dos servidores mediadores terem se sentido apoiados, tanto pelas chefias (40%)¹⁵⁸ quanto pelos

¹⁵⁶ No Censo do Poder Judiciário, pesquisa feita pelo Conselho Nacional de Justiça foi constatado que 95,3% dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul tem curiosidade em aprender cada vez mais a respeito do trabalho. Pesquisa disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/30323:censo-divulga-opinioes-e-perfil-de-magistrados-e-servidores-em-relatorios-por-tribunal>>. Acesso em: 21 jan. 2015

¹⁵⁷ Resolução nº 941/2013 – COMAG, disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/52057285/djrs-administrativa-e-judicial-15-03-2013-pg-4>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

¹⁵⁸ Gráfico no anexo.

colegas de setor, (60%)¹⁵⁹ para participar do curso de formação, o mesmo não ocorre no momento em que precisam colocar em prática os ensinamentos obtidos no curso.

Dos respondentes, apenas 29,3% concluíram o estágio prático, enquanto que 48,8% haviam iniciado, mas ainda não concluído.¹⁶⁰ Os servidores mediadores, conforme aponta a pesquisa, têm levado, em média 10,25 meses para concluir o estágio. A situação pode ser apreciada a partir da visualização do gráfico que segue:

Gráfico 8 – Tempo de conclusão do estágio prático cível



Fonte: Dados da pesquisa.

Esta questão tem fundamental importância, pois está relacionada ao tempo necessário de efetiva institucionalização da mediação, enquanto política pública, posto que a sua implementação não pode estar cingida à forças individuais, mas à administração do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Chama a atenção o fato de que a maior parte dos servidores mediadores que concluiu o estágio o fez por realização pessoal (19,2%)¹⁶¹ enquanto que a maioria dos que pretendem concluir identificam-se com a proposta (26%). Este dado conduz a busca de identificação dos obstáculos enfrentados por todos os que, de uma forma ou de outra, estão conseguindo se ausentar de suas atribuições cotidianas para se dedicar a esta nova função. Veja-se o gráfico elaborado a partir dos

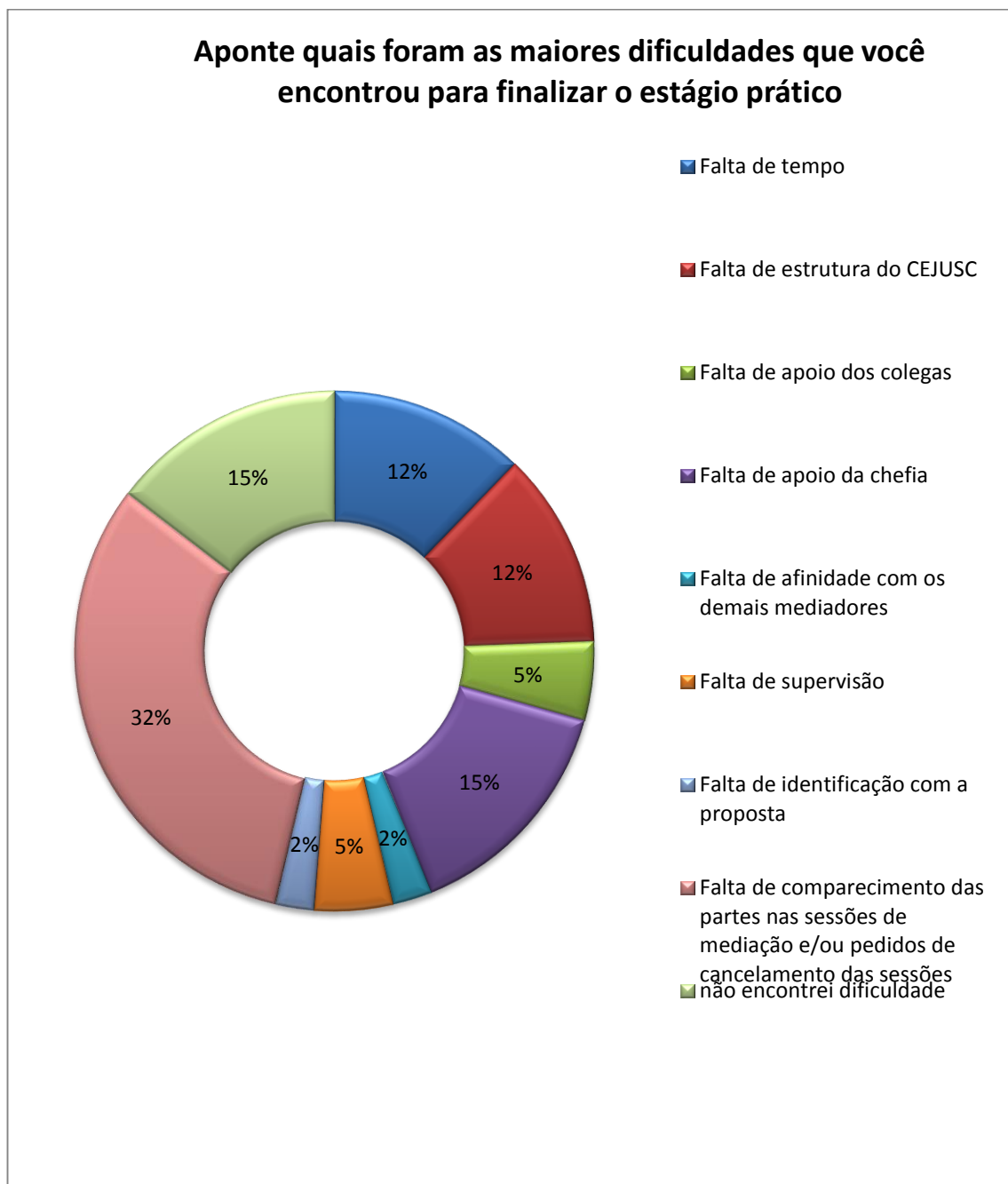
¹⁵⁹ Gráfico no anexo.

¹⁶⁰ Gráfico no anexo.

¹⁶¹ Gráfico no anexo.

questionamentos sobre as dificuldades apontadas por aqueles que terminaram o estágio:

Gráfico 9 – Dificuldades apontadas para finalização do estágio prático



Fonte: Dados da pesquisa.

A maior dificuldade enfrentada, tanto pelos que concluíram o estágio prático, como por aqueles que o iniciaram, mas não participaram do número mínimo de

sessões para serem certificados como mediadores judiciais ¹⁶² é a falta de comparecimento das partes nas sessões de mediação e/ou os pedidos de cancelamento das mesmas (32% para os que concluíram e 30% no caso dos que não concluíram).¹⁶³

Este dado leva a reflexão sobre a necessidade de que os conhecimentos a respeito do que efetivamente venha a ser a mediação sejam difundidos entre os litigantes e operadores do direito.

Quanto a este aspecto, merecem ser transcritos os seguintes comentários dos entrevistados, pois refletem a percepção daqueles que estão aplicando a mediação no seu cotidiano:

*“A mediação ainda é bem desconhecida perante advogados, partes e servidores. Assim, não tem apoio devido por parte dessas pessoas”*¹⁶⁴

“Acho que há pouca divulgação perante a comunidade jurídica, o que dificulta o processo”.¹⁶⁵

O ensino do direito incentiva o uso ritualístico de um “repertório de palavras, gestos, fórmulas e discursos, de tempos e locais consagrados, destinados justamente a acolher o conflito” (RESTA, 2014, p. 7) e que, como aponta Spengler (2010, p. 209), difere diametralmente do processo mediativo. Embora mais flexível que o tradicional processo judicial, a mediação é também organizada e estruturada sob uma lógica própria, essencialmente oral. O princípio da oralidade, conforme Spengler (2014), está associado ao da informalidade, em razão de que as pessoas,

¹⁶² Gráfico no anexo.

¹⁶³ Interessante contrapor a este dado o resultado da pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas SP, Relatório ICJBRASIL, referente ao 2º trimestre de 2013 e 1º trimestre de 2014: ANO 05: Na tentativa de avaliar a percepção da população quanto à busca por soluções alternativas de resolução de conflitos, perguntou-se a todos os entrevistados se, caso enfrentassem algum tipo de conflito que necessitasse ser resolvido na Justiça, eles aceitariam tentar um acordo reconhecido pelo Judiciário, mas decidido por outra pessoa que não um juiz. No período analisado, a maioria dos entrevistados respondeu positivamente, visto que 40% dos entrevistados afirmaram que aceitariam com certeza procurar meios alternativos de solução de conflitos, enquanto 30% afirmaram que possivelmente o fariam. Ou seja, 70% dos entrevistados mostraram-se favoráveis aos meios alternativos de resolução de conflitos. Entre os entrevistados que se mostraram mais dispostos a realizar acordos extrajudiciais, aparecem em maior quantidade os respondentes mais jovens, os que já utilizaram o Judiciário, com maior renda, maior grau de escolaridade. Gráfico reproduzido no anexo. Pesquisa disponível na íntegra em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12024/Relat%c3%b3rio%20ICJBrasil%20-%20ano%205.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

¹⁶⁴ Vide resultados da pesquisa na íntegra no anexo.

¹⁶⁵ Vide resultados da pesquisa na íntegra no anexo.

na mediação, podem discutir de forma direta¹⁶⁶ os problemas que os vinculam nos seus mais diversos aspectos, na busca de identificar não só as causas do seu agir como também as possíveis formas de manejar os seus conflitos.

Inúmeras vezes pessoas que possuem convivência cotidiana (ou interesses ligados a relações continuadas – tais como: vizinhança, família, emprego, etc.) entram em discordância por um motivo qualquer. Este é o caso das relações continuadas, nas quais a *questão* que seria debatida na corte tradicional é uma, porém, o verdadeiro conflito pode ser outro (SPENGLER, 2014, p. 101).

A oralidade torna possível, para Spengler (2014, p. 55), a reaproximação dos envolvidos na discórdia em razão de que o escopo da mediação é justamente o “tratamento das pendências através do debate e do consenso, tendo como objetivo final a restauração das relações entre os envolvidos”.

Assim, a introdução da concepção do que seja efetivamente mediação precisa ser, de forma urgente, difundida nas escolas de direito para que os bacharéis que manejam os conflitos seja sob a perspectiva do advogado (interlocutor dos litigantes), do juiz ou do promotor, a compreendam de forma integral. Segundo Almeida (2014, p. 84), o ensino jurídico no Brasil privilegia as formas heterocompositivas e arbitrárias, tanto que

o estudante de Direito aprende, ao longo do curso, a litigar em juízo. Seu treinamento é voltado para a guerra jurisdicional e para a percepção do conflito como sendo, necessariamente uma disputa que resultará em “ganhadores” e “perdedores”.

A releitura do conflito, sob um paradigma não adversarial, focado no sujeito, constitui o cerne de uma mudança que demanda investimentos de ordem temporal e cultural, para que ela seja verdadeiramente assimilada por todos os atores do processo judicial.

A questão relacionada especificamente à resistência dos advogados surgiu em várias falas dos respondentes nos seguintes termos:

¹⁶⁶ Almeida (2014, p. 82) explica a importância do discurso dos participantes na mediação: “agir, pensar e sentir caracterizam diferentes naturezas do discurso que são apresentadas ao outro, com maior ou menor objetividade e civilidade. Essas três possibilidades discursivas norteiam a construção de narrativas e podem dar a impressão de uma conversa em diferentes idiomas, quando uma ou outra natureza predomina na fala de cada um dos mediandos. As dissonâncias de natureza, tanto quanto de objetividade e de civilidade, precisam ser objeto de intervenção por parte do mediador, com vistas a não se constituírem em impasse para a fluidez do diálogo”.

“Observo que alguns advogados apresentam resistência em relação a mediação e mesmo sem conhecê-la, emitem uma opinião desfavorável, mas felizmente, essa parcela é minoria ao que percebo e acredito que com o tempo e com o desenrolar dos acontecimentos essa opinião vai mudar”¹⁶⁷

“Os advogados apresentam certa resistência por total desconhecimento do instituto a mediação e sentem-se ameaçados por perda de mercado”¹⁶⁸ (SIC)

O advogado exerce um papel de vital importância na sessão de mediação na medida em que ele, segundo Orlando (2014, p. 76), pode assumir uma postura comportamental que potencializa a chance de êxito no restabelecimento dos canais dialogais entre os litigantes. A autora mencionada explica:

Advogar em mediação com efetividade presume o desenvolvimento contínuo da habilidade de assessorar adequadamente seu cliente para estar em uma negociação de cunho colaborativo, que nada se aproxima daquela dinâmica tradicional, baseada na barganha. Um sólido conhecimento de como funciona o processo de mediação pode fazer toda a diferença, pois permite ao advogado aproveitar todo o potencial que essa modalidade de resolução de conflitos oferece. (ORLANDO, 2014, p. 78).

Ainda, quanto aos obstáculos que os servidores mediadores vêm encontrando para realizar as sessões de mediação, chama a atenção o fato de que 15% dos respondentes que já concluíram o estágio disseram que o maior fator de dificuldade foi a falta de apoio da chefia. Este índice cai para 9% com relação aos respondentes que ainda não concluíram o estágio, o que poderia ser compreendido como um leve recuo na resistência interna à mediação¹⁶⁹.

Este dado, relativo ao apoio da chefia deve ser combinado com a análise dos dados relativos ao tempo e suscita muitos questionamentos, ligados, em um primeiro momento, a valorização e a priorização da mediação, dentro do próprio Poder Judiciário¹⁷⁰. Um número expressivo dos servidores respondentes declarou estar, atualmente, lotado nos gabinetes dos magistrados (38%) enquanto que um percentual ainda maior disse ter tomado conhecimento da mediação através de

¹⁶⁷ Vide anexo – resultado integral da pesquisa.

¹⁶⁸ Vide anexo – resultado integral da pesquisa.

¹⁶⁹ A falta de servidores é um dado estatístico muito presente no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul. No Censo do Poder Judiciário 2013 apenas 24,5% dos juízes do TJRS declararam estar satisfeitos com o número de servidores da unidade judiciária em que trabalham. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/30323:censo-divulga-opinioes-e-perfil-de-magistrados-e-servidores-em-relatorios-por-tribunal>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

¹⁷⁰ Poderia também se pensar sobre o papel do trabalho na vida das pessoas. Sobre a matéria vide Konrath (2014). Disponível na íntegra em: <<http://www.essenelmondo.com/pt/editora.php>>. Acesso em: 20 out. 2014.

juízes e desembargadores (41%). Com relação à frequência ao curso de formação em mediação cível, 60% dos respondentes disse ter se sentido totalmente apoiado pela sua chefia. Como explicar que quando da sua decisão para realizar o curso o servidor mediador obtém apoio necessário e, posteriormente é obstaculizada a sua participação nas sessões de mediação? Talvez algumas das muitas respostas possíveis a este questionamento tenham sido dadas pelos próprios respondentes:

*“Parece-me importante comunicar que, originalmente, dedicava uma tarde por semana à mediação e à conciliação; em razão do número excessivo de processos em tramitação na Comarca (e, em especial, nas Varas Cíveis), tornou-se impossível, contudo despende esse tempo em prejuízo do andamento normal dos serviços do gabinete. Abandonei a prática regular das mediações e conciliações passado nove meses da conclusão do curso, quando o acúmulo de processos conclusos passou a se fazer visível. Atualmente, só presto auxílio esporádico à CEJUSC (durante mutirões de conciliação geralmente)”.*¹⁷¹

Dois entrevistados disseram que sequer tentariam fazer o estágio em razão do tempo¹⁷². Transcreve-se o sentimento dos servidores que não têm condições de participar com mais intensidade das atividades inerentes à mediação em razão da falta de tempo:

“Atraso e acúmulo de serviço, pois não há compensação com as horas disponibilizadas para mediação, não havendo qualquer substituto no período destinado para as sessões”.

“Participar da mediação exige muito tempo, o qual dedicava integralmente ao meu trabalho no gabinete e isso me divide. Também a atuação sem responsabilidade dos colegas é frustrante”.

A falta de tempo também ganha destaque para os respondentes que estão em fase de certificação, sendo que 30%¹⁷³ entendem ser este o maior obstáculo para se dedicar às sessões de mediação. Chama a atenção o fato de que a maior parte dos servidores mediadores está lotada no primeiro grau de jurisdição no qual, segundo o Relatório Justiça em Números, 2014, concentra-se a maior carga de trabalho

¹⁷¹ Vide resultado completo da pesquisa no anexo.

¹⁷² Este dado justifica que em recente pesquisa feita pelo Conselho Nacional de Justiça (Censo do Poder Judiciário 2013) envolvendo os servidores do Poder Judiciário de todo o país foi destacado o fato de que apenas 34,3% dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul acreditam que o volume de trabalho permite que as tarefas sejam concluídas na jornada regular de trabalho. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/30323:censo-divulga-opinioes-e-perfil-de-magistrados-e-servidores-em-relatorios-por-tribunal>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

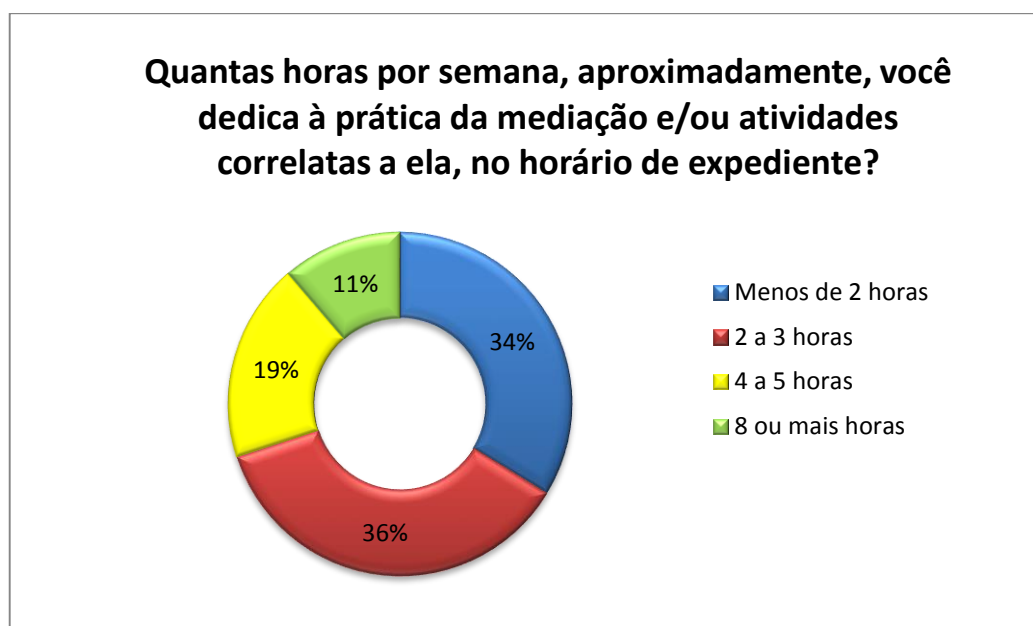
¹⁷³ Gráfico no anexo.

(CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2014, p. 54) o que, em tese, agrava a questão relativa à disponibilidade de tempo para dedicação à mediação.

É certo que a concentração nas atividades de rotina garante a alta produtividade dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul foi destacada pelo CNJ no relatório justiça em números de 2013 (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2013, p. 93), mas é inegável, inviabiliza que estes mesmos servidores, altamente qualificados, se dediquem a outras atividades, por mais gratificantes que elas sejam como apontou a pesquisa ora analisada.

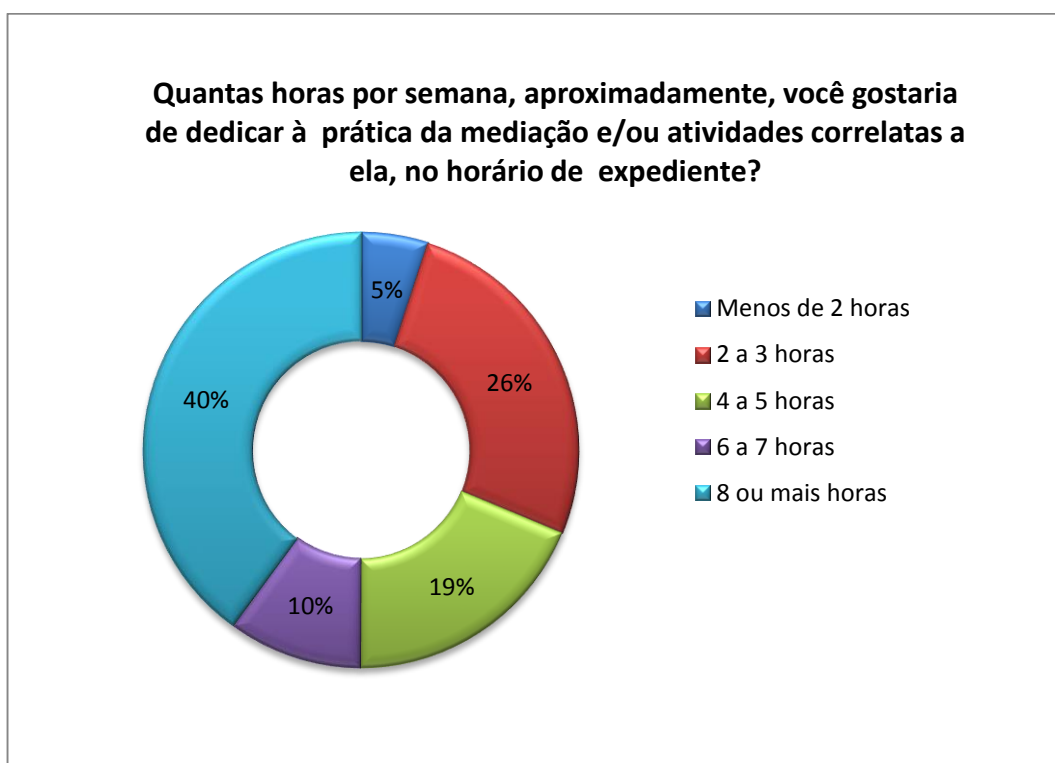
Estabelecer um comparativo entre o número de horas que os servidores mediadores se dedicam à mediação e o quanto eles gostariam de dispensar às práticas mediativas e correlatas fornece uma ideia mais precisa do quanto à questão temporal tem importância na dinâmica atual da implantação da mediação no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Os gráficos a seguir reproduzidos ilustram este aspecto:

Gráfico 10 – Horas semanais dedicadas à mediação



Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 11 – Horas semanais que gostariam que fossem dedicadas



Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da análise dos gráficos acima se percebe que 34% dos respondentes dedicam menos de duas horas por semana, enquanto que 36% dispensam de duas a três horas à prática da mediação. O desejo de 40% dos respondentes, como se vê no gráfico acima, é de se dedicar com muito mais intensidade à prática da mediação. Neste aspecto, destaca-se a fala de um dos entrevistados:

“Talvez a dedicação exclusiva de mediadores seja uma solução mais eficaz para que mais mediadores possam habilitar-se. A falta de tempo para a mediação impede a participação de várias pessoas dispostas a cooperar”.

E mais, os servidores mediadores, quando desempenham suas atividades de rotina, dentro dos seus cargos e setores de origem agem sob a lógica do tempo da prestação jurisdicional formal, o que faz com que se preocupem e sejam cobrados sob a ótica do resultado. Na concepção tradicional de prestação jurisdicional, o tempo tem um sentido próprio, como explica Santos (2011b, p. 41),

o método de decisão baseado num sistema adversarial depende de se preservar a memória dos fatos. Quanto maior o intervalo de tempo entre o fato e a aplicação do direito pelos tribunais, menor é a confiança na justiça da decisão.

Ou seja, os dados obtidos na pesquisa revelam ainda prevalecer a crença de que a eficácia da prestação jurisdicional está vinculada aos alicerces do processo formal e da sentença, restando à mediação o espaço idealizado, ainda não concretizado.

Apesar dos obstáculos mencionados, a oportunidade de fazer a formação ou atuar como mediador aumentou a motivação de 44% dos servidores respondentes a permanecer integrando o quadro dos servidores do Poder Judiciário¹⁷⁴. Quanto a este aspecto, as falas que seguem transcritas traduzem o sentimento de pertencimento despertado pela mediação nos servidores respondentes:

“Aumentou a minha motivação em permanecer no quadro do poder judiciário porque vi uma oportunidade concreta de me realizar profissionalmente, fazendo um trabalho gratificante, no qual se vê os resultados, mais rapidamente, e as pessoas ficam satisfeitas com a nossa atuação”

“Só tenho a agradecer pela oportunidade desta tarefa. Aliás, ela me faz acreditar num futuro melhor e na bondade do ser humano, que se preocupa com o seu semelhante a ponto de buscar iniciativas novas para melhorar a vida de todos! Registro aqui minha eterna gratidão e sigo pedindo ao Criador que nos mantenha ligados nesta “corrente do bem”.

Observa-se ainda, pela pesquisa, que a maioria dos servidores aplica às aprendizagens obtidas no contato com a mediação também fora do seu ambiente de trabalho (28% sim/sempre e 41% muito/com muita frequência)¹⁷⁵ embora apenas 18% dos respondentes se dediquem a atividades relacionadas à mediação fora do contexto do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul. Cinco respondentes são docentes, um se dedica à mediação privada e três servidores fazem mediação voluntária fora do judiciário.¹⁷⁶

As técnicas empregadas na mediação, que estimulam, difundem e educam os cidadãos sobre as formas de melhor resolver os seus conflitos, especialmente por meio do diálogo, afetam o servidor mediador, especialmente nas suas atividades diárias, no âmbito profissional, tanto que o **contato com a teoria** relativa ao tema mediação qualificou as atividades de rotina para 75% dos servidores¹⁷⁷. Houve

¹⁷⁴ Gráfico no anexo.

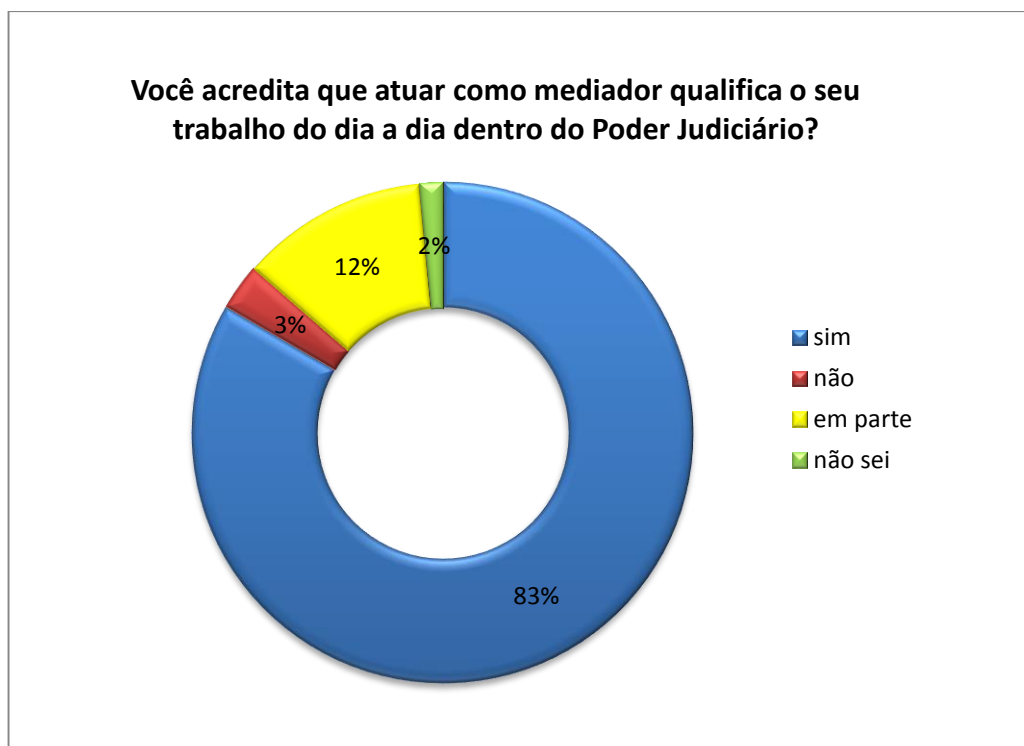
¹⁷⁵ Gráfico no anexo.

¹⁷⁶ Gráfico no anexo.

¹⁷⁷ Gráfico no anexo.

melhora no desempenho das atividades de rotina para 64% dos servidores.¹⁷⁸ A efetiva atuação como mediador teve este mesmo efeito para 83% dos respondentes como se percebe no gráfico que segue:

Gráfico 12 – Opinião sobre a atuação como mediadores

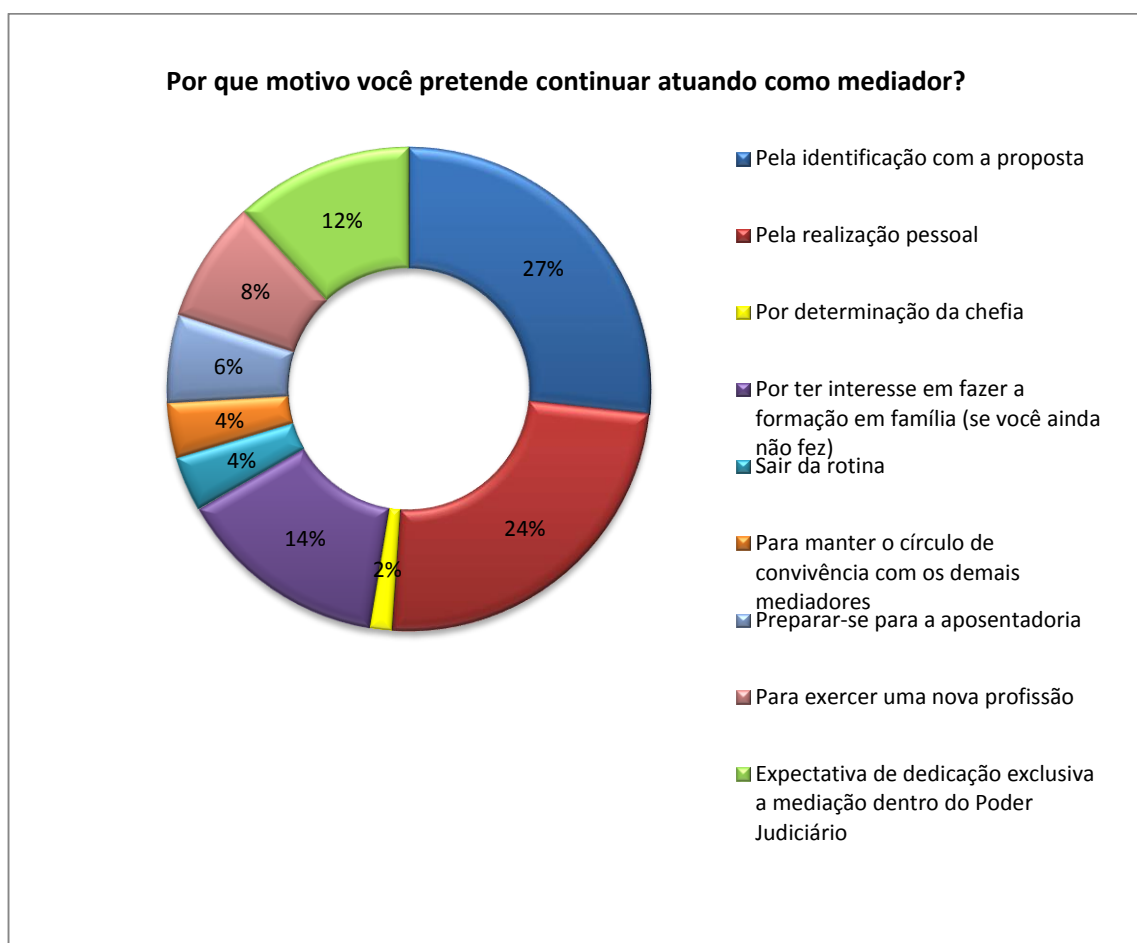


Fonte: Dados da pesquisa.

A grande maioria dos servidores continua ou pretende continuar atuando como mediador, mesmo depois de certificado (68%). Foram questionados quais os motivos que levam os servidores a abdicar de atividades rotineiras (em tese, burocráticas), mesmo que de forma parcial, para participar da construção de vias dialogais e auxiliar os jurisdicionados a resolver os seus conflitos e obtiveram-se as respostas que constam no gráfico que segue:

¹⁷⁸ Gráfico no anexo.

Gráfico 13 – Motivos para continuar atuando como mediador



Fonte: Dados da pesquisa.

Outro aspecto interessante consiste no fato de que apesar de os respondentes serem altamente qualificados, a mediação despertou em 91% deles habilidades que desconheciam ter¹⁷⁹. Dentro deste contexto, 27,5% disseram que a mediação revelou a capacidade de “auxiliar os envolvidos no conflito a efetivamente resolverem os problemas que deram origem ao(s) processo(s)”, 22,2% entenderem que passaram a “ouvir ativamente o outro” e 20,1% disse se sentir partícipe na “construção/efetivação da justiça”, conforme gráfico que segue:

¹⁷⁹ Gráfico no anexo.

Gráfico 14 – Habilidades despertadas pela mediação



Fonte: Dados da pesquisa.

Houve ainda dois respondentes que disseram que a mediação fez com que descobrissem a possibilidade de colocar limites no outro através da comunicação não agressiva e também que perderam o receio de falar em público depois de atuarem como mediadores.

Foram obtidas, com a pesquisa, críticas à mediação. Um respondente afirmou não acreditar no método enquanto que outro não se identificou com a proposta. No mesmo sentido, um respondente disse entender que a autocomposição não se encaixa no Poder Judiciário. Todas estas críticas estão sintetizadas nas falas que seguem:

“Na minha opinião a conciliação é mais satisfativa do que a mediação. A mediação pode perdurar por vários encontros, enquanto a conciliação se resolve, na maioria das vezes, em um encontro. A forma com que é realizada a mediação (resolução de causa

subjacente que não a processual) não “baixa pilhas” de processos e, às vezes, não soluciona a questão processual. Penso que a mediação é voltada para o psicólogo e não solução de conflitos em si.”

“Todas as minhas respostas estão embasadas em uma questão: eu não vi eficácia para mediação fora dos casos clássicos envolvendo família, sentimentos, crianças, vizinhos. Eu sou assessor em vara cível e, enquanto os advogados adotarem atitude conflituosa, a mediação vai tomar muito tempo com pouca efetividade. Eu não tenho tempo pra uma sessão de duas horas com as partes instruídas pelos advogados a não conciliarem. Outra, eu não concordei de forma alguma com as aulas e com um ponto crucial da intenção da mediação. Em todo o momento me foi dito que a intenção NÃO é conciliar e sim fazer as partes conversarem! Isso não me serve, não vai trazer fim ao processo, eu quero finalizar o feito. É contraproducente.” (SIC) ¹⁸⁰

As críticas acima mencionadas estão relacionadas a aspectos temporais e materiais relativos à possibilidade de participação nas sessões de mediação e também com a concepção, da mediação, enquanto mudança de paradigma ¹⁸¹. Feitosa e Ary (2009, p. 1812) alertam que “sempre existirão litígios que deverão ser submetidos à estrutura tradicional, tendo em vista que é totalmente inviável desestruturar toda a máquina judiciária na sua essência para substituí-la por outra diversa”.

Ocorre que processo adversarial transforma o conflito em questões essencialmente jurídicas enquanto que a mediação, na concepção de Almeida (2014) é o “instrumento que auxilia os sujeitos a negociarem suas diferenças, pautados no discernimento e na virtude aristotélica – deliberar com excelência a respeito do que é bom e conveniente para si e para o outro” (ALMEIDA, 2014, p. 133).

Complementa:

¹⁸⁰ Vide resultado completo da pesquisa no anexo.

¹⁸¹ No 8º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Florianópolis - SC, o ministro Ricardo Lewandowski anunciou, entre sete metas para o Poder Judiciário no ano de 2015, uma específica para a conciliação e mediação – em linhas gerais, aumentar o número de casos solucionados através dos métodos autocompositivos. Em termos específicos, para a Justiça estadual, estabeleceu-se a diretriz de “impulsionar os trabalhos dos CEJUSCs e garantir aos estados que já o possuem que, conforme previsto na Resolução 125/2010, homologuem acordos pré-processuais e conciliações em número superior à média das sentenças homologatórias nas unidades jurisdicionais correlatas. Aos que não o possuem, a meta é a implantação de número maior do que os já existentes” o que demonstra os esforços para que a mudança de paradigma efetivamente venha a ocorrer. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-jan-04/retrospectiva-2014-conciliacao-mediacao-boas-perspectivas#author>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

Quando em mediação nos referimos à boa-fé, estamos assentados na crença aristotélica de que é possível aos seres humanos prescindirem de leis externas para pautarem suas condutas de forma a considerar o outro como legítimo em suas necessidades, que devem ser atendidas, tanto quanto as próprias, na justa medida. (ALMEIDA, 2014, p. 133).

Esta mudança de paradigma, em que se abandona a ideia de ganhador x perdedor, conforme abordado no segundo capítulo de presente trabalho, vem acontecendo, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, mesmo que de forma tímida, de dentro para fora.

Ou seja, a medida de ofertar aos servidores do Poder Judiciário a possibilidade de atuar como servidores mediadores tem se mostrado vantajosa no tocante à inclusão da maioria desses servidores, que muitas vezes se restringia a um serviço burocrático, fazendo com que os mesmos sintam-se em certa medida mais atuantes junto à estrutura judiciária.

Além disso, as técnicas empregadas na mediação têm estimulado estes servidores a buscar formas de melhor resolver os conflitos internos (que ocorrem no âmbito profissional) e externos, trazidos pelo jurisdicionado. Quanto facultado que os entrevistados justificassem suas respostas surgiram falas como as que se transcreve a seguir:

“Com certeza a mediação melhorou meu desempenho nas atividades profissionais rotineiras porque proporciona uma visão das situações e das outras pessoas mais serena, mais humana, com a intenção de sempre solucionar os possíveis conflitos que venham a aparecer, embora meu perfil pessoal sempre tenha sido de tentar solucionar possíveis conflitos, me sinto mais qualificada para desempenhar esse papel, agora, após o curso, tenho técnicas concretas, que julgo serem mais eficientes, na construção da paz do que a mera intuição. Aliando-se a personalidade, intuição e principalmente os conhecimentos adquiridos no curso, considero solucionar com mais eficiência possíveis situações de conflito que venham a ocorrer”.

Apesar de todas as potencialidades positivas da mediação, sob a ótica dos servidores mediadores, a questão que merece mais atenção e reflexão diz respeito ao tempo. Pelo que se vislumbra, a única alternativa que viabilizaria a consolidação da mediação de forma definitiva dentro do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul seria oportunizar que os servidores dediquem-se exclusivamente às práticas autocompositivas, sob pena de o investimento que vem sendo feito com relação à formação destes servidores não se justifique. Ou ainda, que no futuro colham-se os dissabores de verem frustrados os ideais de justiça por não poder

empregar os conhecimentos adquiridos na formação em mediação neste novo judiciário, que precisa emergir apto a atender às demandas do mundo moderno. Nas palavras de Santos e Meneses (2010), é urgente que ocorra uma “revolução democrática da justiça” e que o elemento humano, dentro deste contexto, seja valorizado.

Por fim, deve-se ter em mente que a mediação não pode ser concebida como a solução de todos os problemas que o Poder Judiciário enfrenta especialmente no que diz respeito ao excesso de demandas. Também não é a única alternativa viável dentro da estrutura judicial existente, mas, conforme analisado no presente trabalho, agrega a satisfação pessoal dos servidores com a do jurisdicionado e melhora, significativamente, a imagem que a comunidade jurídica tem do Poder Judiciário¹⁸². Ocorre que, para ser potencializada a sua contribuição na metabolização de alguns tipos de conflito, impõem-se investimentos de toda ordem, culturais, econômicos, estruturais, pessoais, sob pena de todo o investimento até então realizado não dar os frutos necessários à concretização do instituto.

¹⁸² Vide gráficos no anexo específicos sobre melhora da imagem do Poder Judiciário

5 CONCLUSÃO

Ao longo de todo o texto foram feitas indagações às quais se retoma neste momento. A primeira delas, ao final do primeiro capítulo está relacionada à possibilidade de a prestação jurisdicional ir além do modelo de contrato social idealizado por Hobbes. Ou seja, há que se perquirir se existe espaço, dentro do conceito tradicional de prestação jurisdicional, originalmente reduzido a um monólogo, circunscrito no mais das vezes à aplicação da lei no caso concreto, para outras formas de manejo de conflitos que ultrapassem as limitações impostas pelo Leviatã.

Para poder obter-se a resposta a esta pergunta, há que se analisar o conflito sob uma perspectiva sociológica e jurídica. Verifica-se como ele impõe sua presença, integra a natureza humana e assim não pode ser visto como anormal ou patológico. Também não pode ser analisado isoladamente, separado do contexto em que nasce. Estas considerações justificam a relevância do estudo da forma como é metabolizado o conflito nas sociedades, pois serve como modelador de avanços e retrocessos sociais.

Dentro desta perspectiva, ao se visitar as obras clássicas de Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau e John Locke é possível perceber que existe um consenso entre estes três autores, no que diz respeito à irreversibilidade da necessidade de o ser humano abandonar a vida no estado natural (ou estado de natureza) e passar a viver em sociedade. As divergências estão relacionadas à concepção do que seja o estado de natureza e o comportamento humano dentro deste contexto.

Para Hobbes, as diferenças entre os homens são muito sutis, irrelevantes. Dentro desse cenário de igualdade, não são percebidas diferenças formais e materiais entre os seres humanos e, a partir da disputa, instaura-se o caos e/ou a guerra. No estado de guerra interessa unicamente a preservação da própria vida. Assim, o homem estaria autorizado a praticar qualquer ato para preservá-la, o que o leva a barbárie e desorganização constante. O contrato social surge como um pacto, firmado entre os indivíduos, cujo propósito é preservar a vida transferindo para um terceiro (homem ou assembleia) o poder de reger os conflitos. Este terceiro está legitimado ao exercício de toda e qualquer prática para manter a paz e, via de consequência, preservar a vida dos homens.

Locke entende que as diferenças entre os homens não são, nem sutis, nem

irrelevantes. Pelo contrário, essas disparidades são importantes, sendo fundamental preservá-las (Locke admitia, por exemplo, a propriedade de forma desigual). Estas variedades estão relacionadas à ideia de mérito, seja através do trabalho ou por graça divina. O contrato social, para Locke, está associado à forma de administrar e manter as diferenças inerentes aos seres humanos, o que torna a administração do conflito mais complexa.

Uma terceira concepção do contrato social é a construída a partir das ideias de Rousseau, para quem os homens eram originalmente livres, viviam harmoniosamente daquilo que a natureza lhes fornecia. A convenção organizadora do Estado representada pelo contrato social legitima a vontade da maioria, e não a de uma única pessoa ou assembleia. Além da preservação da vida, Rousseau entende que o Estado deve preservar a liberdade e a igualdade.

Ainda no primeiro capítulo, as reflexões com relação ao inevitável abandono do estado de natureza foram enriquecidas com as ideias de Dahrendorf (1992) para quem o contrato social não é estático e sim dinâmico, escrito e reescrito de forma contínua. A preocupação relativa à legitimidade do Estado torna-se, com isso, uma constante. Torna-se importante, dentro deste contexto, a concepção de 'estado agonal' trazida por Julien Freund no qual a vida se submete ao direito. Nessa linha de raciocínio, a reflexão sobre a atribuição constitucionalmente conferida ao Poder Judiciário que o legitima a exercer o monopólio da jurisdição, visto unicamente sob o enfoque de poder/dever de administração dos conflitos inerentes à vida em sociedade ganha contornos que a aproximam do modelo hobbesiano de sociedade.

As semelhanças ficam mais evidentes no processo formal clássico, em que os envolvidos no conflito são representados por seus interlocutores (advogados) que levam a contenda a um terceiro. Este terceiro (juiz) detém conhecimentos para, em tese, prolatar uma decisão autônoma e vinculante, cujo objetivo é atender às expectativas jurídicas e, por fim, à lide processual. A decisão que for tomada será aceita, sendo que eventuais inconformidades, mesmo que possam dar ensejo a recursos, ganham limitações temporais. Ou seja, conclui-se que no modelo tradicional de prestação jurisdicional não existe, ainda, espaço para qualquer outra forma de manejo de conflitos que ultrapasse os limites impostos pelo modelo de contrato social idealizado por Hobbes.

Com base nos dados obtidos nos relatórios Justiça em Números dos anos de 2013 e 2014 do Conselho Nacional de Justiça, verificou-se o *deficit* operacional do

sistema de prestação jurisdicional tradicional. Investigadas, de forma sucinta, algumas das causas de aumento da demanda experimentadas nas últimas décadas, para autores como Boaventura de Sousa Santos e Antonie Garapon, o fenômeno do demandismo pode estar associado ao mito de que a justiça daria conta de todo e qualquer tipo de conflito. Esta percepção equivocada que fez com que se aumentasse a expectativa com o teor das decisões judiciais. Espera-se que o Poder Judiciário resolva todos os conflitos, inclusive aqueles relacionados ao papel que deveria ser desempenhado pelos demais poderes da República, especialmente o Executivo. Dentro deste contexto foram incluídas reflexões sobre a necessidade de racionalização da distribuição da justiça, a desobstrução dos tribunais e o problema referente à demanda reprimida, despontando a necessidade de se pensar para além do modelo tradicional de prestação jurisdicional.

A Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça, de 29 de novembro de 2010 foi editada no momento em que a insustentabilidade do sistema restava evidente. Através dela o Poder Judiciário evoca sua obrigação de estabelecer políticas públicas de metabolização adequada dos problemas jurídicos e dos conflitos de interesses, mostrando-se ao mesmo tempo sensível a crescente escalada, na sociedade, do número de demandas e ao mesmo tempo preocupado com relação à necessidade de se tornar mais inclusivo. E mais, estabelece como meta organizar, no âmbito nacional, além dos serviços prestados nos processos judiciais, também as inúmeras tentativas e projetos que dispunham sobre os mecanismos de manejo de conflitos que vinham sendo indistintamente utilizados país a fora, inclusive a mediação, foco do presente trabalho. Percebe-se que, na ótica do CNJ, a confiança no Poder Judiciário é um valor a ser resgatado e há necessidade de um maior comprometimento de todos os operadores do direito com as reais finalidades da jurisdição dentro de uma ideia que o perfil ético precisa ser relacionado à instituição com um todo e não fica apenas na esfera individual dos seus membros. O grande desafio é saber se as propostas da Resolução nº 125 são viáveis, dentro do contexto atual, de duvidosa eficiência operacional e limitado acesso ao sistema de Justiça. E este contexto motivou as reflexões feitas no terceiro capítulo do presente trabalho, especificamente com relação à implantação da mediação dentro do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Com base em autores como João Pedro Schmidt e Marta M. Assumpção Rodrigues foram abordadas as questões relativas ao conceito, princípios e fases das

políticas públicas o que levou a conclusão de que a mediação, nos termos da proposta da Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça, é uma política pública que se encontra no estágio de implementação. Ou seja, neste momento há que se verificar se estão sendo destinados subsídios suficientes para que ela seja instituída de maneira eficaz. Existe um conjunto mínimo de recursos, indispensáveis para prática da mediação e que não se resumem a bens materiais. Há necessidade, principalmente, de recursos humanos qualificados, com formação específica, para que a atuação dos mediadores não leve o instituto a perder a sua essência.

Ainda, a partir do que foi analisado no segundo capítulo, é possível concluir que a mediação não é um instituto novo. Nas linhas gerais traçadas sobre a história e a experiência do uso da mediação, verificou-se que praticamente o mundo todo já partilhou os saberes adquiridos a partir dela para gerir seus conflitos, tanto no Ocidente como no Oriente. As principais distinções entre a mediação e a conciliação foram analisadas com base nos ensinamentos de Fabiana Marion Spengler e Luiz Alberto Warat. Ao conceituar a mediação foram descritos os princípios, regras e procedimentos a serem observados pelos mediadores o que leva à conclusão de que ela precisa ser vista sob uma perspectiva de que o protagonismo não está nem no conflito, nem nos advogados e muito menos nos magistrados. Está nos mediandos, que devem ser conduzidos pelos mediadores por caminhos que os levem a retomar o diálogo e por isso a mediação pode ser tida como uma mudança de paradigma. Ao colocar as pessoas no centro, como foco principal, no início, meio e final do processo, ela possibilita que não existam necessariamente vencedores e perdedores mas que ambos possam ganhar com o conflito.

Ao analisar a concepção transformadora da mediação cujos expoentes são Robert A. Baruch Bush e Joseph P. Folger, verificou-se que a proposta destes autores é a de que a promessa da mediação é o de aplicar seu potencial transformativo para mudar não só a vida dos conflitantes, mas também a sociedade como um todo, na medida em que se vale da informalidade e consensualidade, estabelecendo como meta instruir os envolvidos no conflito para que eles possam resolver as suas disputas a partir da importância que as divergências ocupam nas suas vidas. Ou seja, estes autores trazem à baila o imenso caráter pedagógico da mediação. A partir do momento em que ela passa a ser compreendida na sua integralidade, deixa de ser confundida tanto com os demais métodos de manejo dos conflitos, sejam eles adversariais ou não adversariais.

Para que se alcance esse objetivo é fundamental que os mediadores tenham em mente e consigam transmitir aos mediandos, na sessão de mediação, que são eles, mediandos, que exercem o papel principal e que detêm o poder de construir alternativas de como lidar com os conflitos em suas vidas.

Também foi exposta no trabalho a preocupação com o marco legal da mediação, tanto que relacionados os projetos de lei que tramitam no Brasil, relativos à possibilidade de regularização do instituto, posto ser essencial que sejam estabelecidos padrões mínimos para o exercício da mesma, tendo-se em mente que seus objetivos são distintos de todas as demais formas de lidar com o conflito, disseminadas no âmago do Poder Judiciário brasileiro.

Ao aprofundar o estudo sobre os princípios da confidencialidade, da competência, da imparcialidade, da independência e autonomia, do respeito a ordem pública e do empoderamento, justifica-se o motivo pelo qual as regras de atuação dos mediadores mereceram destaque. Especialmente as regras da informação, da autonomia da vontade, da ausência de obrigação de resultado, da desvinculação da profissão de origem e da compreensão quanto ao instituto da mediação.

Todo este arcabouço doutrinário foi necessário para responder ao questionamento feito ao final do segundo capítulo ao qual se retoma. Assim, após ter sido abordada detalhadamente a mediação, pergunta-se se há espaço, dentro da estrutura do Poder Judiciário atual, para a prestação de uma jurisdição aberta a novas construções dialogais, contando especificamente com a mediação como forma complementar de prestação jurisdicional.

A conclusão que se chega é de que há necessidade de reconhecimento de diferentes formas de manejo dos conflitos, pois o sistema estatal encontra-se agonizante. Porém, as iniciativas formais, por si só, não serão suficientes. É preciso que sejam feitos investimentos, especialmente de natureza humana, ou seja, que sejam formados profissionais aptos a ver o conflito sob uma nova perspectiva e dispostos a aperfeiçoarem-se nesta área, para que possam efetivamente exercitar a mediação na sua concepção mais original, capaz de promover a transformação social.

Com isso passa-se ao terceiro capítulo, no qual se ingressa no último dos objetivos do presente trabalho. Verificar os movimentos feitos especificamente pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na inauguração de um novo espaço de metabolização de conflitos, aqui denominado de "espaço mediativo".

Como visto antes, originalmente, no modelo tradicional de prestação jurisdicional, este espaço não existe. Ele precisa ser criado e moldado, efetivamente institucionalizado, para fins de implantação da mediação, na forma proposta pela Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça. E mais, por se tratar de algo extremamente novo dentro do Poder Judiciário, não há modelos a serem seguidos. Existe o padrão previsto na Resolução mencionada, mas não há como se valer da experiência pretérita. Por isso, depois de implementada, a mediação precisa de investimentos constantes, de aperfeiçoamento, de tentativas, de coragem para que errando e acertando seja encontrada a melhor forma de ela se estabelecer dentro do Poder Judiciário. Não se trata de proposta que permita "fazer mais do mesmo". Pelo contrário, trata-se de uma mudança de paradigma, de uma nova forma de metabolizar o conflito a partir de papéis ocupados não por juízes, desembargadores ou advogados, mas sim por mediadores e mediandos.

Os resultados obtidos a partir da pesquisa feita entre os dias 1º e 15 de dezembro de 2014 permitem concluir que muito já foi feito, mas há ainda mais a fazer.

Permitir que os servidores tivessem acesso ao aperfeiçoamento profissional não é exatamente uma novidade. Muitos cursos de aperfeiçoamento vêm sendo ofertados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. A novidade consiste em permitir que os servidores assumam o papel de mediadores.

Existem servidores altamente qualificados (maciça maioria com graduação, pós-graduação e doutorado) têm o desejo de assumir novas funções e realmente participar da construção de um novo judiciário. Um Poder Judiciário acessível e informal, desburocratizado. Note-se que muitos dos respondentes são pessoas com mais de trinta anos, concursados, que realizam suas atividades em gabinetes de juízes e desembargadores. Ou seja, são pessoas que têm pleno conhecimento da estrutura judiciária e assim como os magistrados, angustiam-se com as deficiências do sistema. Conhecem os limites da prestação jurisdicional.

A questão relativa ao tempo surgiu com principal obstáculo no desempenho do papel de mediador porque, pela sistemática atual, a grande maioria dos servidores mediadores não abandona suas funções de rotina, suas atribuições em seus setores de origem. Ao contrário, assumem novos papéis. No caso dos servidores de primeiro grau, no qual está lotada grande parte dos mediadores respondentes, não há nenhum tipo de incentivo, seja financeiro ou na carreira, para tomarem para si novas

responsabilidades. Ainda assim, o fazem e se dizem extremamente satisfeitos com isso.

A falta de informações generalizada sobre o que vem a ser mediação é outro problema a ser enfrentado. As resistências daqueles que lidam com o direito, especialmente dos advogados, surgiu nas falas espontâneas dos respondentes, o que demonstra ser este um obstáculo presente no cotidiano daqueles que se dedicam a esta política pública.

Enfim, espera-se, com presente trabalho ter contribuído para o estudo e a discussão da necessidade de institucionalização efetiva da mediação, com investimentos no seu aprimoramento, cujos maiores obstáculos não são meramente técnicos e sim de ordem cultural. Difundir a proposta de metabolização dos conflitos, a partir de uma perspectiva centralizada no ser humano, implica que os conflitos sejam vistos com novos olhos e que os servidores mediadores tenham a possibilidade de dedicar-se a esta nova atividade, sem que as preocupações decorrentes dos seus cargos de origem tomem seu tempo e energia. Do contrário, há uma dupla vulnerabilidade, do mediador que sente a influência do que é exigido dele em termos de produtividade e da mediação em si, na medida em que ela corre o risco de se desvirtualizar. Afinal, o servidor mediador não pode ser visto como um mero técnico da comunicação, disposto a realizar uma atividade secundária, pois, com o tempo, corre-se o risco, como já mencionado, de se fazer “mais do mesmo”, porém, de forma empírica. A gestão da justiça precisa ser vista sob uma ótica global, voltada para a eficiência. A atividade de mediador demanda conhecimentos muito específicos, para que a mediação produza seus melhores efeitos. Aprofundar conhecimentos, renovar e trocar experiência, sensibilizar os magistrados e servidores sobre a importância da mediação, não apenas em razão dos bons resultados para o jurisdicionado, como também para o público interno mostra-se crucial neste momento.

O Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul dispõe de servidores mediadores altamente qualificados, treinados, dispostos a contribuir de forma eficaz para a metabolização dos conflitos e plenamente cientes da realidade complexa que os cerca, da estrutura judicial em que estão inseridos, das consequências da explosão de litigiosidade, das animosidades e desconfianças que acompanham os jurisdicionados. Porém, estes mesmos servidores não têm tido a oportunidade de dedicarem-se à mediação no tempo e medida suficientes, o que, ao fim e ao cabo,

demonstra que não há uma valorização interna desta nova função. Por isso há necessidade de se refletir a cerca da produção de políticas de treinamento, motivação e aprimoramento dos mediadores, bem como à perspectiva de novas carreiras relacionadas à gestão dos conflitos de forma não adversarial.

Conclui-se por fim, que não se pode conceber a mediação como a solução de todos os problemas sociais e jurídicos e muito menos como a única alternativa viável dentro da estrutura judicial existente. Isto seria criar uma expectativa demasiada sobre um instituto. Sabe-se que para ela poder potencializar a sua contribuição na metabolização de alguns tipos de conflito, há que se mudar toda uma cultura, há que se ter mais estrutura, há que se contar com um quadro fixo de servidores mediadores, sob pena de todo o investimento até então realizado não dar os frutos necessários à concretização do instituto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tânia. *Caixa de ferramentas em mediação: aportes práticos e teóricos*. São Paulo: Dash, 2014.

ALVIM, Arruda. *Tratado de direito processual civil*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

AZEVEDO, André Gomma de. *Estudos em arbitragem, mediação e negociação*. Brasília: Brasília Jurídica, 2004.

BOBBIO, Norberto. *Da estrutura à função: novos estudos de teoria do direito*. Barueri: Manole, 2007.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 13. ed. Brasília: UnB, 2010.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. *Em Tese*, v. 2, jan. 2005.

BOUDON, Raymond. *Tratado de sociologia*. Rio De Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BRAGA NETO, A.; SALES, L. M. M. *Aspectos atuais sobre a mediação e outros métodos extra e judiciais de resolução de conflitos*. Rio de Janeiro: GZ Ed, 2012.

BRASIL. *Lei n.º 11.364, de 26 de outubro de 2006*. Dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11364.htm>. Acesso em: 2014.

_____. *Projeto de Lei nº 7.169, de 2014* (da Câmara dos Deputados). Dispõe sobre a mediação entre particulares como o meio alternativo de solução de controvérsias e sobre a composição de conflitos no âmbito da Administração Pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=ABB125CA00D0CD86E094CA0ABABF786A.proposicoesWeb2?codteor=1230584&filenam e=PL+7169/2014>. Acesso em: 2014.

BUSCH, Robert A. Baruch; FOLGER, Joseph P. *The promise of mediation: responding to conflict through empowerment and recognition*. San Francisco: Jossey-Bass, 1994.

CALMON, Petronio. *Fundamentos da mediação e da conciliação*. 2. ed. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

CARDOSO, Ana Lúcia Pereira. Mediação: uma pequena cartografia do conflito. In: PELUSO, Antonio Cezar; NAZARETH, Eliana Riberti (Coords.). *Psicanálise, direito e sociedade: encontros possíveis*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

CASTRO, Celso. *Textos básicos de sociologia*. Rio De Janeiro: Zahar, 2014.

CEARÁ. Tribunal de Justiça. *Provimento nº 1, de 24 de junho de 2013*. Dispõe sobre a autorização e a implementação, no âmbito das serventias extrajudiciais do Estado do Ceará, dos procedimentos de mediação e conciliação. Disponível em: <<http://www7.tjce.jus.br/corregedoria/wp-content/uploads/2013/06/prov-121.pdf>>. Acesso em: 2014.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (BRASIL). *100 maiores litigantes - 2011*. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/pesquisa_100_maiores_litigantes.pdf>. Acesso em: 2014.

_____. *100 maiores litigantes - 2012*. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/100_maiores_litigantes.pdf>. Acesso em: 2014.

_____. *Censo do Poder Judiciário: VIDE: Vetores iniciais e dados estatísticos*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/images/dpj/CensoJudiciario.final.pdf>>. Acesso em: 2014.

_____. *Emenda nº 1, de 31 de janeiro de 2013*. Altera os arts. 1º, 2º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 12º, 13º, 15º, 16º, 18º e os Anexos I, II, III e IV da Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010. Disponível em: <http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/28620/2013_emenda0001_res0125_2010_cnj.pdf?sequence=2>. Acesso em: 2014.

_____. *Estratégia Nacional: planejamento estratégico nacional do poder judiciário – 2015/2020*. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/gestao-planejamento-poder-judiciario/Anexo_Resolucao_198_Estrategia_Judiciario_2020.pdf>. Acesso em: 2014.

_____. *Justiça em números 2013: ano-base 2012*. Conselho Nacional de Justiça. Brasília: CNJ, 2013.

_____. *Justiça em números: relatório interativo 2014*. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/relatorio_interativo/>. Acesso em: 2 jun. 2012.

_____. *Recomendação nº 50, de 8 de maio de 2014*. Recomenda aos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunais Regionais Federais realização de estudos e de ações tendentes a dar continuidade ao Movimento Permanente pela Conciliação. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/recomendacao/recomendacao_50_08052014_09052014145015.pdf>. Acesso em: 2014.

_____. *Resolução nº 70, de 18 de março de 2009*. Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

Disponível em:

<http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_70_18032009_22072014152617.pdf>. Acesso em: 2014.

_____. *Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010*. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de conflitos de interesse no âmbito do Poder Judiciário Nacional e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/323-resolucoes/12243-resolucoes-no-125-de-29-de-novembro-de-2010>>. Acesso em: 24 out. 2013.

_____. *Resolução nº 198, de 16 de junho de 2014*. Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/resolucoespresidencia/28969-resolucao-n-198-de-1-de-julho-de-2014>>. Acesso em: 2014.

DAHRENDORF, Ralf. *O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ENTELMAN, Remo F. *Teoría de conflictos: hacia un nuevo paradigma*. Barcelona: Gedisa, 2002.

FACCHINI NETO, Eugênio. A outra justiça: ensaio de direitos comparado sobre os meios alternativos de resolução de conflitos. *Revista Ajuris*, v. 36, set. 2009.

FÉLIX, Loiva Otero. *Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, mais de um século de história*. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas, 2012.

FEITOSA, Gustavo Raposo Pereira. Crise no modelo de justiça: paradigma procedimental da construção normativa e o novo papel dos operadores do direito. *Revista Urutagua: revista acadêmica multidisciplinar*, Maringá, n. 5, 2008. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/005ru.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

FEITOSA, Gustavo Raposo Pereira; ARY, Bruna Malveira. Virtualização do processo, acesso à justiça e miséria: limites do modelo de justiça informal. CONPEDI, Fortaleza, 2009. *Anais...* Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/anais/36/07_1361.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2014.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Relatório ICJ Brasil: 2º trimestre de 2013 – 1º trimestre 2014*. São Paulo: FGV, 2014.

FREUND, Julien. *Sociología del conflicto*. Madrid: Ministerio de Defensa, 1995.

GABBAY, Daniela Monteiro. *Mediação & judiciário no Brasil e nos EUA: condições, desafios e limites para a institucionalização da mediação no judiciário*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

GARAPON, Antoine. *O guardador de promessas: justiça e democracia*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 13, n. 2, ago. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 12 jan. 2015.

GORCZEWSKI, Clóvis. *A decisão judiciária e o (dê)respeito aos direitos culturais*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Os fundamentos da justiça conciliativa*. 2007. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/portal/images/programas/movimento-pela-conciliacao/arquivos/cnj_%20portal_artigo_%20ada_mediacao_%20e_%20conciliacao_fundamentos1.pdf. Acesso em: 2014.

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; LAGRASTA NETO, Caetano. *Mediação e gerenciamento de processos: revolução na prestação jurisdicional*. São Paulo: Atlas, 2013.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio De Janeiro: DP&A, 2011.

HOBBS, Thomas. *Leviathan*. London: Penguin Classics, 1985.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio De Janeiro: Zahar, 1997.

KONRATH, Angela Maria. *O trabalho como condição humana: o trabalho intensificado e as garantias do direito ao trabalho*. Santa Cruz do Sul: Essere nel mondo, 2014.

LEAL, Rogério Gesta. *Estado, administração pública e sociedade: novos paradigmas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

_____. *Teoria do estado: cidadania e poder político na modernidade*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

LORENZ, Konrad. *A agressão: uma história natural do mal*. Lisboa: Relógio D'Água, 2001.

MARTÍN, Nuria Belloso. A mediação: a melhor resposta ao conflito? In: SPENGLER, Fabiana Marion; LUCAS, Douglas Cesar. *Justiça restaurativa e mediação: políticas públicas no tratamento dos conflitos sociais*. Ijuí: Unijuí, 2011. v. 1, p. 317-357.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOORE, Christopher W. *The mediation process: practical strategies for resolving conflict*. 4. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2014.

_____. *O processo de mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MORAIS, José Luis Bolzan de. *Do direito social aos interesses transindividuais: o estado e o direito na ordem contemporânea*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

MORAIS, José Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. *Mediação e Arbitragem*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

MULLER, Jean-Marie. *O princípio da não-violência: uma trajetória filosófica*. São Paulo: Palas Athena, 2009.

NAZARETH, Eliana Riberti. *Mediação: o conflito e a solução*. São Paulo: Arte Pau Brasil, 2009.

ORLANDO, Fabíola. Relevantes contribuições do advogado para a mediação. In: JÚNIOR, Aldemar Miranda Motta, et al. *Manual de mediação de conflitos para advogados*. Brasília: Ministério da Justiça, 2014. Cap. 4.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Prefácio. In: SPENGLER, Fabiana Marion. *Retalhos da mediação*. Santa Cruz do Sul: Essere nel mondo, 2014.

RÊGO, João. *Poder, Estado e sociedade em Hobbes e Freud: reflexões sobre Leviatã e o Mal-estar na civilização*. 1995. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/valerio/freudhobbesregio.html>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

RESTA, Eligio. *Tempo e processo*. Santa Cruz do Sul: Essere nel mondo, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. *Ato nº 003, de 10 de março de 2011*. Regulamenta o funcionamento do Núcleo de Conciliação do 2º Grau. Disponível em: <www.tjrs.jus.br>. Acesso em: 2014.

_____. *Ato Regimental nº 03, de 25 de junho de 2001*. Dispõe sobre o Regulamento das Promoções dos cargos de carreira do Quadro de Pessoal Efetivo dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça e da nova redação ao Ato Regimental nº 02/99. Disponível em: <www.tjrs.jus.br>. Acesso em: 2014.

_____. *Ato Regimental nº 05, de 10 de novembro de 2014*. Altera dispositivos do anexo do Ato Regimental nº 03/2001, de 25 de junho de 2001, que dispõe sobre o regulamento das promoções dos cargos de carreira do Quadro de Pessoal Efetivo dos serviços auxiliares do Tribunal de Justiça. Disponível em: <www.tjrs.jus.br>. Acesso em: 2014.

_____. *A Estratégia do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <www.tjrs.jus.br>. Acesso em: 2014.

_____. *Ofício-Circular nº 110-CGJ, de 01 de outubro de 2013*. Curso de Políticas Públicas em Métodos Autocompositivos de Solução de Conflitos. Consulta magistrados acerca de interesse na realização do curso. Disponível em: <www.tjrs.jus.br>. Acesso em: 2014.

_____. *Ofício-Circular nº 135-CGJ, de 28 de novembro de 2013*. Impedimento de atuação dos mediadores, conciliadores e juízes leigos como peritos. Disponível em: <www.tjrs.jus.br>. Acesso em: 2014.

_____. *Ordem de Serviço nº 002, de 10 de março de 2011*. Disciplina o funcionamento da Coordenadoria de supervisão do Núcleo de Conciliação do 2º Grau. Disponível em: <www.tjrs.jus.br>. Acesso em: 2014.

_____. *Provimento nº 35-CGJ, de 22 de novembro de 1993*. Institui equipe de mediação em processos de inventários nas Varas de Família e Sucessões de Porto Alegre. Disponível em: <www.tjrs.jus.br>. Acesso em: 2014.

_____. *Resolução nº 01, de 28 de fevereiro de 2011*. Institui o Núcleo de conciliação no âmbito do Segundo Grau. Disponível em: <www.tjrs.jus.br>. Acesso em: 2014.

_____. *Resolução nº 04, de 11 de abril de 2012*. Institui o núcleo permanente de métodos consensuais de solução de conflitos e as coordenadorias de conciliação e mediação de 1º e 2º graus. Órgão Especial. Disponível em: <www.tjrs.jus.br>. Acesso em: 2014.

_____. *Resolução nº 05, de 11 de abril de 2012*. Dispõe sobre os conciliadores e mediadores no âmbito das centrais de conciliação e mediação do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul. Órgão Especial. Disponível em: <www.tjrs.jus.br>. Acesso em: 2014.

_____. *Resolução nº 780, de 20 de agosto de 2009*. Cria a Central Judicial de Conciliação e a Central de Mediação no âmbito do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, estabelecendo procedimentos e rotinas. Órgão Especial. Disponível em: <www.tjrs.jus.br> Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. *Resolução nº 869, de 04 de abril de 2011*. Dispõe sobre a criação do núcleo permanente de métodos consensuais de solução de conflitos no âmbito do 1º grau. Órgão Especial. Disponível em: <www.tjrs.jus.br> Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. *Resolução nº 870, de 05 de abril de 2011.* Dispõe sobre os conciliadores e mediadores no âmbito dos Centros de Conciliação e Mediação – RS, em primeiro Grau. Órgão Especial. Disponível em: <www.tjrs.jus.br> Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. *Resolução nº 871, de 05 de abril de 2011.* Cria a Central de Conciliação e a Central de Mediação na Comarca de Passo Fundo, estabelecendo procedimentos e rotinas. Órgão Especial. Disponível em: <www.tjrs.jus.br> Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. *Resolução nº 872, de 05 de abril de 2011.* Cria a Central de Conciliação e a Central de Mediação na Comarca de Pelotas, estabelecendo procedimentos e rotinas. Órgão Especial. Disponível em: <www.tjrs.jus.br> Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. *Resolução nº 873, de 05 de abril de 2011.* Cria a Central de Conciliação e a Central de Mediação na Comarca de Caxias do Sul, estabelecendo procedimentos e rotinas. Órgão Especial. Disponível em: <www.tjrs.jus.br> Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. *Resolução nº 874, de 05 de abril de 2011.* Cria a Central de Conciliação e a Central de Mediação na Comarca de Santa Maria, estabelecendo procedimentos e rotinas. Órgão Especial. Disponível em: <www.tjrs.jus.br> Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. *Resolução nº 932, de 05 de dezembro de 2012.* Cria a Central de Conciliação e a Central de Mediação na Comarca de Canoas, estabelecendo procedimentos e rotinas. Órgão Especial. Disponível em: <www.tjrs.jus.br> Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. *Resolução nº 941, de 15 de março de 2013.* Dispõe sobre a atuação de servidores capacitados em técnicas de mediação e composição de conflitos nas centrais de conciliação e mediação de 1º e 2º graus. Órgão Especial. Disponível em: <www.tjrs.jus.br> Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. *Resolução nº 946, de 02 de abril de 2013.* Cria a Central Regional de Conciliação e Mediação na Comarca de Santa Cruz do Sul, estabelecendo procedimentos e rotinas. Órgão Especial. Disponível em: <www.tjrs.jus.br> Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. *Resolução nº 955, de 19 de julho de 2013.* Cria a central judicial de mediação familiar do Foro Regional do Partenon, estabelecendo procedimentos e rotinas. Órgão Especial. Disponível em: <www.tjrs.jus.br> Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. *Resolução nº 975, de 14 de novembro de 2013.* Cria o centro judiciário de solução de conflitos e cidadania – CEJUSC na Comarca de São Leopoldo, estabelecendo procedimentos e rotinas. Órgão Especial. Disponível em: <www.tjrs.jus.br> Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. *Resolução nº 976, de 14 de novembro de 2013.* Cria o centro judiciário de solução de conflitos e cidadania – CEJUSC na Comarca de Sapiranga, estabelecendo procedimentos e rotinas. Órgão Especial. Disponível em: <www.tjrs.jus.br> Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. *Resolução nº 997, de 05 de março de 2014*. Cria o centro judiciário de solução de conflitos e cidadania – CEJUSC na Comarca de Santa Rosa, estabelecendo procedimentos e rotinas. Órgão Especial. Disponível em: <www.tjrs.jus.br> Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. *Resolução nº 998, de 05 de março de 2014*. Cria o centro judiciário de solução de conflitos e cidadania – CEJUSC na Comarca de Santa Rosa, estabelecendo procedimentos e rotinas. Órgão Especial. Disponível em: <www.tjrs.jus.br> Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. *Resolução nº 1014, de 19 de maio de 2014*. Cria o centro judiciário de solução de conflitos e cidadania – CEJUSC na Comarca de Rio Grande, estabelecendo procedimentos e rotinas. Órgão Especial. Disponível em: <www.tjrs.jus.br> Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. *Resolução nº 1015, de 19 de maio de 2014*. Cria o centro judiciário de solução de conflitos e cidadania – CEJUSC na Comarca de Frederico Westphalen, estabelecendo procedimentos e rotinas. Órgão Especial. Disponível em: <www.tjrs.jus.br> Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. *Resolução nº 1026, de 18 de agosto de 2014*. Disciplina os centros judiciários de solução de conflitos e cidadania (CEJUSC) no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Órgão Especial. Disponível em: <www.tjrs.jus.br> Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. *Resolução nº 1044, de 19 de novembro de 2014*. Cria o centro judiciário de solução de conflitos e cidadania – CEJUSC na Comarca de Santo Ângelo, estabelecendo procedimentos e rotinas. Órgão Especial. Disponível em: <www.tjrs.jus.br> Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. *Resolução nº 1045, de 19 de novembro de 2014*. Cria o centro judiciário de solução de conflitos e cidadania – CEJUSC na Comarca de Uruguaiana, estabelecendo procedimentos e rotinas. Órgão Especial. Disponível em: <www.tjrs.jus.br> Acesso em: 10 dez. 2014.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. *Políticas públicas*. São Paulo: Publifolha, 2013.

ROSENBERG, Marshall B. *Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. São Paulo: Agora, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*. São Paulo: Cultrix, 1995.

SALES, Lília Maia de Moraes. *Mediares: um guia prático para mediadores*. 3. ed. Rio De Janeiro: GZ, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Para uma revolução democrática da justiça*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 9. ed. Coimbra: Almedina, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHMIDT, João Pedro. *Exclusão, inclusão e capital social: o capital social nas ações de inclusão*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SCHNITMAN, Dora Fried; LITTLEJOHN, Stephen. *Novos paradigmas em mediação*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SPENGLER, Fabiana Marion. *Da jurisdição à mediação: por uma outra cultura no tratamento dos conflitos*. Ijuí: Unijuí, 2010.

_____. *Fundamentos políticos da mediação comunitária*. Ijuí: Unijuí, 2012.

_____. *Retalhos de mediação*. Santa Cruz Do Sul: Essere nel mondo, 2014.

SPENGLER, Fabiana Marion; LUCAS, Douglas Cesar. *Justiça restaurativa e mediação: políticas públicas no tratamento dos conflitos sociais*. Ijuí: Unijuí, 2011.

STECK, Lenio Luiz; MORAIS, José Luis Bolzan de. *Ciência política e teoria geral do estado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

TARUFFO, Michele. Cultura e processo. *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*, v. 63, n. 1, mar. 2009.

VEZZULLA, Juan Carlos. *A mediação de conflitos com adolescentes autores de ato infracional*. Florianópolis: Habitus, 2014a.

_____. Prefácio. In: ALMEIDA, Tania. *Caixa de ferramentas em mediação: aportes práticos e teóricos*. São Paulo: Dash, 2014b.

WARAT, Luis Alberto. *Surfando na pororoca: ofício do mediador*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 4. ed. Brasília: UnB, 2000.

_____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, 1999.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito*. São Paulo: Alfa Omega, 2001.

ZIMERMAN, David; COLTRO, Antônio Carlos Mathias. *Aspectos psicológicos da prática jurídica*. Campinas: Millennium, 2002.

ANEXO A – Resultados

Frequências

Estatísticas		
1. Qual a sua idade?		
N	Válido	86
	Ausente	2
Média		42,13
Mediana		44,50
Modo		45 ^a
Desvio Padrão		9,673
Mínimo		23
Máximo		64

a. Ha vários modos. O menor valor é mostrado

1. Qual a sua idade?					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	23	1	1,1	1,2	1,2
	25	1	1,1	1,2	2,3
	26	2	2,3	2,3	4,7
	27	2	2,3	2,3	7,0
	28	3	3,4	3,5	10,5
	29	4	4,5	4,7	15,1
	30	1	1,1	1,2	16,3
	31	2	2,3	2,3	18,6
	32	1	1,1	1,2	19,8
	33	4	4,5	4,7	24,4
	34	4	4,5	4,7	29,1
	35	2	2,3	2,3	31,4
	36	3	3,4	3,5	34,9
	37	1	1,1	1,2	36,0
	38	1	1,1	1,2	37,2
	40	1	1,1	1,2	38,4
	41	4	4,5	4,7	43,0
	42	1	1,1	1,2	44,2
	43	2	2,3	2,3	46,5
	44	3	3,4	3,5	50,0
	45	6	6,8	7,0	57,0
	46	6	6,8	7,0	64,0
	47	3	3,4	3,5	67,4
	48	3	3,4	3,5	70,9
	49	1	1,1	1,2	72,1
	50	4	4,5	4,7	76,7
	51	5	5,7	5,8	82,6
	52	6	6,8	7,0	89,5
	53	1	1,1	1,2	90,7
	55	2	2,3	2,3	93,0
	56	1	1,1	1,2	94,2
	57	2	2,3	2,3	96,5
	58	2	2,3	2,3	98,8
	64	1	1,1	1,2	100,0

	Total	86	97,7	100,0
Ausente	Sistema	2	2,3	
Total		88	100,0	

1. Qual a sua idade? (Faixas)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	23 a 29 anos	13	14,8	15,1	15,1
	30 a 39 anos	19	21,6	22,1	37,2
	40 a 49 anos	30	34,1	34,9	72,1
	50 a 64 anos	24	27,3	27,9	100,0
	Total	86	97,7	100,0	
Ausente	Sistema	2	2,3		
Total		88	100,0		

2. Sexo:

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Feminino	63	71,6	71,6	71,6
	Masculino	25	28,4	28,4	100,0
	Total	88	100,0	100,0	

3. Qual seu grau de escolaridade?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Ensino Médio (2º grau)	4	4,5	4,5	4,5
	Graduação	40	45,5	45,5	50,0
	Pós-graduação	31	35,2	35,2	85,2
	Mestrado	12	13,6	13,6	98,9
	Doutorado	1	1,1	1,1	100,0
	Total	88	100,0	100,0	

3. Qual seu grau de escolaridade? [Outros]

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		87	98,9	98,9	98,9
	Graduação incompleta	1	1,1	1,1	100,0
	Total	88	100,0	100,0	

4. Você é concursado?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	59	67,0	68,6	68,6
	Não	27	30,7	31,4	100,0
	Total	86	97,7	100,0	
Ausente	Não respondeu	2	2,3		
Total		88	100,0		

Estatísticas

5. Há quanto tempo (anos) você é servidor do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul?

N	Válido	86
	Ausente	2
	Média	13,19
	Mediana	12,00
	Modo	12 ^a
	Desvio Padrão	8,759
	Mínimo	0
	Máximo	32

a. Ha vários modos. O menor valor é mostrado

5. Há quanto tempo (anos) você é servidor do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	1	1,1	1,2	1,2
	1	4	4,5	4,7	5,8
	2	6	6,8	7,0	12,8
	3	4	4,5	4,7	17,4
	4	2	2,3	2,3	19,8
	5	5	5,7	5,8	25,6
	6	6	6,8	7,0	32,6
	7	2	2,3	2,3	34,9
	8	2	2,3	2,3	37,2
	11	4	4,5	4,7	41,9
	12	8	9,1	9,3	51,2
	14	8	9,1	9,3	60,5
	15	2	2,3	2,3	62,8
	16	1	1,1	1,2	64,0
	17	6	6,8	7,0	70,9
	18	4	4,5	4,7	75,6
	20	2	2,3	2,3	77,9
	22	2	2,3	2,3	80,2
	23	4	4,5	4,7	84,9
	24	2	2,3	2,3	87,2
	25	1	1,1	1,2	88,4
	26	1	1,1	1,2	89,5
	27	2	2,3	2,3	91,9
	28	3	3,4	3,5	95,3
	30	3	3,4	3,5	98,8
	32	1	1,1	1,2	100,0
	Total	86	97,7	100,0	
Ausente	Sistema	2	2,3		

Total	88	100,0
-------	----	-------

5. Há quanto tempo (anos) você é servidor do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul? (Faixas)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Menos de 5 anos	17	19,3	19,8	19,8
	5 a 9 anos	15	17,0	17,4	37,2
	10 a 14 anos	20	22,7	23,3	60,5
	15 a 19 anos	13	14,8	15,1	75,6
	20 a 32 anos	21	23,9	24,4	100,0
	Total	86	97,7	100,0	
Ausente	Sistema	2	2,3		
Total		88	100,0		

6. Qual o seu cargo atual no Poder Judiciário?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Oficial Escrevente	39	44,3	45,3	45,3
	Assessor de juiz/desembargador	23	26,1	26,7	72,1
	Outro	13	14,8	15,1	87,2
	Auxiliar de Serviços Gerais	4	4,5	4,7	91,9
	Assistente Social	3	3,4	3,5	95,3
	Psicólogo	2	2,3	2,3	97,7
	Oficial ajudante	1	1,1	1,2	98,8
	Escrivão	1	1,1	1,2	100,0
	Total	86	97,7	100,0	
Ausente	Sistema	2	2,3		
Total		88	100,0		

6. Qual o seu cargo atual no Poder Judiciário? [Outros]

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		77	87,5	87,5	87,5
	Assessor Jurídico do Departamento de Informática	1	1,1	1,1	88,6
	Assessora Jurídica Departamento de Informática	1	1,1	1,1	89,8
	Consultor de Qualidade	1	1,1	1,1	90,9
	Estenotipista	1	1,1	1,1	92,0
	Execução de Projetos	1	1,1	1,1	93,2
	Oficial de Transportes	1	1,1	1,1	94,3
	Oficial Superior	1	1,1	1,1	95,5
	Oficial Superior Judiciário	1	1,1	1,1	96,6
	Psiquiatra Judiciário	1	1,1	1,1	97,7
	Supervisor, Instrutor e Mediador	1	1,1	1,1	98,9
	Técnico-judiciário	1	1,1	1,1	100,0
	Total	88	100,0	100,0	

7. Em qual grau de jurisdição você atua?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1º Grau	65	73,9	77,4	77,4
	2º Grau	19	21,6	22,6	100,0
	Total	84	95,5	100,0	
Ausente	Sistema	4	4,5		
Total		88	100,0		

7.1. Se for no 1º Grau, em qual entrância?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Inicial	2	2,3	3,2	3,2
	Intermediária	42	47,7	66,7	69,8
	Final	19	21,6	30,2	100,0
	Total	63	71,6	100,0	
Ausente	Sistema	25	28,4		
Total		88	100,0		

8. Qual a sua lotação no Poder Judiciário?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Gabinete de juiz de direito	33	37,5	37,9	37,9
	Outro	21	23,9	24,1	62,1
	Cartório	17	19,3	19,5	81,6
	CEJUSC	8	9,1	9,2	90,8
	Gabinete de desembargador	6	6,8	6,9	97,7
	Secretaria de Câmara	2	2,3	2,3	100,0
	Total	87	98,9	100,0	
Ausente	Sistema	1	1,1		
Total		88	100,0		

8. Qual a sua lotação no Poder Judiciário? [Outros]

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		67	76,1	76,1	76,1
	Direção do Foro	3	3,4	3,4	79,5
	NUPEMEC	3	3,4	3,4	83,0
	CAPM	2	2,3	2,3	85,2
	Departamento de Informática	2	2,3	2,3	87,5
	Assessoria	1	1,1	1,1	88,6
	Assessoria de Gestão Estratégica e Qualidade	1	1,1	1,1	89,8
	assessoria especial	1	1,1	1,1	90,9
	CAPM	1	1,1	1,1	92,0
	Central de Correspondências	1	1,1	1,1	93,2
	Controle Interno	1	1,1	1,1	94,3

DMP	1	1,1	1,1	95,5
Equipe de Transportes	1	1,1	1,1	96,6
Juizado da Infância e Juventude	1	1,1	1,1	97,7
NUPEMEC	1	1,1	1,1	98,9
Setor de Estenotipia	1	1,1	1,1	100,0
Total	88	100,0	100,0	

9. Como você tomou conhecimento da existência de projetos vinculados à mediação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Juiz(a)/Desembargador	35	39,8	41,7	41,7
	Colegas	22	25,0	26,2	67,9
	NUPEMEC	9	10,2	10,7	78,6
	Informativo <i>online</i>	5	5,7	6,0	84,5
	Outro	5	5,7	6,0	90,5
	CEJUSCS	4	4,5	4,8	95,2
	Internet	4	4,5	4,8	100,0
	Total	84	95,5	100,0	
Ausente	Sistema	4	4,5		
Total		88	100,0		

9. Como você tomou conhecimento da existência de projetos vinculados à mediação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul? [Outros]

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		83	94,3	94,3	94,3
	Assistente Social	1	1,1	1,1	95,5
	Fazia parte de um antigo projeto de mediação familiar	1	1,1	1,1	96,6
	Fui inscrito pela minha chefe e incentivado pela mesma à realização do curso ministrado pelo CNJ que formou a primeira turma de mediadores do TJ	1	1,1	1,1	97,7
	Jornada de Mediação - evento	1	1,1	1,1	98,9
	tive conhecimento da mediação na minha pós-graduação e trouxe a ideia para o magistrado, foi implantado projeto pela faculdade a após tivemos o curso na comarca pelo Tribunal	1	1,1	1,1	100,0
	Total	88	100,0	100,0	

Múltiplas respostas

Resumo de caso

Casos					
Válido			Ausente		Total
N	Porcentagem		N	Porcentagem	
\$P10 ^a	84	95,5%	4	4,5%	88
					100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

\$P10 Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
Qual a sua motivação inicial (antes de fazer o curso de mediação cível)? ^a	Qualificação Profissional/Título	48	28,2%	57,1%
	Somar pontos para fins de promoção na carreira	4	2,4%	4,8%
	Qualificar o atendimento ao jurisdicionado	45	26,5%	53,6%
	Curiosidade	12	7,1%	14,3%
	Expectativa de ganho financeiro	8	4,7%	9,5%
	Sair da rotina	14	8,2%	16,7%
	Busca de nova profissão/cargo	9	5,3%	10,7%
	Atender à sugestão da chefia imediata	18	10,6%	21,4%
	Atender à determinação da chefia	1	0,6%	1,2%
	Preparar-se para a aposentadoria	11	6,5%	13,1%
Total		170	100,0%	202,4%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

10. Qual a sua motivação inicial (antes de fazer o curso de mediação cível)? [Outros]

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	82	93,2	93,2	93,2
Desenvolver a mediação no âmbito judicial	1	1,1	1,1	94,3
Difundir a mediação como forma de atender as pessoas com mais justiça	1	1,1	1,1	95,5
Inovação	1	1,1	1,1	96,6
Outra qualificação	1	1,1	1,1	97,7
Perceber a necessidade de mudança no quadro atual. excesso de processos sem atender a necessidade do jurisdicionado	1	1,1	1,1	98,9
Vivenciar uma experiência mais "humana" com o direito, atuando diretamente com a pessoa do jurisdicionado.	1	1,1	1,1	100,0
Total	88	100,0	100,0	

11. Com relação ao apoio que você teve dos seus colegas de setor na decisão de fazer o curso de formação cível, você afirma que:

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Foi totalmente apoiado	31	35,2	39,7	39,7
	Foi apoiado em parte	26	29,5	33,3	73,1
	Não foi apoiado	17	19,3	21,8	94,9
	Não sei	4	4,5	5,1	100,0
	Total	78	88,6	100,0	
Ausente	Sistema	10	11,4		
Total		88	100,0		

Múltiplas respostas

Resumo de caso

Casos					
Válido			Ausente		Total
N	Porcentagem		N	Porcentagem	N Porcentagem
\$P11.1 ^a	44	50,0%	44	50,0%	88 100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

\$P11.1 Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
Na sua opinião, seus colegas de setor apoiaram em parte ou não apoiaram a sua decisão de fazer o curso de formação cível por que eles: ^a	não sabem o que é mediação	11	12,1%	25,0%
	não têm interesse em conhecer a matéria	8	8,8%	18,2%
	não acreditam na mediação, embora saibam do que se trata	3	3,3%	6,8%
	pensam que fazer o curso é apenas uma justificativa para afastar-se das demais responsabilidades profissionais	10	11,0%	22,7%
	acreditam que ficarão sobrecarregados, pois terão que absorver as minhas tarefas, além da deles	12	13,2%	27,3%
	acreditam que vai comprometer o andamento dos serviços de rotina do unidade onde trabalho	23	25,3%	52,3%
	acreditam que todos estão sobrecarregados e a mediação, por ser voluntária, importa mais responsabilidades sem nenhum reconhecimento ou contrapartida financeira	23	25,3%	52,3%
	Não sei	1	1,1%	2,3%
Total		91	100,0%	206,8%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

11.1 Na sua opinião, seus colegas de setor apoiaram em parte ou não apoiaram sua decisão de fazer o curso de formação cível por que eles: [Outros]

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	87	98,9	98,9	98,9
Fiz o curso a distância, mas o exercício que fiz no horário de trabalho não me senti muito à vontade.	1	1,1	1,1	100,0
Total	88	100,0	100,0	

12. Com relação ao apoio dado pela sua chefia para você na decisão de fazer o curso de formação cível, você acredita que:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido				
foi totalmente apoiado	49	55,7	59,8	59,8
foi apoiado em parte	21	23,9	25,6	85,4
não foi apoiado	9	10,2	11,0	96,3
Não sei	3	3,4	3,7	100,0
Total	82	93,2	100,0	
Ausente				
Sistema	6	6,8		
Total	88	100,0		

Múltiplas respostas

Resumo de caso

Casos					
Válido			Ausente		Total
N	Porcentagem		N	Porcentagem	
\$P12.1 ^a	29	33,0%	59	67,0%	88
					100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

\$P12.1 Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
Ao analisar os motivos pelos quais a sua chefia imediata apoiou em parte ou não apoiou a sua decisão de fazer o curso de formação cível, você entende que ela: ^a	não sabe o que é mediação	3	6,1%	10,3%
	não tem interesse em conhecer a matéria	5	10,2%	17,2%
	não acredita na mediação, embora saiba do que se trata	5	10,2%	17,2%
	acredita que pode haver uma sobrecarga de atividades aos demais servidores do setor durante minha ausência	17	34,7%	58,6%
	teme mudanças	4	8,2%	13,8%
	pensa que estou em busca de uma justificativa para me afastar das minhas responsabilidades	9	18,4%	31,0%
	pensa que a chefia, pessoalmente, precisará absorver as minhas atividades de rotina	2	4,1%	6,9%
	Não sei	4	8,2%	13,8%

Total	49	100,0%	169,0%
-------	----	--------	--------

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

12.1. Ao analisar os motivos pelos quais a sua chefia imediata apoiou em parte ou não apoiou a sua decisão de fazer o curso de formação cível, você entende que ela: [Outros]

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	87	98,9	98,9	98,9
trabalho no crime e estarei fazendo o trabalho de outras varas cíveis	1	1,1	1,1	100,0
Total	88	100,0	100,0	

13. Com relação ao seu grau de satisfação em relação ao curso de mediação cível, você afirma que o curso foi:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido				
ótimo	51	58,0	60,0	60,0
bom	29	33,0	34,1	94,1
regular	4	4,5	4,7	98,8
ruim	1	1,1	1,2	100,0
Total	85	96,6	100,0	
Ausente	Sistema	3	3,4	
Total	88	100,0		

Múltiplas respostas

Resumo de caso

Casos					
Válido			Ausente		Total
N	Porcentagem		N	Porcentagem	N Porcentagem
\$P13.1 ^a	29	33,0%	59	67,0%	88 100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

\$P13.1 Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
Na sua opinião o curso não correspondeu totalmente às suas expectativas em aspectos relacionados a: ^a	carga horária	10	20,8%	34,5%
	abrangência do conteúdo	16	33,3%	55,2%
	instrutores com pouca experiência	4	8,3%	13,8%
	instrutores pouco qualificados	5	10,4%	17,2%
	estrutura física do local do curso	3	6,3%	10,3%
	motivação	10	20,8%	34,5%
Total		48	100,0%	165,5%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

13.1. Na sua opinião o curso não correspondeu totalmente às suas expectativas em aspectos relacionados a: [Outros]

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	83	94,3	94,3	94,3
Acho que ótimo é perfeito. Não posso dar esta nota. Precisamos melhorar sempre.	1	1,1	1,1	95,5
Dificuldade de conciliar trabalho com a prática da mediação	1	1,1	1,1	96,6
fui selecionada para o curso <i>online</i> , sem opção	1	1,1	1,1	97,7
necessário mais prática para resolução de casos concretos	1	1,1	1,1	98,9
por ser a distância	1	1,1	1,1	100,0
Total	88	100,0	100,0	

14. Com relação ao estágio prático de mediação cível:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido				
Não iniciei e não pretendo fazê-lo	3	3,4	3,7	3,7
Não iniciei mas quero fazê-lo	9	10,2	11,0	14,6
Iniciei mas não quero concluí-lo	6	6,8	7,3	22,0
Iniciei e quero concluí-lo	40	45,5	48,8	70,7
Já conclui	24	27,3	29,3	100,0
Total	82	93,2	100,0	
Ausente Sistema	6	6,8		
Total	88	100,0		

Estatísticas

14.1. Em quanto tempo (meses) você concluiu o estágio prático cível?

N	Válido	24
	Ausente	64
Média		10,25
Mediana		10,00
Modo		12
Desvio Padrão		6,911
Mínimo		1
Máximo		24

14.1. Em quanto tempo (meses) você concluiu o estágio prático cível?

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido				
1	2	2,3	8,3	8,3
2	2	2,3	8,3	16,7
3	1	1,1	4,2	20,8
6	4	4,5	16,7	37,5
8	1	1,1	4,2	41,7
9	1	1,1	4,2	45,8
10	2	2,3	8,3	54,2
12	6	6,8	25,0	79,2

	14	1	1,1	4,2	83,3
	18	1	1,1	4,2	87,5
	24	3	3,4	12,5	100,0
	Total	24	27,3	100,0	
Ausente	Sistema	64	72,7		
Total		88	100,0		

14.1. Em quanto tempo (meses) você concluiu o estágio prático cível? (Faixas)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Até 6 meses	9	10,2	37,5	37,5
	7 a 12 meses	10	11,4	41,7	79,2
	13 a 18 meses	2	2,3	8,3	87,5
	19 a 24 meses	3	3,4	12,5	100,0
	Total	24	27,3	100,0	
Ausente	Sistema	64	72,7		
Total		88	100,0		

Múltiplas respostas

Resumo de caso

Resumo de caso								
Casos								
Válido			Ausente		Total			
N	Porcentagem		N	Porcentagem		N	Porcentagem	
\$P14.2 ^a	24	27,3%	64	72,7%	88	100,0%		

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

\$P14.2 Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
O que o motivou a concluir o estágio prático? ^a	obtenção do título	7	13,5%	29,2%
	obtenção da comprovação de prática jurídica	4	7,7%	16,7%
	pela identificação com a proposta	9	17,3%	37,5%
	pela realização pessoal	10	19,2%	41,7%
	para obter promoção (pontos) no plano de carreira	3	5,8%	12,5%
	por ter interesse em fazer a formação em família	6	11,5%	25,0%
	para sair da rotina	1	1,9%	4,2%
	expectativa de dedicação exclusiva à mediação dentro do Poder Judiciário	9	17,3%	37,5%
	para preparar-me para a aposentadoria	3	5,8%	12,5%
Total		52	100,0%	216,7%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

14.2. O que o motivou a concluir o estágio prático?

[Outros]

		Frequência	Porcentagem
Ausente	Sistema	88	100,0

Múltiplas respostas

Resumo de caso

	Casos					
	Válido		Ausente		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
\$P14.3 ^a	24	27,3%	64	72,7%	88	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

\$P14.3 Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
Aponte quais foram as maiores dificuldades que você encontrou para finalizar o estágio prático: ^a	Falta de tempo	5	12,2%	20,8%
	Falta de estrutura do CEJUSC	5	12,2%	20,8%
	Falta de apoio dos colegas	2	4,9%	8,3%
	Falta de apoio da chefia	6	14,6%	25,0%
	Falta de afinidade com os demais mediadores	1	2,4%	4,2%
	Falta de supervisão	2	4,9%	8,3%
	Falta de identificação com a proposta	1	2,4%	4,2%
	Falta de comparecimento das partes nas sessões de mediação e/ou pedidos de cancelamento das sessões	13	31,7%	54,2%
	não encontrei dificuldade	6	14,6%	25,0%
Total		41	100,0%	170,8%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

14.3. Aponte quais foram as maiores dificuldades que você encontrou para finalizar o estágio prático: [Outros]

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	86	97,7	97,7	97,7
Despesas extras com combustíveis e nenhum incentivo econômico pelo TJ	1	1,1	1,1	98,9
Na ocasião éramos a primeira turma de mediadores em capacitação	1	1,1	1,1	100,0
Total	88	100,0	100,0	

14.4. Em que fase do ESTÁGIO você se encontra?

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido Inicial (menos de quatro relatórios)	24	27,3	54,5	54,5
Na metade (cinco relatórios)	8	9,1	18,2	72,7
Final (mais de cinco relatórios)	12	13,6	27,3	100,0
Total	44	50,0	100,0	

Ausente Sistema	44	50,0	
Total	88	100,0	

Múltiplas respostas

Resumo de caso

	Casos					
	Válido		Ausente		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
\$P14.5 ^a	44	50,0%	44	50,0%	88	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

\$P14.5 Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
Quais os maiores obstáculos/dificuldades que você vem encontrando ou encontrou para fazer o estágio prático? ^a	Falta de tempo	27	29,3%	61,4%
	Falta de estrutura do CEJUSC	11	12,0%	25,0%
	Falta de motivação	5	5,4%	11,4%
	Falta de apoio dos colegas	2	2,2%	4,5%
	Falta de apoio da chefia	8	8,7%	18,2%
	Falta de afinidade com os demais mediadores	3	3,3%	6,8%
	Falta de supervisão	2	2,2%	4,5%
	Falta de identificação com a proposta	3	3,3%	6,8%
	Falta de comparecimento das partes nas sessões de mediação e/ou pedidos de cancelamento das sessões	28	30,4%	63,6%
	Não encontrei dificuldade	3	3,3%	6,8%
Total		92	100,0%	209,1%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

14.5. Quais os maiores obstáculos/dificuldades que você vem encontrando ou encontrou para fazer o estágio prático? [Outros]

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido		84	95,5	95,5	95,5
	atraso e acúmulo de serviço, pois não há compensação com as horas disponibilizadas para mediação, não havendo qualquer substituto no período destinado para as sessões	1	1,1	1,1	96,6
	faltam mediadores para compor as equipes	1	1,1	1,1	97,7

nas quartas-feiras foram poucos processos para a mediação	1	1,1	1,1	98,9
O tribunal deveria incentivar efetivamente que seus servidores pudessem mediar, e enquanto estão trabalhando, não como aposentados. Eu adoraria poder estar só mediadora dentro do TJ, e podendo estudar mais sobre o tema, criar projetos... enfim... viver integralmente esse projeto tão importante para a sociedade.	1	1,1	1,1	100,0
Total	88	100,0	100,0	

Múltiplas respostas

Resumo de caso

Casos					
Válido		Ausente		Total	
N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
\$P14.6 ^a	40 45,5%	48 54,5%		88	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

\$P14.6 Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
O que o motiva a concluir o estágio prático? ^a	A obtenção do título	6	6,3%	15,0%
	A obtenção da comprovação de prática jurídica	3	3,1%	7,5%
	A identificação com a proposta	25	26,0%	62,5%
	A realização pessoal	22	22,9%	55,0%
	O interesse em fazer a formação em família	21	21,9%	52,5%
	Para sair da rotina	8	8,3%	20,0%
	Para me preparar para a aposentadoria	3	3,1%	7,5%
	Para obter promoção (pontos) no plano de carreira	2	2,1%	5,0%
	A expectativa de dedicação exclusiva à mediação dentro do Poder Judiciário	6	6,3%	15,0%
Total		96	100,0%	240,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

14.6. O que o motiva a concluir o estágio prático? [Outros]

Frequência		Porcentagem
Ausente	Sistema 88	100,0

Múltiplas respostas

Resumo de caso

	Casos					
	Válido		Ausente		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
\$P14.7 ^a	7	8,0%	81	92,0%	88	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

\$P14.7 Frequências

		N	Respostas	Porcentagem de casos
			Porcentagem	
Por quais os motivos você ainda não deu início ao estágio prático? ^a	Falta de tempo	7	77,8%	100,0%
	Falta de apoio dos colegas	1	11,1%	14,3%
	As partes não comparecem na mediação ou pedem o cancelamento da sessão	1	11,1%	14,3%
Total		9	100,0%	128,6%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Frequências

Estatísticas

14.7. Por quais os motivos você ainda não deu início ao estágio prático?
[Outros]

N	Válido	
	Ausente	0

14.7. Por quais os motivos você ainda não deu início ao estágio prático? [Outros]

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	85	96,6	96,6	96,6
Licença-maternidade	1	1,1	1,1	97,7
Não há centro de resolução de conflitos na comarca em que atuo, o que dificulta a conciliação de horários com o trabalho.	1	1,1	1,1	98,9
Não tenho curso superior	1	1,1	1,1	100,0
Total	88	100,0	100,0	

Múltiplas respostas

Resumo de caso

	Casos					
	Válido		Ausente		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
\$P14.8 ^a	8	9,1%	80	90,9%	88	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

\$P14.8 Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
Por quais motivos você pretende fazer o estágio prático? ^a	A identificação com a proposta	6	46,2%	75,0%
	A realização pessoal	4	30,8%	50,0%
	Para atender expectativa da chefia	1	7,7%	12,5%
	O interesse em fazer a formação em família	1	7,7%	12,5%
	A expectativa de dedicação exclusiva à mediação dentro do Poder Judiciário	1	7,7%	12,5%
Total		13	100,0%	162,5%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Frequências**Estatísticas**

14.8. Por quais motivos você pretende fazer o estágio prático? [Outros]

N	Válido	0
	Ausente	88

14.8. Por quais motivos você pretende fazer o estágio prático? [Outros]

		Frequência	Porcentagem
Ausente	Sistema	88	100,0

Múltiplas respostas**Resumo de caso**

Casos					
Válido			Ausente		Total
N	Porcentagem		N	Porcentagem	N Porcentagem
\$P14.9 ^a	3	3,4%	85	96,6%	88 100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

\$P14.9 Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
Por quais motivos você decidiu que não irá fazer o estágio prático? ^a	Falta de tempo	2	28,6%	66,7%
	Falta de incentivo financeiro	2	28,6%	66,7%
	Descrédito no método (mediação)	1	14,3%	33,3%
	Falta de apoio da chefia	1	14,3%	33,3%
	Não me identifiquei com a proposta	1	14,3%	33,3%
Total		7	100,0%	233,3%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Frequências

Estatísticas

14.9. Por que motivos você decidiu que não irá fazer o estágio prático? [Outros]

N	Válido	0
	Ausente	88

14.9. Por que motivos você decidiu que não irá fazer o estágio prático? [Outros]

		Frequência	Porcentagem
Ausente	Sistema	88	100,0

Frequências

Estatísticas

15. Depois da conclusão do estágio prático você continuou ou pretende continuar atuando como mediador?

N	Válido	60
	Ausente	28

15. Depois da conclusão do estágio prático você continuou ou pretende continuar atuando como mediador?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	60	68,2	100,0	100,0
Ausente	Sistema	28	31,8		
Total		88	100,0		

Múltiplas respostas

Resumo de caso

Casos					
Válido			Ausente		Total
N	Porcentagem		N	Porcentagem	N
\$P15.1 ^a	60	68,2%	28	31,8%	88
					100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

\$P15.1 Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
Por que motivo você pretende continuar atuando como mediador: ^a	Pela identificação com a proposta	36	26,7%	60,0%
	Pela realização pessoal	33	24,4%	55,0%
	Por determinação da chefia	2	1,5%	3,3%

	Por ter interesse em fazer a formação em família (se você ainda não fez)	19	14,1%	31,7%
	Sair da rotina	5	3,7%	8,3%
	Para manter o círculo de convivência com os demais mediadores	5	3,7%	8,3%
	Preparar-se para a aposentadoria	8	5,9%	13,3%
	Para exercer uma nova profissão	11	8,1%	18,3%
	Expectativa de dedicação exclusiva a mediação dentro do Poder Judiciário	16	11,9%	26,7%
Total		135	100,0%	225,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Frequências

Estatísticas

15.1. Por que motivo você pretende continuar atuando como mediador:

[Outros]

N	Válido	0
	Ausente	88

15.1. Por que motivo você pretende continuar atuando como mediador: [Outros]

	Frequência	Porcentagem
Ausente Sistema	88	100,0

Múltiplas respostas

Resumo de caso

Casos					
Válido			Ausente		Total
N	Porcentagem		N	Porcentagem	N Porcentagem
\$P15.2 ^a	0	0,0%	88	100,0%	88 100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Frequências

Estatísticas

15.2. Motivos pelos quais você deixou ou pretende deixar de atuar como mediador: [Outros]

N	Válido	0
	Ausente	88

15.2. Motivos pelos quais você deixou ou pretende deixar de atuar como mediador: [Outros]

		Frequência	Porcentagem
Ausente	Sistema	88	100,0

Frequências

Estatísticas			
		16. Quantas horas por semana, aproximadamente, você dedica à prática da mediação e/ou atividades correlatas a ela, no horário de expediente?	17. Quantas horas por semana, aproximadamente, você gostaria de dedicar à prática da mediação e/ou atividades correlatas a ela, no horário de expediente?
N	Válido	80	80
	Ausente	8	8
Média		6,36	10,54
Mediana		2,00	5,50
Modo		0	2
Desvio Padrão		12,147	12,720
Mínimo		0	0
Máximo		40	40

Tabela de Frequência

16. Quantas horas por semana, aproximadamente, você dedica à prática da mediação e/ou atividades correlatas a ela, no horário de expediente?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	17	19,3	21,3	21,3
	1	10	11,4	12,5	33,8
	2	14	15,9	17,5	51,2
	3	15	17,0	18,8	70,0
	4	9	10,2	11,3	81,3
	5	6	6,8	7,5	88,8
	40	9	10,2	11,3	100,0
	Total	80	90,9	100,0	
Ausente	Sistema	8	9,1		
Total		88	100,0		

17. Quantas horas por semana, aproximadamente, você gostaria de dedicar à prática da mediação e/ou atividades correlatas a ela, no horário de expediente?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	3	3,4	3,8	3,8
	1	1	1,1	1,3	5,0
	2	12	13,6	15,0	20,0
	3	9	10,2	11,3	31,3
	4	10	11,4	12,5	43,8
	5	5	5,7	6,3	50,0
	6	8	9,1	10,0	60,0
	8	11	12,5	13,8	73,8
	10	3	3,4	3,8	77,5
	12	3	3,4	3,8	81,3
	15	2	2,3	2,5	83,8
	24	1	1,1	1,3	85,0
	30	1	1,1	1,3	86,3
	40	11	12,5	13,8	100,0
	Total	80	90,9	100,0	
Ausente	Sistema	8	9,1		
Total		88	100,0		

Frequências

Estatísticas			
		16. Quantas horas por semana, aproximadamente, você dedica à prática da mediação e/ou atividades correlatas a ela, no horário de expediente? (Faixas)	17. Quantas horas por semana, aproximadamente, você gostaria de dedicar à prática da mediação e/ou atividades correlatas a ela, no horário de expediente? (Faixas)
N	Válido	80	80
	Ausente	8	8

Tabela de Frequência

16. Quantas horas por semana, aproximadamente, você dedica à prática da mediação e/ou atividades correlatas a ela, no horário de expediente? (Faixas)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Menos de 2 horas	27	30,7	33,8	33,8
	2 a 3 horas	29	33,0	36,3	70,0
	4 a 5 horas	15	17,0	18,8	88,8
	8 ou mais horas	9	10,2	11,3	100,0
	Total	80	90,9	100,0	
Ausente	Sistema	8	9,1		

Total	88	100,0	
-------	----	-------	--

17. Quantas horas por semana, aproximadamente, você gostaria de dedicar à prática da mediação e/ou atividades correlatas a ela, no horário de expediente? (Faixas)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Menos de 2 horas	4	4,5	5,0	5,0
	2 a 3 horas	21	23,9	26,3	31,3
	4 a 5 horas	15	17,0	18,8	50,0
	6 a 7 horas	8	9,1	10,0	60,0
	8 ou mais horas	32	36,4	40,0	100,0
	Total	80	90,9	100,0	
Ausente	Sistema	8	9,1		
Total		88	100,0		

Frequências

Estatísticas

18. Você se dedica a alguma atividade relacionada à mediação fora do horário de expediente?

N	Válido	81
	Ausente	7

18. Você se dedica a alguma atividade relacionada à mediação fora do horário de expediente?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	15	17,0	18,5	18,5
	Não	66	75,0	81,5	100,0
	Total	81	92,0	100,0	
Ausente	3	7	8,0		
Total		88	100,0		

Múltiplas respostas

Resumo de caso

Casos					
Válido		Ausente		Total	
N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
\$P18 ^a	13 14,8%	75	85,2%	88	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

\$P18 Frequências

		Respostas		Porcentagem de casos
		N	Porcentagem	
Quais atividades? ^a	docência	5	31,3%	38,5%
	grupo de estudos	7	43,8%	53,8%
	mediação privada	1	6,3%	7,7%
	mediação voluntária fora do Poder Judiciário	3	18,8%	23,1%
	Total	16	100,0%	123,1%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Frequências**Estatísticas****18.1. Quais atividades? [Outros]**

N	Válido	88
	Ausente	0

18.1. Quais atividades? [Outros]

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	81	92,0	92,0	92,0
como membro da equipe técnica do NUPEMEC passo 24 horas por dia envolvida em mediação	1	1,1	1,1	93,2
Como psiquiatra acabo precisando mediar os problemas de meus pacientes	1	1,1	1,1	94,3
coordenadora do CEJUSC	1	1,1	1,1	95,5
estudos	1	1,1	1,1	96,6
formação de mediadores	1	1,1	1,1	97,7
Mestrado em Mediação e Negociação	1	1,1	1,1	98,9
Pós graduação	1	1,1	1,1	100,0
Total	88	100,0	100,0	

Frequências**Estatísticas**

19. Você acredita que participar da formação em mediação qualificou o seu trabalho de rotina dentro do Poder Judiciário?

N	Válido	79
	Ausente	9

19. Você acredita que participar da formação em mediação qualificou o seu trabalho de rotina dentro do Poder Judiciário?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	sim	59	67,0	74,7	74,7
	não	2	2,3	2,5	77,2
	em parte	17	19,3	21,5	98,7
	não sei	1	1,1	1,3	100,0
	Total	79	89,8	100,0	
Ausente	Sistema	9	10,2		
Total		88	100,0		

Múltiplas respostas

Resumo de caso

Resumo de caso								
Casos								
Válido			Ausente		Total			
N	Porcentagem		N	Porcentagem		N	Porcentagem	
\$P19.1 ^a	1	1,1%	87	98,9%		88	100,0%	

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

\$P19.1 Frequências

	N	Respostas	Porcentagem de
		Porcentagem	casos
Por que você considera que a participação no curso de mediador não qualificou o seu trabalho dentro do Poder Judiciário? ^a	1	100,0%	100,0%
Total	1	100,0%	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Frequências

Estatísticas

19.1. Por que você considera que a participação no curso de mediador não qualificou o seu trabalho dentro do Poder Judiciário? [Outros]

N	Válido	88
	Ausente	0

19.1. Por que você considera que a participação no curso de mediador não qualificou o seu trabalho dentro do Poder Judiciário? [Outros]

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	87	98,9	98,9	98,9
atuo na área criminal	1	1,1	1,1	100,0
Total	88	100,0	100,0	

Frequências

Estatísticas

20. Você acredita que atuar como mediador qualifica o seu trabalho do dia a dia dentro do Poder Judiciário?

N	Válido	66
	Ausente	22

20. Você acredita que atuar como mediador qualifica o seu trabalho do dia a dia dentro do Poder Judiciário?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	sim	55	62,5	83,3	83,3
	não	2	2,3	3,0	86,4
	em parte	8	9,1	12,1	98,5
	não sei	1	1,1	1,5	100,0
	Total	66	75,0	100,0	
Ausente	Sistema	22	25,0		
Total		88	100,0		

Múltiplas respostas

Resumo de caso

Casos					
Válido			Ausente		Total
N	Porcentagem		N	Porcentagem	N Porcentagem
\$P20.1 ^a	1	1,1%	87	98,9%	88 100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

\$P20.1 Frequências

	N	Respostas		Porcentagem de casos
		Porcentagem		
Por que você considera que o exercício da atividade de mediador não qualifica o seu trabalho dentro do Poder Judiciário? ^a	1	100,0%	não identifiquei como aplicar os conhecimentos obtidos no curso e/ou na prática da mediação na minha unidade de trabalho	100,0%
Total	1	100,0%		100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Frequências

Estatísticas

20.1. Por que você considera que o exercício da atividade de mediador não qualifica o seu trabalho dentro do Poder Judiciário? [Outros]

N	Válido	88
---	--------	----

Ausente	0
---------	---

20.1. Por que você considera que o exercício da atividade de mediador não qualifica o seu trabalho dentro do Poder Judiciário? [Outros]

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	87	98,9	98,9	98,9
atualmente não, por atuar na área criminal	1	1,1	1,1	100,0
Total	88	100,0	100,0	

Frequências

Estatísticas

21. A mediação despertou em você habilidades que desconhecias possuir?

N	Válido	80
	Ausente	8

21. A mediação despertou em você habilidades que desconhecias possuir?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	73	83,0	91,3	91,3
	Não	7	8,0	8,8	100,0
	Total	80	90,9	100,0	
Ausente	Sistema	8	9,1		
Total		88	100,0		

Múltiplas respostas

Resumo de caso

Casos					
Válido		Ausente		Total	
N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
\$P21.1 ^a	72 81,8%	16	18,2%	88	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

\$P21.1 Frequências

		Respostas		Porcentagem
		N	Porcentagem	de casos
Quais habilidades/capacidades que a mediação despertou em você? ^a	de interagir com as pessoas	33	17,5%	45,8%
	de auxiliar os envolvidos no conflito a efetivamente resolverem os problemas que deram origem ao(s) processo(s)	52	27,5%	72,2%
	de criar (criatividade)	14	7,4%	19,4%
	de ouvir ativamente o outro	42	22,2%	58,3%
	de empatia	10	5,3%	13,9%

	de participar da construção/efetivação da justiça	38	20,1%	52,8%
Total		189	100,0%	262,5%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Frequências

Estatísticas

21.1. Quais habilidades/capacidades que a mediação despertou em você?
[Outros]

N	Válido	88
	Ausente	0

21.1. Quais habilidades/capacidades que a mediação despertou em você? [Outros]

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	86	97,7	97,7	97,7
de conseguir colocar limites através da comunicação não agressiva	1	1,1	1,1	98,9
De falar em público	1	1,1	1,1	100,0
Total	88	100,0	100,0	

Tabelas personalizadas

	Sim/sempr		Muito/com muita frequência		Regular/com média frequência		Pouco/às vezes		Não/Nunca		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
22. Pessoalmente, você se sente mais satisfeito ao atuar como mediador do que quando exerce suas atividades de rotina, dentro do Poder Judiciário?	23	31,1	30	40,5	10	13,5	5	6,8	6	8,1	74	100,0
23. E Profissionalmente? Você se sente mais satisfeito ao atuar como mediador do que quando exerce suas atividades de rotina, dentro do Poder Judiciário?	18	24,0	26	34,7	13	17,3	8	10,7	10	13,3	75	100,0
24. Você aplica os conhecimentos adquiridos com a mediação no seu ambiente de trabalho mesmo quando não está participando das atividades relacionadas à mediação?	26	31,3	29	34,9	14	16,9	12	14,5	2	2,4	83	100,0
25. Você aplica os conhecimentos adquiridos com a mediação fora do seu ambiente de trabalho?	23	27,7	34	41,0	12	14,5	14	16,9	0	,0	83	100,0
26. A mediação melhorou seu desempenho nas atividades profissionais rotineiras?	26	31,3	27	32,5	14	16,9	11	13,3	5	6,0	83	100,0

27. A oportunidade de fazer a formação ou de atuar como mediador aumentou sua motivação para permanecer integrando o quadro dos servidores do Poder Judiciário?	34	43,6	20	25,6	10	12,8	3	3,8	11	14,1	78	100,0
28. Você recomenda aos seus colegas que façam a capacitação em mediação?	56	69,1	14	17,3	6	7,4	3	3,7	2	2,5	81	100,0
29. No seu entender seria importante que mais servidores participassem dos cursos de formação de mediadores?	58	72,5	15	18,8	4	5,0	2	2,5	1	1,3	80	100,0
30. Depois de aposentado, você pretende continuar vinculado ao Poder Judiciário, atuando como mediador voluntário?	39	56,5	13	18,8	6	8,7	6	8,7	5	7,2	69	100,0

Descritivos

Estatísticas descritivas

	N	Média
29. No seu entender seria importante que mais servidores participassem dos cursos de formação de mediadores?	80	1,41
28. Você recomenda aos seus colegas que façam a capacitação em mediação?	81	1,53
30. Depois de aposentado, você pretende continuar vinculado ao Poder Judiciário, atuando como mediador voluntário?	69	1,91
27. A oportunidade de fazer a formação ou de atuar como mediador aumentou sua motivação para permanecer integrando o quadro dos servidores do Poder Judiciário?	78	2,19
22. Pessoalmente, você se sente mais satisfeito ao atuar como mediador do que quando exerce suas atividades de rotina, dentro do Poder Judiciário?	74	2,20
25. Você aplica os conhecimentos adquiridos com a mediação fora do seu ambiente de trabalho?	83	2,20
24. Você aplica os conhecimentos adquiridos com a mediação no seu ambiente de trabalho mesmo quando não está participando das atividades relacionadas à mediação?	83	2,22
26. A mediação melhorou seu desempenho nas atividades profissionais rotineiras?	83	2,30
23. E Profissionalmente? Você se sente mais satisfeito ao atuar como mediador do que quando exerce suas atividades de rotina, dentro do Poder Judiciário?	75	2,55
N válido (de lista)	63	

Frequências

Estatísticas

Se desejar, justifique suas respostas
aos itens (22 a 30) acima:

N	Válido	88
	Ausente	0

Se desejar, justifique suas respostas aos itens (22 a 30) acima:

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	69	78,4	78,4	78,4
22 - Gosto da minha atividade dentro do Judiciário e também gosto muito da atividade de mediador.23 - A satisfação se equivale, fico satisfeita tanto em desempenhar minhas funções atuais como quando estou atuando com mediadora.24 - sim aplico os conhecimentos adquiridos na mediação no meu ambiente de trabalho, porque são muito úteis e proporcionam que se construa um ambiente de trabalho mais harmônico e saudável.25 - Sim também aplico meus conhecimentos adquiridos na mediação fora do ambiente de trabalho pelas mesmas razões expostas na questão anterior.26 - Com certeza a mediação melhorou meu desempenho nas atividades profissionais rotineiras porque proporciona uma visão das situações e das outras pessoas mais serena, mais humana, com a intenção de sempre solucionar os possíveis conflitos que venham a aparecer, embora meu perfil pessoal sempre tenha sido de tentar solucionar possíveis conflitos, me sinto mais qualificada para desempenhar esse papel, agora, após o curso, tenho técnicas concretas, que julgo serem mais eficientes, na construção da paz do que a mera intuição. Aliando-se a personalidade, intuição e principalmente os conhecimentos adquiridos no curso, consigo solucionar com mais eficiência possíveis situações de conflito que venham a ocorrer. 27 - Sim, aumentou minha motivação em permanecer no quadro do poder judiciário porque vi uma oportunidade concreta de me realizar profissionalmente, fazendo um trabalho, gratificante, no qual se vê os resultados mais rapidamente, e as pessoas ficam satisfeitas com a nossa atuação. 28 - Sim recomendo, porque quanto mais mediadores, mais resultados, mais conflitos serão solucionados, e acredito que o mediador após o curso acaba tendo uma outra visão do processo, do conflito, das pessoas e suas relações, vale muito a pena, muda bastante a visão do servidor que faz o curso, torna as pessoas mais humanas e traz o entendimento e a visão dos dois lados dos personagens do conflito. 29 - Sim quanto mais servidores participando melhor, pelas razões já expostas, ou seja, melhora a visão do servidor, torna o servidor uma pessoa ainda melhor e com a visão de tentar mediar conflitos, quando um mediador (que é voluntário) faltar a sessão haverá como substituí-lo pelo servidor que já está no trabalho e tem o curso, em fim só vejo vantagens em que os servidores façam o curso de mediador, até para enfrentarem as várias situações que se apresentam no dia a dia em nosso local de trabalho.30 - Falta bastante tempo para me aposentar, mas pretendo, quando isso ocorrer, continuar dando minha contribuição e atuando como mediadora, pois é gratificante.	1	1,1	1,1	79,5

<p>22- Pessoalmente, me sinto imensamente satisfeita em atuar como Mediadora/conciliadora e como servidora do Judiciário, porque amo meu trabalho dentro do Poder Judiciário. Amo o que faço e o que faço é com entrega pessoal total que me traz imensa satisfação. Não diferencio os trabalhos para mais ou menos que um ou outro. Ambos me proporcionam bem estar pessoal.23- Nem mais nem menos um do outro. Ambos me trazem muita satisfação profissional.24 e 25 - Com certeza o conhecimento e vivência dentro das atividades da mediação me acrescentam como pessoa e como profissional. Via de consequência, acabo por experimentá-los dentro e fora do trabalho, inclusive nas relações pessoais.27- Exatamente esse o resultado provocado após o curso e atuação nas mediações: a motivação para continuar trabalhando dedicada ao Poder Judiciário, por vislumbrar um cenário de futuro imensamente gratificante.29 - Com certeza, porquanto a experiência acrescenta, além do conhecimento específico, a desenvolver habilidades pessoais e profissionais.30 - Porque vislumbro um trabalho diferenciado que alavanca o Poder Judiciário na direção do futuro, por trazer uma nova cultura de solução de conflitos de forma autocompositiva, destacando-o no cenário nacional frente à sociedade como um todo, de forma a contribuir, efetivamente, para o bem estar e equilíbrio social, bem como no seu papel de instituição democrática na garantia dos direitos do cidadão. Assim, me revela um sentimento apaixonante que se traduz em continuar a desenvolver a atividade profissional, cujo marco da aposentadoria, apenas destaca uma nova etapa de vida profissional. Amplia a visão de futuro e de minhas potencialidades. Enfim, faz um bem enorme!</p>	1	1,1	1,1	80,7
<p>23 já auxílio há muitos anos a magistrada nas conciliações, e realizadas de forma aproximada à mediação e isso traz sentimento de dever cumprido, quando tu percebe que as partes saem mais satisfeitas quando elas encontram a solução para seus conflitos. Depois de 20 anos de judiciários (são 24 a e 3 meses) e o período em que me senti mais útil e realizada.</p>	1	1,1	1,1	81,8
<p>27 - estava um pouco desestimulada, mas com o curso de mediação e essa possibilidade de realização de um trabalho diferenciado fiquei com nova energia e animada em permanecer no TJRS</p>	1	1,1	1,1	83,0
<p>30. Ainda faltam muitos anos pra eu me aposentar.</p>	1	1,1	1,1	84,1
<p>A Mediação descortina um novo modo de nos relacionarmos com as pessoas, com os nossos colegas. Há indubitável crescimento pessoal. Traz importantes reflexões acerca da necessária empatia que devemos ter com os outros. E aponta o diálogo como uma importante ferramenta para a pacificação social.</p>	1	1,1	1,1	85,2

<p>A mediação muda ou auxilia o mediador nas suas atividades e na vida pessoal. Gostaria de trabalhar com mediação, mas preciso de uma contrapartida financeira, pois, por causa da mediação, não trabalhei mais no JEC e nem nos reforços e isso, reduziu os meus ganhos. Também nunca mais tive a oportunidade de ganhar uma folga, pois, para a Juíza quando saio é folga. Até para ir ao médico, hoje em dia, evito sair, para não acumular mais trabalho. Coisa que antes eu não tinha qualquer problema. Gostaria que o TJ visse o mediador funcionário, como uma peça importante na reformulação do serviço da justiça e lhe desse uma compensação. Apenas ser convidados para Reuniões e palestrinhas, não é motivador o suficiente.</p>	1	1,1	1,1	86,4
<p>A mediação <i>troxe</i> várias vantagem para o meu desenvolvimento pessoal e <i>profissional</i>, na minha relação com os <i>colega</i> e com o próprio trabalho.</p>	1	1,1	1,1	87,5
<p>Ainda não iniciei, pois estou em licença-maternidade. Pretendo iniciar logo que eu voltar em 10/12</p>	1	1,1	1,1	88,6
<p>Algumas respostas ficaram prejudicadas, pois ainda não consegui atuar efetivamente como mediadora, pois a única sessão que participei, uma das partes não compareceu. Depois não consegui participar das demais sessões, pela falta de tempo, Estava sem servidores, no cartório, inviabilizando minha atuação junto ao CEJUSC.(itens 22,23,27,28 e 30)</p>	1	1,1	1,1	89,8
<p>Apesar de toda essa interação com a mediação ter sido de forma espontânea, e na qual sinto prazer em participar, penso que o TJ deve remunerar seus medidores, para que futuramente possa ter uma equipe bem capacitada e para que haja um engajamento ainda maior.</p>	1	1,1	1,1	90,9
<p>Como trabalho distante do TJ e não vendo a abertura para trabalhar como mediadora e tendo que resolver problemas de saúde na família me vi distanciando da mediação sem conseguir dar uma continuidade prática e de maior conhecimento (cursos). Pessoalmente e profissionalmente é mais prazeroso trabalhar na mediação. Com certeza se não estivesse no ambiente de trabalho estaria atuando como mediadora.</p>	1	1,1	1,1	92,0
<p>É uma atividade apaixonante.</p>	1	1,1	1,1	93,2
<p>Evolui muito como pessoa e como profissional e acho que ainda terei muito o que crescer e criar daqui para a frente. Especialmente conseguindo me dedicar à formação continuada-</p>	1	1,1	1,1	94,3

itens 28/29 - Agora em novembro fui removido da Comarca de Santa Rosa para São Borja e, qual minha surpresa ao chegar aqui, alguns colegas me questionaram sobre o que é o CEJUSC. Percebi que falta contratação dos servidores em conhecer o Poder ao qual estão vinculados. Então olhei o mapa de localização dos CEJUSC e percebi que a Fronteira Oeste ainda não possui nenhum. Uruguaiana teve um Projeto Piloto (Comercialização de arroz) apresentado na III Jornada de Mediação realizada no TJ, da qual participei, e que surtiu bons frutos. Espero que o NUPMEC busque difundir a ideia em nossa região. O CEJUSC de Uruguaiana foi criado a poucos dias.	1	1,1	1,1	95,5
Na minha opinião a conciliação é mais satisfativa do que a mediação. A mediação pode perdurar por vários encontros, enquanto a conciliação se resolve, na maioria das vezes, em um encontro. A forma com que é realizada a mediação (resolução de causa subjacente que não a processual) não "baixa pilhas" de processos e, às vezes, não soluciona a questão processual. Penso que a mediação é voltada para o psicológico e não solução de conflitos em si.	1	1,1	1,1	96,6
Não	1	1,1	1,1	97,7
Participar da mediação exige muito do tempo, o qual dedicava integralmente ao meu trabalho no gabinete e isso me divide. Também a atuação sem responsabilidade dos colegas é frustrante.	1	1,1	1,1	98,9
Todas as minhas respostas estão embasadas em uma questão: eu não vi eficácia para mediação fora dos casos clássicos envolvendo família, sentimentos, crianças, vizinhos. Eu sou assessor em Vara Cível e, enquanto os advogados adotarem atitude conflituosa, a mediação vai tomar muito tempo com pouca efetividade. Eu não tenho tempo pra uma sessão de duas horas com as partes instruídas pelos advogados a não conciliarem. Outra, eu não concordei de forma alguma com as aulas e com um ponto crucial da intenção da mediação. Em todo o momento me foi dito que a intenção NÃO é conciliar e sim fazer as partes conversarem! Isso não me serve, não vai trazer fim ao processo, eu quero finalizar o feito. É contraproducente.	1	1,1	1,1	100,0
Total	88	100,0	100,0	

Frequências

Estatísticas

31. Na sua opinião, a mediação está sendo positiva para o funcionamento do judiciário como um todo?

N	Válido	82
	Ausente	6

31. Na sua opinião, a mediação está sendo positiva para o funcionamento do judiciário como um todo?

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	sim	71	80,7	86,6	86,6
	não	3	3,4	3,7	90,2
	Às vezes	7	8,0	8,5	98,8
	não sei	1	1,1	1,2	100,0
	Total	82	93,2	100,0	
Ausente	Sistema	6	6,8		
Total		88	100,0		

Múltiplas respostas**Resumo de caso**

Casos					
		Válido	Ausente		Total
		N	Porcentagem	N	Porcentagem
\$P31.1 ^a		3	3,4%	85	96,6%
				88	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

\$P31.1 Frequências

		Respostas		Porcentagem
		N	Porcentagem	de casos
Na sua opinião, por que a mediação não está sendo positiva para o Poder Judiciário como um todo? ^a	o método não funciona	1	25,0%	33,3%
	o método funciona mas apenas um número muito reduzido de casos passam pela mediação	1	25,0%	33,3%
	os servidores não tem condições de acumular mais responsabilidades além das que já possuem no seu dia a dia	2	50,0%	66,7%
	Total	4	100,0%	133,3%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Frequências**Estatísticas**

31.1. Na sua opinião, por que a mediação não está sendo positiva para o Poder Judiciário como um todo?
[Outros]

N	Válido	0
	Ausente	88

31.1. Na sua opinião, por que a mediação não está sendo positiva para o Poder Judiciário como um todo? [Outros]

	Frequência	Porcentagem
Ausente Sistema	88	100,0

Tabelas personalizadas

	Sim/sempr		Muito/com muita frequência		Regular/com média frequência		Pouco/às vezes		Não/Nunca		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
32. Melhora a imagem do Poder Judiciário perante os mediandos?	39	48,1	29	35,8	10	12,3	2	2,5	1	1,2	81	100,0
33. Melhora a imagem do Poder Judiciário perante aqueles que não são partes (3º interessados que são convidados a vir para a mediação)?	38	46,9	31	38,3	9	11,1	2	2,5	1	1,2	81	100,0
34. Melhora a imagem do Poder Judiciário perante os seus servidores?	26	32,9	19	24,1	19	24,1	10	12,7	5	6,3	79	100,0
35. Melhora a imagem do Poder Judiciário perante os advogados?	26	33,8	28	36,4	9	11,7	10	13,0	4	5,2	77	100,0
36. Melhora a imagem do Poder Judiciário perante a comunidade jurídica/ demais operadores do direito (ex.: alunos, docentes, peritos, Ministério Público, Defensoria Pública)?	33	41,8	26	32,9	12	15,2	6	7,6	2	2,5	79	100,0

Descritivos

Estatísticas descritivas		
	N	Média
33. Melhora a imagem do Poder Judiciário perante aqueles que não são partes (3º interessados que são convidados a vir para a mediação)?	81	1,73
32. Melhora a imagem do Poder Judiciário perante os mediandos?	81	1,73
36. Melhora a imagem do Poder Judiciário perante a comunidade jurídica/ demais operadores do direito (ex.: alunos, docentes, peritos, Ministério Público, Defensoria Pública)?	79	1,96
35. Melhora a imagem do Poder Judiciário perante os advogados?	77	2,19
34. Melhora a imagem do Poder Judiciário perante os seus servidores?	79	2,35
N válido (de lista)	75	

Frequências

Estatísticas

37. Sinta-se livre para fazer os comentários e sugestões que entender pertinentes.

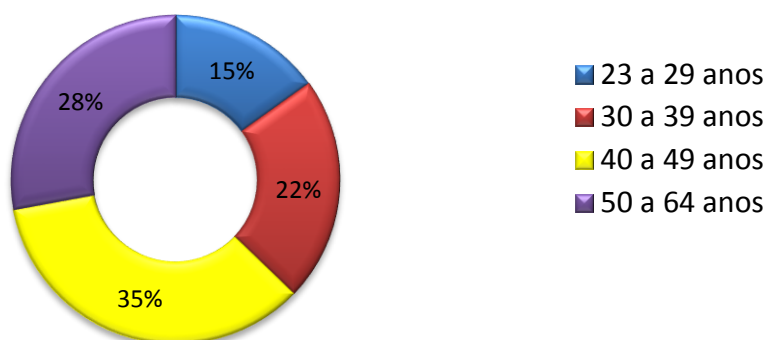
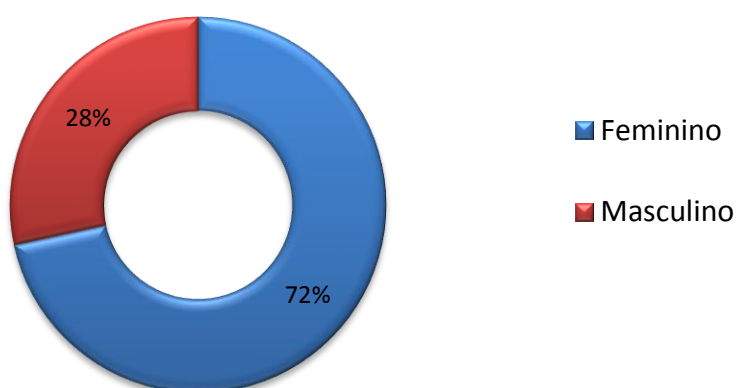
N	Válido	88
	Ausente	0

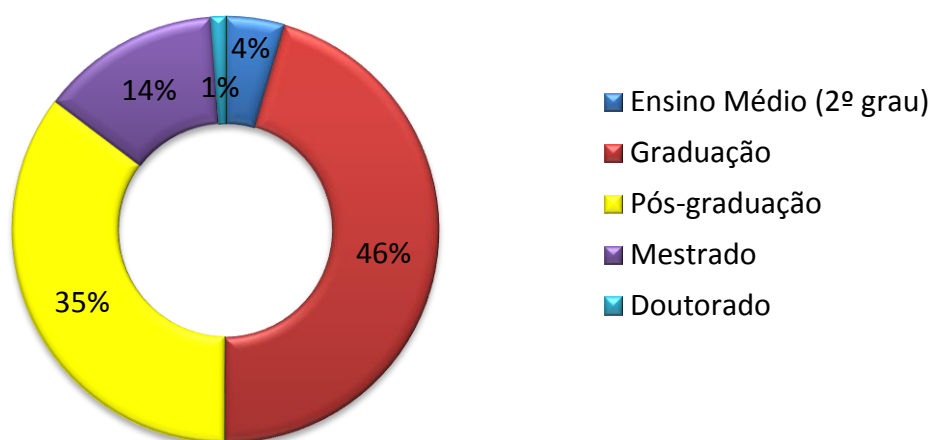
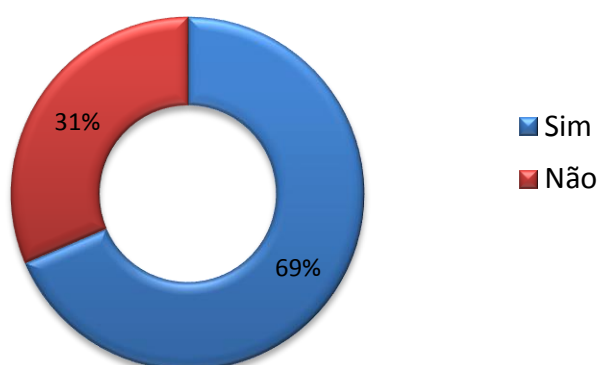
37. Sinta-se livre para fazer os comentários e sugestões que entender pertinentes.

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	67	76,1	76,1	76,1
34 - na maioria das vezes eles não tem compreensão do que se trata a mediação. Acham que é perda de tempo e não aceitam a voluntariedade, não haver remuneração.	1	1,1	1,1	77,3
34 - os próprios servidores têm um certo bloqueio com relação à mediação. Muitos não veem os seus benefícios e pensam que é perda de tempo.	1	1,1	1,1	78,4
A mediação ainda é bem desconhecida perante advogados, partes e servidores. Assim, não tem apoio devido por parte dessas pessoas.	1	1,1	1,1	79,5
A mediação apresenta-se como uma mudança de paradigma, numa instituição que possui uma estrutura, historicamente, rígida, onde o jurisdicionado perde a voz e o nome sem poder ser ouvida nas questões importante que envolvem, na maioria das vezes, a continuidade de suas vidas.	1	1,1	1,1	80,7
A mediação carece, ainda, de ampla divulgação.	1	1,1	1,1	81,8
A mediação é o que melhor se tem no judiciário para resolução de conflitos. Só pode melhorar a imagem do Judiciário e dos servidores. Contudo, temos ideias de primeiro mundo e atitudes de republiqueta. Colocamos no Jornal que fazemos e acontecemos, mas na prática, temos um punhado de pessoas carregando tudo nas costas. Aqui na minha comarca, para fazer um mutirão de conciliação, por exemplo, preciso pagar o café a água, juntar os juízes e implorar. Depois, eventualmente alguém reclama que inventei algo que dá trabalho. Imagina no caso da mediação, como é...	1	1,1	1,1	83,0
Acho que a médio prazo vai dar mais resultados as mediações.	1	1,1	1,1	84,1
Acho que há pouca divulgação perante a comunidade jurídica, o que dificulta o processo.	1	1,1	1,1	85,2
Acho que tanto a mediação e a conciliação devem ser empregadas sempre em soluções pré-processuais. Se interessar escrevi um artigo sobre conciliação e mediação e está publicado no sítio de NUPEMEC e no Jus Navigandi, é só colocar o meu nome Jalbair Pacheco da Silva. Deixo a vontade se quiserem me identificar no trabalho a ser feito. Um abraço.	1	1,1	1,1	86,4

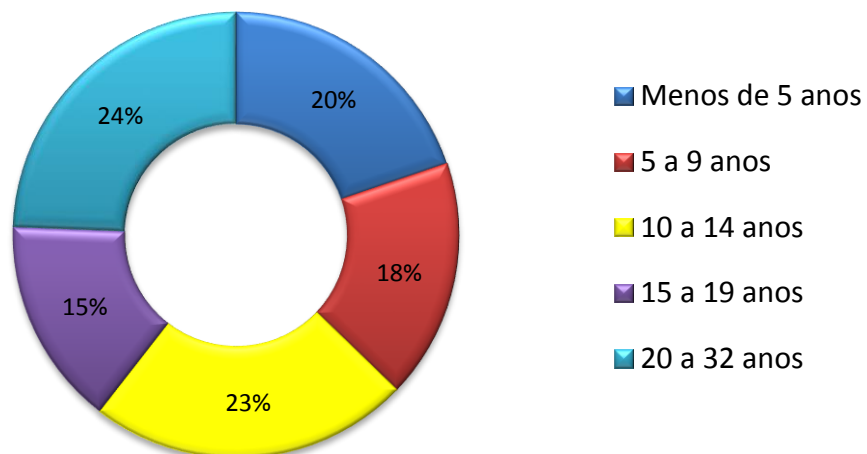
Acredito que exista no Poder Judiciário pessoas sensíveis que queiram auxiliar o ser humano a resolver suas questões pacificamente, não é a maioria.	1	1,1	1,1	87,5
Buscar difundir entre Juízes e Advogados, os benefícios da mediação como instrumento de pacificação social. Vejo muitos Juízes céticos com relação aos efetivos resultados que buscamos com a mediação. (muitos acham que ao realizar a sessão de mediação, o acordo deve ser o objetivo maior).	1	1,1	1,1	88,6
Continuando o que escrevi antes, nem ao menos recebo gratificação por sessão de mediação. Eu sou assessor e tenho que cumprir metas, tenho que baixar pilhas, tenho que zerar o gabinete, não vou fazer algo pra não ser ou ser mal remunerado. Em suma, no meu caso, não tenho interesse, pois não vi lógica alguma em fazer algo que não visa à conciliação, demanda tempo e não me paga.	1	1,1	1,1	89,8
O Poder Judiciário Estadual do RS tem um potencial enorme de RH no seu quadro de servidores para realizar um trabalho na área de mediação, que traria não só benefícios para a sociedade, mas também para a sua própria estrutura cultural e financeira, caso já estivesse com um planejamento estratégico e plano de ação desenvolvidos e dirigido à resolução dos conflitos de forma autocompositiva, que traria menor custo aos cofres do TJRS. As parcerias do TJRS com as Faculdades e Universidades, mais essa mão de obra disponível no TJRS, pelo seu quadro funcional, com um planejamento estratégico dentro dessa nova cultura autocompositiva, além de abreviar o tempo do processo, entregando com efetividade a sua prestação jurisdicional, agrega valor à instituição como "Pilar da Estrutura Constitucional do Estado". Apenas temos que regulamentar administrativamente a fase pré-processual, preparando, inclusive nosso sistema informatizado, "investindo na fonte renovável de recursos" e não "gastando em despesas de custos" como fazemos atualmente. Para isso, precisamos renovar e remontar um planejamento estratégico que vislumbre e reveja essa visão de futuro, redefinindo valores, para o cumprimento da sua missão como instituição fundamental para o estado democrático de direito.	1	1,1	1,1	90,9
Observo que alguns advogados apresentam resistência em relação à mediação e mesmo sem conhecê-la, emitem uma opinião desfavorável, mas felizmente, essa parcela é minoria ao que percebo e acredito que com o tempo e com o desenrolar dos acontecimentos essa opinião vai mudar.	1	1,1	1,1	92,0
Os advogados apresentam certa resistência por total desconhecimento do instituto a Mediação e sentem-se ameaçados por perda de mercado.	1	1,1	1,1	93,2

Os modelos autocompositivos de enfrentamento dos conflitos e disputas traz importante reflexão acerca da realidade do sistema judicial brasileiro. Estamos construindo um novo paradigma, que acolhe o jurisdicionado, levando foco ao seu protagonismo para a superação dos conflitos sociais.	1	1,1	1,1	94,3
Parece-me importante comunicar que, originalmente, dedicava uma tarde por semana à mediação e à conciliação; em razão do número excessivo de processos em tramitação na Comarca (e, em especial, nas Varas Cíveis), tornou-se impossível, contudo, despende esse tempo em prejuízo do andamento normal dos serviços do gabinete. Abandonei a prática regular das mediações e conciliações passados nove meses da conclusão do curso, quando o acúmulo de processos conclusos passou a se fazer visível. Atualmente, só presto auxílio esporádico à CEJUSC (durante mutirões de conciliação, geralmente).	1	1,1	1,1	95,5
Quero sugerir, que o Judiciário gaúcho incentive mais os seus servidores ativos, a participarem da mediação. Conscientizando as chefias, sejam elas em que grau seja, inclusive os desembargadores, para que permitam que seus assessores também mediem. Importante haver uma política de valorização e incentivo desse servidor-mediador. E mais, que a mediação judicial, também passe realmente a atuar nos conflitos coletivos, que envolvam comunidades, movimentos sociais, a mediação comunitária, sendo para isso, realizados cursos de formação para os servidores. Acho que esse é um espaço essencial na sociedade hoje, carente de ajuda na resolução dos conflitos. Obrigada pela oportunidade. Abraço fraterno.	1	1,1	1,1	96,6
São muito frequentes os comentários de colegas que estamos fazendo o trabalho dos juízes. Então é de suma importância um trabalho de conscientização com colegas sobre este projeto.	1	1,1	1,1	97,7
Só tenho a agradecer pela oportunidade desta tarefa. Aliás, ela me faz acreditar num futuro melhor e na bondade do ser humano, que se preocupa com o seu semelhante a ponto de buscar iniciativas novas para melhorar a vida de todos! Registro aqui minha eterna gratidão e sigo pedindo ao Criador que nos mantenha ligados nesta "corrente do bem".	1	1,1	1,1	98,9
Talvez a dedicação exclusiva de mediadores seja uma solução mais eficaz para que mais mediadores possam habilitar-se. A falta de tempo para a mediação impede a participação de várias pessoas dispostas a cooperar.	1	1,1	1,1	100,0
Total	88	100,0	100,0	

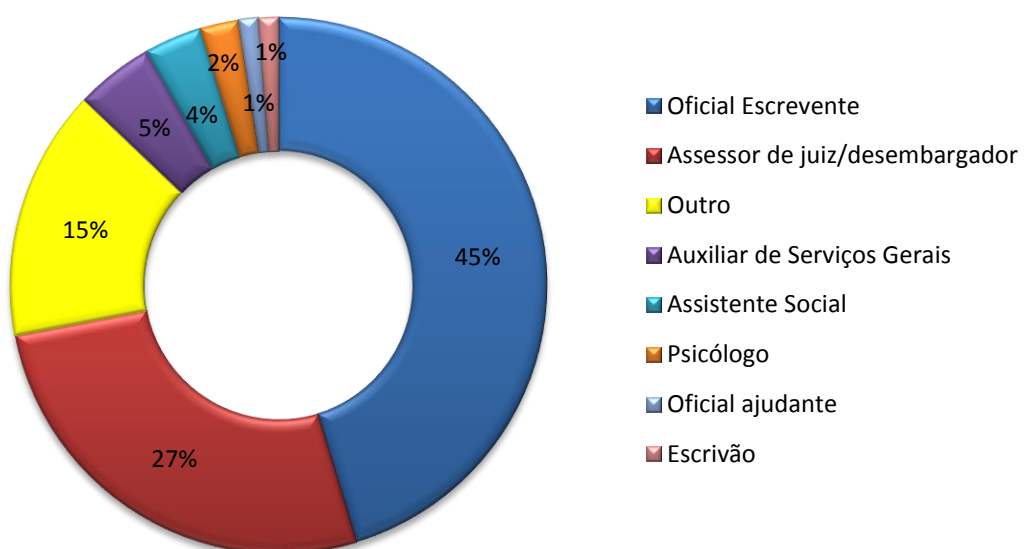
ANEXO B – Gráficos da pesquisa**Q1 - Qual a sua idade?****Q2 - Sexo**

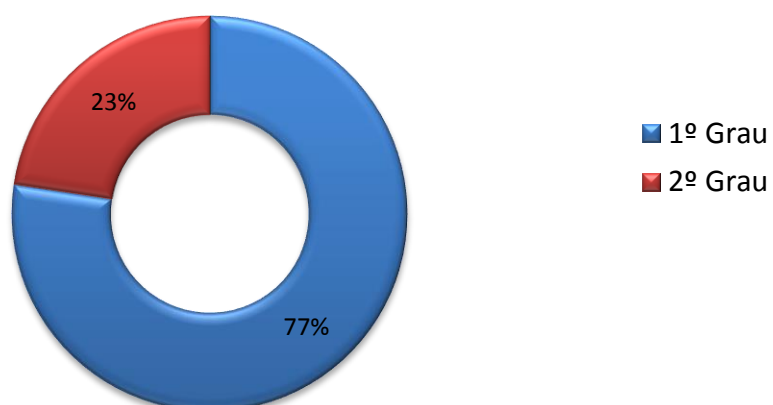
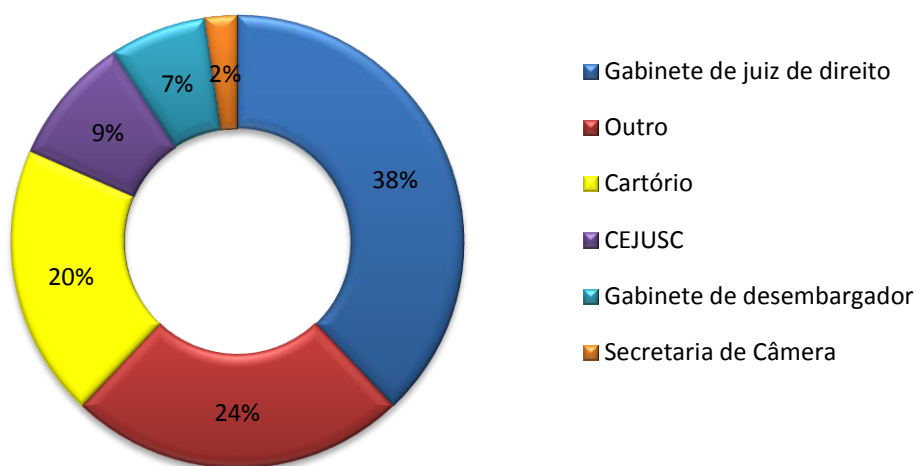
Q3 - Qual seu grau de escolaridade?**Q4 - Você é concursado?**

Q5 - Há quanto tempo (anos) você é servidor do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul?

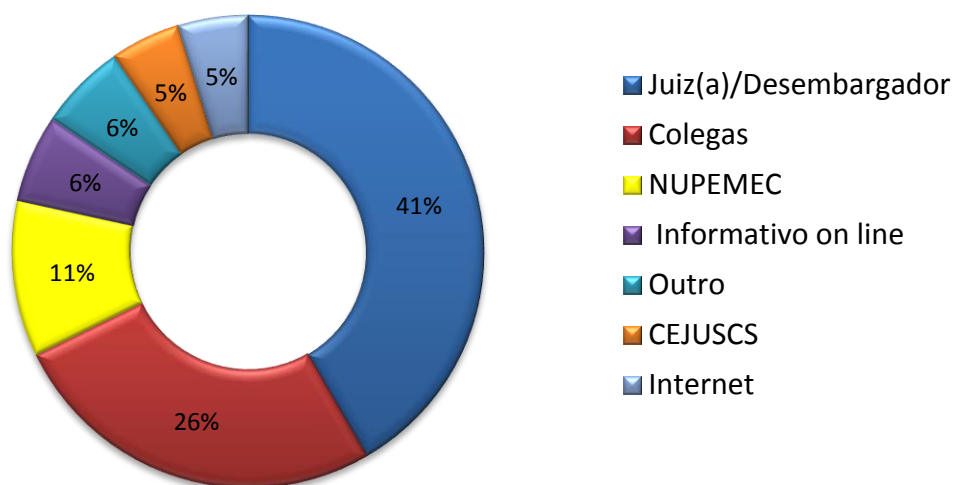


Q6 - Qual o seu cargo atual no Poder Judiciário?

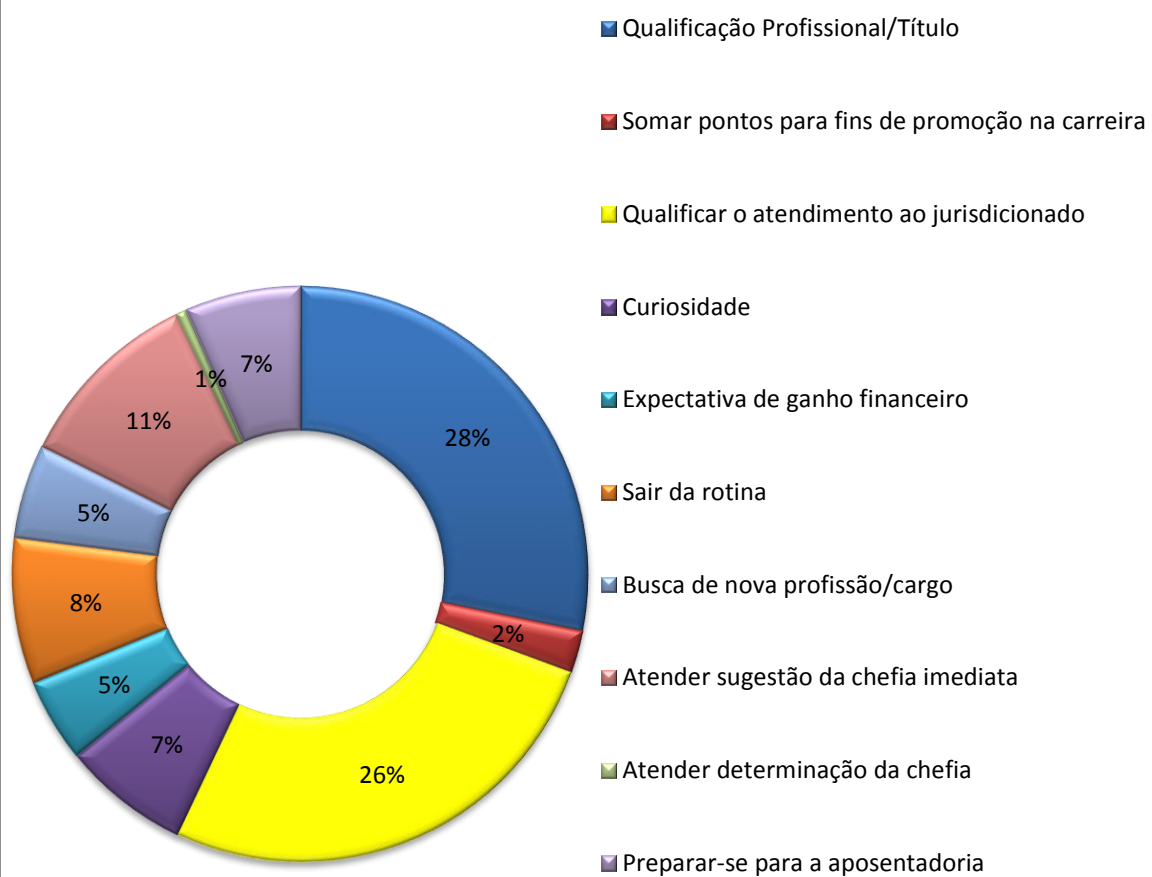


Q7 - Em qual jurisdição você atua?**Q8 - Qual a sua lotação no Poder Judiciário?**

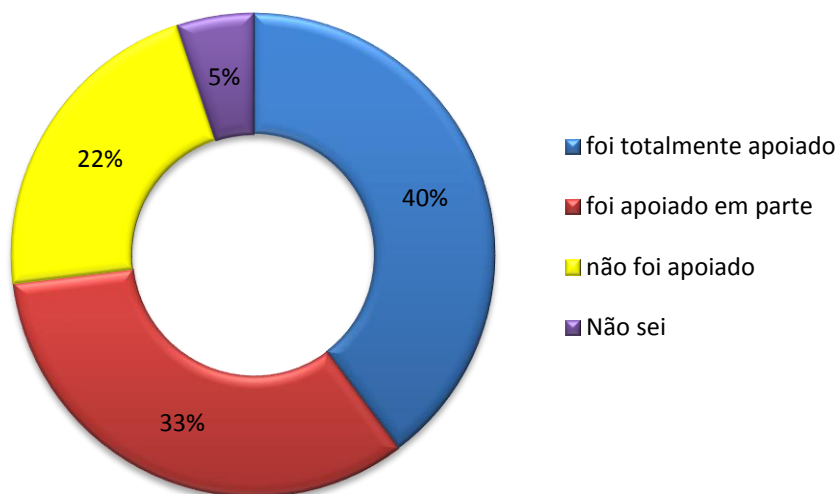
Q9 - Como você tomou conhecimento da existência de projetos vinculados à mediação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul?



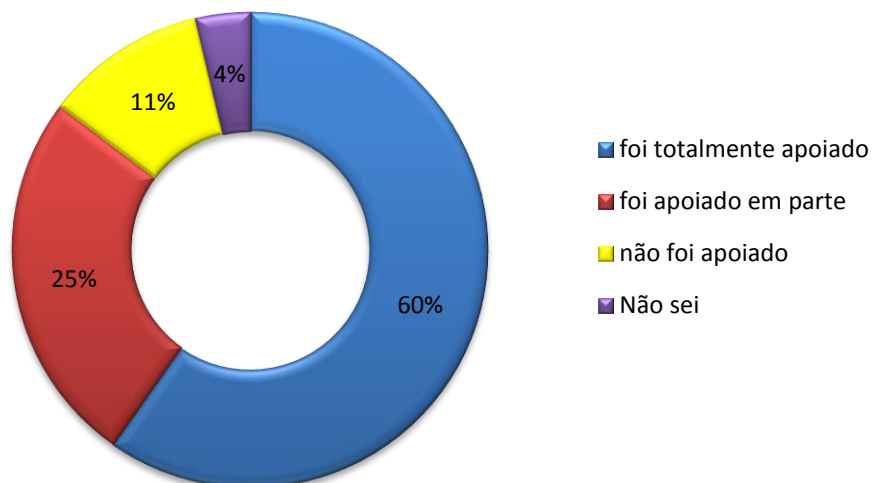
Q10 - Qual sua motivação inicial (antes de fazer o curso de mediação cível?)



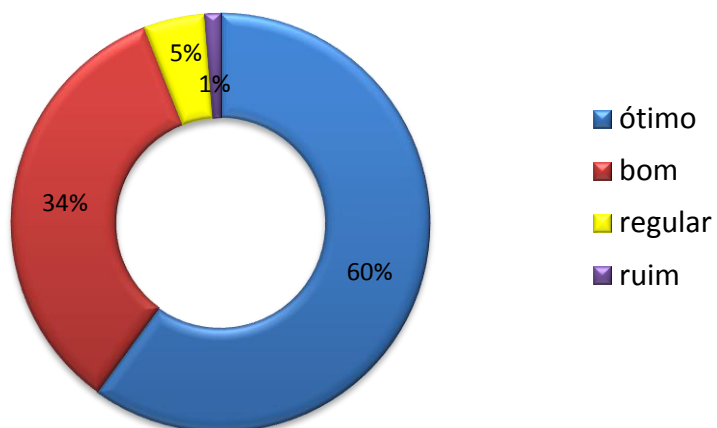
Q11 - Com relação ao apoio que você teve dos seus colegas de setor na decisão de fazer o curso de formação cível, você afirma que:



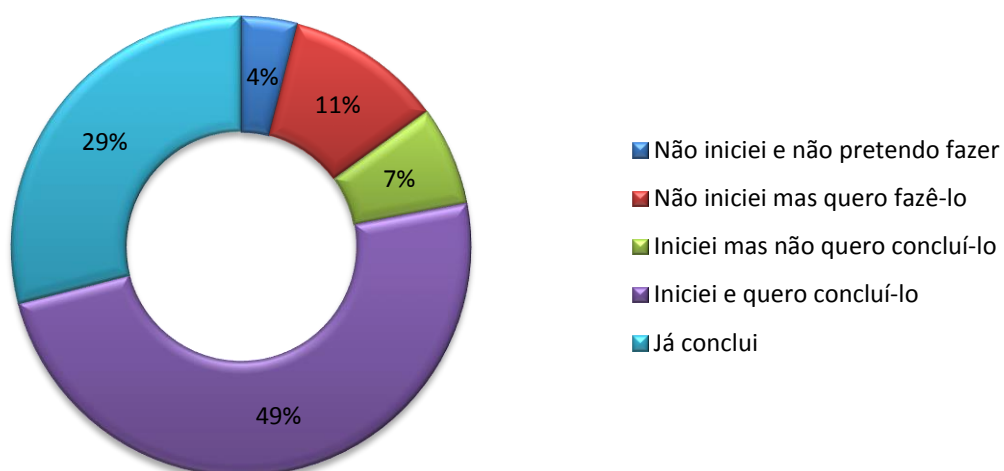
Q12 - Com relação ao apoio dado pela sua chefia para você na decisão de fazer o curso de formação cível, você acredita que:



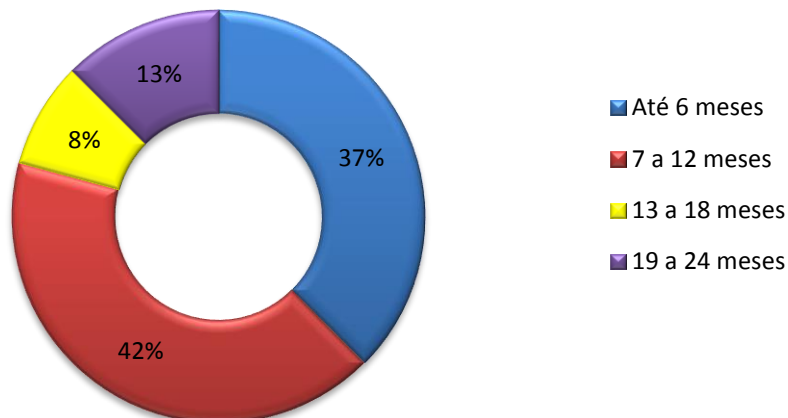
Q13 - Com relação ao seu grau de satisfação em relação ao curso de mediação cível, você afirma que o curso foi:



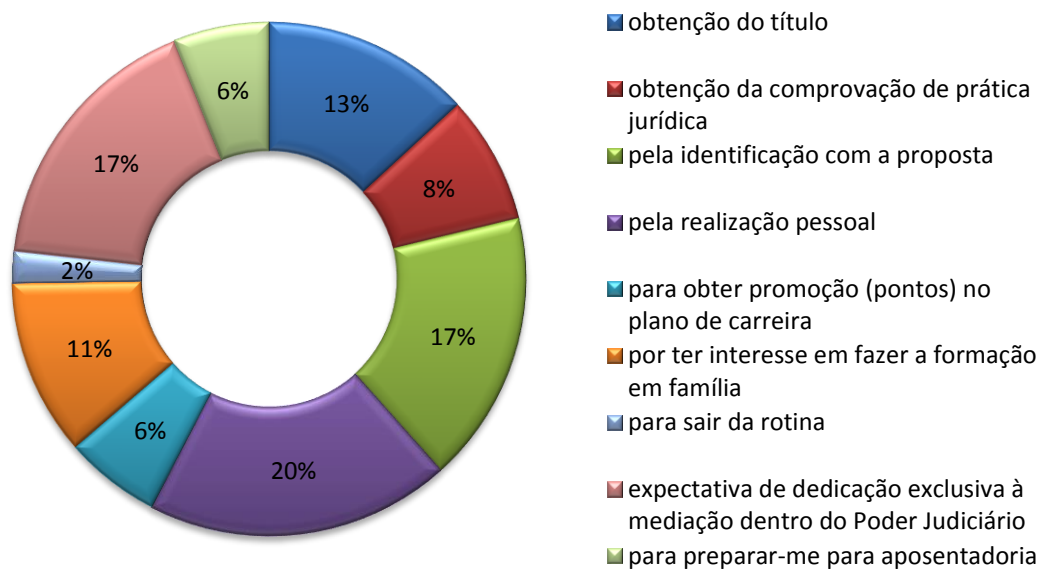
Q14 - Com relação ao estágio prático de mediação cível:



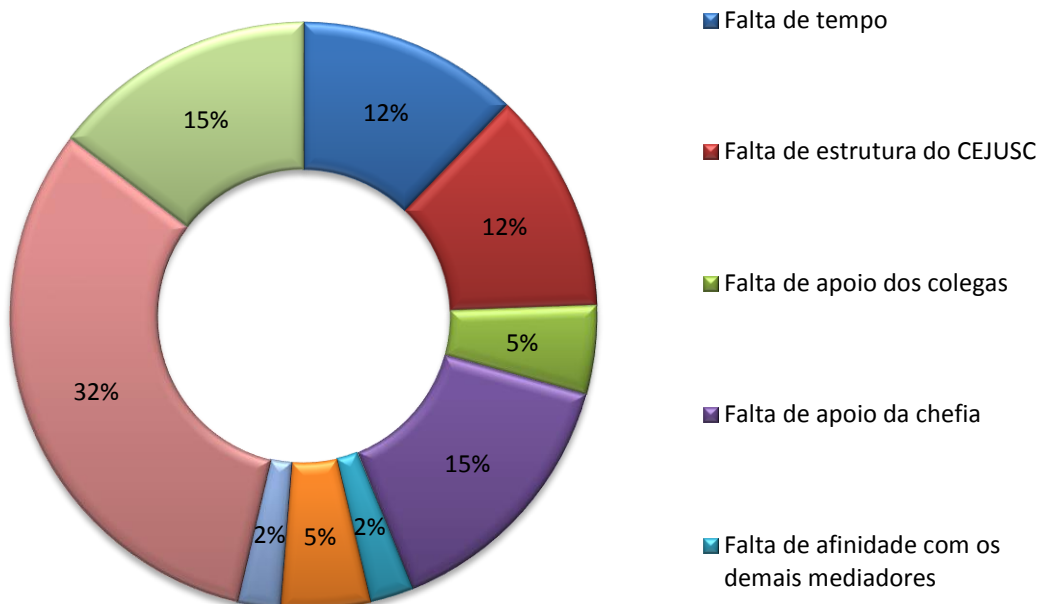
Q14.1 - Em quanto tempo (meses) você concluiu o estágio prático cível?



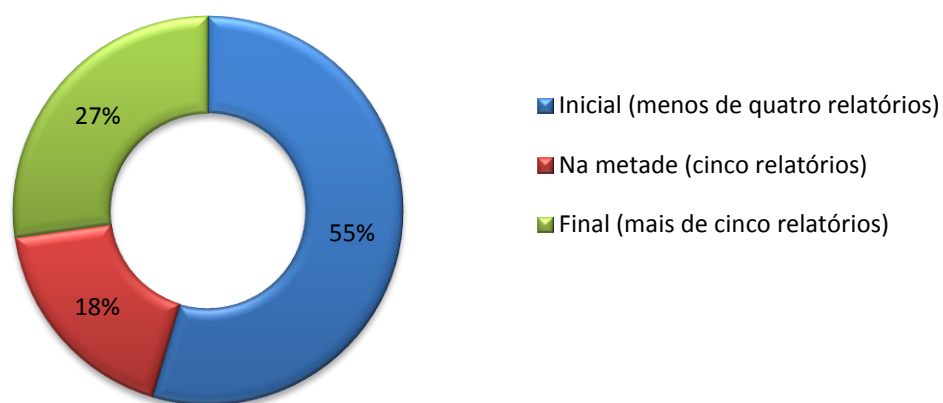
Q14.2 - O que o motivou a concluir o estágio prático?



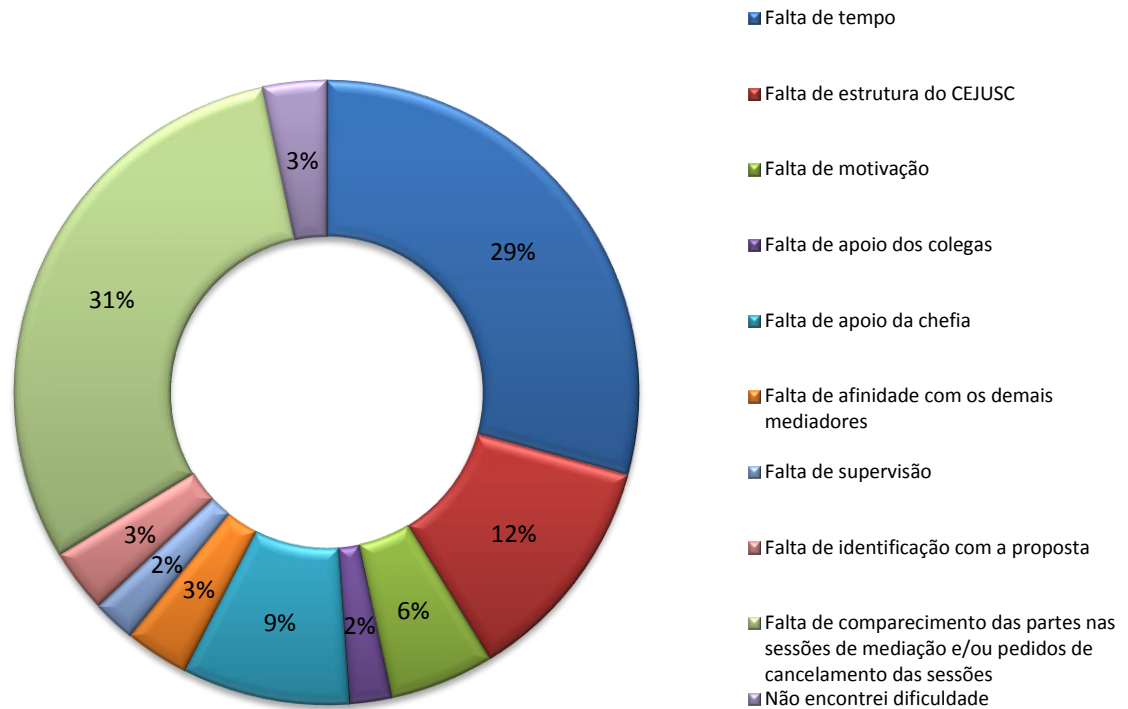
Q14.3 - Aponte quais foram as maiores dificuldades que você encontrou para finalizar o estágio prático



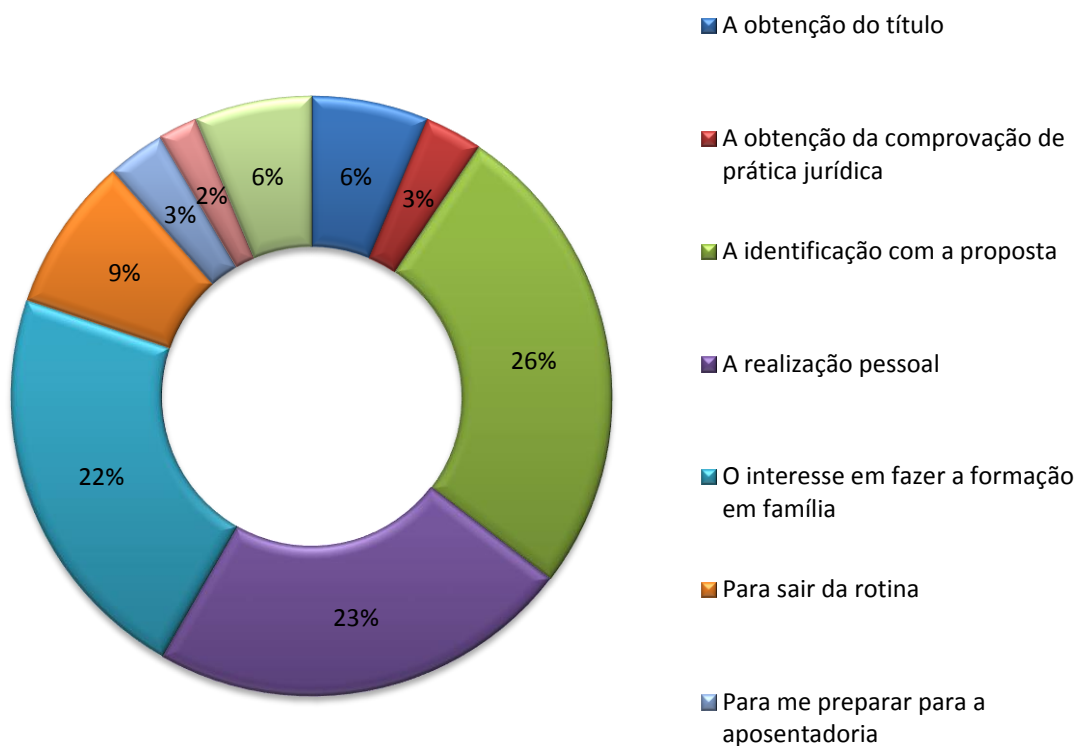
Q14.4 - Em que fase do ESTÁGIO você se encontra?



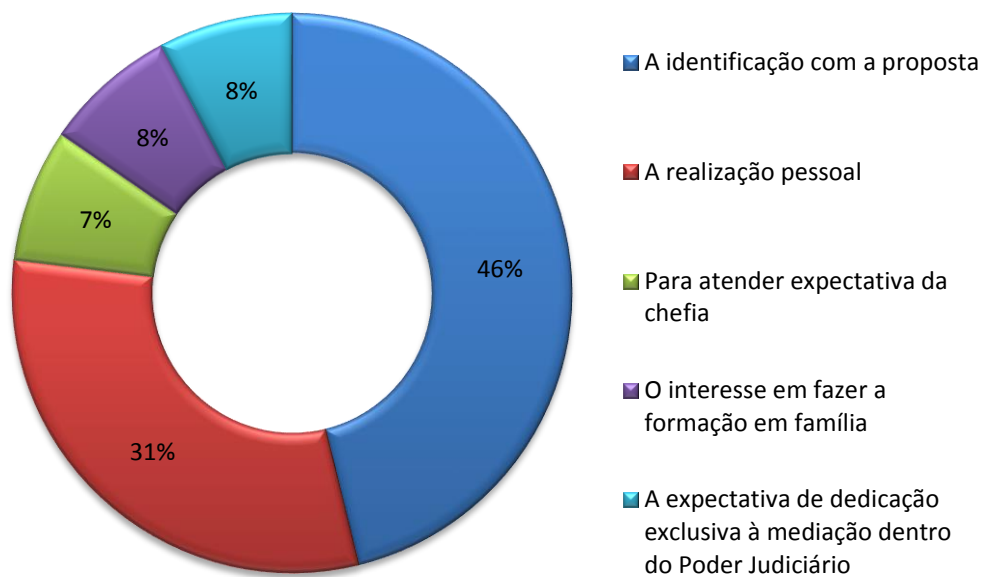
Q14.5 - Quais os maiores obstáculos/dificuldades que você vem encontrando ou encontrou para fazer o estágio prático?



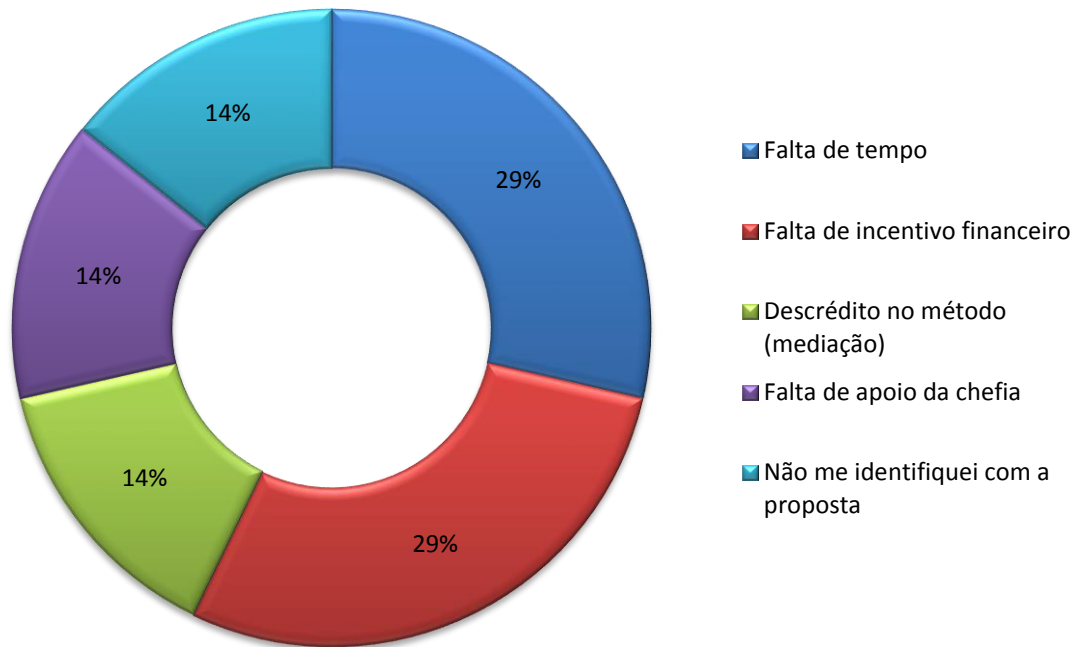
Q14.6 - O que o motiva a concluir o estágio prático?



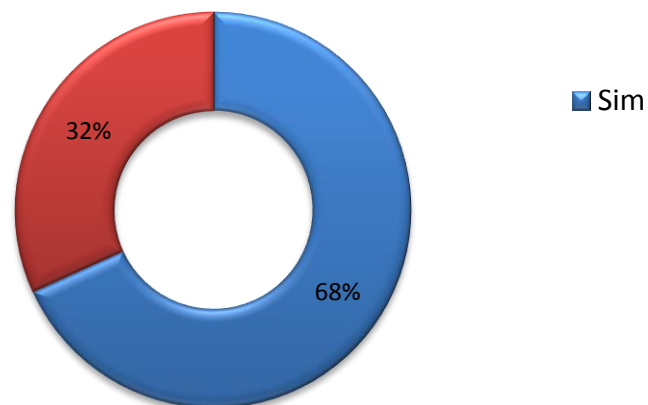
Q14.8 - Por quais motivos você pretende fazer o estágio prático?



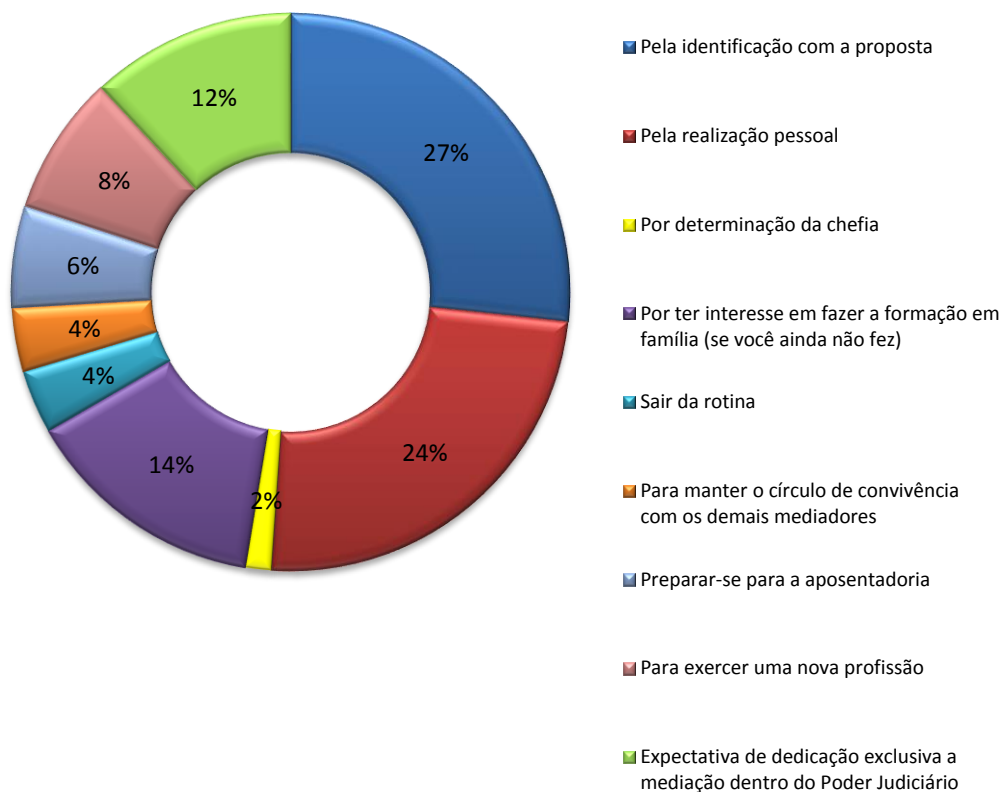
Q14.9 - Por quais motivos você decidiu que não irá fazer o estágio prático?



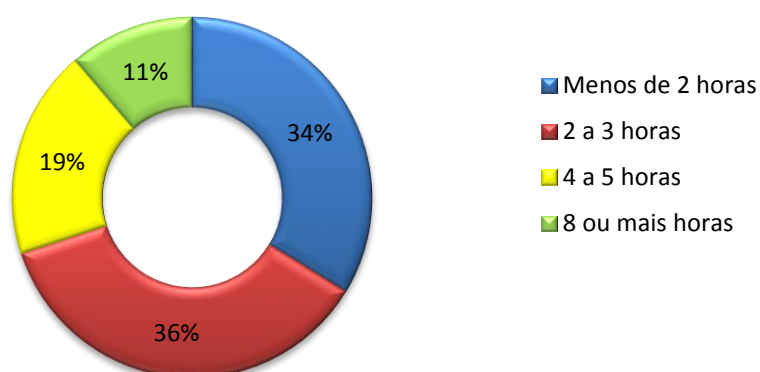
Q15 - Depois da conclusão do estágio prático você continuou ou pretende continuar atuando como mediador?



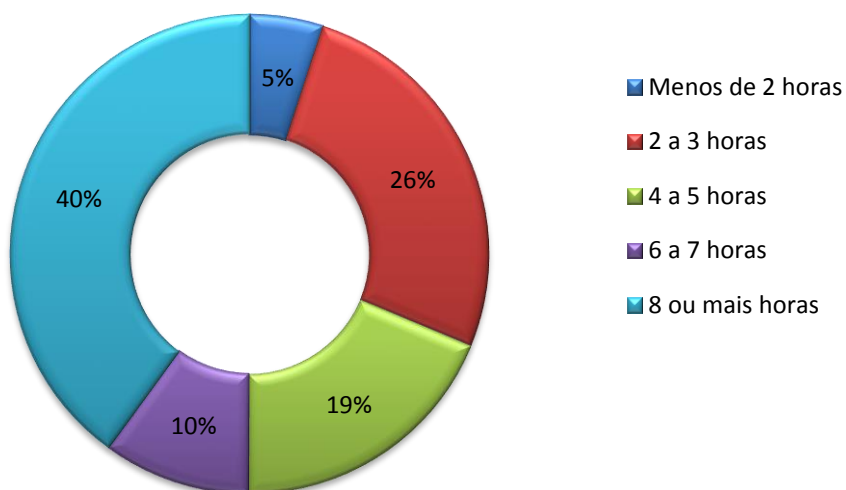
Q15.1 Por que motivo você pretende continuar atuando como mediador:a



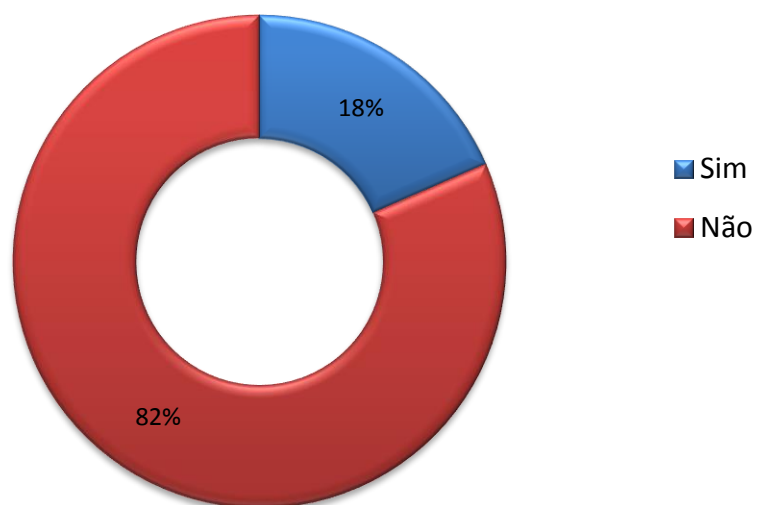
Q16 - Quantas horas por semana, aproximadamente, você dedica à prática da mediação e/ou atividades correlatas a ela, no horário de expediente?



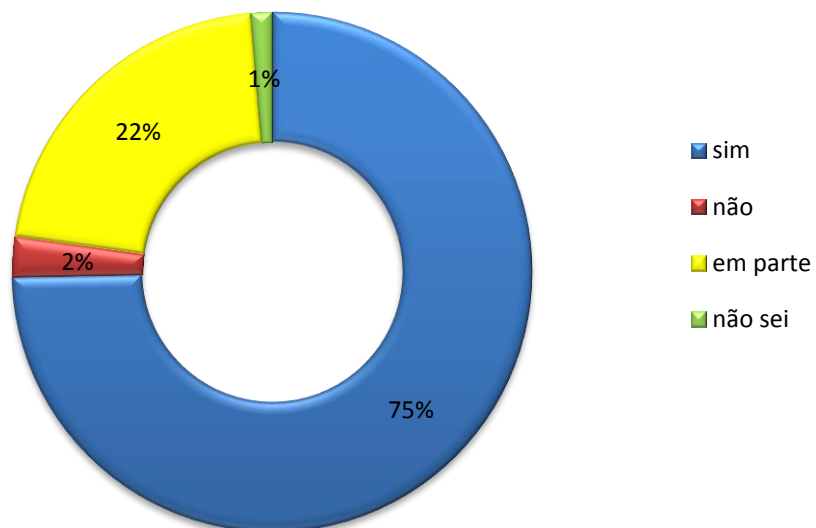
Q17 - Quantas horas por semana, aproximadamente, você gostaria de dedicar à prática da mediação e/ou atividades correlatas a ela, no horário de expediente?



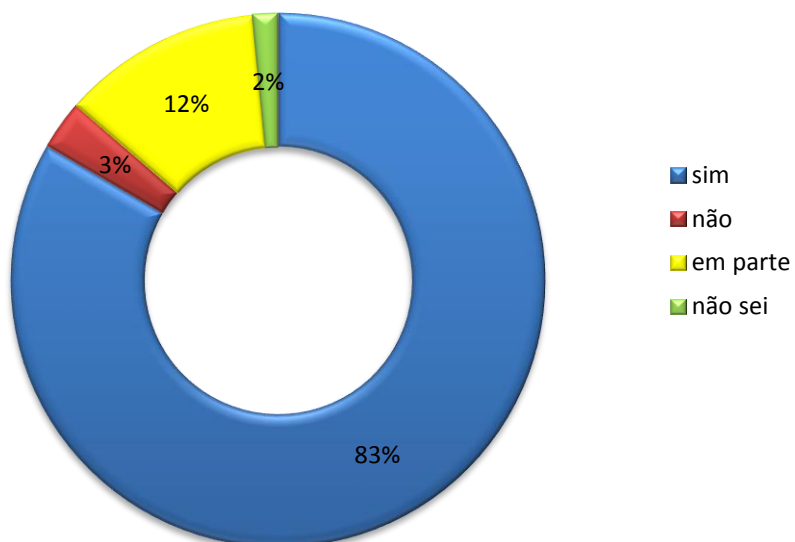
Q18 - Você se dedica a alguma atividade relacionada à mediação fora do horário de expediente?



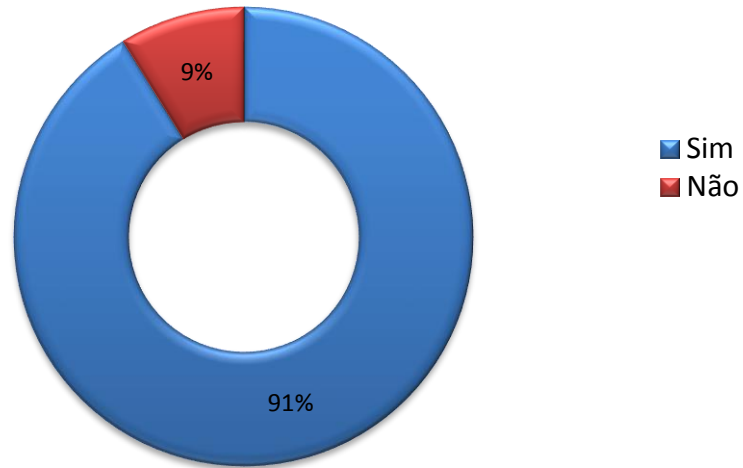
Q19 - Você acredita que participar da formação em mediação qualificou o seu trabalho de rotina dentro do Poder Judiciário?



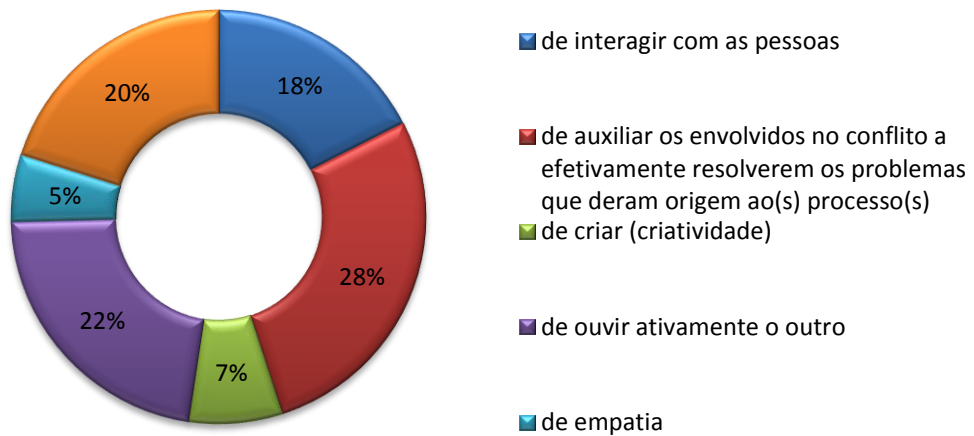
Q20 - Você acredita que atuar como mediador qualifica o seu trabalho do dia a dia dentro do Poder Judiciário?



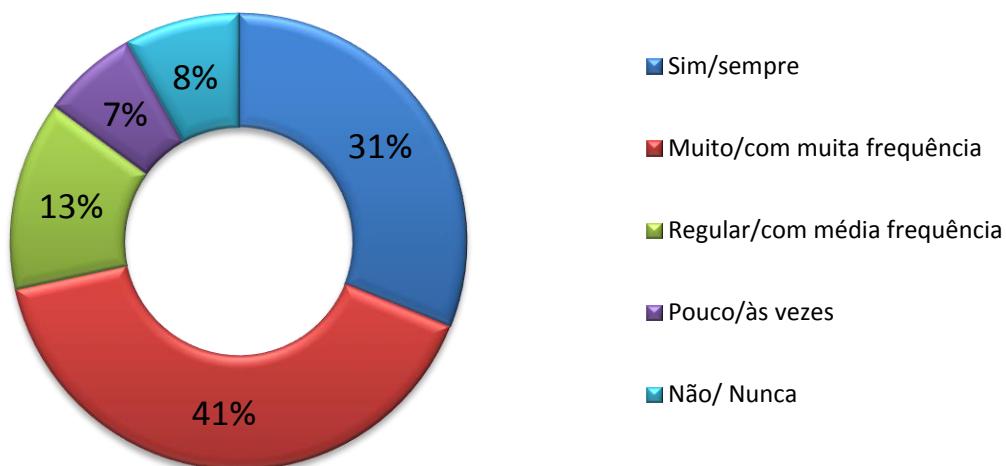
Q21 - A mediação despertou em você habilidades que desconhecia possuir?



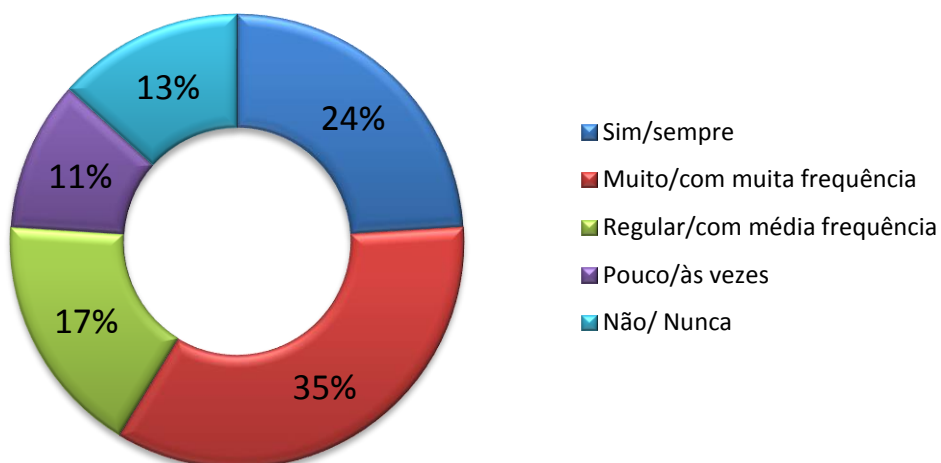
Q21.1 - Quais habilidades/capacidades que a mediação despertou em você?



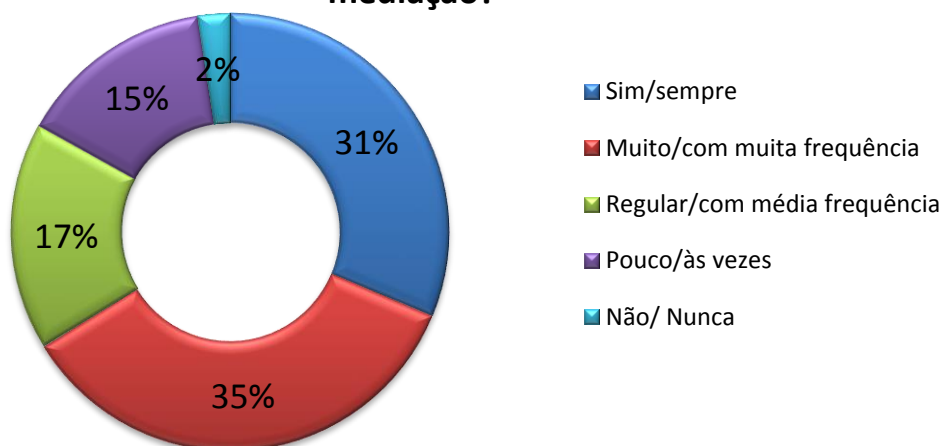
Q22 - Pessoalmente, você se sente mais satisfeito ao atuar como mediador do que quando exerce suas atividades de rotina, dentro do Poder Judiciário?



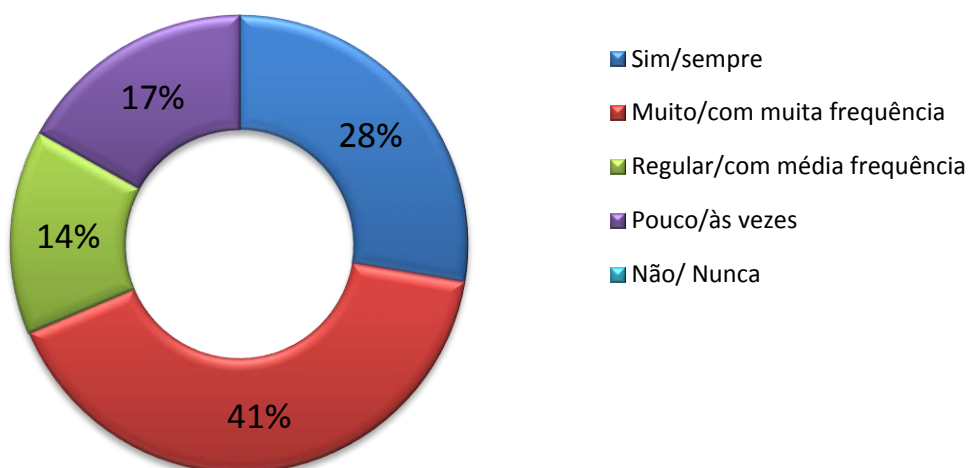
Q23 - E Profissionalmente? Você se sente mais satisfeito ao atuar como mediador do que quando exerce suas atividades de rotina, dentro do Poder Judiciário?



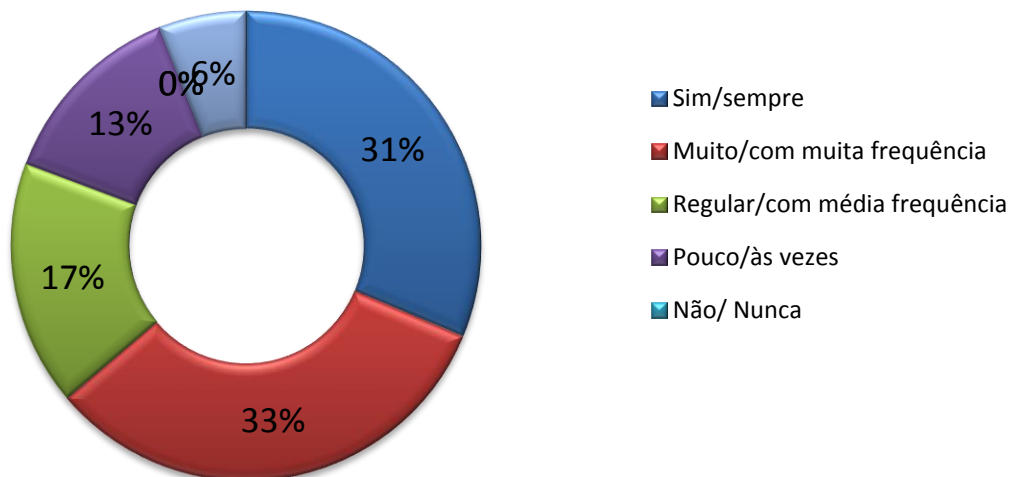
Q24 - Você aplica os conhecimentos adquiridos com a mediação no seu ambiente de trabalho mesmo quando não está participando das atividades relacionadas à mediação?



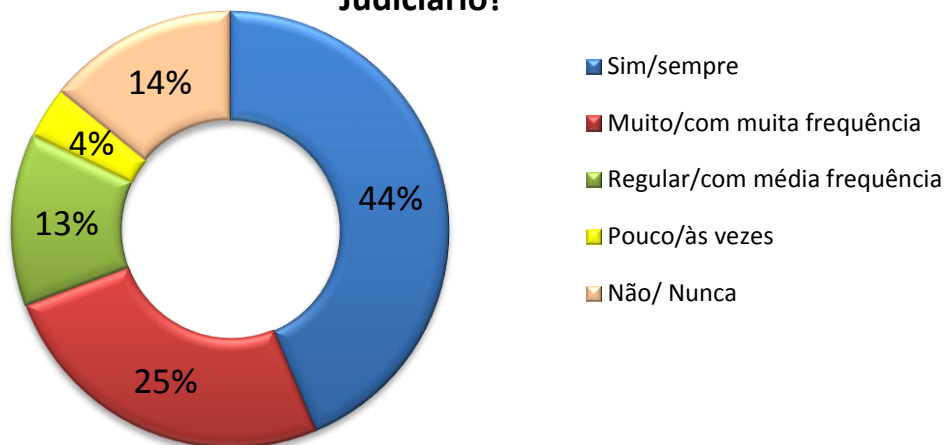
Q25 - Você aplica os conhecimentos adquiridos com a mediação fora do seu ambiente de trabalho?



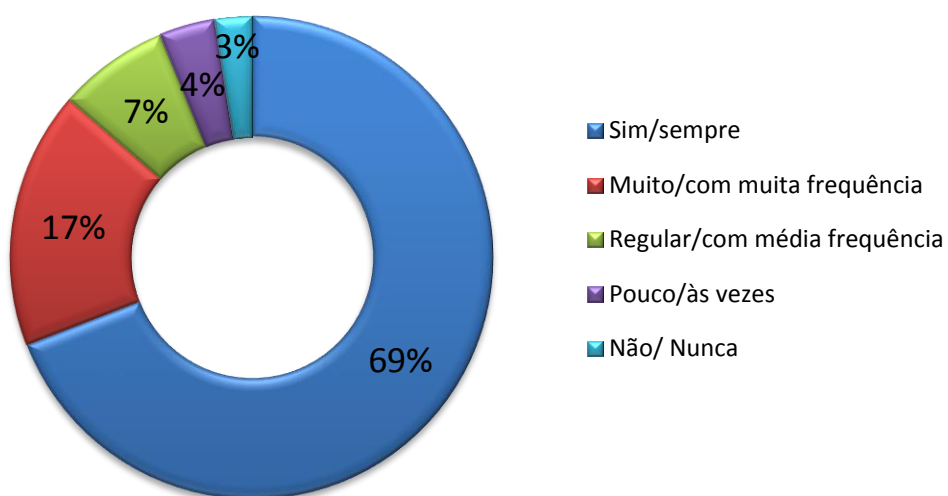
Q26 - A mediação melhorou seu desempenho nas atividades profissionais rotineiras?



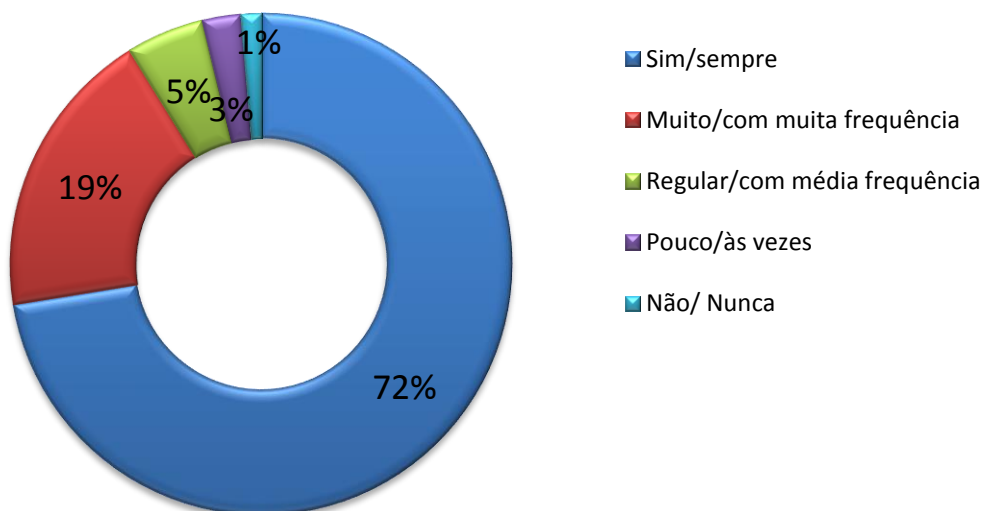
Q27 - A oportunidade de fazer a formação ou de atuar como mediador aumentou sua motivação para permanecer integrando o quadro dos servidores do Poder Judiciário?



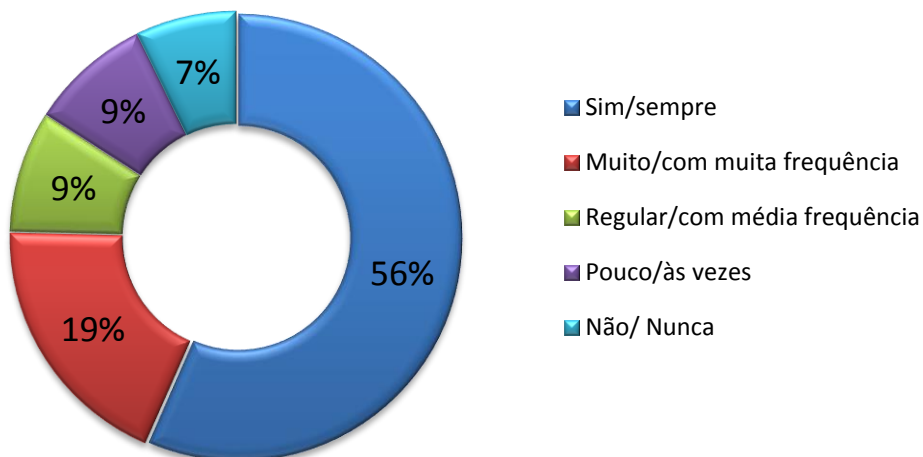
Q28 - Você recomenda aos seus colegas que façam a capacitação em mediação?



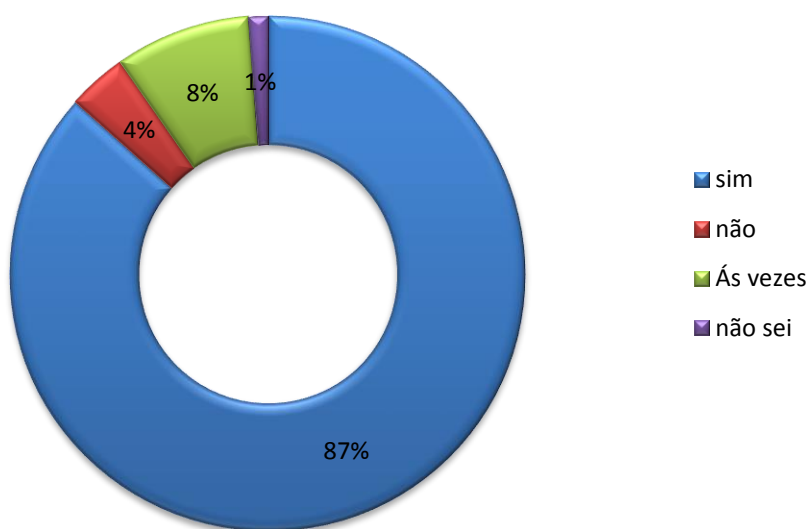
Q29 - No seu entender seria importante que mais servidores participassem dos cursos de formação de mediadores?



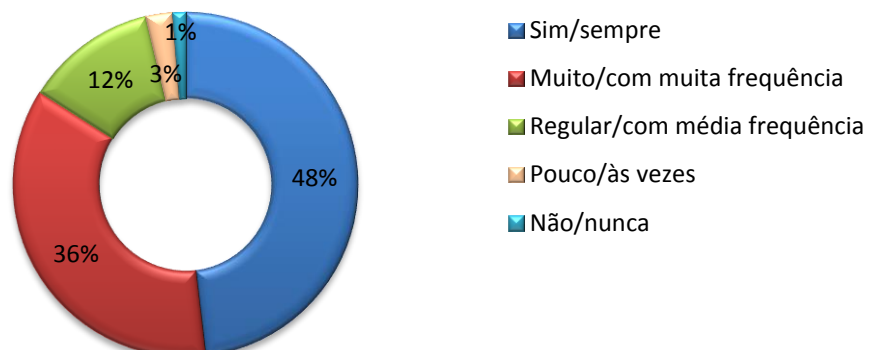
Q30 - Depois de aposentado, você pretende continuar vinculado ao Poder Judiciário, atuando como mediador voluntário?



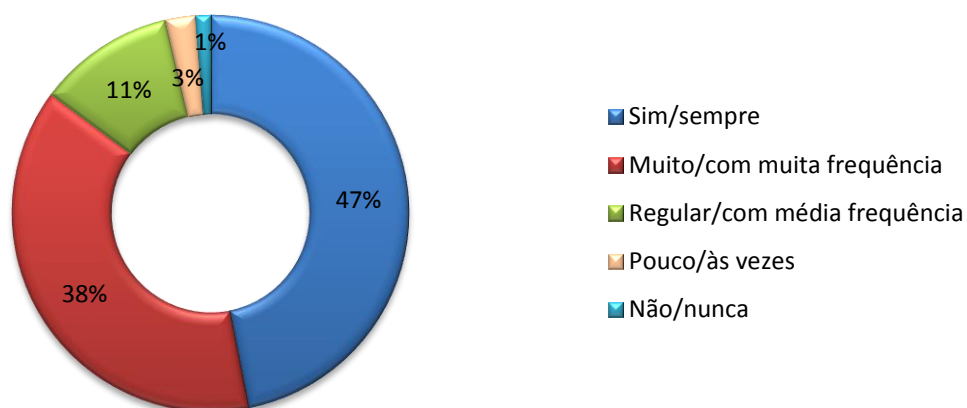
Q31 - Na sua opinião, a mediação está sendo positiva para o funcionamento do judiciário como um todo?



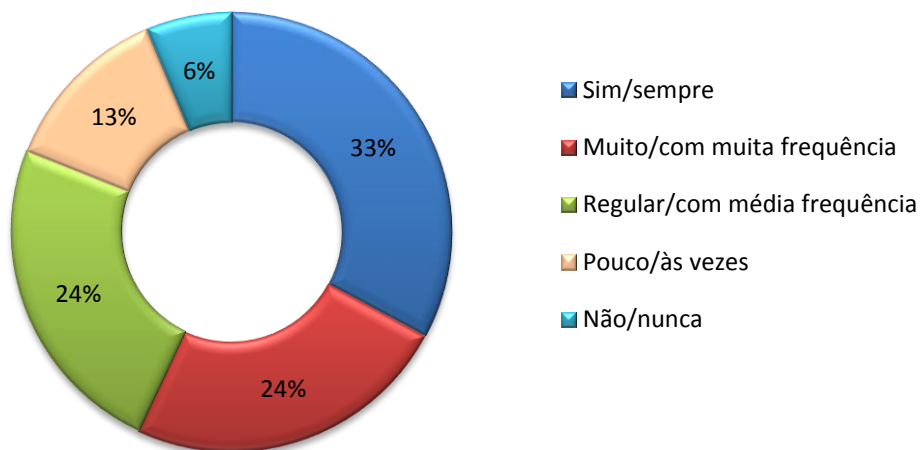
Q32 - Melhora a imagem do Poder Judiciário perante os mediandos?



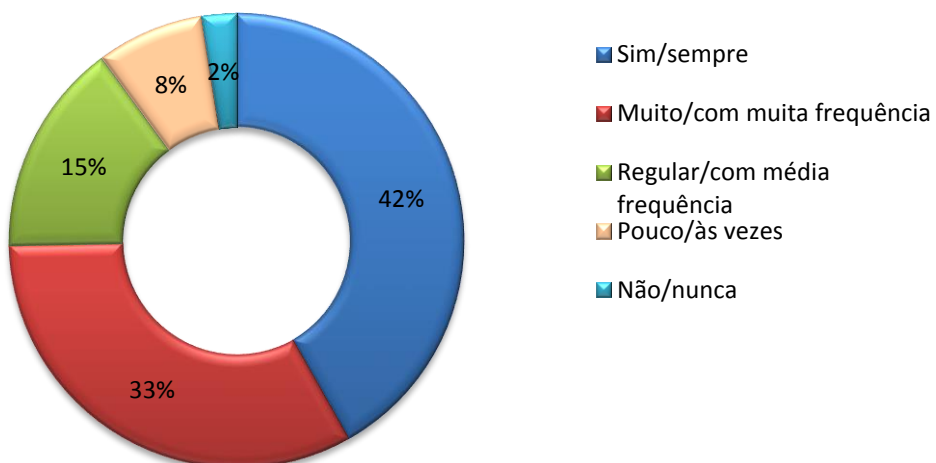
Q33 - Melhora a imagem do Poder Judiciário perante aqueles que não são partes (3º interessados que são convidados a vir para a mediação)?



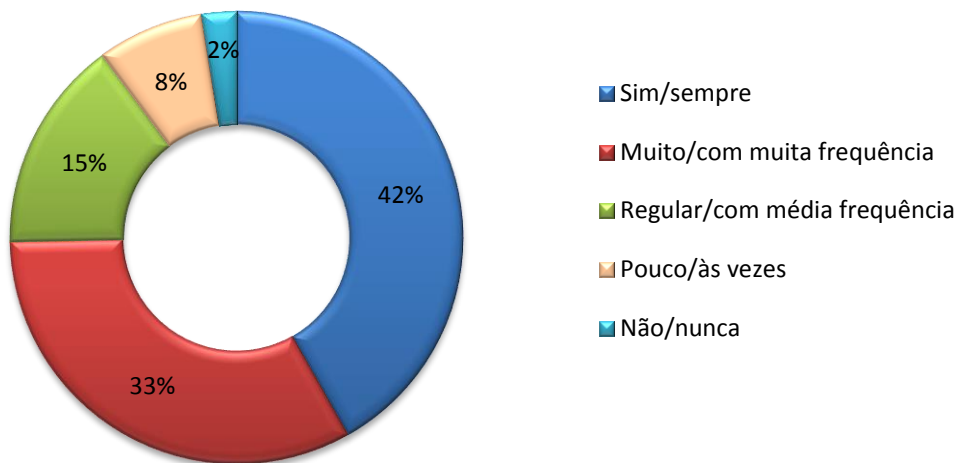
Q34 - Melhora a imagem do Poder Judiciário perante os seus servidores?



Q35 - Melhora a imagem do Poder Judiciário perante os advogados?



Q36 - Melhora a imagem do Poder Judiciário perante a comunidade jurídica/ demais operadores do direito



ANEXO C – Roteiro de entrevista

A entrevista foi dividida em cinco blocos:

BLOCO 01: PERFIL DOS SERVIDORES MEDIADORES

BLOCO 02: MOTIVAÇÃO PARA FAZER O CURSO INICIAL CÍVEL/ 1º PASSO NA FORMAÇÃO EM MEDIAÇÃO CÍVEL

**BLOCO 03: MOTIVAÇÕES, OBSTÁCULOS E RESISTÊNCIA PARA FAZER O ESTÁGIO
CÍVEL E CONCLUIR A FORMAÇÃO**

BLOCO 04: MUDANÇAS PROPORCIONADAS PELA MEDIAÇÃO NA SUA VIDA PROFISSIONAL

**BLOCO 05: IMAGEM DO JUDICIÁRIO/ COMENTÁRIOS E SUGESTÕES PARA
APERFEIÇOAR A IMPLEMENTAÇÃO DA MEDIAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO**

BLOCO 01: PERFIL DOS SERVIDORES MEDIADORES

Qualificação pessoal:

1. Qual sua idade? ()

2. Sexo:

Feminino () Sexo Masculino ()

3. Qual seu grau de escolaridade:

() Ensino Fundamental (1º Grau)

() Pós-graduação

() Ensino Médio (2º grau)

() Mestrado

() Graduação

() Doutorado

() Outro Especifique: _____

4. Você é concursado?

() sim () não

5. Há quanto tempo você é servidor do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul?

() anos

5. Qual seu cargo atual no Poder Judiciário?

() Auxiliar de Serviços Gerais () Oficial Escrevente () Oficial ajudante

() Oficial de Justiça

() Escrivão

() Assessor de

juiz/desembargador

() Taquígrafo

() Assistente Social

() Psicólogo

() Analista Judiciário

() Outro Especificar: _____

6. Em que grau de jurisdição você atua?

() 1º Grau

() 2º Grau

7. Se for no 1º Grau, em qual entrância?

() Inicial

() Intermediária

() Final

8. Qual a sua lotação no Poder Judiciário?

- () Gabinete de juiz de direito () Cartório () Secretaria de Câmara
 () Gabinete de desembargador () CEJUSC () Outro Especificar: _____

BLOCO 02: MOTIVAÇÃO PARA FAZER O CURSO INICIAL CÍVEL/ 1º PASSO NA FORMAÇÃO EM MEDIAÇÃO CÍVEL**9. Como você tomou conhecimento da existência de projetos vinculados à mediação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul?**

- () Informativo *on line* () Colegas () CEJUSCS
 () Juiz(a)/Desembargador () NUPEMEC () internet
 () Outros meios – Qual? _____

10. Qual a sua motivação inicial (antes de fazer o curso de mediação cível)? **Múltipla escolha – até 03**

- () Qualificação Profissional/Título
 () Somar pontos para fins de promoção na carreira
 () Qualificar o atendimento ao jurisdicionado
 () Curiosidade
 () Expectativa de ganho financeiro
 () Sair da rotina
 () Busca de nova profissão/cargo
 () Atender sugestão da chefia imediata
 () Atender determinação da chefia
 () Preparar-se para a aposentadoria
 () Outra _____

11. Com relação ao apoio que você teve dos seus colegas de setor na decisão de fazer o curso de formação cível, você afirma que:

- () foi totalmente apoiado
 () foi apoiado em parte
 () não foi apoiado
 () NS(não sei)/NA (não se aplica)

Se respondido em parte ou não na 11, abra essa:

11 A Na minha opinião, meus colegas de setor apoiaram em parte ou não apoiaram a minha decisão de fazer o curso de formação cível por que eles (escolha múltipla, até três alternativas):

- () não sabem o que é mediação
 () não tem interesse em conhecer a matéria.
 () não acreditam na mediação, embora saibam do que se trata.
 () pensam que fazer o curso é apenas uma justificativa para afastar-se das demais responsabilidades profissionais.
 () acreditam que ficarão sobrecarregados pois terão que absorver as minhas tarefas, além da deles
 () acreditam que vai comprometer o andamento dos serviços de rotina do unidade onde trabalho.
 () acreditam que todos estão sobrecarregados e a mediação, por ser voluntária, importa mais responsabilidades sem nenhum reconhecimento ou contrapartida financeira
 () Outros
 () Não sei

12. Com relação ao apoio dado pela sua chefia para você na decisão de fazer o curso de formação cível, você acredita que:

- ☐ foi totalmente apoiado
- ☐ foi apoiado em parte
- ☐ não foi apoiado
- ☐ NS(não sei)/NA (não se aplica)

Se respondido em parte ou NÃO na 12, abra essa:

12 A Ao analisar os motivos pelos quais a sua chefia imediata apoiou em parte ou não apoiou a sua decisão de fazer o curso de formação cível, você entende que ela: **múltipla escolha, até três alternativas**

- ☐ não sabe o que é mediação
- ☐ não tem interesse em conhecer a matéria.
- ☐ não acredita na mediação, embora saiba do que se trata.
- ☐ acredita que pode haver uma sobrecarga de atividades aos demais servidores do setor durante minha ausência
- ☐ teme mudanças
- ☐ pensa que estou em busca de uma justificativa para me afastar das minhas responsabilidades
- ☐ A chefia, pessoalmente, precisará absorver as minhas atividades de rotina
- ☐ Outros
- ☐ Não sei

13. Com relação ao seu grau de satisfação em relação ao curso de mediação cível, você afirma que o curso foi:

- ☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim * ☐ péssimo * ☐ não sei

Se respondido bom, regular, ruim ou péssimo abre:

13 A. Na sua opinião o curso não correspondeu totalmente às suas expectativas em aspectos relacionados a:

(múltipla escolha até 03)

- ☐ carga horária
- ☐ abrangência do conteúdo
- ☐ instrutores com pouca experiência
- ☐ instrutores pouco qualificados
- ☐ estrutura física do local do curso
- ☐ motivação
- ☐ outros _____

BLOCO 03: MOTIVAÇÕES, OBSTÁCULOS E RESISTÊNCIA PARA FAZER O ESTÁGIO CÍVEL E CONCLUIR A FORMAÇÃO

14. Com relação ao estágio prático de mediação civil:

- a. ☐ Não iniciei e não pretendo fazê-lo
- b. ☐ Não iniciei mas quero fazê-lo
- c. ☐ Iniciei mas não quero concluí-lo
- d. ☐ Iniciei e quero concluí-lo
- e. ☐ conclui

Se escolheu “e” (concluiu) na 14, abre:

14 A Em quanto tempo você concluiu o estágio prático cível:

() meses

Se escolheu “e” (concluiu) na 14, abre

14 C O que o motivou a concluir o estágio prático: (múltipla escolha, até três)

- () obtenção do título
- () obtenção da comprovação de prática jurídica
- () pela identificação com a proposta
- () pela realização pessoal
- () para obter promoção (pontos) no plano de carreira
- () por ter interesse em fazer a formação em família
- () para sair da rotina
- () expectativa de dedicação exclusiva à mediação dentro do Poder Judiciário
- () para preparar-me para a aposentadoria
- () outros: _____
- () não sei

Se escolheu “e” (concluiu) na 14, abre

14 D Aponte quais as maiores dificuldades que você encontrou para finalizar o estágio prático:

(múltipla escolha, até três)

- () Falta de tempo
- () Falta de estrutura do CEJUSC
- () Falta de motivação
- () Falta de apoio dos colegas
- () Falta de apoio da chefia
- () Falta de afinidade com os demais mediadores
- () Falta de supervisão
- () Falta de identificação com a proposta
- () Falta de comparecimento das partes nas sessões de mediação e/ou pedidos de cancelamento das sessões
- () Outros _____
- () não encontrei dificuldade

Se c ou d (inicie) na 14, abre:

14 F Em que fase do ESTÁGIO você se encontra?

- () Inicial (menos de 04 relatórios)
- () Na metade (cinco relatórios)
- () Final (mais de cinco relatórios)

SE c ou d NA 14E

14 I Quais os maiores obstáculos/ dificuldades que você vem encontrando ou encontrou para fazer o estágio prático: (escolha múltipla, até 03)

- () Falta de tempo
- () Falta de estrutura do CEJUSC
- () Falta de motivação
- () Falta de apoio dos colegas
- () Falta de apoio da chefia
- () Falta de afinidade com os demais mediadores

- ☐ Falta de supervisão
- ☐ Falta de identificação com a proposta
- ☐ Falta de comparecimento das partes nas sessões de mediação e/ou pedidos de cancelamento das sessões
- ☐ Outros _____
- ☐ não encontrei dificuldade

Se d na 14 (PRETENDE CONCLUIR O ESTÁGIO PRÁTICO DE MEDIAÇÃO CÍVEL)

14 G O que o motiva a concluir o estágio prático: **Múltipla escolha, até três.**

- ☐ obtenção do título
- ☐ obtenção da comprovação de prática jurídica
- ☐ pela identificação com a proposta
- ☐ pela realização pessoal
- ☐ para atender expectativa da chefia
- ☐ por ter interesse em fazer a formação em família
- ☐ para sair da rotina
- ☐ para me preparar para a aposentadoria
- ☐ para obter promoção (pontos) no plano de carreira
- ☐ expectativa de dedicação exclusiva à mediação dentro do Poder Judiciário
- ☐ outros: _____
- ☐ não sei

Se b na 14 (não iniciei mas pretendo fazê-lo)

14 H Por quais os motivos você ainda não deu início ao estágio prático:

- ☐ Falta de tempo
- ☐ Falta de incentivo financeiro
- ☐ Falta de apoio dos colegas
- ☐ Falta de apoio da chefia
- ☐ Não foram marcadas mediações para eu participar
- ☐ Não tenho afinidade com o grupo de mediadores
- ☐ Não me identifiquei com a proposta
- ☐ as partes não comparecem na mediação ou pedem o cancelamento da sessão
- ☐ Outros _____
- ☐ Não sei

14 I Por quais motivos você pretende fazer o estágio prático:

- ☐ obtenção do título
- ☐ obtenção da comprovação de prática jurídica
- ☐ pela identificação com a proposta
- ☐ pela realização pessoal
- ☐ para atender expectativa da chefia
- ☐ por ter interesse em fazer a formação em família
- ☐ para sair da rotina
- ☐ para me preparar para a aposentadoria
- ☐ para obter promoção (pontos) no plano de carreira
- ☐ expectativa de dedicação exclusiva à mediação dentro do Poder Judiciário
- ☐ outros: _____
- ☐ não sei

Se respondeu a na 14 (não pretendo fazer o estágio cível)

14 J Por que motivos você decidiu que não irá fazer o estágio prático: (múltipla escolha até três)

- () Falta de tempo
- () Falta de interesse
- () Falta de incentivo financeiro
- () Descrédito no método (mediação)
- () Falta de apoio dos colegas
- () Falta de apoio da chefia
- () Não foram marcadas mediações para eu participar
- () Não tenho afinidade com o grupo de mediadores
- () Não me identifiquei com a proposta
- () as partes não comparecem na mediação ou pedem o cancelamento da sessão
- Outros _____

Se respondeu, d ou e na pergunta 14

15. Depois da conclusão do estágio prático você continuou ou pretende continuar atuando como mediador?

- () Sim (15 A) () Não (15 B)

Se respondeu SIM na 15

15 A. Por que motivo vc. pretende continuar atuando como mediador: múltipla escolha, até 03

- () pela identificação com a proposta
- () pela realização pessoal
- () por determinação da chefia
- () por ter interesse em fazer a formação em família (se você ainda não fez)
- () Sair da rotina
- () Para manter o círculo de convivência com os demais mediadores
- () Preparar-se para a aposentadoria
- () para exercer uma nova profissão
- () expectativa de dedicação exclusiva a mediação dentro do Poder Judiciário
- () Outra _____

Se respondeu NÃO na 15:

15 B. Motivos pelos quais você deixou ou pretende deixar de atuar como mediador: múltipla escolha, até 03

- () Falta de tempo
- () Falta de interesse
- () Falta de incentivo financeiro
- () Descrédito no método (mediação)
- () Falta de apoio dos colegas
- () Falta de apoio da chefia
- () Não foram mais marcadas mediações para eu participar
- () Não tenho afinidade com o grupo de mediadores
- () Não me identifiquei com a proposta
- () as partes não comparecem na mediação ou pedem o cancelamento da sessão
- () outros _____

16. Quantas horas por semana, aproximadamente, você dedica à prática da mediação e/ou atividades correlatas a ela no horário de expediente:

() Horas

17. Quantas horas por semana, aproximadamente, você gostaria de se dedicar à prática da mediação e/ou atividades correlatas a ela no horário de expediente:

() Horas

18. Você se dedica a alguma atividade relacionada à mediação fora do horário de expediente?

() Sim* () Não

Se respondeu SIM na 18

18 A . Quais?

- () docência
- () grupo de estudos
- () mediação privada
- () mediação voluntária fora do Poder Judiciário
- () Outros: _____

BLOCO 04: MUDANÇAS PROPORCIONADAS PELA MEDIAÇÃO NA SUA VIDA PROFISSIONAL

19. Participar da formação em mediação qualificou o meu trabalho de rotina dentro do Poder Judiciário.

- () sim
- () não*
- () em parte*
- () NS(não sei)/NR(não responderei)

Quem respondeu , c, d e e na 14

20. Você acredita que atuar como mediador qualifica o meu trabalho do dia a dia dentro do Poder Judiciário.

- () sim
- () não*
- () em parte*
- () NS(não sei)/NR(não responderei)

SE NÃO na 19 ou 20

19 A 20 A A participação no curso ou o exercício da atividade de mediador não qualifica o seu trabalho dentro do Poder Judiciário porque: (múltipla escolha, até 03)

- () a autocomposição não se encaixa no Poder Judiciário
- () O conteúdo do curso não contribui para o meu crescimento profissional
- () Não identifiquei como aplicar os conhecimentos obtidos no curso e/ou na prática da mediação na minha unidade de trabalho
- () Os servidores mediadores não tem nenhum incentivo para fazer mudanças na sua unidade de origem

- () outros _____
- () não sei.

21. A mediação despertou em você habilidades que desconhecias possuir?

- () SIM
- () NÃO

21 A. Se sim na 21: Quais Habilidades/capacidades que a mediação despertou em mim: (múltipla escolha, até três)

- () de interagir com as pessoas.
- () de auxiliar os envolvidos no conflito a efetivamente resolverem os problemas que deram origem ao(s) processo(s)
- () de criar (criatividade)
- () de ouvir ativamente o outro
- () de empatia
- () de participar da construção/efetivação da justiça
- () outros _____

Considerando a sua experiência na mediação e analisando as alternativas a seguir, responda:	Sim/sempre	Muito/com muita frequência	Regular/com média frequência	Pouco/às vezes*	Não /Nunca*	Não sei/não se aplica
22. Pessoalmente, você se sente mais satisfeito ao atuar como mediador do que quando exerce suas atividades de rotina, dentro do Poder Judiciário?						
23. Profissionalmente, você se sente mais satisfeito ao atuar como mediador do que quando exerce suas atividades de rotina, dentro do Poder Judiciário?						
24. Você aplica os conhecimentos adquiridos com a mediação no seu ambiente de trabalho mesmo quando não está participando das atividades relacionadas à mediação?						
25. Você aplica os conhecimentos adquiridos com a mediação fora do seu ambiente de trabalho?						

26. A mediação melhorou seu desempenho nas atividades profissionais rotineiras?						
27. A oportunidade de fazer a formação ou de atuar como mediador aumentou sua motivação para permanecer integrando o quadro dos servidores do Poder Judiciário?						
28. Você recomenda aos seus colegas que façam a capacitação em mediação?						
29. No seu entender seria importante que mais servidores participassem dos cursos de formação de mediadores?						
30. Depois de aposentado, você pretende continuar vinculado ao Poder Judiciário, atuando como mediador voluntário?						
<u>Se desejar, justifique as respostas acima:</u>						

BLOCO 05: IMAGEM DO JUDICIÁRIO

31. Na sua opinião, a mediação está sendo positiva para o funcionamento do judiciário como um todo.

- () sim
 () não
 () às vezes
 () NS(não sei)

31 A. Na sua opinião, a mediação NÃO está sendo positiva para o Poder Judiciário como um todo porquê:

- () o método não funciona
 () o método funciona mas apenas um número muito reduzido de casos passam pela mediação
 () Os servidores não tem condições de cumular mais responsabilidades além das que já possuem no seu dia a dia
 () os servidores não tem a formação continuada necessária para se manter atualizados nas questões relativas a mediação
 () Outros: _____
 () não sei

Analisando as alternativas a seguir, você observa que a mediação:	Sim/sempre	Muito/com muita frequência	Regular/com média frequência	Pouco/às vezes	Não /Nunca	Não sei/não se aplica
3.2 melhora a imagem do Poder Judiciário perante os mediandos?						
33. melhora a imagem do Poder Judiciário perante aqueles que não são partes (3º interessados que são convidados a vir para a mediação)?						
34 melhora a imagem do Poder Judiciário perante os seus servidores?						
35. melhora a imagem do Poder Judiciário perante os advogados?						
36. melhora a imagem do Poder Judiciário perante a comunidade jurídica/ demais operadores do direito (ex.: alunos, docentes, peritos, Ministério Público, Defensoria Pública)?						

COMENTÁRIOS E SUGESTÕES PARA APERFEIÇOAR A IMPLEMENTAÇÃO DA MEDIAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO

37. Sinta-se livre para fazer os comentários e sugestões que entender pertinentes.

ANEXO D – Resolução CNJ n. 125

Texto compilado a partir da redação
dada pela Emenda nº 01/2013.

RESOLUÇÃO Nº 125, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais,

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, bem como zelar pela observância do art. 37 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a eficiência operacional, o acesso ao sistema de Justiça e a responsabilidade social são objetivos estratégicos do Poder Judiciário, nos termos da Resolução/CNJ nº 70, de 18 de março de 2009;

CONSIDERANDO que o direito de acesso à Justiça, previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal além da vertente formal perante os órgãos judiciários, implica acesso à ordem jurídica justa;

CONSIDERANDO que, por isso, cabe ao Judiciário estabelecer política pública de tratamento adequado dos problemas jurídicos e dos conflitos de interesses, que ocorrem em larga e crescente escala na sociedade, de forma a organizar, em âmbito nacional, não somente os serviços prestados nos processos judiciais, como também os que possam sê-lo mediante outros mecanismos de solução de conflitos, em especial dos consensuais, como a mediação e a conciliação;

CONSIDERANDO a necessidade de se consolidar uma política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos consensuais de solução de litígios;

CONSIDERANDO que a conciliação e a mediação são instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios, e que a sua apropriada

disciplina em programas já implementados no país tem reduzido a excessiva judicialização dos conflitos de interesses, a quantidade de recursos e de execução de sentenças;

CONSIDERANDO ser imprescindível estimular, apoiar e difundir a sistematização e o aprimoramento das práticas já adotadas pelos tribunais;

CONSIDERANDO a relevância e a necessidade de organizar e uniformizar os serviços de conciliação, mediação e outros métodos consensuais de solução de conflitos, para lhes evitar disparidades de orientação e práticas, bem como para assegurar a boa execução da política pública, respeitadas as especificidades de cada segmento da Justiça;

CONSIDERANDO que a organização dos serviços de conciliação, mediação e outros métodos consensuais de solução de conflitos deve servir de princípio e base para a criação de Juízos de resolução alternativa de conflitos, verdadeiros órgãos judiciais especializados na matéria;

CONSIDERANDO o deliberado pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça na sua 117ª Sessão Ordinária, realizada em de 23 de 2010, nos autos do procedimento do Ato 0006059-82.2010.2.00.0000;

RESOLVE:

Capítulo I

Da Política Pública de tratamento adequado dos conflitos de interesses

Art. 1º Fica instituída a Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses, tendente a assegurar a todos o direito à solução dos conflitos por meios adequados à sua natureza e peculiaridade. (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

Parágrafo único. Aos órgãos judiciários incumbe oferecer mecanismos de soluções de controvérsias, em especial os chamados meios consensuais, como a mediação e a conciliação, bem assim prestar atendimento e orientação ao cidadão. Nas hipóteses em que este atendimento de cidadania não for imediatamente implantado, esses serviços devem ser gradativamente ofertados no prazo de 12 (doze) meses.

Art. 2º Na implementação da Política Judiciária Nacional, com vista à boa qualidade dos serviços e à disseminação da cultura de pacificação social, serão observados: (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

I – centralização das estruturas judiciárias;

II – adequada formação e treinamento de servidores, conciliadores e mediadores;

III – acompanhamento estatístico específico. Art. 3º O CNJ auxiliará os tribunais na organização dos serviços mencionados no art. 1º, podendo ser firmadas parcerias com entidades públicas e privadas.

Capítulo II

Das Atribuições do Conselho Nacional de Justiça

Art. 4º Compete ao Conselho Nacional de Justiça organizar programa com o objetivo de promover ações de incentivo à autocomposição de litígios e à pacificação social por meio da conciliação e da mediação.

Art. 5º O programa será implementado com a participação de rede constituída por todos os órgãos do Poder Judiciário e por entidades públicas e privadas parceiras, inclusive universidades e instituições de ensino.

Art. 6º Para desenvolvimento dessa rede, caberá ao CNJ: (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

I – estabelecer diretrizes para implementação da política pública de tratamento adequado de conflitos a serem observadas pelos Tribunais;

II – desenvolver conteúdo programático mínimo e ações voltadas à capacitação em métodos consensuais de solução de conflitos, para magistrados da Justiça Estadual e da Justiça Federal, servidores, mediadores, conciliadores e demais facilitadores da solução consensual de controvérsias, ressalvada a competência da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM;

III – providenciar que as atividades relacionadas à conciliação, mediação e outros métodos consensuais de solução de conflitos sejam consideradas nas promoções e remoções de magistrados pelo critério do merecimento;

IV – regulamentar, em código de ética, a atuação dos conciliadores, mediadores e demais facilitadores da solução consensual de controvérsias;

V – buscar a cooperação dos órgãos públicos competentes e das instituições públicas e privadas da área de ensino, para a criação de disciplinas que propiciem o surgimento da cultura da solução pacífica dos conflitos, bem como que, nas Escolas de Magistratura, haja módulo voltado aos métodos consensuais de solução de conflitos, no curso de iniciação funcional e no curso de aperfeiçoamento;

VI – estabelecer interlocução com a Ordem dos Advogados do Brasil, Defensorias Públicas, Procuradorias e Ministério Público, estimulando sua participação nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania e valorizando a atuação na prevenção dos litígios;

VII – realizar gestão junto às empresas, públicas e privadas, bem como junto às agências reguladoras de serviços públicos, a fim de implementar práticas autocompositivas e desenvolver acompanhamento estatístico, com a instituição de banco de dados para visualização de resultados, conferindo selo de qualidade;

VIII – atuar junto aos entes públicos e grandes litigantes de modo a estimular a autocomposição.

Capítulo III

Das Atribuições dos Tribunais

Seção I

Dos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Art. 7º Os Tribunais deverão criar, no prazo de 60 (sessenta) dias, Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, compostos por magistrados da ativa ou aposentados e servidores, preferencialmente atuantes na área, com as seguintes atribuições, entre outras: (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

I – desenvolver a Política Judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesses, estabelecida nesta Resolução;

II – planejar, implementar, manter e aperfeiçoar as ações voltadas ao cumprimento da política e suas metas;

III – atuar na interlocução com outros Tribunais e com os órgãos integrantes da rede mencionada nos arts. 5º e 6º;

IV – instalar Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania que concentrarão a realização das sessões de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, dos órgãos por eles abrangidos;

V – incentivar ou promover capacitação, treinamento e atualização permanente de magistrados, servidores, conciliadores e mediadores nos métodos consensuais de solução de conflitos;

VI – propor ao Tribunal a realização de convênios e parcerias com entes públicos e privados para atender aos fins desta Resolução.

§ 1º A criação dos Núcleos e sua composição deverão ser informadas ao Conselho Nacional de Justiça.

§ 2º Os Núcleos poderão estimular programas de mediação comunitária, desde que esses centros comunitários não se confundam com os Centros de conciliação e mediação judicial, previstos no Capítulo III, Seção II.

§ 3º Nos termos do art. 73 da Lei nº 9.099/95 e dos arts. 112 e 116 da Lei nº 8.069/90, os Núcleos poderão centralizar e estimular programas de mediação penal ou qualquer outro processo restaurativo, desde que respeitados os princípios básicos e processos restaurativos previstos na Resolução nº 2002/12 do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas e a participação do titular da ação penal em todos os atos.

§ 4º Na hipótese de conciliadores e mediadores que atuem em seus serviços, os Tribunais deverão criar e manter cadastro, de forma a regulamentar o processo de inscrição e de desligamento desses facilitadores.

Seção II

Dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania

Art. 8º Para atender aos Juízos, Juizados ou Varas com competência nas áreas cível, fazendária, previdenciária, de família ou dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e Fazendários, os Tribunais deverão criar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania ("Centros"), unidades do Poder Judiciário, preferencialmente, responsáveis pela realização das sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, bem como pelo atendimento e orientação ao cidadão. (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

§ 1º As sessões de conciliação e mediação pré-processuais deverão ser realizadas nos Centros, podendo, excepcionalmente, serem realizadas nos próprios Juízos, Juizados ou Varas designadas, desde que o sejam por conciliadores e mediadores cadastrados pelo Tribunal (inciso VI do art. 7º) e supervisionados pelo Juiz Coordenador do Centro (art. 9º).

§ 2º Os Centros poderão ser instalados nos locais onde exista mais de uma unidade jurisdicional com pelo menos uma das competências referidas no caput e, obrigatoriamente, serão instalados a partir de 5 (cinco) unidades jurisdicionais.

§ 3º Nas Comarcas das Capitais dos Estados e nas sedes das Seções e Regiões Judiciárias, bem como nas Comarcas do interior, Subseções e Regiões Judiciárias de maior movimento forense, o prazo para a instalação dos Centros será de 4 (quatro) meses a contar do início de vigência desta Resolução.

§ 4º Nas demais Comarcas, Subseções e Regiões Judiciárias, o prazo para a instalação dos Centros será de 12 (doze) meses a contar do início de vigência deste ato.

§ 5º Os Tribunais poderão, excepcionalmente, estender os serviços do Centro a unidades ou órgãos situados em locais diversos, desde que próximos daqueles referidos no § 2º, e instalar Centros nos chamados Foros Regionais, nos quais funcionem 2 (dois) ou mais Juízos, Juizados ou Varas, observada a organização judiciária local.

§ 6º Os Centros poderão ser organizados por áreas temáticas, como centros de conciliação de juizados especiais, família, precatórios e empresarial, dentre outros, juntamente com serviços de cidadania.

§ 7º O coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania poderá solicitar feitos de outras unidades judiciais com o intuito de organizar pautas concentradas ou mutirões, podendo, para tanto, fixar prazo.

§ 8º Para efeito de estatística de produtividade, as sentenças homologatórias prolatadas em razão da solicitação estabelecida no parágrafo anterior reverterão ao juízo de origem, e as sentenças decorrentes da atuação pré-processual ao coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.

Art. 9º Os Centros contarão com um juiz coordenador e, se necessário, com um adjunto, aos quais caberão a sua administração e a homologação de acordos, bem como a supervisão do serviço de conciliadores e mediadores. Os magistrados da Justiça Estadual e da Justiça Federal serão designados pelo Presidente de cada

Tribunal dentre aqueles que realizaram treinamento segundo o modelo estabelecido pelo CNJ, conforme Anexo I desta Resolução. (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

§ 1º Caso o Centro atenda a grande número de Juízos, Juizados ou Varas, o respectivo juiz coordenador poderá ficar designado exclusivamente para sua administração.

§ 2º Os Tribunais deverão assegurar que nos Centros atuem servidores com dedicação exclusiva, todos capacitados em métodos consensuais de solução de conflitos e, pelo menos, um deles capacitado também para a triagem e encaminhamento adequado de casos.

§ 3º O treinamento dos servidores referidos no parágrafo anterior deverá observar as diretrizes estabelecidas pelo CNJ conforme Anexo I desta Resolução.

Art. 10. Os Centros deverão obrigatoriamente abranger setor de solução pré-processual de conflitos, setor de solução processual de conflitos e setor de cidadania. (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

Art. 11. Nos Centros poderão atuar membros do Ministério Público, defensores públicos, procuradores e/ou advogados.

Seção III

Dos Conciliadores e Mediadores

Art. 12. Nos Centros, bem como todos os demais órgãos judiciários nos quais se realizem sessões de conciliação e mediação, somente serão admitidos mediadores e conciliadores capacitados na forma deste ato (Anexo I), cabendo aos Tribunais, antes de sua instalação, realizar o curso de capacitação, podendo fazê-lo por meio de parcerias. (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

§ 1º Os Tribunais que já realizaram a capacitação referida no caput poderão dispensar os atuais mediadores e conciliadores da exigência do certificado de conclusão do curso de capacitação, mas deverão disponibilizar cursos de treinamento e aperfeiçoamento, na forma do Anexo I, como condição prévia de atuação nos Centros.

§ 2º Todos os conciliadores, mediadores e outros especialistas em métodos consensuais de solução de conflitos deverão submeter-se a reciclagem permanente e à avaliação do usuário.

§ 3º Os cursos de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento de mediadores e conciliadores deverão observar o conteúdo programático, com número de exercícios simulados e carga horária mínimos estabelecidos pelo CNJ (Anexo I) e deverão ser seguidos necessariamente de estágio supervisionado.

§ 4º Os mediadores, conciliadores e demais facilitadores do entendimento entre as partes ficarão sujeitos ao código de ética estabelecido pelo Conselho (Anexo II). Seção IV Dos Dados Estatísticos

Art. 13. Os Tribunais deverão criar e manter banco de dados sobre as atividades de cada Centro, com as informações constantes do Portal da Conciliação. (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

Art. 14. Caberá ao CNJ compilar informações sobre os serviços públicos de solução consensual das controvérsias existentes no país e sobre o desempenho de cada um deles, por meio do DPJ, mantendo permanentemente atualizado o banco de dados. Capítulo IV Do Portal da Conciliação

Art. 15. Fica criado o Portal da Conciliação, a ser disponibilizado no sítio do CNJ na rede mundial de computadores, com as seguintes funcionalidades, entre outras: (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

I – publicação das diretrizes da capacitação de conciliadores e mediadores e de seu código de ética;

II – relatório gerencial do programa, por Tribunal, detalhado por unidade judicial e por Centro;

III – compartilhamento de boas práticas, projetos, ações, artigos, pesquisas e outros estudos;

IV – fórum permanente de discussão, facultada a participação da sociedade civil;

V – divulgação de notícias relacionadas ao tema;

VI – relatórios de atividades da "Semana da Conciliação".

Parágrafo único. A implementação do Portal será gradativa, observadas as possibilidades técnicas, sob a responsabilidade do CNJ. Disposições Finais

Art. 16. O disposto na presente Resolução não prejudica a continuidade de programas similares já em funcionamento, cabendo aos Tribunais, se necessário, adaptá-los aos termos deste ato. (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

Parágrafo único. Em relação aos Núcleos e Centros, os Tribunais poderão utilizar siglas e denominações distintas das referidas nesta Resolução, desde que mantidas as suas atribuições previstas no Capítulo III.

Art. 17. Compete à Presidência do Conselho Nacional de Justiça, com o apoio da Comissão de Acesso ao Sistema de Justiça e Responsabilidade Social, coordenar as atividades da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses, cabendo-lhe instituir, regulamentar e presidir o Comitê Gestor da Conciliação, que será responsável pela implementação e acompanhamento das medidas previstas neste ato.

Art. 18. Os Anexos integram esta Resolução e possuem caráter vinculante. (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Cezar Peluso

Este texto não substitui a publicação oficial.

ANEXO I

DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

Considerando que a política pública de formação de instrutores em mediação e conciliação do Conselho Nacional de Justiça tem destacado entre seus princípios informadores a qualidade dos serviços como garantia de acesso a uma ordem jurídica justa, desenvolveu-se inicialmente conteúdo programático mínimo a ser seguido pelos Tribunais nos cursos de capacitação de serventuários da justiça, conciliadores e mediadores. Todavia, constatou-se que os referidos conteúdos programáticos estavam sendo implantados sem os exercícios simulados e estágios supervisionados necessários à formação de mediadores e conciliadores.

Para esse fim mostrou-se necessário alterar o conteúdo programático para recomendar-se a adoção de cursos nos moldes dos conteúdos programáticos aprovados pelo Comitê Gestor do Movimento pela Conciliação. Destarte, os treinamentos referentes a Políticas Públicas de Resolução de Disputas (ou introdução aos meios adequados de solução de conflitos), Conciliação e Mediação devem seguir as diretrizes indicadas no Portal da Conciliação, com sugestões de

slides e exemplos de exercícios simulados a serem utilizados nas capacitações, devidamente aprovados pelo Comitê Gestor da Conciliação.

Os referidos treinamentos somente poderão ser conduzidos por instrutores certificados e autorizados pelos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

ANEXO III

CÓDIGO DE ÉTICA DE CONCILIADORES E MEDIADORES JUDICIAIS

INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça, a fim de assegurar o desenvolvimento da Política Pública de tratamento adequado dos conflitos e a qualidade dos serviços de conciliação e mediação enquanto instrumentos efetivos de pacificação social e de prevenção de litígios, institui o Código de Ética, norteado por princípios que formam a consciência dos terceiros facilitadores, como profissionais, e representam imperativos de sua conduta.

Dos princípios e garantias da conciliação e mediação judiciais

Art. 1º São princípios fundamentais que regem a atuação de conciliadores e mediadores judiciais: confidencialidade, decisão informada, competência, imparcialidade, independência e autonomia, respeito à ordem pública e às leis vigentes, empoderamento e validação.

I – Confidencialidade - dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo ser testemunha do caso, nem atuar como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese;

II – Decisão informada - dever de manter o jurisdicionado plenamente informado quanto aos seus direitos e ao contexto fático no qual está inserido;

III – Competência - dever de possuir qualificação que o habilite à atuação judicial, com capacitação na forma desta Resolução, observada a reciclagem periódica obrigatória para formação continuada;

IV – Imparcialidade - dever de agir com ausência de favoritismo, preferência ou preconceito, assegurando que valores e conceitos pessoais não interfiram no

resultado do trabalho, compreendendo a realidade dos envolvidos no conflito e jamais aceitando qualquer espécie de favor ou presente;

V – Independência e autonomia - dever de atuar com liberdade, sem sofrer qualquer pressão interna ou externa, sendo permitido recusar, suspender ou interromper a sessão se ausentes as condições necessárias para seu bom desenvolvimento, tampouco havendo dever de redigir acordo ilegal ou inexecutável;

VI – Respeito à ordem pública e às leis vigentes - dever de velar para que eventual acordo entre os envolvidos não viole a ordem pública, nem contrarie as leis vigentes;

VII – Empoderamento - dever de estimular os interessados a aprenderem a melhor resolverem seus conflitos futuros em função da experiência de justiça vivenciada na autocomposição;

VIII – Validação - dever de estimular os interessados perceberem-se reciprocamente como seres humanos merecedores de atenção e respeito. Das regras que regem o procedimento de conciliação/mediação

Art. 2º As regras que regem o procedimento da conciliação/mediação são normas de conduta a serem observadas pelos conciliadores/mediadores para o bom desenvolvimento daquele, permitindo que haja o engajamento dos envolvidos, com vistas à sua pacificação e ao comprometimento com eventual acordo obtido, sendo elas:

I – Informação - dever de esclarecer os envolvidos sobre o método de trabalho a ser empregado, apresentando-o de forma completa, clara e precisa, informando sobre os princípios deontológicos referidos no Capítulo I, as regras de conduta e as etapas do processo;

II – Autonomia da vontade - dever de respeitar os diferentes pontos de vista dos envolvidos, assegurando-lhes que cheguem a uma decisão voluntária e não coercitiva, com liberdade para tomar as próprias decisões durante ou ao final do processo e de interrompê-lo a qualquer momento;

III – Ausência de obrigação de resultado - dever de não forçar um acordo e de não tomar decisões pelos envolvidos, podendo, quando muito, no caso da conciliação, criar opções, que podem ou não ser acolhidas por eles;

IV – Desvinculação da profissão de origem - dever de esclarecer aos envolvidos que atuam desvinculados de sua profissão de origem, informando que, caso seja necessária orientação ou aconselhamento afetos a qualquer área do

conhecimento poderá ser convocado para a sessão o profissional respectivo, desde que com o consentimento de todos;

V – Compreensão quanto à conciliação e à mediação - Dever de assegurar que os envolvidos, ao chegarem a um acordo, compreendam perfeitamente suas disposições, que devem ser exequíveis, gerando o comprometimento com seu cumprimento. Das responsabilidades e sanções do conciliador/mediador

Art. 3º Apenas poderão exercer suas funções perante o Poder Judiciário conciliadores e mediadores devidamente capacitados e cadastrados pelos Tribunais, aos quais competirá regulamentar o processo de inclusão e exclusão no cadastro.

Art. 4º O conciliador/mediador deve exercer sua função com lisura, respeitar os princípios e regras deste Código, assinar, para tanto, no início do exercício, termo de compromisso e submeter-se às orientações do Juiz Coordenador da unidade a que esteja vinculado.

Art. 5º Aplicam-se aos conciliadores/mediadores os motivos de impedimento e suspeição dos juízes, devendo, quando constatados, serem informados aos envolvidos, com a interrupção da sessão e a substituição daqueles.

Art. 6º No caso de impossibilidade temporária do exercício da função, o conciliador ou mediador deverá informar com antecedência ao responsável para que seja providenciada sua substituição.

Art. 7º O conciliador ou mediador fica absolutamente impedido de prestar serviços profissionais, de qualquer natureza, aos envolvidos em processo de conciliação/mediação sob sua condução.

Art. 8º O descumprimento dos princípios e regras estabelecidos neste Código, bem como a condenação definitiva em processo criminal, resultará na exclusão do conciliador/mediador do respectivo cadastro e no impedimento para atuar nesta função em qualquer outro órgão do Poder Judiciário nacional.

Parágrafo único - Qualquer pessoa que venha a ter conhecimento de conduta inadequada por parte do conciliador/mediador poderá representar ao Juiz Coordenador a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis.